



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Impactos provenientes da Redocumentarização de acervos permanentes na pesquisa histórica

BELO HORIZONTE, MARÇO DE 2018

HERCULES PIMENTA DOS SANTOS

Impactos provenientes da Redocumentarização de acervos permanentes na pesquisa histórica

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação. Linha de pesquisa: Organização e Uso da Informação.

Orientador: Professor Doutor Renato Pinto Venâncio.

Palavras-chave: Humanidades digitais, Arquivologia, História, Documento, Digitalização de acervos.

BELO HORIZONTE, MARÇO DE 2018

S237i

Santos, Hercules Pimenta dos.

Impactos provenientes da Redocumentarização de acervos permanentes na pesquisa histórica [manuscrito] / Hercules Pimenta dos Santos. – 2018.
290 f., enc.: il.

Orientador: Renato Pinto Venâncio.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 269-283.

Apêndices: f. 284-290.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Arquivologia – Teses. 3. Documentos arquivísticos – Digitalização – Teses. 4. Pesquisa histórica – Teses. I. Título. II. Venâncio, Renato Pinto. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 651.5



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"IMPACTOS PROVENIENTES DA REDOCUMENTARIZAÇÃO DE ACERVOS PERMANENTES NA PESQUISA HISTÓRICA"

Hércules Pimenta dos Santos

Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "doutor em Ciência da Informação", linha de pesquisa "Organização e Uso da Informação".

Tese aprovada em: 06 de março de 2018.

Por:

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG (Orientador)

Profa. Dra. Isa Maria Freire - UFPB

Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira - PUC/MG

Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega - ECI/UFMG

Profa. Dra. Leticia Julião - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Alceni Soares dos Reis
Coordenadora

Versão final aprovada em 12/04/2018

Prof. Renato Pinto Venâncio
Orientador



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **HÉRCULES PIMENTA DOS SANTOS**, matrícula:
2014655345

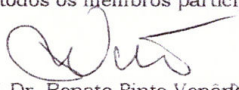
Às 14:00 horas do dia 06 de março de 2018, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 09/01/2018, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Impactos provenientes da Redocumentarização de acervos permanentes na pesquisa histórica**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTOR em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

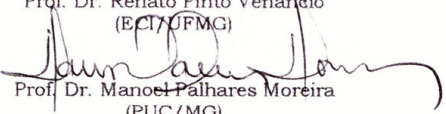
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - Orientador	APROVADO
Profa. Dra. Isa Maria Freire	APROVADO
Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira	APROVADO
Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega	APROVADO
Profa. Dra. Leticia Julião	APROVADO

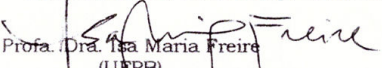
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

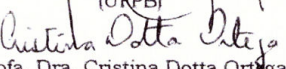
O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

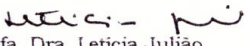
Belo Horizonte, 06 de março de 2018.


Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
(ECI/UFMG)

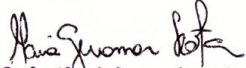

Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira
(PUC/MG)


Profa. Dra. Isa Maria Freire
(URPB)


Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega
(ECI/UFMG)


Profa. Dra. Leticia Julião
(ECI/UFMG)

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Alceir Soares dos Reis
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciência
da Informação da UFMG

A meus pais e irmãos.

A minha esposa, Cristiane Ribeiro Alves.

A minha eterna mentora e amiga, Professora Cristina Marília da Silva.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos às pessoas que acompanharam minha trajetória ao longo dos últimos quatro anos e, de uma forma ou de outra, contribuíram para a construção desse trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a uma pessoa importante nesta conquista, Profa. **Maria Aparecida Moura**, pela recepção do meu projeto na entrada do doutorado com sua cuidadosa condução até o momento de migração da orientação, gerada pelos rumos teóricos que a pesquisa exigiu.

Pela confiança depositada de maneira incondicional, pelas orientações e correções precisas e acuradas, agradeço ao Prof. **Renato Pinto Venâncio**, um modelo de profissional competente. Essa parceria me ofereceu a oportunidade de obter abundante crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Pois, ao aceitar assumir a continuidade da orientação, me guiou com maestria pelos caminhos da Academia, oferecendo contato com valores e conhecimentos que levarei para minha prática acadêmica. Obrigado pela oportunidade de transformação.

Aos colegas da turma do doutorado e mestrado de 2014, pelo convívio e pela alegria de conhecer e de conviver, em especial a **Christina Lanson Wey Berti** e **Priscila da Matta**. A toda a comunidade da Escola de Ciência da Informação da UFMG, na figura dos funcionários dos diversos setores e funções.

Faço um agradecimento muito especial ao amigo Professor **Adalson Oliveira Nascimento**, exemplo de ser humano generoso, pessoa sempre aberta a esclarecer muitas das minhas dúvidas relativas ao campo da Ciência da Informação e da Arquivologia.

Ao Doutor **José Lopez Yepes** e à Doutora **Maria Teresa Fernández Bajón**, ambos da *Facultad de Ciencias de la Documentación da Universidad Complutense de Madrid*. Agradeço, imensamente, por terem me aceito e me acolhido para o período de estágio sanduiche na Espanha, além de todo o apoio institucional e intelectual que me forneceram.

Pela torcida, pelo incentivo e pela compreensão da minha ausência do convívio social às pessoas do Coração: **Laura Lúcia Pimenta dos Santos** (mãe), **Cristiane Ribeiro Alves** (esposa), **Cristina Pimenta dos Santos** (irmã) e **Alexandre Pimenta dos Santos** (irmão).

Aos professores, que muito me honraram, por terem aceito o convite para compor a banca de defesa: Prof^ª. Dr^ª. **Isa Maria Freire** (UFPB), Prof. Dr. **Manoel Palhares Moreira** (PUCMINAS), Prof^ª. Dr^ª. **Cristina Dotta Ortega** (UFMG), Prof^ª. Dr^ª. **Letícia Julião** (UFMG), Prof. Dr. **George Leal Jamil** (INESCTEC, Porto, Portugal) e Prof^ª. Dr^ª. **Maria Guiomar da Cunha Frota** (UFMG).

Agradeço também à **CAPES** pela concessão de bolsa de doutorado, sem a qual não seria possível concluir este trabalho com toda a dedicação que foi necessária. Além da bolsa de doutorado sanduiche, que me proporcionou o ganho de vivências importantes e a oportunidade de um entendimento mais amplo do objeto de estudo em questão.

RESUMO

A presente pesquisa é fruto do desenvolvimento de um estudo interdisciplinar que buscou elucidar impactos encontrados no processo de consulta e organização do documento arquivístico de idade permanente, digitalizado. Buscamos analisar formas de organização da documentação de idade permanente desenvolvidas na Espanha, em relação às unidades de informação brasileiras. Os processos de estudo na Espanha, após aplicados no Brasil, objetivaram a busca de contrastes e aproximações em relação aos procedimentos entre as duas tradições acadêmicas. A partir da perspectiva dos estudos das Humanidades Digitais, um dos principais objetivos do trabalho foi sistematizar questões debatidas no campo da digitalização de acervos permanentes e colaborar com novas reflexões para ambas as principais áreas enfocadas: Arquivologia e História. Seu ponto de partida se apoiou na seguinte hipótese: a digitalização dos documentos de Arquivo de idade permanente impacta positivamente como negativamente no fazer historiográfico e na organização documental arquivística. O objetivo fim foi o de ampliar o entendimento sobre novos conceitos, como o de Redocumentarização, e os impactos do presente alargamento da circulação e do acesso aos documentos de arquivo via meio virtual. A investigação está fundamentada no aprofundamento teórico metodológico que compreendeu três momentos imprescindíveis: pesquisa bibliográfica, observação em campo e entrevistas para a coleta de dados empíricos. Estabelecemos etapas com fins exploratórios, objetivando visitar equipes de desenvolvimento de projetos de pesquisas teóricas, instrumentais e de tratamento documental. Os profissionais selecionados para as entrevistas formam um grupo com perfis diversificados e foram definidos para a amostra de forma intencional. Alguns dos resultados que obtivemos, fruto do procedimento metodológico aplicado, nos permitiu inferir que as mudanças estruturais no processo informacional causadas pela digitalização dos documentos e pela comunicação eletrônica trouxeram impactos definitivos na configuração dos documentos, de maneira geral, inclusive em sua estrutura interna e lógica de funcionamento. Observamos que até o momento, e principalmente em função da fluidez oferecida pelas tecnologias digitais, não seria possível manter uma definição da Entidade Documento dentro de uma acepção hermética, pois esta tem se esvaído cada vez mais rápido, por, facilmente, incorporar novos elementos influenciados pela dinamicidade do universo digital. A partir desta discussão, registramos exemplos da existência de olhares diferentes sendo gerados a partir de uma mesma documentação, além de constatar que a virtualização e acesso remoto dos acervos pode sugerir um esvaziamento dos Arquivos. Entendemos ser importante que nas duas formações acadêmicas enfocadas, Arquivologia e História, houvesse disciplinas que contemplassem algumas lacunas geradas para ambas, entre si. Detectamos que, a necessidade de os Arquivos duplicarem, por meio digital uma parte dos seus acervos, trouxe como consequência novos desafios para o profissional da Arquivologia. Pôde-se perceber o surgimento de algumas questões políticas inerentes ao trato geral com os acervos, contribuindo para que os documentos de arquivo menos procurados pelos consulentes se tornem ainda mais fora de evidência, ou, praticamente, esquecidos. Além disto, dentre os objetivos principais deste estudo, podemos dizer que são gerados, por meio da digitalização de acervos permanentes, além de grandes benefícios, problemas e questões que merecem reflexões aprofundadas.

Palavras-chave: Humanidades Digitais, Arquivologia, História, Documento, Digitalização de acervos.

ABSTRACT

The present research is the result of the development of an interdisciplinary study that sought to elucidate the impacts found in the process of consultation and organization of the archival document of permanent age, digitized. We sought to analyze ways of organizing the documentation of permanent age developed in Spain, in relation to the Brazilian information units. The study processes in Spain, after applied in Brazil, aimed search for contrasts and approximations in relation to the procedures between the two academic traditions. From the perspective of the Digital Humanities studies, one of the main objectives of the work was to systematize issues debated in the field of the digitization of permanent collections and to collaborate with new reflections for both main focus areas: Archival and History. His starting point rested on the following hypothesis: the digitization of the archives of permanent age positively and negatively impacts on the historiographical making and in the archival documentary organization. The objective was to broaden the understanding of new concepts, such as Redocumentarization, and the impacts of the present expansion of circulation and access to archival documents via the virtual medium. The investigation is based on the theoretical methodological deepening that comprised three essential moments: bibliographic research, observation and interviews, for the collection of empirical data. We established stages for exploratory purposes, aiming to visit teams for the development of theoretical, instrumental and documentary research projects. The professionals selected for the interviews formed a group with diverse profiles and were intentionally defined for the sample. Some of the results obtained, as a result of the methodological procedure applied, allowed us to infer that the structural changes in the informational process caused by the digitalization of documents and electronic communication brought definitive impacts on the configuration of the documents, in general, including their internal and logical structure operation. We have observed that until now, and mainly due to the fluidity offered by digital technologies, it would not be possible to maintain a definition of the Document Entity in a hermetic sense, since this has been fading faster and faster, by easily incorporating new elements influenced by the dynamism of the digital universe. From this discussion, we recorded examples of the existence of different views being generated from the same documentation, as well as verifying that the virtualization and remote access of the collections may suggest an emptying of the Files. We believe that it is important that in the two focused academic formations, Archivology and History, there are disciplines that contemplate some gaps generated for both of them. We have found that the need for the Archives to duplicate a part of their collections by the digitalization, has brought new challenges for the Archivology professional as a consequence. It was possible to perceive the emergence of some political issues inherent in the general treatment of the collections. Moreover, among the main objectives of this study, we can say that are generated by means of the digitization of permanent collections, as well as great benefits, problems and issues that merit in-depth reflection.

Keywords: Digital Humanities, Archivology, History, Document, Digitization of collections.

RESUMEN

La presente investigación es el resultado del desarrollo de un estudio interdisciplinario que buscó dilucidar los impactos encontrados en el proceso de consulta y organización del documento archivístico de edad permanente, digitalizado. Buscamos analizar formas de organización de la documentación de edad permanente desarrollada en España, en relación con las unidades de información brasileñas. Los procesos de estudio en España, luego de su aplicación en Brasil, buscaron contrastes y aproximaciones en relación con los procedimientos entre las dos tradiciones académicas. Desde la perspectiva de los estudios de Humanidades Digitales, uno de los principales objetivos del trabajo fue sistematizar temas debatidos en el campo de la digitalización de colecciones permanentes y colaborar con nuevas reflexiones para las dos áreas de enfoque principales: Archivología e Historia. Su punto de partida se basaba en la siguiente hipótesis: la digitalización de los archivos de edad permanente tiene un impacto positivo y negativo en la toma de decisiones historiográficas y en la organización documental de archivo. El objetivo era ampliar la comprensión de nuevos conceptos, como la redocumentación y los impactos de la expansión actual de la circulación y el acceso a los documentos de archivo a través del medio virtual. La investigación se basa en la profundización metodológica teórica que comprendió tres momentos esenciales: investigación bibliográfica, observación y entrevistas, para la recolección de datos empíricos. Establecimos etapas con fines exploratorios, con el objetivo de visitar equipos para el desarrollo de proyectos de investigación teóricos, instrumentales y documentales. Los profesionales seleccionados para las entrevistas formaron un grupo con diversos perfiles y se definieron intencionalmente para la muestra. Algunos de los resultados obtenidos, como resultado del procedimiento metodológico aplicado, nos permitieron inferir que los cambios estructurales en el proceso informacional causados por la digitalización de documentos y la comunicación electrónica tuvieron impactos definitivos en la configuración de los documentos, en general, incluyendo su operación de estructura interna y lógica. Hemos observado que hasta ahora, y principalmente debido a la fluidez ofrecida por las tecnologías digitales, no sería posible mantener una definición de la entidad Documento en un sentido hermético, ya que se ha estado desvaneciendo cada vez más rápido, incorporando fácilmente nuevos elementos influenciado por el dinamismo del universo digital. A partir de esta discusión, registramos ejemplos de la existencia de diferentes vistas generadas a partir de la misma documentación, así como la verificación de que la virtualización y el acceso remoto de las colecciones pueden sugerir un vaciado de los archivos. Creemos que es importante que en las dos formaciones académicas enfocadas, Archivología e Historia, haya disciplinas que contemplen algunas brechas. Hemos descubierto que la necesidad de que los Archivos dupliquen una parte de sus colecciones mediante la digitalización, ha traído como consecuencia nuevos desafíos para el profesional de Archivología. Fue posible percibir el surgimiento de algunos problemas políticos inherentes al tratamiento general de las colecciones. Además, entre los principales objetivos de este estudio, podemos decir que se generan mediante la digitalización de colecciones permanentes, así como grandes beneficios, problemas y cuestiones que ameritan reflexión profunda.

Palabras clave: Humanidades Digitales, Archivología, Historia, Documento, Digitalización de colecciones.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Relação orgânica, apelação crime	121
Figura 2 - Relação orgânica, maço 2	122
Figura 3 - Modelo de metadados Dublin Core de uma imagem: Crimeia conference. Fonte: Stead (2008).....	135
Figura 4 - Modelo de metadados Dublin Core de um objeto: Painting Garden of Paradise. Fonte: Stead (2008).136	
Figura 5 - Citizen Archivist program.	140
Figura 6 - Exemplo de etiquetas em acervos arquivísticos.	143
Figura 7 - Exemplo de Taxonomia em contraste a Folksonomia.	145
Figura 8 - PARES 2.0 (beta).	178
Figura 9 - Exemplo de busca pelo termo Brasil, no Archivo General de Indias.	181
Figura 10 - Setor de digitalização da Hemeroteca Municipal de Madrid-Espanha.	198
Figura 11 - Profissionais se dedicando à digitalização por OCR.	200
Figura 12 - Exemplo de descrição analítica.	208
Figura 13 - Exemplo de descrição sumária.	208
Figura 14 - Jornal S. João del-Rei.....	223
Figura 15 - Exemplo do não preenchimento da maioria dos campos descritivos.	226
Figura 16 - Exemplo de confusão entre as dimensões do documento com o seu quantitativo.....	227

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Professores e ex-professor do curso de Arquivologia da ECI	32
Tabela 2 - Professores e pesquisadores da área de documentação - Espanha	33
Tabela 3 - Professores historiadores Brasil	33
Tabela 4 - Professores historiadores Espanha	34
Tabela 5 - The Dublin Core (dc) for the description of document-like objects.	132
Tabela 6 – Professores / Arquivistas Brasil.....	147
Tabela 7 - Professores / pesquisadores Documentalistas Espanha.....	147
Tabela 8 - Professores historiadores Brasil e Espanha	152
Tabela 9 - As duas escalas documentais.	162
Tabela 10 - Professores / Arquivistas Brasil	183
Tabela 11 - Professores / pesquisadores Documentalistas Espanha.....	184
Tabela 12 - Professores historiadores Brasil	207
Tabela 13 - Professores historiadores Espanha	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHN	<i>Archivo Histórico Nacional de Madrid</i>
AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
APM	Arquivo Público Mineiro
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DCMI	<i>Dublin Core Metadata initiative</i>
DLF	<i>Digital Library Federation</i>
DOI	<i>Digital Object Identifier</i>
ESBI	<i>École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information</i>
GEM	<i>Gateway to Educational Materials</i>
GIRA	<i>Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique</i>
ICA	<i>International Council on Archives</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
LAI	Lei de Acesso a Informação
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
METS	<i>Metadata Encoding and Transmission Standard</i>
OC	Organização do Conhecimento
OCLC	<i>Computer Library Center On-line</i>
OI	Organização da Informação
PARES	<i>Portal de Archivos Españoles</i>
SIAAPM	Sistema Integrado de Acesso do APM
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UCM	<i>Universidad Complutense de Madrid</i>
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	14
2 – Arquivos e Redocumentarização: contextualização do tema de pesquisa.....	24
2.1 - Problema de pesquisa.....	24
2.2 - Hipóteses ou pressupostos.....	25
2.3 – Metodologia.....	27
2.3.1 – Observação Participante.....	29
2.3.2 – Entrevista Semiestruturada: população consultada.....	30
3 – O Documento como uma Entidade.....	36
3.1 – Teóricos do Documento e da Documentação.....	36
3.2 - Definições de uma Entidade em constante transformação: O Documento.....	41
3.2.1 - Documento como instrumento de cultura.....	43
3.2.2 - Documento como instrumento de conhecimento e fixação da realidade.....	44
3.2.3 - Documento como instrumento de comunicação ou de mensagem.....	45
3.3 - Documento na Ciência da Informação: perspectiva informativa.....	46
3.3.1 - Uma sociedade da documentação.....	47
3.4 – Documento eletrônico: fruto da nova era informativa.....	49
3.4.1 – Documento: uma Entidade abalada pela nova era informativa.....	51
3.5 – Documento: Formato, Simbolismo e Meio de transmissão informacional.....	59
3.5.1 – Documento como forma (<i>form</i>).....	59
3.5.2 – Documento como símbolo (<i>sign</i>).....	60
3.5.3 – Documento como meio (<i>médium</i>).....	61
3.5.4 – Documentar-se digitalmente.....	61
3.6 – Metamorfose documental: a mudança do perfil dos sujeitos informacionais.....	62
3.6.1 – Profissional.....	63
3.6.2 – Usuário.....	64
3.7 - Concepções da noção de documento de “valor histórico”.....	67
3.7.1 – Documento como fonte de informações históricas.....	68
3.7.2 - Concepções e ampliação da noção de documento para a pesquisa histórica.....	73
3.7.3 - Historiadores: seus entendimentos sobre documento de valor histórico / secundário.....	74
3.8 – A História da Cultura Material.....	82
3.9 – Acervos permanentes e valor secundário.....	86
3.9.1 - O documento na perspectiva arquivística.....	86
3.9.2 – Arquivistas e documentalistas: considerações sobre documento de “valor histórico”.....	87
4 - Arquivologia e História: um relacionamento histórico.....	94
4.1 - Humanidades Digitais: Historiografia e Arquivologia Digitais.....	96
4.1.2 – Historiografia e Arquivologia Digitais.....	98
4.2 – O relacionamento histórico entre a Arquivologia e as demandas historiográficas.....	100
4.3 – Arquivos e a importância de se visitá-los presencialmente, ainda que existam acervos virtualizados ...	110
4.4 – A importância de se estar presente nos Arquivos: considerações de arquivistas e documentalistas.....	112
4.4.1 – A importância de se estar presente nos Arquivos: considerações dos historiadores.....	117
5 – Organização da informação.....	123
5.1 – Informação.....	124
5.1.1 – Teóricos e o conceito de informação.....	125
5.2 – Organização da informação em meio virtual.....	126
5.2.1 - Localização da informação.....	128
5.2.2 – Metadados: dados sobre dados.....	130
5.2.3 – Qual o interesse desta pesquisa por metadados?.....	139
5.2.4 – Organização da Informação colaborativa: <i>Folksonomia</i>	140
5.3 - Revolução digital: impactos na organização informacional.....	147
5.3.1 – Depoimentos de Arquivistas e Documentalistas.....	147
5.3.2 – Depoimentos dos Historiadores.....	152
5.4 – Redocumentarização.....	157
5.4.1 – O processo de Redocumentarização do mundo: formas e reapropriações mapeadas.....	163
5.4.2 - Projeto <i>The Commons Photos Normandie</i>	163
5.4.3 – “Redocumentação” dos vestígios da atividade mediada por computador.....	164
5.4.4 - Web, texto, conversação e Redocumentarização.....	168
5.5 – Redocumentarização: concepção estudada por esta pesquisa.....	170

5.5.1 - Portal de Archivos Españoles (PARES)	173
6 - Impactos da inovação tecnológica nas tradições Historiográfica e Arquivística	182
6.1 - Considerações obtidas com os profissionais da informação brasileiros e espanhóis.....	182
6.1.1 - Digitalização e virtualização do documento de acervo permanente: preocupações e impactos.....	183
6.1.2 – A importância de uma descrição adequada dos acervos digitalizados e o papel do arquivista.....	184
6.1.3 – Acervos digitalizados, acervos necessariamente duplicados	187
6.1.4 – A preocupação com a vulnerabilidade dos acervos digitalizados.....	189
6.1.5 – A preocupação com questões políticas.....	192
6.2 – Impactos do processo de digitalização de acervos na prática arquivística.....	194
6.2.1 – Impactos classificados como positivos.....	194
6.2.2 – Impactos classificados como negativos.....	202
6.3 - Considerações obtidas com os profissionais da História: Brasil e Espanha	206
6.3.1 - Digitalização e virtualização do documento de “valor histórico”: historiadores	207
6.3.2 – Impactos considerados positivos para o fazer historiográfico	209
6.3.3 – Impactos considerados negativos para o fazer historiográfico	217
7 – Considerações sobre acervos digitalizados que não fornecem as referências possíveis e necessárias.....	225
7.1 – Considerações dos arquivistas e documentalistas: Brasil e Espanha.....	228
7.2 – Considerações dos historiadores: Brasil e Espanha	232
8 – Documentos: quais preservar?	241
8.1 – Considerações de arquivistas e documentalistas: Brasil e Espanha	242
8.2 – Historiadores brasileiros e espanhóis.....	247
9 - Proposta preliminar para descrição e indexação complementar	254
9.1 - Problematização e fundamentação teórica	255
9.2 – Nossa proposta para uma indexação e descrição complementar	256
Considerações Finais	260
REFERÊNCIAS	269
APÊNDICES	284
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas versão português	284
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas versão espanhol	286
APÊNDICE C – Quadro referência / análise geral das entrevistas - Arquivistas Brasil	287
APÊNDICE D – Quadro referência / análise geral das entrevistas - Historiadores Brasil.....	288
APÊNDICE E – Quadro referência / análise geral das entrevistas - Documentalistas Espanha	289
APÊNDICE F – Quadro referência / análise geral das entrevistas - Historiadores Espanha	290

1 - INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta ao leitor um estudo interdisciplinar, que busca elucidar impactos encontrados no processo de consulta e organização do documento arquivístico de idade permanente digitalizado, procurando compreender sua incidência nos fazeres historiográfico e arquivístico. Um dos principais objetivos deste trabalho de pesquisa foi sistematizar as questões debatidas no campo da Redocumentarização¹ e colaborar com novas reflexões para ambas as principais áreas enfocadas: Arquivologia e História.

Ao ampliar nosso entendimento sobre a recente e ainda pouco difundida no Brasil metodologia de Redocumentarização, também muito pouco teorizada inclusive no exterior até o presente momento, arrazoamos poder colaborar com o processo de universalização do acesso aos documentos e ao incremento das pesquisas. Nosso desejo foi o de expandir o conhecimento sobre tal método. Também buscamos confirmar, com esta pesquisa, que os acervos digitalizados trouxeram novos significados para a pesquisa histórica. Estamos diante de uma tecnologia que colabora para a realização de pesquisas outrora impossibilitadas, ou dificultadas, em função do fator tempo / distância. Mas qual impacto essa tecnologia gera para a pesquisa histórica? Quais as preocupações e impactos que essa virtualização gera para os profissionais que tratam dessa documentação?

Nosso esforço de reflexão teórico se circunscreveu também no recente campo de investigação, denominado por Humanidades Digitais² (HD), procurando entender o impacto das inovações tecnológicas nas tradições historiográfica e arquivística, considerando ambas as áreas como passíveis de serem operadas dentro do universo digital.

Propusemos relacionar os impactos do processo de Redocumentarização nas formas e métodos de organização informacional arquivística. Ao mesmo tempo, aventuramo-nos no labor de tentar compreender como os procedimentos de disponibilização documental virtual vêm impactando o acesso às fontes de pesquisa, na perspectiva das necessidades metodológicas dos historiadores. Buscamos analisar formas de organização da documentação de idade permanente desenvolvidas na Espanha, em relação às unidades de informação brasileiras. O objetivo final foi ampliar o entendimento sobre novos conceitos, como o de Redocumentarização, e os impactos do presente alargamento da circulação de informações e do acesso aos documentos, com foco estabelecido principalmente no documento de arquivo, via meio virtual.

¹ O processo de Redocumentarização abarca uma série de procedimentos, com o objetivo de migrar o documento tradicional para o meio digital. O leitor encontrará um subcapítulo específico sobre este procedimento (5.4, p. 157).

² Ver sobre Humanidades Digitais no subcapítulo 4.1, página 96.

O desenvolvimento do percurso investigativo nos ofereceu a clara sensação de que estávamos abordando um fenômeno em construção, que se manifesta amparado a partir das pesquisas que dependerão, em parte, de fontes documentais que foram digitalizadas. Constatamos estar diante de um fenômeno que ainda não foi repertoriado na literatura especializada, assim buscamos problematizar as suas nuances.

Com o intuito de empreender a presente pesquisa, procuramos discorrer a respeito de novos arranjos documentais que surgem dia a dia, uma vez que, crescentemente, contamos com grupos que operam nessa interface de disponibilização documental com métodos e escolhas variadas. Escolhas essas que demandam, no momento da disponibilização dessas informações, uma reflexão sobre a tipologia e como se a está organizando. Buscamos saber se os princípios básicos da organização documental arquivística permanecem, independentemente da forma de disponibilização do corpo documental, a partir das novas e diversas formas dessa organização, oferecidas pelo meio virtual. Como impactariam no fazer da pesquisa histórica na atualidade? E, igualmente, como entendê-las na organização arquivística.

Preocupava-nos o fato de que, ocasionalmente, as inovações tecnológicas podem apresentar propostas alçadas rumo a expectativas de futuro que venham a desconsiderar alguns procedimentos tradicionais. Defendemos o pressuposto de que é necessário conhecer profundamente os conceitos que alicerçam a teoria científica e apreender quais instrumentais teóricos metodológicos a orientam no presente, relacionando-os a uma tradição. Uma vez que é sabido que os procedimentos científicos nas Ciências Humanas e Sociais surgem vinculados a uma base filosófica, queremos alertar que esse relacionamento com uma tradição não significa, da nossa parte, um pensamento conservador.

É notório que o conceito de documento, nos últimos 30 anos, vem constituindo um novo centro de debates como objeto da Ciência da Informação, o que alimentou estudos das práticas sociais da informação com suas consequências e efeitos, além de uma maior proximidade entre diversas áreas que lidam com o documento em suas variadas formas de manifestação: a História, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia e a Documentação.

No entanto, o presente trabalho tem seu foco situado na Arquivologia e na História. Esta pesquisa se insere nas temáticas da linha organização e uso da informação, e busca contribuir para as discussões acerca da acepção de informação registrada, como um pressuposto aos procedimentos de organização da informação. Defendemos que a interdisciplinaridade contribui para a expansão dos saberes por permitir buscar, em outras formações discursivas, elos que podem iluminar questões pertinentes a diferentes campos conceituais.

No desenvolvimento deste texto, caminhamos apoiados no propósito central de investigar a relação entre sujeito e objeto, ou seja, entre o historiador, o profissional da informação e a documentação de idade permanente digitalizada. No entanto, permitimo-nos, em vários momentos, tocar em assuntos relativos ao documento nativo digital.

Procuramos identificar as necessidades informacionais da contemporaneidade, questionando a noção polissêmica de documento, refletindo sobre os seus limites, desejando contribuir para alargar a compreensão dessa amplitude, a qual se apresentou como um problema de ordem teórico-prática dentro da viabilização do estudo desenvolvido.

Buscamos investigar a metamorfose³ conceitual do Documento na perspectiva prévia do entendimento de que, durante o século XIX, período marcado pelo avanço da ciência, esse ganhou o *status* de objeto científico por meio daquela que é considerada, por alguns de seus estudiosos, como a primeira disciplina das Ciências Sociais, a História.

No tocante à Ciência da Informação (CI), o documento faz parte do seu quadro conceitual, apresentando sua materialidade e a susceptibilidade de inscrição ou o registro informacional como características principais. Trabalhamos, assim, com a noção do documento podendo ser reproduzido e materializado em diferentes meios, com nosso problema de pesquisa versando especificamente sobre o meio digital.

A reflexão baseada na perspectiva da CI foi importante para relativizar e questionar os impactos que as novas tecnologias informacionais podem lançar sobre o fazer historiográfico, mais particularmente em sua forma e métodos de abordagem documental. Assim, acreditamos que a amplitude conceitual de documento proposta na Documentação, quando pensada em diálogo com a dimensão adotada pela historiografia, pode colaborar para trazer novos subsídios teóricos para se analisar o desenvolvimento disciplinar da Arquivologia, bem como para os métodos de pesquisa em História. Tal diálogo pretende colaborar na compreensão do documento como categoria nos programas de investigação da CI e a elucidar os impactos no fazer historiográfico quando este utilize para consulta os documentos digitalizados, seja de acesso remoto ou mesmo local.

³ Pensamos em uma metamorfose camaleônica, por se realizar de acordo com as circunstâncias. Assim, tendemos a considerar se tratar mais de uma metamorfose do que de uma evolução, pelo sentido que carrega a segunda palavra, que resulta em alteração de um estado em definitivo, ou nesse caso de um objeto, derivado da forma e da estrutura inicial. Para nós, o contraste está no fato de que o termo “evolução”, geralmente, assume o significado, fora do âmbito biológico, de progresso, ou processo de modificação que, de modo constante e progressivo, altera um estado ou uma condição. Pareceu-nos que progresso ou processo são palavras que demonstram deliberação. Entendemos, assim, que as transformações sofridas pelo conceito da Entidade Documento, na contemporaneidade, são consequências dos avanços tecnológicos e não foram pensadas antes que esse processo se realizasse, dessa maneira, nada deliberado.

Consideramos o trabalho por nós desenvolvido relevante, por permitir, entre outras contribuições, elucidar temas relacionados a sistemas e serviços de informação provenientes do contexto digital para o campo da Ciência da Informação, estudando fenômenos informacionais a partir da perspectiva dos sujeitos que produzem, organizam, recebem, disseminam e interpretam informações em um meio específico, o virtual.

Outra contribuição pretendida com este trabalho foi construir, ou configurar, reflexões metodológicas que colaborem para futuros estudos sobre fenômenos semelhantes nas linhas de pesquisa dedicadas à organização e uso da informação, de forma geral, e, mais especificamente, em relação aos temas Análise Documental, Documentação e Redocumentarização, conseqüentemente colaborando para se entender os impactos gerados por essas formas e métodos de tratamento e organização informacional.

Dessa maneira, além de recorrermos a uma ampla revisão bibliográfica internacional de cunho epistemológico, para apoiar e fundamentar cientificamente a presente discussão, pautamo-nos pelo documento de caráter técnico desenvolvido pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no ano de 2010: *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. Esse documento foi elaborado a partir de manuais e trabalhos técnicos internacionais anteriores, provenientes de países como Canadá, Estados Unidos, Índia, Nova Zelândia e Austrália. Com base nessas experiências, entendemos a digitalização como o processo de “conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de *bits* – que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 *bits* (*binary digit*) formando um *byte*” (CONARQ, 2010, p. 05), elementos que são codificados por computadores.

O documento do CONARQ (2010) tem o objetivo de orientar instituições possuidoras de acervos arquivísticos de valor permanente na implementação de projetos de digitalização. Informa que, ao se submeter um acervo ao processo de digitalização, deve-se possuir conhecimento não apenas dos princípios elementares da Arquivologia, como observar o cumprimento de atividades próprias do processo de captura digital. Visando a uma melhor qualidade, o referido texto orienta à contratação de pessoal especializado no desenvolvimento das tarefas, indicando até a contratação de serviços terceirizados, uma vez que a instituição não possa realizar, por seus próprios meios, os processos de captura das imagens, produção de matrizes digitais e de formatos derivados. Além disso, orienta no armazenamento e nos protocolos de acesso remoto destinados aos usuários finais.

Os requisitos apresentados na recomendação buscam garantir que os projetos de virtualização de documentos arquivísticos de valor permanente, por meio da reformatação dos acervos, considerem a geração de “representantes digitais com qualidade arquivística, fidelidade ao documento original e capacidade de interoperabilidade, evitando-se ao longo do tempo a necessidade de se refazer a digitalização” (CONARQ, 2010, p. 04). Procura-se também garantir a satisfação das necessidades dos usuários. O documento alerta que, “o produto dessa conversão não será igual ao original e não substitui o original que deve ser preservado” (CONARQ, 2010, p. 06). Do mesmo modo, a digitalização é orientada ao acesso, difusão e preservação do acervo documental.

Em termos de atenção técnica visando à melhor qualidade possível, as recomendações do CONARQ orientam a geração de representantes digitais que sejam fieis ao documento original. O arquivo eletrônico gerado pelo processo deverá ser capaz de identificar “o menor caractere (linha, traço, ponto, mancha de impressão) a ser digitalizado para a determinação da resolução óptica que garantirá sua legibilidade na versão digital”. Mais ainda: o processo deve, com base nos documentos originais, gerar representantes digitais de alta e baixa resoluções, chamados matrizes e derivadas digitais. No entanto, tanto no Brasil como fora, encontramos projetos que apresentam desde iniciativas menores, bem-intencionadas, a trabalhos de grande porte, que não operam ou consideraram esses elementos mínimos recomendados. Por outro lado, buscamos apresentar, empiricamente, as considerações dos profissionais que se utilizam da documentação digitalizada em suas pesquisas e que percebem a existência de limites nesse processo, até diante da correta aplicação das recomendações existentes.

Como é sabido, nos países europeus de tradição mediterrânea (França, Portugal e Espanha), a Arquivologia convive no espaço da Documentação. Foi na década de 1960 que surgiu um movimento de transformação de institutos de Documentação em institutos de Ciência da Informação, na Espanha, a partir da Sociedad Española de Información y Documentación Científica (Sedic), atual Asociación Española de Documentación y Información.

Em relação a nossa opção por conhecer experiências fora do Brasil, possuíamos esse conhecimento que na Europa os estudos de Documentação são fortes em alguns países, sobretudo na Espanha, congregando as ciências documentais (ARAÚJO, 2011). O caminho da Documentação na Europa buscou constituir-se como campo teórico para abrigar distintas práticas como a Biblioteconomia e a Arquivologia. Mas, em alguns momentos, objetivou constituir-se em uma prática profissional específica, a dos documentalistas que trabalham em instituições peculiares, como os centros de documentação. Mediante estudos bibliográficos, problematizamos se a função de documentalista, nesses países, é homóloga a de arquivista no

Brasil.

O que encontramos, neste caso, foi a formação do profissional arquivista realizada nas faculdades de ciências da documentação. Na Faculdade de Ciências da Documentação da Universidad Complutense de Madrid (UCM), especificamente na graduação, os alunos estudam vários assuntos e, em seguida, se especializam em *Gestión de la Documentación, Bibliotecas y Archivos*. Na UCM, as Ciências da Documentação englobam os bibliotecários, os arquivistas, os documentalistas e os gerentes de informação. De forma geral, estes profissionais se entendem todos como "documentalistas". Assim, no âmbito desta pesquisa, para nos referirmos aos profissionais entrevistados que provieram da Faculdade de Ciências da Documentação da UCM, os denominamos como "Documentalistas".

A Universidad Complutense de Madrid (UCM) é referência mundial em ensino e pesquisa. Desenvolve programas juntamente com outros países ligados à Comissão Europeia para a educação, formação, juventude e desporto. A UCM tem acordos de cooperação com várias universidades estrangeiras, desenvolvendo o intercâmbio de estudantes, pesquisadores e docentes: Europa, América, Ásia e Oriente Médio, África e Oceania.

Dessa forma, vimos a oportunidade de estabelecer vínculos acadêmicos com essa instituição que, de acordo com informações obtidas junto à universidade, possui parceria com 19 centros no Brasil, que não incluem a UFMG. Uma vez que o tema de estudos principal dessa pesquisa versou sobre o Documento, entendemos se tratar do local mais adequado para buscar conhecimentos e experiências que ajudariam a responder às nossas indagações a Facultad de Ciencias de la Documentación, além de iniciar o estabelecimento de uma parceria ainda não existente.

Desse modo, fomos a campo para buscar, no método elaborado pelos arquivos espanhóis, conhecimentos que contribuíssem para um melhor acesso aos documentos públicos brasileiros. Buscamos colaborar para uma maior utilização dos documentos de arquivo como evidência para a História, para o conhecimento científico e no exercício dos direitos de cidadania.

Vimos, no trabalho espanhol, uma forma admirável para a disseminação cultural e o fomento às investigações acadêmicas de caráter histórico, que atende ainda a outras demandas como, por exemplo, necessidades de informação histórica com fins comerciais e de entretenimento: publicidade, cinema, teatro, música etc. Almejávamos adquirir aprendizado sobre as operações técnicas e filosóficas da ferramenta tecnológica PARES, uma vez que não encontramos algo similar aqui no Brasil. Entendemos essa metodologia como um *modus operandi* inovador dos pontos de vista da organização da informação e da integração de acervos arquivísticos.

Em relação ao escopo da presente pesquisa, esse surgiu de preocupações inerentes a uma caminhada acadêmica, prática e profissional. O intuito foi o de entender questões suscitadas pelo aprendizado teórico e por diversas experiências práticas e acadêmicas pessoais, as quais envolveram a formação e atuação na disciplina de História, formação e atuação com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e formação e atuação com acervos arquivísticos.

Tal trajetória permitiu entender que, a partir da chamada “sociedade da informação”, observa-se um processo de mudanças socioculturais caracterizado, dentre outros fatores, pela rápida disseminação de informações e, principalmente, pela facilidade de comunicação no nível global por meio das TICs, como: computadores, Internet, Web, aplicativos (correio eletrônico, *chats*, teleconferências, *blogs*, jogos educativos), telefones celulares e outros. Com o advento dessas ferramentas, o acesso a informações de diferentes naturezas passou a ocorrer em uma escala cada vez mais veloz. Essa considerável diversidade faz com que seja mais imperativo o olhar que se dirige para o universo digital e da Web, especialmente, visando caracterizar e analisar os seus fenômenos.

Versamos sobre uma ampla variedade de fontes documentais, como “qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra” (ROBINSON apud BURKE, 1997, p. 20). Essas fontes compreendem documentos oficiais, provenientes de instituições e em suporte de papel, como documentos não oficiais, também em suporte de papel; além de fotografias, livros e até mesmo objetos tridimensionais não textuais. Tal proposição surgiu da preocupação de se buscar efetivamente entender como os métodos de disponibilização virtual de documentos digitalizados podem afetar a crítica historiográfica, empreendida a partir da noção ampliada das fontes de pesquisa para a narrativa histórico-cultural, conforme o conceito dos historiadores dos *Annales*: um movimento historiográfico nascido na França, mais precisamente nos anos 1920. A partir desse momento, a historiografia passou por amplas transformações metodológicas, em parte, por meio da incorporação de novas tipologias de fontes de informação (ver sobre Escola dos *Annales* no subcapítulo 3.7.3, final da página 78).

É dessa forma que caminhamos, balizados pela noção descrita, apostando em uma melhor adequação para se refletir sobre a polissemia do documento, principalmente, para as disciplinas da História e Arquivologia – mas nos aproximando, ainda que com menor foco, dos objetos tratados pela Museologia e Biblioteconomia –, relacionando impactos teórico-metodológicos, buscando descrever e analisar as alternativas de organização que envolvem o documento eletrônico de forma geral, problematizando de maneira mais específica a digitalização dos acervos documentais permanentes.

Em relação aos profissionais da informação, selecionamos, conscientemente, os que trabalham com acervos de caráter permanente. No caso dos historiadores é comum a maioria atribuir um valor histórico ao documento de arquivo. Entendemos que antes de ser um documento histórico, para o profissional que organiza e o disponibiliza para acesso, tal documentação atravessa uma fase corrente e intermediária. Uma vez sendo avaliado e considerado de valor secundário, compreenderão acervos preservados permanentemente. O usuário dessa documentação permanente, geralmente o historiador, costuma o considerar como de valor histórico.

Mas nem todos os usuários de um documento permanente vão a ele com o olhar de historicidade. Pode-se estar buscando o documento por seu caráter de comprovação. Um dos objetivos desta pesquisa é trazer esse fato à tona e deixar registrado, pelo entendimento de uma necessidade de melhor se compreender os limites e as necessidades de cada área, estabelecendo um diálogo mais acurado entre História e Arquivologia.

Desse modo, em confluência com nossa fundamentação, a ampliação do conceito de documento histórico a partir do movimento dos *Annales*, é que consideramos ser essa uma discussão necessária, que abarca a ampliação do conceito do que é fonte histórica com as instituições cada vez mais especificando os seus acervos. Isso nos faz entender que a prática de quem trabalha na Instituição Arquivo é muito diferente da prática de quem está fazendo pesquisa de caráter historiográfico. Quem trabalha no arquivo tem um processo delimitado, ao passo que a metodologia e os procedimentos da narrativa histórica compreendem outros procedimentos, muito diferentes, mais flexíveis dentro de um rigor analítico próprio.

Para nós, as respostas apresentadas pelos entrevistados foram muito mais abrangentes do que algumas das próprias problemáticas, como inicialmente foram lançadas. A partir da obtenção de considerações bastante interessantes, junto aos pesquisadores entrevistados, vimos a oportunidade de apresentar o entendimento prático diante do teorizado por suas *práxis* arquivística e historiográfica.

A escolha por pesquisadores brasileiros e espanhóis, em princípio, foi feita com o objetivo de se realizar uma comparação para conhecermos especificidades ou comportamentos profissionais generalizados. cremos, agora, que os relatos se concentraram substancialmente nesse último caso. Percebemos que, mesmo trabalhando com grupos de tradições bem diferentes (Brasil, Ciência da Informação; Espanha, Documentação, além dos historiadores de ambos países), os problemas e dúvidas gravitam no mesmo entorno. Pelas entrevistas realizadas, emergiram categorias mais evidentes, as quais são analisadas e comentadas nos capítulos que compõem a tese: preocupações e impactos, positivos e negativos; como lidar com o excesso de informação

circulante nos dias de hoje?; considerações a respeito de acervos digitalizados, que em grande parte, não fornecem todas as referências possíveis e necessárias ao profissional da História; a importância de se ir ao arquivo presencialmente; o que é um documento de valor histórico para historiadores e arquivistas; o que preservar documentalmente, diante das possibilidades oferecidas pela tecnologia digital.

Buscamos, a partir do inerente processo de investigação, apresentar um estudo objetivo de uma realidade social, orientado por uma estrutura teórica que, entre outras finalidades, compreendeu descrever entendimentos e resultados, teóricos e práticos, obtidos no seu percurso.

Dessa maneira, o presente trabalho está organizado em 08 capítulos, além dessa **Introdução** e as **Considerações Finais**. No capítulo **dois**, intitulado “Arquivos e Redocumentarização: contextualização do tema de pesquisa”, buscamos esclarecer o problema da pesquisa, elaborado a partir de nossas considerações sobre uma percepção das mudanças estruturais no processo informacional, motivadas pela digitalização dos documentos e pelas novas formas de comunicação eletrônica. Consideramos que esse panorama trouxe impactos importantes para a configuração dos documentos. Ainda, apresentamos nossa principal hipótese: a digitalização dos documentos de arquivo de idade permanente impacta no fazer historiográfico. Além disso, descreveremos a operacionalização da pesquisa, expondo a delimitação das questões instrumentais que a norteou, além da descrição dos sujeitos e dos objetos estudados e analisados.

O capítulo **três** desta pesquisa, “O Documento como uma Entidade”, é composto, em grande parte, por revisão teórica, a qual objetivou nos ajudar a conhecer e descrever as nuances que envolvem o documento nas perspectivas informativa e arquivística, além de suas possibilidades como fonte de informações históricas. Trata-se de uma ampla revisão de literatura sobre o Documento, abordando a gênese do conceito e suas disciplinas. Apresentamos, ainda, o mapeamento de inúmeras formas de sua manifestação, a partir do seu entendimento como informação registrada em um suporte, independentemente de qual este seja. Além disso, contém parte empírica, compreendendo especificamente, os depoimentos obtidos a partir das entrevistas que mais se aproximaram de tal temática.

O capítulo **quatro**, “Arquivologia e História: um relacionamento histórico”, busca colaborar para se conhecer um pouco mais sobre a gênese arquivística. Discutimos a conformação da disciplina a partir de variadas tradições internacionais e intercontinentais, privilegiando o relacionamento histórico interdisciplinar entre essas disciplinas.

No **quinto** capítulo, “Organização da informação”, expomos grande parte do referencial teórico que forneceu respaldo para a coleta e a análise dos dados. Buscamos fornecer ao leitor conceitos

importantes sobre o tema, apresentando uma visão panorâmica. Nessa parte do presente trabalho, o leitor encontrará opiniões colhidas com os entrevistados, mais especificamente, sobre a ampliação da circulação de informações propiciada pelas tecnologias digitais e suas considerações sobre os impactos advindos dessa amplitude. Ainda, discorreremos sobre o estudo do conceito, pouco difundido no Brasil, da mesma forma que em outros países, de “Redocumentarização”. Apresentamos nossos entendimentos sobre o conceito e um mapeamento de suas formas de usos e reapropriações, além da definição aplicada nesta pesquisa. Discorreremos, ainda, sobre o Portal de Archivos Españoles (PARES), uma experiência que buscamos estudar em sua prática, como forma de oferecer suporte a um entendimento mais efetivo do processo de Redocumentarização.

No capítulo **seis**, “Impactos da inovação tecnológica nas tradições Historiográfica e Arquivística” o leitor terá contato com a opinião dos profissionais que possuem o documento arquivístico como objeto de pesquisas e trabalho. Apresentamos a análise das entrevistas realizadas, classificando o que entendemos como dificuldades e vantagens encontradas no processo de consulta e organização do documento digitalizado que adquiriu a fase permanente de preservação.

No **sétimo** capítulo, “Considerações sobre acervos digitalizados que não fornecem as referências possíveis e necessárias”, buscamos apresentar nossa consideração a respeito do fato de não se ter acesso às referências possíveis e necessárias que os documentos de idade permanente podem oferecer, quando se refere aos acervos virtualizados. Constatamos que muitos acervos virtualizados não oferecem as informações técnicas relativas aos documentos, principalmente as recomendadas pelos manuais que orientam a digitalização dos acervos permanentes.

O capítulo **oito**, “Documentos: quais preservar?”, foca a impossibilidade de se preservar todos os documentos produzidos por organizações e indivíduos hoje. Assim, quais e como os documentos devem ser preservados, levando-se em consideração a possibilidade tecnológica atual? Para tal, baseamo-nos nas opiniões dos profissionais entrevistados.

No capítulo **nove**, “Proposta preliminar para descrição e indexação complementar” buscamos complementar ideias, fatos e acontecimentos práticos, além de teóricos, como forma de esclarecer nossa hipótese inicial e poder oferecer uma proposta preliminar para uma descrição e indexação complementar para a digitalização de documentos de acervos permanentes. O principal fundamento está nas necessidades inerentes ao perfil das pesquisas histórico-culturais, como apontado por vários dos entrevistados. Este apontamento compreende subsídios que permitem a construção das narrativas históricas da memória da cultura material.

2 – Arquivos e Redocumentarização: contextualização do tema de pesquisa

2.1 - Problema de pesquisa

Consideramos que as mudanças estruturais no processo informacional, causadas pela digitalização dos documentos e pela comunicação eletrônica, trouxeram impactos definitivos na configuração dos documentos de maneira geral, inclusive em sua estrutura interna e lógica de funcionamento. De tal modo, por meio da captação empírica de dados e o aprofundado estudo teórico reflexivo, interessamos-nos em identificar os impactos do processo de virtualização do documento de arquivo, de idade permanente, no fazer historiográfico e na prática arquivística. Em consonância com o pensamento de Pédaque (2003), que assinalou que o formato eletrônico revolucionaria o conceito de documento, buscamos entender em que e como essa revolução tem interferido na construção historiográfica e nos procedimentos arquivísticos de organização e disponibilização documental.

Nossa preocupação se pautou na especificidade do método historiográfico, que, no começo do século XX, passou a se basear em uma noção documental ampliada, ao serem questionados os tipos de informação intrínseca que esses artefatos culturais podem conter. Já a gênese do processo de Documentação remonta o final do século XIX, a partir do aumento da produção bibliográfica, da pesquisa científica e do surgimento de novos suportes, o que acarretou em fatores que originaram o desenvolvimento de novas técnicas para a organização e a administração da informação. Ortega (2009) diz que a Bibliografia, que até então se dedicava a essa organização da informação, não dava mais conta das novas demandas. Para Otlet (1997), a Documentação surgiu concomitantemente às atividades na biblioteca pública e às práticas documentais, apresentando o diferencial de “acompanhar o documento desde o instante em que ele surgia da pena do autor até o momento em que impressionava o cérebro do leitor” (OTLET, 1997, p. 115). Otlet propõe o uso da palavra “documento”, considerando um teor mais abrangente, como forma de não limitar seu conceito a uma tipologia. O “documento” poderia representar algo em que o conhecimento pudesse ser registrado e do qual se observe alguma propriedade informativa.

Cotte (2008), considerando os estudos da Redocumentarização e a proximidade entre informação e documento, ressaltou a importância do documento virtual no âmbito de um sistema de recuperação da informação. Da mesma forma, importa esclarecer que as aspirações da presente pesquisa estão de acordo com os benefícios⁴ que o documento digital traz para a preservação,

⁴ Moreira et al. (2007) afirmavam que a digitalização era apresentada como um caminho complementar em relação

disponibilização e organização da documentação.

A definição de documento, entendida e trabalhada na presente investigação, não se impõe como uma evidência inicial (MEYRIAT, 1981). Esta depende dos pontos de vista e dos métodos de abordagem documental. Essa abordagem necessita ser iluminada, diante de si, definindo a amplitude das características que o documento apresenta, para melhor ser operado como fonte de informações históricas. Nessa pesquisa, buscamos verificar a disponibilidade dessas possibilidades no documento redocumentarizado e repertoriar impactos incidentes na pesquisa e na organização documental, indagando os historiadores a respeito de uma possível ausência de elementos importantes para a análise historiográfica, além da opinião dos profissionais da arquivologia sobre essa problemática.

2.2 - Hipóteses ou pressupostos

A presente pesquisa se apoiou nos seguintes pressupostos: a digitalização dos documentos de arquivo de idade permanente impacta tanto positivamente como negativamente no fazer historiográfico baseado nas metodologias dos *Annales*, além da organização documental arquivística. Ou seja, são gerados, por meio da digitalização, além de grandes benefícios, problemas e questões que merecem reflexões aprofundadas.

Buscamos compreender melhor a inovação tecnológica informacional quando conjugada, mais especificamente, aos procedimentos tradicionais do fazer historiográfico, num processo de análise crítica dos momentos de sobrevalorização de um ou de outro. Essa reflexão, embasada pelos conceitos e teorias da grande área da Ciência da Informação, focou nos aspectos epistemológicos historiográficos e arquivísticos.

Baseamo-nos na crença de que caminhamos, em médio prazo, para um fenômeno generalizado de Redocumentarização, o qual cada vez mais ganha sentido quando se pensa na necessidade e possibilidade de melhor e mais eficientemente se poder preservar, organizar e recuperar a intensa gama de documentos e informações já existentes, os quais são imprescindíveis para a guarda da

às soluções para a preservação e ao acesso de documentos históricos. Cremos que sua mera posição de complementar foi superada. O leitor poderá verificar, por meio do corpo textual do presente trabalho, que constatamos que o processo de digitalização possibilita restringir o acesso ao documento original, liberando para consulta apenas o material digitalizado, beneficiando-o com uma preservação mais segura. O documento digitalizado, ainda, facilita o acesso e a consulta, preserva o original, além de possibilitar o contato com as suas informações via rede de computadores, como Internet e Intranet, permitindo maior acesso e agilidade às solicitações de conteúdo.

memória histórica da humanidade.

Procuramos, acima de tudo, suscitar um produtivo diálogo conceitual a respeito das noções do documento de acervo permanente entre Arquivologia e História. Com base nesse diálogo, buscamos apreender dimensões importantes do conceito de documento arquivístico permanente para ambas as áreas. Além disso, um aspecto importante para essa relação interdisciplinar decorreu das demandas sociais relativas à preservação e à atualização da memória coletiva em sua relação com o estudo da cultura material⁵, visto que consideramos a hipótese de caminhar para uma forte tendência de crescimento da digitalização e virtualização da documentação de valor cultural para os próximos anos. Crescimento que se dará em função das melhorias que o processo apresenta, as quais são mais evidenciadas pela crença em uma, na verdade relativa, redução de custos e na substancial ampliação do acesso. Consideramos esse procedimento benéfico para o meio acadêmico e para a sociedade.

Preocupou-nos saber se e como os procedimentos de disponibilização virtual da documentação permanente de arquivo estariam impactando o acesso às fontes de pesquisa por meio das necessidades metodológicas dos historiadores, ou seja, da perspectiva de procedimentos metodológicos da abordagem documental que são empregados por esses pesquisadores, atualmente.

Um dos pontos que buscamos compreender com esta pesquisa foi: qual tem sido a concepção do documento histórico digitalizado, quando pensado sob o espectro disciplinar da Arquivologia? Se o documento existe para diferentes disciplinas, então quais seriam a forma e o sentido atribuído pela Arquivologia ao documento nomeado, pelos historiadores, como de “valor histórico”? Propusemo-nos a pensar esse documento quando digitalizado, assim redocumentarizado, partindo das perspectivas elaboradas pelo movimento dos *Annales*. Mais objetivamente, buscamos melhor compreender as práticas que versam sobre suporte, formato e conteúdo documental a partir da noção ampliada de documento histórico nos procedimentos arquivísticos.

Em que momento o documento ganha tal *status* de documento histórico? O que de fato o leva a essa categoria? Como um documento passa a ser considerado um documento histórico para as áreas da História, da Arquivologia e da Documentação? Com essa pesquisa também objetivamos refletir e sistematizar sobre que elementos deve-se levar em consideração quando atribuímos a um documento o valor de fonte de informação histórica.

⁵ O documento destacou-se por ser um espaço privilegiado da memória, em particular, por fazer parte dos objetos que ilustram a cultura material (MENESES, 1998; MURGUIA, 2008) e a memória cultural (DODEBEI, 1997) e por se relacionar com o sistema informativo documental (RENDÓN-ROJAS, 2005; 2008).

Há um conjunto de documentos que serão considerados como de valor permanente e secundário, após passarem por seus períodos administrativo e intermediário. No entanto, esses documentos não foram gerados com o propósito específico de servir à História. Que elementos o definem posteriormente? Tentamos problematizar como as demais áreas lidam com essa questão por considerarmos que obter tal compreensão ajudaria a ambas as disciplinas a reconhecer melhor esse tipo de documento, oferecendo mais elementos para o seu tratamento.

Historiograficamente, o documento escrito foi considerado um instrumento secundário de informação. Partimos do entendimento de que um documento, com nível limitado de descrições, por exemplo, pode não lhe conferir os elementos necessários para uma análise com perspectivas mais ampliadas do que o conteúdo textual para o historiador que o interpretará. Desse modo, ao ser reformatado para o meio virtual, considerando que ao consulente interessará apenas o conteúdo textual de um documento, isso dificultaria várias das abordagens teóricas e práticas concebidas para o fazer historiográfico atual.

A fonte de informação, ou o documento de caráter cultural, precisa ser contextualizado ao ser organizado para a sua disponibilização e acesso em um sistema de informação institucionalizado, adquirindo, assim, o valor social de fonte documental e, portanto, de documento histórico, de acordo com as necessidades de interpretação do fazer historiográfico atual. Diante desse quadro, perguntamos: os processos de organização, recuperação e disseminação da informação têm mediado o acesso à documentação permanente de forma a suprir as necessidades informacionais interpretativas do historiador, principalmente o da cultura material? Constitui-se em um fato haver impactos se ao historiador não restar muito que interpretar, além do que for objetivado pelo organizador do documento, ao definir, de antemão, o que interessaria ao consulente. Assim, nessa relação historiador/documento, nossa hipótese é a de que a sobreposição do enfoque objetivo pode anular as possibilidades de subjetividade no fazer interpretativo dos indícios históricos materiais.

2.3 – Metodologia

Descreveremos agora a operacionalização deste trabalho, apresentando a delimitação das questões instrumentais que o norteou, além de uma breve descrição dos sujeitos participantes e dos objetos estudados e analisados. O processo de desenvolvimento foi fundamentado em momentos distintos e complementares, bem como no aprofundamento teórico metodológico e

em categorias⁶ de análise fundamentais. Este processo compreendeu três momentos imprescindíveis para a pesquisa: pesquisa bibliográfica⁷, observação em campo⁸ e entrevistas⁹, para a coleta de dados empíricos. O objetivo, por meio de cada uma dessas técnicas, foi obter informações gerais e complementares a fim de compreender as representações dos sujeitos elencados.

Diante da construção investigativa, consideramos a metodologia como qualitativa, uma vez que pesquisas qualitativas nas Ciências Sociais lidam com significados, motivações, valores e crenças, informações estas que não podem ser simplesmente abreviadas às questões quantitativas, por responderem a noções muito específicas. O refinamento da hipótese, a adoção de diferentes procedimentos metodológicos e a análise mais elaborada e detalhada foi feito com o uso, bastante moderado, de dados estatísticos e quantitativos, de forma a complementar o aspecto qualitativo¹⁰.

Para Cornelius (2002), a informação depende da prática social: só existe a partir de um sujeito emissor, e seu sentido é completado quando outro sujeito interpreta o seu significado¹¹. Portanto, o foco qualitativo se alinhou ao fato de que a Ciência da Informação tem como alvo de estudo o comportamento da informação, seu fluxo informacional, além dos elementos e atores que a propagam. Trata-se de uma ciência ligada ao campo das Ciências Sociais, pois é sabido que a informação é abrigada pelos pesquisadores como um fenômeno social.

⁶ Estudo de Caso, pesquisa histórica, qualitativa e quantitativa, categorias como metodologia de pesquisa e métodos de organização informacional, além de outras que foram sendo demandadas após o início da pesquisa, em decorrência do contato com as fontes de informações que seriam analisadas. Esse importante momento visou estabelecer o diálogo com autores da área e áreas correlatas.

⁷ No momento de revisão teórica para o desenvolvimento da pesquisa inicialmente proposta, procedeu-se a uma análise mais detalhada dos recentes debates referentes à Historiografia, Análise Documental, Documentação e Redocumentarização com o objetivo de buscar entendimentos conceituais que nortearam os demais momentos da discussão proposta.

⁸ Entendemos ser importante promover a associação entre a observação e o processo posterior de construção do instrumento de pesquisa, possibilitando validar o objeto, além de fortalecer os indícios ou as pistas balizadoras da investigação.

⁹ A tradução de grande parte das respostas às entrevistas obtidas com os profissionais que possuem o espanhol vernáculo foi realizada de maneira livre e analítica, não de maneira literal.

¹⁰ Os dados quantitativos foram importantes para adicionar desenvolvimento conceitual e instrumentalização aos qualitativos, auxiliando na legitimação, na explicação, torná-los mais claros e ilustrar as observações, fornecendo subsídios para revisar e reforçar a parte teórica. Pensamos que ainda se pôde ocasionar em um maior aprofundamento na análise de dados ao longo da investigação. Poderíamos extrair novos focos de atenção e direcionamento na análise, os quais não seriam apontados caso optássemos por somente uma dessas perspectivas.

¹¹ Essa classificação do campo da Ciência da Informação se tornou evidente, principalmente no meio acadêmico e na literatura especializada (FROTA, 1998).

2.3.1 – Observação Participante

Como já mencionado, esta investigação científica envolveu pesquisa bibliográfica e levantamento de dados empíricos por meio da observação de fatos e / ou fenômenos para que obtivéssemos maior compreensão do objeto estudado, o documento. Foi fundamental, para nossos objetivos, contatar acadêmicos e profissionais capazes de nos fornecer dados e sugerir possíveis fontes de informações úteis.

A observação participante possibilitou o envolvimento prático no ambiente onde ocorrem os fenômenos investigados. Ela difere da observação informal, ou daquela realizada sem qualquer vínculo com o objeto estudado. Tal distinção ocorre na integração do investigador ao grupo investigado. Esse momento obedeceu a um conjunto de operações de confrontação entre o modelo teórico e os dados observáveis. Nessa etapa, verificamos analiticamente nossas hipóteses, além do contato e sistematização dos conhecimentos teóricos e práticos, coletados dos sujeitos, métodos e instituições alvo dessa pesquisa.

Estabelecemos etapas com fins exploratórios¹², objetivando visitar equipes de desenvolvimento de projetos de pesquisas teóricas, instrumentais e de tratamento documental. Parte desse plano de trabalho aconteceu nas palestras e eventos acadêmicos dentro do cronograma de atividades do Grupo *OTLET: Teoría, Historia y Evaluación en Biblioteconomía y Documentación*, sob a coordenação do professor José López Yépes (Facultad de Ciencias de la Información – Universidad Complutense De Madrid - UCM). Essa incursão ocorreu durante parte do ano letivo dessa instituição, compreendendo o período de abril de 2017 ao final de julho do mesmo ano. Naquele momento de estágio, contatamos pessoas e obtivemos entrevistas, assim como conversas informais a fim de caracterizar as representações dos pesquisadores da área de História e da disciplina de documentação na UCM, da mesma forma como foi realizado com os historiadores e arquivistas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Outra instituição alvo no mesmo período foi a Subdirección General de los Archivos Estatales, localizada no Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, também na cidade de Madrid, que seria importante para os estudos relativos aos processos de Redocumentarização praticados pelos profissionais responsáveis pela manutenção do Portal de Archivos Españoles (PARES).

¹² Um dos aspectos principais de pesquisas exploratórias é possibilitar o estabelecimento de novas hipóteses, bem como ampliar a familiaridade do pesquisador com o objeto em estudo, possibilitando tornar a pesquisa mais precisa.

Infelizmente, o instrumento interno do portal PARES não pode ser mostrado ao público. O acesso geral é permitido apenas a parcerias estabelecidas, o que nos foi informado, pessoalmente, pelo responsável das relações institucionais do PARES. Buscaríamos nesse local, por meio da coleta empírica de dados e informações, captar os pressupostos teóricos, metodológicos, tecnológicos e procedimentos práticos utilizados no desenvolvimento e manutenção do projeto PARES. Mas, acima de tudo, a filosofia empregada nessa organização informacional, conjugada aos procedimentos do fazer arquivístico. Porém, apesar de grande insistência, nem mesmo uma entrevista poderia ser concedida por algum profissional que atuasse diretamente no desenvolvimento e manutenção do projeto, devido a rígidos protocolos internos.

No entanto, logramos êxito em obter parte das informações sobre o projeto PARES entrevistando a chefe do setor de referências do Archivo Histórico Nacional de Madrid (AHN), Esperanza Adrados Villa. Conseguimos uma visita / aula, ministrada pelo professor José Luis Gonzalo¹³, à biblioteca medieval do Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, uma visita técnica guiada ao setor de digitalização da Hemeroteca Municipal de Madrid (Centro Cultural Conde Duque), além de conhecer toda a reserva técnica do AHN por meio de visita técnica guiada.

Buscamos compreender os hábitos, atitudes, interesses e características do fazer profissional e acadêmico desses grupos de profissionais. Dessa maneira, o entendimento de boa parte das respostas fundamentais para melhor apresentação das considerações práticas e objetivas pretendidas por esta investigação foram extraídas do envolvimento anteriormente descrito.

Por meio da observação do ocorrido, do que ainda ocorre e das transformações em relação à produção historiográfica, além dos métodos arquivísticos, procuramos compreender e apresentar como essa realidade tem sido construída ou assimilada, na medida em que é produzida por esses sujeitos, fruto das necessidades e imposições tecnológicas contemporâneas.

2.3.2 – Entrevista Semiestruturada: população consultada

O tipo de entrevista adotada é conhecido, na literatura especializada, por entrevista semiestruturada. Apesar de trazer outras nomenclaturas, adotamos essa terminologia por considerá-la mais adequada. Os profissionais selecionados para a pesquisa formam um grupo com perfis diversificados e foram definidos para a amostra de forma intencional. Os

¹³ Profesor Titular da Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid.

professores¹⁴ entrevistados proveem de áreas diversas como Biblioteconomia, Arquivologia, Documentação, Direito e História com formação complementada em pós-graduação, caracterizada pela mesma diversidade. As informações coletadas foram analisadas tendo como orientação o aporte teórico que embasou a presente discussão por meio de uma ampla revisão de literatura internacional. Os dados foram sistematizados a partir das categorias que mais se tornaram evidentes dentre as que surgiram dos relatos de todos os entrevistados. Por se tratar de uma pesquisa predominante de cunho qualitativo os entrevistados não foram selecionados de acordo com os padrões probabilísticos. Optamos pela amostra intencional, aquela em que o pesquisador arbitra sobre a população a ser estudada, sobretudo, em situações específicas.

Pesquisas qualitativas podem se configurar com o uso da amostra não probabilística, com destaque para a amostra intencional¹⁵. Desse modo, identifica-se e se seleciona uma amostra que permita obter as informações necessárias. A lógica da amostra intencional está na triagem da informação para seu estudo em profundidade (MERRIAM, 1998). Já amostras não probabilísticas são escolhidas de forma subjetiva pelo pesquisador, considerando sua experiência prévia e os objetivos estabelecidos. Essa amostra versa sobre a integração de uma população constituída por sujeitos capazes de fornecer informações densas e substanciais para a investigação. Para Gil (2002), na amostra intencional, considera-se optar por um subgrupo da população geral, o qual possa representar a população geral.

Nos estudos de caso, assegura Triviños (1987, p. 132), que é lícito utilizar a intencionalidade com base em um inventário de categorias, como “sujeitos que seriam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para encontrar as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas etc., o tamanho da amostra”. A escolha dos entrevistados seguiu a referência de Minayo (2000), ao alegar que a amostra ideal é a que privilegia os indivíduos que detêm os atributos que se busca conhecer. Ou, a amostra que seja capaz de fornecer informações relevantes para a captação de categorias que espelhem a totalidade das dimensões investigadas.

Os entrevistados foram diferenciados por uma numeração crescente, com distinção de abreviaturas. Uma estratégia que teve o objetivo de garantir o anonimato dos investigados, utilizando as letras antes dos números, informando a qual grupo pertence o entrevistado: AB00,

¹⁴ Como é comum em muitas publicações, o uso do gênero gramatical masculino, no presente texto, foi empregado de maneira genérica de maneira a facilitar a escrita e fortalecer o sigilo dos entrevistados.

¹⁵ Essa metodologia se refere a pesquisas com sujeitos que participam de uma ação de formação. As técnicas de amostragem não probabilística são intencionais e não intencionais. Realizam-se entrevistas com grupos de sujeitos escolhidos pelo investigador por serem representantes de uma população em particular, como, nesse caso, os membros de uma profissão.

HB00, DE00 e HE00¹⁶.

Entre os entrevistados no Brasil, foram convidados, via correio eletrônico, nove docentes da Escola de Ciência da Informação da UFMG (ECI); sete desses, professores e orientadores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), que também atuam no curso de graduação em Arquivologia da ECI. Ainda, um professor que atua no curso de Arquivologia, mas não na pós-graduação e um ex-professor – que pediu desligamento da universidade e desempenha a função de arquivista em um órgão público do Estado de Minas Gerais –, que atuou no mesmo curso. Os critérios, previamente estabelecidos, foram possuir atuação prática e ou teórica em Arquivologia, sem distinção de sexo e / ou de idade. Os convites e as entrevistas ocorreram entre janeiro e setembro de 2016.

Com relação aos profissionais entrevistados na Espanha, 14 professores eram pesquisadores convidados da Faculdade de Ciências da Documentação da Universidade Complutense de Madrid. Critério: atuação na pesquisa em documentação, sem distinção de sexo e / ou idade. Aos professores que não responderam / aceitaram o convite no primeiro contato, foi enviado um segundo *e-mail* entre maio e junho de 2017. As entrevistas, nesse caso, foram realizadas no período de maio a julho de 2017 na cidade de Madrid, na Espanha.

Aos professores que não responderam ao nosso convite no primeiro contato via *e-mail*, foi enviado um segundo. No caso desse grupo de 23 convidados, entre brasileiros e espanhóis, houve apenas uma recusa explícita, por parte de um pesquisador espanhol. Os dois convidados brasileiros que não participaram das entrevistas não responderam a nenhum dos dois *e-mails* que lhes foi enviado (ver Tabelas 01 e 02).

Professores e ex-professor do curso de Arquivologia da ECI		
	Convites via e-mail	Aceite / recusa
Entrevistados	09	07
Recusa justificada		00
Convites sem retorno	02	02
Total de convidados		09

Tabela 1 - Professores e ex-professor do curso de Arquivologia da ECI

¹⁶ As letras AB, das siglas, significa “Arquivista Brasileiro” e as letras DE “Documentalista Espanhol”. As letras HB, das siglas, significam “Historiador Brasileiro” e HE “Historiador Espanhol”.

Professores e pesquisadores da área de documentação – Espanha		
	Convites via e-mail	Aceite / recusa
Entrevistados	14	07
Recusa justificada		01
Convites sem retorno	06	06
Total de convidados		14

Tabela 2 - Professores e pesquisadores da área de documentação - Espanha

Referente aos historiadores, para a amostra brasileira, foram convidados, por *e-mail*, 20 docentes permanentes do Programa de Pós-graduação em História da UFMG (PPGH-UFMG)¹⁷, dentre os 27 pesquisadores encontrados na página Web desse programa. O critério estabelecido, previamente, foi possuir formação na área de História anterior aos anos 1990, sem distinção de sexo e / ou idade. Os convites foram enviados no começo do mês de novembro de 2015 (ver Tabela 03).

Professores historiadores Brasil		
	Convites via e-mail	Aceite / recusa
Entrevistados	20	06
Recusa justificada		04
Convites sem retorno	10	10
Total de convidados		20

Tabela 3 - Professores historiadores Brasil

Aos professores que não responderam ao convite, no primeiro contato, foi enviado um segundo *e-mail*. As entrevistas aconteceram entre novembro de 2015 e março de 2016. Nessa população de 20 convidados, 10 não responderam a nenhum dos dois convites enviados e houve a recusa explícita de quatro historiadores. Os motivos alegados por estes últimos compreenderam o fato de não se considerarem em condições de contribuir com reflexões significativas ao nosso trabalho, devido a não terem familiaridade com o objeto específico da pesquisa (dois convidados); saída do país para estudos no exterior (um dos convidados) e dificuldade de encontrar espaço na agenda para fornecer a entrevista (um convidado)¹⁸.

No caso espanhol, foram convidados 28 historiadores, pesquisadores / professores, da faculdade de Geografia e História da Universidad Complutense de Madrid¹⁹, a partir de maio de 2017.

¹⁷ Disponível em: <<http://historia.fafich.ufmg.br/corpodoc.php>>.

¹⁸ Em todos os convites foi informado que a escolha de data, hora e local ficaria a critério do convidado.

¹⁹ Grupos de pesquisa: *Grupo de investigación figuración, representación e imágenes de la arquitectura del siglo XVIII al XXI; Historia de la cultura impresa en España; Proyecto S U+M A [universidad+museo]: historia del arte, educación y museos e Fuentes literarias para la historia de las mujeres en España.*

Critério de formação e atuação na área de História como pesquisador, sem distinção de sexo e / ou idade. Aos professores que não responderam / aceitaram o convite no primeiro contato foi enviado um segundo *e-mail* entre maio e junho de 2017 (ver Tabela 04).

Professores historiadores Espanha		
	Convites via e-mail	Aceite / recusa
Entrevistados	28	05
Recusa justificada		03
Convites sem retorno	20	20
Total de convidados		28

Tabela 4 - Professores historiadores Espanha

Nessa população de 28 convidados, 20 não responderam a nenhum dos dois convites enviados e houve a recusa explícita de três historiadores. Os motivos alegados por estes últimos compreenderam o fato de não se considerarem em condições de contribuir com reflexões significativas ao nosso trabalho, devido a não terem familiaridade com o objeto específico da pesquisa (um dos convidados) e saída do país para estudos no exterior (dois convidados).

Ao convidado que se manifestou inapto para lidar com o tema, foi informado que, apesar de a pesquisa envolver assuntos que não seriam de suas atuações específicas como Arquivologia e digitalização de acervos permanentes, a entrevista se concentraria nas *práxis* do historiador no momento presente. Ressaltamos, ainda, a crença de que suas experiências como historiador forneceriam informações importantes. No entanto, esse convidado não cedeu ao nosso apelo.

Uma coleta de dados qualitativos, não prioritária, ocorreu por meio da análise das falas dos sujeitos. O instrumento de coleta de dados, denominado “roteiro de entrevista semiestruturada”, sofreu algumas modificações sucessivas, a partir da aplicação do teste piloto. O piloto permitiu identificar equívocos possíveis com relação ao conteúdo abordado, comprovar a adequação aos temas das questões norteadoras e encontrar novos aspectos não contemplados inicialmente.

Escolhemos, para as entrevistas, o roteiro semiestruturado por permitir trabalhar de forma que os entrevistados discorressem livremente com base nos seus pontos de vista. Seguiu-se um plano contendo pontos norteadores, sem a intenção de padronizar as perguntas a fim de garantir que determinados questionamentos fossem levados a todos os sujeitos do estudo, mas que estes oferecessem as respostas de acordo com a forma que lhes julgassem melhor, objetivamente ou de forma mais extensa, sem apresentarmos limites. Assim, os roteiros orientadores das entrevistas, que se encontram nos apêndices A e B resultou da adequação do modelo de origem, organizado a partir da base conceitual teórica, dos objetivos da investigação e do resultado do teste piloto.

Objetivamos levantar informações e dados que não seriam possíveis somente por meio da pesquisa bibliográfica e da observação participante, e, também, por meio de uma coleta de dados objetivos e subjetivos no momento das entrevistas. O método de entrevistas abertas, componente da metodologia semiestruturada, relaciona-se às finalidades das pesquisas exploratórias, como foi demandada por nossa pesquisa. Pode-se, assim, explorar mais amplamente as questões, possibilitando detalhamento e formulações mais precisas sobre os conceitos relacionados. Entendemos, como vantagens da entrevista aberta e semiestruturada, o fato de que essas técnicas geram melhores amostras do tema de interesse. Além disso, possui maior efetividade em contraposição aos questionários enviados por correio, ou *e-mail*, que costumam ter índices de retorno muito baixo e diversos outros fatores intervenientes²⁰.

Os processos de estudo, entrevistas e observação na Espanha objetivaram a busca de contrastes e aproximações em relação aos processos entre as duas tradições acadêmicas. As informações fornecidas foram gravadas digitalmente e analisadas, buscando-se obter, dos relatos, padrões de informações que contemplassem impactos considerados positivos e negativos, além das preocupações advindas dos profissionais entrevistados a respeito do processo de digitalização dos acervos arquivísticos.

O importante, para a pesquisa, seria captar, pelas *práxis* desses profissionais, versões de situações dos fatos a serem analisados. Buscamos identificar opiniões, concepções, percepções, avaliações e descrições a respeito de fatos internos e externos à atuação profissional dos entrevistados. Ainda, observamos temas que suscitasse discussões. Do montante das entrevistas, escolhemos destacar categorias mais evidentes ou mais recorrentes e eminentes no sentido do que tem gerado maiores preocupações para esses profissionais.

A etapa posterior se dividiu em dois momentos principais: 1) revisar a problemática, adequando a abordagem ao objeto de pesquisa, como o refinamento da pergunta inicial e ratificação das hipóteses prévias; 2) após refinamentos e confirmações, dedicamo-nos à análise dos dados obtidos e à escrita do relatório final desta pesquisa.

²⁰ *There are some potential pitfalls when using the Internet in research, including its uncontrolled environment (for example, respondents might be affected by random factors and events, including distractions at home or the presence of family or coworkers), a potential lack of anonymity and data security, layout differences of Internetbased surveys due to low-end technology and different Web browser programs and settings, and accessibility issues that call into question the generalizability of data* (HAMPL, 2003, p. 1458).

3 – O Documento como uma Entidade

O conceito de Documento, por nós entendido como uma Entidade²¹, é discutido contemporaneamente de forma mais ampla por pesquisadores europeus, notadamente provenientes da França e da Espanha como Meyriat (1981), Sagredo Fernandez & Izquierdo Arroyo (1982), López Yepes (1981, 1995, 1997, 1998 e [s.d.]) e Martínez Comeche (1995 e 2006).

Considerando a informação como base dos estudos e trabalhos da Ciência da Informação (CI), entendemos ser fundamental conhecer o suporte no qual ela se apresenta, que é o documento, na forma em que ele se manifestou e se manifesta em diferentes épocas. Do ponto de vista da evolução semântica, o documento pode ser considerado como instrumento de cultura, de conhecimento e de fixação da realidade, além de fonte de processamento de mensagens, informação e conhecimento científico. Consideramos que as mudanças estruturais no processo informacional, influenciadas pela digitalização dos registros e pela comunicação eletrônica, trouxeram impactos definitivos na configuração dos documentos, inclusive em sua estrutura lógica de funcionamento.

O valor documental e patrimonial dos objetos produzidos pela sociedade não pode ser concebido de forma definitiva, pois a ação documental e patrimonial é uma relação circunstancial, visto que em determinados momentos essas duas instâncias se coadunam. Em função dessa circunstancialidade, a sociedade produz objetos que podem ser analógicos ou digitais, e assumirão valores diferenciados em suas existências materiais e virtuais, os quais possuem o potencial de assumir a característica de fonte de informações históricas.

3.1 – Teóricos do Documento e da Documentação

A importância do documento perpassa a relação entre sociedade e ciência. No século XIX, a palavra “documentação” ganhou prestígio entre cientistas e diversos ramos administrativos. A partir de então, a qualidade do trabalho científico e a eficiência administrativa passaram a depender de uma documentação adequada e acurada. Lund (2009) afirma que a combinação de

²¹ Estamos considerando o Documento como ENTIDADE no sentido daquilo que se constitui em algo real, que existe ou pode existir e se caracteriza por sua essência, de forma real ou imaginária, física e representada. Ou seja, no âmbito da presente pesquisa, desenvolvemos o entendimento de que um documento na contemporaneidade não é apenas um objeto cristalizado em um suporte materializado.

argumentos lógicos com apenas uma narrativa satisfatória não era mais suficiente para garantir a credibilidade das ações dentro dessas áreas. Ao profissional da ciência tornou-se necessária a comprovação empírica ou a demonstração documental do processo e dos resultados de suas investigações.

Com base no termo latino *documentum*, no qual o sufixo *mentum* indica instrumento, exemplo, prova; o significado da palavra documento aproxima-se do sentido de prova. Citamos aqui um exemplo clássico, frequentemente recorrido pela literatura científica: diploma, carta, relação ou outras indicações que ilustram um fato, principalmente histórico. Algo escrito que consiste em dados confiáveis ou capaz de ser usado como tal para comprovações (MARTÍNEZ-COMECHÉ, 1995).

Porém, como afirma Lund (2009), documento não se identifica apenas com a significação de prova, ou evidência escrita. Esse autor enfatiza que o termo se relaciona também aos pressupostos do ensino e instrução, depreendendo-se a importância de se diferenciar o documento de arquivo, do documento de biblioteca ou de museu. Assim, o termo "documento", como por nós é conhecido, vem da raiz latina do verbo *docere*, que significa ensinar, demonstrar, derivando etimologicamente do verbo grego em sua relação com as formas latinas *dicere* e *ducere*, as quais se referem ao sentido comunicativo (SAGREDO-FERNÁNDEZ; IZQUIERDO-ARROYO, 1982).

A versão clássica da noção de documento é encontrada em uma das obras mais básicas sobre a temática: *Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*, de Paul Otlet, publicada em 1934²². Otlet acreditava que necessitávamos não apenas de uma bibliografia²³, ou, descrição documental, mas de uma bibliologia, ou seja, uma ciência e uma técnica gerais do documento.

Para Otlet (1997), o livro compreendia um termo genérico para manuscritos e impressos, de variadas espécies, que, em número de milhões, teriam sido elaborados e / ou publicados em forma de volumes, periódicos, publicações artísticas etc. Representariam, dessa maneira, o conjunto da memória materializada da humanidade, armazenando fatos, ideias, ações e sentimentos, ou seja, episódios constituintes da razão humana. Otlet partiu da ideia genérica de *biblión*, ou bibliograma, ou documento, abarcando os tipos mais diversos: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, certificados, além dos discos e filmes. *Biblión*

²² Disponível em <<https://archive.org/details/OtletTraitDocumentationUgent>>. Acesso em 18 nov. 2014.

²³ Apesar de Bibliografia e Documentação terem uma origem em comum, em função de seu objeto de estudos ser o documento, a Documentação se diferenciou da Bibliografia sensivelmente, devido à difusão da informação a partir de uma concepção de documento que transcendeu a de documento bibliográfico (BLANQUET, 1993).

seria uma unidade intelectual e abstrata, podendo ser encontrada na forma concreta e também em modalidades diversas. Paul Otlet apresenta uma comparação dessa unidade com o átomo, da Física; à célula, na Biologia; ao espírito, compreendido pela Psicologia e aos estudos do relacionamento humano percebidos pela Sociologia. A unidade intelectual compreenderia o pensamento, sendo o livro o meio produtor de faculdades intelectuais (OTLET, 1997).

A noção de documento da versão clássica iniciada por Otlet foi consolidada por ele e seus discípulos, em especial em solo francês. O período que compreende até a metade do século XX é o que se considera a história da Documentação na França, como afirma Fayet Scribe (2001). Ainda, como colocado por González de Gómez (2011, p. 25) “uma pluralidade de produtos, recursos e serviços que dariam concretude à capacidade produtiva do novo labor intelectual e que caracterizaria propriamente o que na Europa denominou-se documentação”.

A criação dos termos documento e documentação extrapolou a noção de livro como algo fechado em si mesmo. Paul Otlet ampliou a noção de documento abarcando os objetos tridimensionais não textuais, desde 1928. Mas, no começo da década de 1950, Suzanne Briet aprimorou a concepção de documento, dando vida nova à ideia de documentação originária dos estudos de Otlet. Note-se que a partir da década de 1930 os teóricos da Escola dos *Annales* (ver subcapítulo 3.7.3, final da página 78), no campo da pesquisa histórica, trabalharam no mesmo sentido de ampliação do entendimento do que sejam documentos.

Renée Marie Helene Suzanne Briet, ou Suzanne Briet, como é mais conhecida, nasceu em Paris em fevereiro de 1894. Foi bibliotecária, historiadora e ocupa posição de pioneira da teoria documental. Briet, discípula de Paul Otlet, avançou na definição de documento adotada em 1935 pela *Union Française des Organismes de Documentation* (UFOD): todo conhecimento, fixado materialmente, suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova (FAYET-SCRIBE, 2001). A autora propõe outra definição que julgou mais contemporânea: o documento seria todo signo indicial, concreto ou simbólico, preservado ou registrado com fins de representação, reconstituição ou comprovação de um fenômeno físico ou intelectual. Em alguns casos, Briet faz uma dupla consideração sobre os documentos, afirmando serem esses sinais concretos, e, em outros casos, simbólicos, como em questões do tipo: uma estrela é um documento? Um animal é um documento? Não, mas fotografias ou catálogos de imagens de estrelas e de animais são documentos. As estrelas e os animais são objetos concretos, desvinculados de qualquer sinal específico, porém, as fotografias e os catálogos, diferentemente, se destinam às suas representações (BRIET, 1951).

A definição documental que deu notoriedade ao nome de Suzanne Briet é, no entanto, a que

descreve o que pode se tornar um documento. Seu exemplo clássico foi materializado em função do surgimento de uma espécie nova, naquela época, de um antílope africano, que foi encontrado e levado à Europa, tendo o fato sido divulgado nos meios de comunicação. O espécime também se tornou um item apresentado academicamente e tema de atividades de ensino museológico. Ainda vivo, foi enjaulado e catalogado em um zoológico. Já morto, foi dissecado e conservado em um museu e exposto à visitação pública, passando a ser registrado em documentos impressos, como livros e enciclopédias e a ser parte integrante de bibliotecas. A partir do processo descrito, Briet considerou o antílope catalogado como um documento inicial. Os demais seriam documentos secundários ou derivados. Exemplos de documentos secundários encontramos nas traduções, análises, boletins de documentação, arquivos, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfilmes, seleções, sínteses documentárias, enciclopédias, guias de orientação, etc. (BRIET, 1951).

Suzanne Briet tem um lugar de grande importância na questão da materialidade, como da imaterialidade, da informação e no surgimento do campo teórico da documentação ao criar insumos que fundamentaram sua estrutura. Na concepção de Briet, os seres e as coisas podem mostrar sua documentalidade na medida em que são relacionados ou associados a outros seres e coisas. Dessa forma, os documentos iniciais não seriam apenas os documentos textuais convencionais. Segundo Ortega e Lara (2010, p. 377), as propostas de Paul Otlet e Suzanne Briet enunciaram questões de promoção e acesso à informação. Os termos documento e Documentação já tinham, em “germe”: a noção de informação, tal como compreendido contemporaneamente.

Frohmann (2011) buscou criticar a visão dita “ingênua” daqueles que abordariam o documento como mero condutor de informação. O autor desenvolve o conceito de “documentalidade”, referindo-se à capacidade e ao poder do documento, a partir de arranjos com outros elementos a fim de gerar marcas, sinais ou vestígios: “*to generate marks, signs, or traces*”. O foco de Frohmann (2011) está na materialidade dos documentos, e é inspirado nos movimentos documentalistas, especialmente nos trabalhos de Paul Otlet e Suzanne Briet, entendendo que o foco de análise dos precursores do movimento iniciou-se nos objetos como documentos, com base no famoso exemplo do antílope de Briet.

Além dos textos escritos, objetos tridimensionais como as esculturas, fósseis, obras de arte, vestígios da atividade humana, como os achados arqueológicos e artefatos diversos são exemplos do que pode se constituir de um documento. Concepção que Otlet (1934) desenvolveu em seu *Traité de documentation* e se relaciona com o foco historiográfico da presente pesquisa, o de uma documentação de valor histórico, que vai muito além dos ditos “tradicionalistas” documentos

de arquivo ou daqueles encontrados em suporte papel.

No entanto, no início da década de 1960, Ranganathan, diferentemente de Otlet, restringe esse conceito apenas a textos escritos, declarando que objetos tridimensionais não textuais, inclusive os exibidos em museus, não poderiam ser documentos por não se constituírem de uma gravação em uma superfície mais ou menos plana, como o papel (BUCKLAND, 1997). Para o pesquisador de origem indiana, o documento deve ser capaz de preservar a informação ao longo do tempo, manejo físico e ser transportável (MARTÍNEZ-COMECHÉ, 2006). Para nós, essa proposição não coaduna com os métodos de análise documental e historiográficos contemporâneos.

Para Svenonius (2000, p. 8), na literatura da Organização da Informação se verifica uma aproximação do sentido de documento com o conceito de suporte: “Informação é uma abstração, mas os documentos que a contêm estão expressos em algum meio” – o papel, a pedra ou, como interessa em maior grau à nossa pesquisa, a tela de dispositivos eletrônicos. Esse conceito alimenta os estudos das práticas sociais da informação com suas consequências e efeitos, além de ocorrer maior proximidade entre diversas áreas que lidam com o documento, como a História, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia e a Documentação (LARA, 2010).

O raciocínio de Buckland (1991a) abrange a noção de que a intenção pela qual um objeto foi criado não é decisiva para lhe conferir *status* de documento, pois, enquanto um livro desenvolvido com objetivo de informar pode não chegar a ser lido, obras com empregos utilitários ou estéticos podem testemunhar e informar a respeito de determinada época, um ofício, uma região, etc. Dessa proposição emerge o entendimento de que a finalidade de um objeto é atribuída socialmente e pode ser reformulada constantemente. Nessa linha de pensamento, Gondar e Dodebei (2005, p. 17) afirmam que os documentos são uma “montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa”.

Alimentando o turbilhão de mudanças estruturais do processo informacional que afeta a Entidade Documento, podemos encontrar iniciativas mais recentes ligadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Turner e Allen (2013), do *College of Information Science and Technology, Drexel University*, Philadelphia, Estados Unidos da América, apresentam uma investigação que analisa documentos orais “não tradicionais” (*non traditional*), e como eles podem cooperar nos esforços para se entender, dentro das práticas tradicionais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, possibilidades de descrição, armazenamento e recuperação de artefatos disponibilizados por meio das novas mídias.

Turner e Allen (2013), audaciosamente, propondo deixar para trás visões tradicionais de

documento – como os estudos consolidados por Otlet, Briet, Buckland, Martinet e Frohmann –, buscam incorporar um diálogo teórico a um debate sobre o documento. Esses autores articulam seu estudo de forma a propor a extensão das práticas tradicionais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação aos documentos de formatos emergentes. Os autores levantam questões que incluem: como podem as práticas da biblioteca e da ciência da informação tradicionais serem estendidas a documentos como os *videologs*, cuja inspeção social de sua validade ocorre tanto simultânea, quanto posteriormente à sua divulgação? Poderiam todas as vozes que surgem dentro do documento ou de um diálogo serem tratadas como autorais? Seriam itens que através dos quais um único diálogo geraria um único documento, uma coleção, ou algo diferente?

Turner e Allen ainda afirmam que trabalhos analíticos como o propuseram ajudariam a identificar a natureza dos novos tipos de documentos emergentes, e que os profissionais da informação podem começar a determinar suas formas de descrever, organizar, armazenar, recuperar, ou articular novas práticas necessárias para garantir o acesso aos documentos emergentes²⁴. Algo com o que, nessa tese, buscamos contribuir.

3.2 - Definições de uma Entidade em constante transformação: O Documento

A tecnologia da informação e, especificamente, a Internet levam à criação de novas formas documentais, como o documento multimidiático, o hipertexto e o hiperdocumento, eletrônico ou digital, e à emergência que se envolve com os documentos afetados por essas tecnologias e que ainda não possui contorno bem delimitado, o que faz com que a definição de documento ainda não esteja completamente formada, e permita a existência de várias definições e, conseqüentemente, a necessidade imposta de se estabelecer uma teoria que, necessariamente, caiba nos objetivos de professores e pesquisadores das disciplinas documentárias. Mas será possível encerrar em si mesma tal definição? Lançamos essa pergunta embasando-nos nas constantes modificações estruturais e culturais que as tecnologias informáticas implantam na sociedade contemporânea em todos os seus âmbitos.

Luciana Duranti (1996), da *University of British Columbia*, Vancouver, Canadá, é uma pesquisadora que investe na relação dos princípios Diplomáticos com os Arquivísticos. Sobre as

²⁴ *This discussion contributes to efforts to leave behind traditional views of documents (Buckland, 1991; Briet in Day and Martinet, 2006; Frohmann, 2007; Otlet in Day, 1997; Turner, 2012a, 2012b) by showing how it can incorporate a dialogue. Articulating how to extend traditional library and information science practices to documents in emerging [...]. Works like this study help identify the nature of new types of documents emerging such that information professionals can begin to determine how to describe, organize, store, retrieve, or articulate new practices needed to ensure access to emerging documents (TURNER; ALLEN, 2013 p. 13).*

características do documento e seus objetivos a autora indaga:

O que é um documento? Tradicionalmente o termo se refere a muitas fontes de evidência. Então necessitamos especificar que a Diplomática estuda o documento escrito, ou seja, a evidência que se produz sobre um suporte (papel, fita magnética, disco, folha, etc.) por meio de um instrumento de escrita: lápis, caneta, máquina de escrever, impressora, etc.) ou de um aparato que grave imagens, dados e / ou vozes. O adjetivo “escrito” não se usa em Diplomática em um sentido de ato por si (escrito, riscado, desenhado ou registrado), mas sim de uma forma que se relaciona com o propósito e o resultado intelectual do ato de escrever, esta é a expressão de idéia (sic) de uma forma que é tanto objetivada (documentário) e sintática (sujeito a regras de ordenação) (DURANTI, 1996, apud ROCCO, 2013, p. 22).

O exemplo clássico de Suzanne Briet (1951), do antílope africano, incentivou Buckland a trabalhar seu manifesto dentro dessa linha de pensamento em seu livro *Information and Information Systems*, a respeito da natureza do campo (BUCKLAND, 1991). A partir da definição de uma gama alargada de informações, o autor escreveu um artigo separadamente, intitulado-o como *Information as thing* (BUCKLAND, 1991a), no qual se utiliza do exemplo do antílope. Esse artigo atraiu a atenção do campo, sendo amplamente citado, tornando-se leitura obrigatória para estudantes em escolas de Biblioteconomia e em estudos de informação pelo mundo. Posteriormente, o artigo foi complementado por um relato mais amplo com um desenvolvimento histórico da visão de documento: *What is a “Document”?* (BUCKLAND, 1997). Nesse relato, o autor define, como objeto de análise privilegiado, o discurso da Documentação, posicionando-se por pontos de vista estruturalistas e pragmatistas da linguagem, tomando o objeto a partir da intencionalidade na apreensão da ideia de documento. Ou seja, só há documento se existe a intenção para tal.

Para López Yepes (1997a), a construção de uma teoria do documento ainda é uma questão pendente. O autor considera a natureza do documento como algo complexo pelo fato de esse ser objeto de várias disciplinas, tais como a Documentação, a Arquivologia, a Bibliografia e a Biblioteconomia, podendo incluir a Museologia e a História, mas não se esgotando apenas nestas. As alterações mais recentes são provenientes das tecnologias da informação e de seus produtos digitais, geradores do documento eletrônico virtualizado.

Segundo o pesquisador José López Yepes (1997a), para se obter uma definição de documento é preciso considerar seus componentes e sua finalidade no sentido teleológico, ou seja, relativo à sua finalidade. Em um primeiro aspecto, esse autor aponta, como componentes do documento, os seguintes itens: suporte físico, mensagem informativa veiculada, potencialidade de transmissão e capacidade de atualizar sua informação em forma de uma nova mensagem documentária. Em López Yepes (s.d., p. 281), o pesquisador diz ser necessário realizar uma investigação abrangente da natureza do documento e, conseqüentemente, a construção epistemológica de uma única

ciência do documento. No artigo “*Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: ¿un nuevo profesional del documento?*” López Yepes buscou refletir a respeito da importância dos sistemas eletrônicos de informação e seu enorme potencial de difusão e acesso da informação, bem como sobre a natureza do documento, que seria uma palavra considerada sagrada por ser a “espinha dorsal” dos estudos da disciplina Documentação – termo utilizado por Sagredo e Izquierdo (1982). Dessa importância e centralidade emergiria a consideração da necessidade de se tentar desenvolver uma teoria permanente.

Por fim, as concepções mais conservadoras da entidade documento, descritas nessa revisão bibliográfica sobre a sua gênese, levaram-nos a uma consideração de tom genérico: o Documento veio sendo considerado como toda informação registrada em um suporte, independentemente de que este consista, devendo possuir forma fixa e conteúdo estável, assim materializado fisicamente. Este suporte seria utilizado, principalmente, para registrar e comunicar informações com um intuito, seja-o de ensino-aprendizagem, de servir de testemunho ou prova de atos e fatos ou de ser um objeto do qual emana informação, objetiva ou subjetivamente, por seu observador. Desse modo, entendemos que essa análise concede ao documento a característica de uma Entidade que assume valores diferentes dependendo da pessoa, do espaço e do tempo que o está circunscrevendo.

Considerando que o conceito de documento apareceria empobrecido em línguas românicas, mantendo apenas a conotação de educação moral (LÓPEZ-YEPES, 1997), José López Yepes desenvolveu reflexões a respeito da natureza do documento estudando-o a partir de diferentes perspectivas: documento como instrumento de cultura, de conhecimento e fixação da realidade, comunicação ou mensagem no processo documental e fonte de novo conhecimento científico. Discorreremos, a seguir, sobre essas perspectivas.

3.2.1 - Documento como instrumento de cultura

Por sua condição física e intelectual limitada, os seres humanos teriam desenvolvido a inerente necessidade de documentar-se. Segundo Lamo de Espinosa (1996), o homem seria um ser documentado, pois sua característica está no fato de que ele fala sobre o falado; e que pensa sobre o pensado, daí sua necessidade de recordar os fatos do passado.

Com a invenção do papel e, acima de tudo, com suas possibilidades de multiplicação, o ser humano satisfaz a sua tendência em colocar para fora seus sentimentos e ideais para reproduzir

os fragmentos da realidade que lhe interessam por meio do seu registro. Como uma das consequências da invenção da técnica, surgiu o documento, um precioso instrumento da tecnologia da informação, tornando possível gerar novas mensagens ou a regeneração de antigas.

Com a possibilidade da permanência de documentos além do espaço e do tempo, os sujeitos históricos os reutilizam como fonte de informação para ganhar novos conhecimentos e buscar o progresso, ou avançar socialmente. Em outras ocasiões, o documento possui a função de fruição estética ou prazer: admirar uma pintura ou se debruçar sobre uma obra de criação literária. Ainda, alimenta nossas vidas enriquecendo nossos sentimentos ou imaginário com os ideais fornecidos por autores de cada momento histórico, por meio das incontáveis manifestações culturais de povos antepassados. O documento também pode facultar o acesso a um direito ou ser o meio em que se atribui responsabilidade por uma escolha ou decisão. Em qualquer caso, a partir de qualquer ponto de vista, o homem, de forma constante, aumenta a capacidade de criar documentos, fornecendo-lhes grande multiformidade e abundância.

Em resumo, como instrumento de cultura, o documento é, portanto, suporte de acumulação de dados, informações, conhecimentos, emoções, recordações e sentimentos de uma determinada comunidade ou realidade legada às gerações futuras. A cultura é preservada e amplificada pelo documento.

3.2.2 - Documento como instrumento de conhecimento e fixação da realidade

Considerando informação e fontes de informação sinônimos, López Yepes (1997) considera ser necessário falar sobre a sua utilidade. O ser humano, ser de tendências informativas por excelência, tendências inatas de conhecer-se e explicar os segredos do mundo, inventou a tecnologia da informação e lhe atribuiu a função de transcender os seus pensamentos para coletar os dados que alimentam a sua reflexão. O documento seria o instrumento, inventado pelo homem, que permitiu preservar e descrever o pensamento vivido ou imaginado, em todas as suas formas.

De fato, na história da cultura humana sempre houve a necessidade, demonstrada pelos primeiros habitantes do planeta, de comunicação verbal e por escrito. O uso da memória é a primeira tentativa de se fixar o pensamento. Por isso o caráter do documento é tratado como uma segunda memória, como memória externa ao ser humano, que reproduz a atividade mental por meio de códigos de linguagem.

3.2.3 - Documento como instrumento de comunicação ou de mensagem

O documento como instrumento de comunicação ou de mensagem no processo documentário compreenderia a concepção do documento em seu sentido mais informativo e, portanto, mais enraizado na doutrina documentária iniciada por Paul Otlet (1934). O documento se apresenta como objeto de estudo da documentação e constituinte essencial do processo de documentação, portador e transmissor de mensagens gravadas e recuperáveis, além de possuir uma natureza sujeita à transformação.

Para Otlet (1934), a abordagem científica do documento fornece princípios antropológicos e culturais. Os livros constituem, em seu conjunto, a memória materializada da humanidade, registrando dia após dia fatos, ideias, ações, sentimentos, sonhos, sejam quais forem os elementos que tenham impressionado o espírito humano. Além disso, esse autor fornece um amplo significado de documento, um sentido universal do termo, indicando que as coisas materiais, os objetos, podem ser considerados documentos quando constituídos por elementos sensíveis de estudo ou de prova. Algo que coaduna com os fundamentos propostos pelos pesquisadores precursores e defensores do movimento dos *Annales* e sua ampliação da noção de documentos para a escrita da história.

Do ponto de vista da metodologia das ciências da informação, o documento é um componente essencial do processo de documentação: é a célula viva do processo documental, o processo informativo que permite alavancar de forma permanente a nossa comunicação para gerar novas informações. É mais do que um meio físico carregado com informações para tornar-se uma fonte de documentação ou uma fonte de novas informações.

Em suma, a concepção essencialmente informativa do documento é, portanto, consequência da noção de documento como um suporte que contém uma informação potencialmente transmissível no espaço e no tempo, assim como é atualizável para alcançar novos conhecimentos ou para tomar uma decisão acertada. Ou, como na metáfora de López Yepes (1997), o documento como fonte de informação parece, portanto, dormir pacificamente até um momento ou lugar determinado, que nos resolverá uma dúvida. Complementamos essa ideia: geralmente, o profissional que costuma deslocar esse documento da inércia é o historiador que vai indagá-lo a respeito das mensagens possíveis ou indícios históricos que aquele poderá nos fornecer.

3.3 - Documento na Ciência da Informação: perspectiva informativa

A aplicação da metodologia das ciências informativas ao estudo da natureza do documento está na origem da disciplina nomeada de Documentação. Como é sabido, foi Paul Otlet (1934) o seu promotor, aquele que buscou um significado universal à noção de documento com a integração de todas as disciplinas relacionadas ao documento como um objeto de estudo. A contribuição de Otlet foi crucial para considerá-lo um meio de registro e de divulgação da informação, o que impulsionou a criação das ciências da documentação.

A informação documental se configurou como a perspectiva que muito enriquece o conceito de documento, a partir de fatos como: **a)** as transformadoras necessidades de informação social e individual; **b)** o rápido desenvolvimento das tecnologias dessa natureza e **c)** o conceito de informação como exigido pela adaptação de uma mensagem ao meio através do qual ela se dissemina²⁵.

A capacidade informativa do documento implica no aspecto pragmático do objeto informacional à medida que revela o modo social e simbólico da informação e, por conseguinte, os ambientes e as situações concretas de seu uso (LARA e ORTEGA, 2010). A informação documental, em geral, é a que é previamente preservada, recuperada e transformada para se converter em fonte de informações e se obter novas informações e tomada de decisões. Ela tem lugar no chamado processo informativo-documental, composto por sujeitos emissores – o autor da mensagem e os profissionais de seu tratamento e difusão –, o suporte, a mensagem documentária e os sujeitos receptores da mensagem.

A mensagem, que podemos qualificar como documentária, experimenta, nas fases de preservação e difusão, uma certa metamorfose, que lhe impõe diversas tipologias: mensagem documentada, mensagem resultante da incorporação de uma mensagem a um suporte físico, fonte potencial de informação, mensagem de carácter estático, Informação para o futuro, fonte informacional efetiva, informação comunicada e mensagem de efeito multiplicador projetado para o futuro (DESANTES, 1987).

Para Smit e Guimarães (2001), os documentos são fruto de um conjunto de procedimentos, que objetivam expressar o conteúdo destes, com o objetivo de facilitar a recuperação da informação.

²⁵ *La información documental se configura como la nueva perspectiva que ha enriquecido notablemente el concepto de documento al partir de hechos aceptados como las cambiantes necesidades sociales e individuales de información, el desarrollo acelerado de las tecnologías de esta índole y el próprio concepto de información como modo de informar en cuanto exige la adecuación de un mensaje y el medio a través del cual se difunde el mismo* (LÓPEZ-YEPES, s.d., 279).

Enquanto um produto documental decorre de uma etapa analítica propriamente dita – ou seja, uma análise dentro da análise –, o documento advém de uma etapa ulterior de síntese, seja por intermédio de uma condensação, seja por meio da representação em linguagens documentais, como os cabeçalhos de assunto, as notações classificatórias, os descritores de tesauros, etc.

A partir da descrição anterior, entendemos que o objetivo desses procedimentos é propiciar precisão no processo de recuperação da informação. Tratar-se-ia do “documento elaborado e / ou de interesse de um especialista que entra na jurisdição do profissional da informação documental” (RENDÓN-ROJAS, 2005, p. 128). Esse sujeito é responsável por inserir o documento em um determinado sistema informativo de modo a institucionalizá-lo, agregando-lhe informação ao representá-lo, organizá-lo e ao torná-lo acessível ao usuário. O documento passa a ser um produto de um profissional intermediário, que atua com uma ação intencional, guiado por técnicas e estruturas de análise.

As ações do profissional da informação documental, consistentes em institucionalizar, agregar informação ao representar o documento, organizando-o e tornando-o acessível ao usuário atribui novo sentido ao documento inicial, pois o coloca dentro de um contexto específico, diferente do de sua proveniência, ato que pode eliminar características importantes - algo inerente a qualquer prática profissional. Após essa gama de procedimentos, o documento adquire personalidade dentro de um sistema de informação documental.

3.3.1 - Uma sociedade da documentação

Vivenciamos tempos de rápida mudança social e avanço permanente dos fluxos informacionais em função das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Como dito pelo sociólogo Hernández de Frutos (1991), a tecnologia, concomitantemente a outros fatores menores, é a principal causa de mudança social, sobretudo em épocas de grandes invenções e descobrimentos.

Uma concepção social foi atribuída por Meyriat (1981), e é percebida quando o autor justifica que a função informativa de um objeto se manifestará num dado sistema ao ser incorporado e organizado, e essa função informativa será responsável por transformar o objeto em documento. A vontade do produtor do objeto de transmitir informação dependerá da interpretação do receptor da informação, consulente ou usuário do sistema. Para Meyriat (1981), todo objeto pode ter a função de transmitir informação, trazendo o entendimento de noção mais ampla que a de documento escrito, possuindo este uma dupla origem: **a)** objeto criado para ser documento, e **b)**

objeto cuja função documental foi atribuída posteriormente. Com base nessas considerações, formulamos o seguinte exemplo ilustrativo: uma revista de ampla circulação, que apresenta informações sobre assuntos como cultura, economia e política. Tal objeto não é criado para ser um documento, mas, sim, um veículo de comunicação e informação, geralmente com o intuito de serem vendidas, o que atribui, à informação, valor mercadológico. Sua função documental somente será atribuída posteriormente.

Portanto, o interesse em obter informação é fundamental para se considerar um objeto como documento constituindo-o como fonte de informações para a pesquisa histórica. Importante lembrar que a metodologia empregada nas pesquisas historiográficas atual considera, como documento, qualquer traço ou indício da produção cultural humana. Pela natureza deste trabalho, nosso foco se situou, em maior grau, nas considerações a respeito da segunda origem apontada por Meyriat (1981), devido à permissividade que qualquer objeto possui da inserção de valor e significado que podem ser atribuídos posteriormente pelo emissor, tanto como pelo receptor da mensagem objetivada, elevando-o ao *status* de documento, logo, fonte de informações.

A influência das novas técnicas na vida humana tem sido objeto de inúmeras reflexões, e a sua grande utilidade e o seu bom proveito não são dúvidas para ninguém. Certamente, um dos campos que a tecnologia tem influenciado mais fortemente está no domínio da informação. López Yepes (1997) destaca alguns fatores da sociedade da informação que influenciam esse contexto: **a)** a produção massiva de informação; **b)** o notável desenvolvimento das indústrias da informação; **c)** o impacto das tecnologias informacionais nos setores social e educativo; **d)** a informação como poder; **e)** a internacionalização e a unificação geradora de um mundo sem fronteiras. Esse último fator inicia o conceito de globalização da informação e a transformação do receptor de mensagens em protagonista, um sujeito muito influente na geração dos fluxos informacionais, como já foi expressado por Mattelart (1994).

A implicação está ligada à formação de uma cultura de natureza integrada e global, citando aqui Touraine (1996), e no surgimento de um processo de individualização no sentido de uma cultura da intimidade e, de uma forma mais ampla, de uma cultura da identidade. Desse fator surgiria, dessa forma, um grande risco, pela dissociação de ambas as culturas e, conseqüentemente, um grande desafio: a capacidade de criar ou reconstruir mediações entre o global e o local.

3.4 – Documento eletrônico: fruto da nova era informativa

No esclarecimento conceitual da discussão empreendida nesse trabalho, foi utilizado de forma consciente, o termo “documento eletrônico” (DE), por ser a mais ampla denominação em ambientes tecnológicos, referindo-se ao suporte informacional que requer dispositivos eletrônicos para sua leitura, escrita e reescrita ou edição. Difere-se do denominado “documento digital”, que, de acordo com Codina (2000), seria a informação codificada em *bits*, já que se trata apenas de uma possibilidade de documento eletrônico, assim como o é o digitalizado.

Ao distinguir entre os dois tipos de documentos, alguns autores, como Codina (1996), observam que a informação eletrônica não é equivalente à informação digital. Uma fita de vídeo, por exemplo, contém informação eletrônica e não digital. O que importa é a oposição entre átomos e *bits*, ou seja, entre analógico e digital. Mídias analógicas representam informações usando semelhança ou analogia física, como é o caso do microfilme. Ao contrário, a mídia digital usa apenas números para representar as informações e, assim, qualquer semelhança entre a informação e sua representação é totalmente divergente.

O *bit* é o ingrediente revolucionário e intangível da informação: trata-se, realmente, de uma informação eletrônica. Contrasta com o átomo ou com a matéria. Um livro é átomo, um disco compacto é a concatenação de *bits* mais a maneira como suporta as informações. Como metaforizou Negroponte (1995), um *bit* não possui cor, tamanho nem peso, viaja na velocidade da luz e é o menor elemento que constitui o DNA da informação. Compreende um estado de existência ativo ou inativo, verdadeiro ou falso, para cima ou para baixo, dentro ou fora, negro ou branco. Mas, dentro das razões práticas, um *bit* é um 1 (um) ou um 0 (zero). É, portanto, informação que se transporta de forma impessoal e que faz sentido apenas no momento de sua recepção ou acesso decodificado por um aparato tecnológico.

O DE, protagonista da era da informação, aparece como um dos frutos mais impressionantes da relação da interação entre homem e máquina. A atual era da informação, conseqüentemente abarcando uma era da autodocumentação, é marcada por dois fatores: alargamento das necessidades de informação do usuário por meio do uso de tecnologias crescentemente mais avançadas e o receptor, que progressivamente é o protagonista nessa relação de consumo e produção.

A partir de tais prerrogativas é importante ter em mente que, dentre os elementos constituintes do documento eletrônico, incluem-se o *bit* como ingrediente das informações, o computador como

produtor e mediador da informação que circula pela rede – esta última permitindo estabelecer a comunicação entre computadores –, e o usuário, na figura de produtor e receptor. Todos esses elementos compõem a tecnologia da informação multimidiática, produtos de informação ou os seus combinados.

Por conseguinte, para Codina (1996), a informação digital é caracterizada como a mais pura e que detém a possibilidade de acesso aleatório e reutilização com criatividade, interatividade, navegação e possibilidade de filtros seletivos. A vantagem da virtualidade da informação digital estaria em sua facilidade de ser reproduzida, transmitida ou armazenada, que supera qualquer forma de reprodução, transmissão e armazenamento de informação analógica. Como desvantagens dos documentos digitais apontam-se sua fragilidade física e lógica, a forma de mediação e a baixa ergonomia, ou seja, a inexistência de interações entre seres humanos e a informação gravada.

O DE, em sua grande maioria, fruto da Internet, se constitui no suporte de “navegação” por caminhos a serem descobertos na imensidão “marítima” da Web. A informação é gerada a partir de iniciativas cada vez mais individuais e adquire conotações de caráter econômico, educacional e sociológico. Mas será que o documento proveniente do meio digital ameaçaria a existência do tradicional documento de papel? Concordamos que a resposta seja não, justificando-a com as palavras de Jorge Oca (2006). Segundo esse autor, levará um bom tempo – sem se especificar um período ou tentar fazer um exercício de previsão –, para o papel desaparecer completamente dos trâmites burocráticos e da difusão do conhecimento. A mudança definitiva da mídia tradicional para algo novo suporia mudanças muito graduais e paulatinas de mentalidade, costumes e regras, o que não se daria de um dia para o outro, tampouco de maneira fácil. Pois, como sabemos, esses elementos compõem o âmbito cultural. E a perspectiva defendida por nossa pesquisa leva-nos ao entendimento de que podemos chegar a vivenciar um futuro remoto, no qual o papel seja praticamente abolido, diante das possibilidades apresentadas pelos documentos natos digitais. Entretanto, quanto ao documento a cuja autenticidade e originalidade estão atreladas a sua concepção em papel, por exemplo, defendemos que ele não poderá e não deverá ser substituído por uma representação digitalizada e a posterior eliminação do seu correspondente físico.

A CTDE (2009, p. 12) define documento digital como “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”, e o documento arquivístico digital como o “documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (CTDE, 2009, p. 12). Documentos arquivísticos administrativos, por exemplo, antes, prioritariamente encontrados em suporte papel, passaram a ser desenvolvidos em sistemas computacionais. São denominados, geralmente, documentos “arquivísticos digitais” e possuem a

especificidade de serem produzidos em dígitos binários, tramitados e armazenados em meio digital. Sua cadeia de custódia somente é válida no meio eletrônico.

Alguns problemas procedentes da definição de documentos em sua relação apenas com a escrita são refletidos também nos documentos arquivísticos digitais, por não considerarem outras formas de registros de informação como a imagem, o som e a imagem em movimento, entre outros. A rápida migração do patrimônio cultural para o território do ciberespaço, a partir da criação de museus virtuais, bibliotecas digitais e dos documentos eletrônicos de arquivo, acarretando na mudança das mídias tradicionais para mídias digitais, teria resultado em uma convergência desse patrimônio em objeto informacional, diante da perspectiva de consulta virtual.

Pédauque (2006), na obra intitulada *Le document à la lumière du numérique*, reflete sobre os desafios do campo da informação e da memória nesse caminho para o que seria uma nova modernidade. Michel Melot, no prefácio da referida obra, afirma que, ao lidar com o digital, o documento passa à experiência de mudanças profundas. Texto, mídia ou memória passam por amplas redefinições, assim como as formas de produção, circulação e uso dos documentos eletrônicos que acompanham o surgimento de uma nova modernidade. Tais características são analisadas e colocadas em perspectiva. Seu ponto culminante está na reflexão de que não seria a forma, menos ainda o conteúdo que define o que é um documento, mas, sim, o seu uso.

3.4.1 – Documento: uma Entidade abalada pela nova era informativa

Parece-nos que a área que lida com a informação e a documentação jurídica contemporâneas vem se adaptando mais rapidamente aos novos tempos, ou seja, às novas formas de representação e armazenamento informacional, conseqüentemente, às novas concepções documentais e seu valor de prova. E, tal fator, inevitavelmente influenciará o documento de valor histórico que provirá do meio digital. Para Newton de Lucca, não existe diferença ontológica entre a noção tradicional de documento e a noção de documentos eletrônicos, pois estes

[...] também serão o meio real de representação de um fato, não o sendo, porém, de forma gráfica. A diferença residirá, portanto, tão somente no suporte do meio real utilizado, não mais representado pelo papel e, sim, por disquetes, disco rígidos, fitas ou discos magnéticos, etc. (LUCCA, 2001, p. 44).

Dessa forma, na medida em que o documento escrito registra um fato, o documento eletrônico também o pode fazer, mesmo que tal representação não seja elaborada e gravada em papel, mas

num meio eletrônico. O que importa é que o cerne, o registro original do ato, não se altera pelo fato de ele não constar no papel, mas, sim, codificado eletronicamente.

Portanto, nessa perspectiva, o documento eletrônico pode ser entendido como a representação de manifestações do pensamento, fatos encontrados em um suporte no qual a sua base depende de um aparato eletrônico. Dois dos tipos de documentos mais comuns produzidos e dependentes de um ambiente tecnológico, como o computador, são: correio eletrônico (*e-mail*) e contratos firmados via Internet, por meio de transações comerciais.

Entre os meios de prova especificados pelo Código de Processo Civil e, principalmente, pelo novo Código Civil brasileiro do ano de 2002, o tratamento legal que envolve o documento pelo ordenamento jurídico não exclui o documento eletrônico como meio de prova dos fatos e negócios jurídicos, o denominado “documento telemático” por Wachowicz (2006), em função da especificidade do seu estudo.

A problemática jurídica acerca do documento telemático se apresenta na medida em que a existência deste independe de meio físico, e, portanto, confrontando-se com a construção doutrinária a respeito da acepção jurídica de documento. A questão ganha importância, já que a prova documental como algo material e fisicamente tangível era inabalável. Contudo, atualmente, a doutrina tem ampliado o entendimento relativamente aos documentos, não se limitando mais apenas a instrumentos escritos, como, também, ampliando-se-lhes (*sic*) aos desenhos, às plantas, às fotografias, aos filmes e às gravações de sons. Quer-se, com isso, significar que, **se a escrita foi ultrapassada como requisito para considerar algo como documento, também o entendimento de documento como sendo uma coisa, algo material e fisicamente tangível** não pode se constituir em empecilho para a adoção de um documento telemático como prova em juízo (WACHOWICZ, 2006, p. 121). [grifo nosso]

Para a compreensão do “documento telemático”, segundo Wachowicz (2006), é necessário entender a separação do documento da escrita, como também a dissociação com o meio físico. Dissociando-se o documento tanto da escrita como do meio físico, emergiria um conceito ampliado e renovado para a Entidade Documento: o registro de um fato ou a reconstrução de um fato já transcorrido.

Algumas características básicas e diferenciadoras do suporte papel se concentram na possibilidade de migrar seu conteúdo para outro meio, o que quebra a relação, até então indissociável, do conteúdo e suporte original. Um novo fato surge diante desse processo de migração, que é um alto risco proveniente da possibilidade de se ter a integridade do conteúdo alterado por meio da adulteração da sequência de *bits*, gerando, por conseguinte, um documento diferente do produzido originariamente ou, em outras palavras, quebrando a cadeia de custódia e dando origem ao documento que não é mais autêntico e fidedigno, do ponto de vista do valor de prova do ato.

A Diplomática, que tem como objeto de estudo o documento e sua autenticidade, por meio de seu referencial teórico e metodológico, possibilita a identificação da função do documento, espécies, tipologias da qual decorre o estabelecimento da sua estrutura, e pode atuar no processo de desenvolvimento do documento “jurídico digital”, resgatando em sua gênese a forma, o modo e a finalidade de sua criação. Uma vez dotados de caráter jurídico institucional, os documentos dos quais se ocupa a Diplomática são revestidos de maior ou menor número de requisitos formais exigidos por lei e que afetam sua estrutura, conteúdo e validade (RIESCO-TERRERO, 2000, p. 141).

O DE apresenta a possibilidade de utilizar variados suportes para a representação de seu conteúdo informacional, fator que o leva a constituir ponto de discussão jurídica. Esta discussão parte da premissa de que, tradicionalmente, o documento passível de eficácia probatória jurídica relaciona-se à percepção de matéria ou seu suporte, fato, ato jurídico. O suporte é analisado como um dos elementos constitutivos do documento, devido a algumas características do próprio suporte que são determinantes para análise jurídica de sua autenticidade (WACHOWICZ, 2006).

O conteúdo, resguardada sua fidedignidade e valor, pode ser desvinculado do meio físico ou do meio de veiculação. Alguns paradigmas documentais do meio jurídico vêm sendo alterados por causa do suporte eletrônico. O documento é jurídico em função do seu contexto de produção e não do seu continente (no sentido de que contém algo, o continente é maior do que o conteúdo). Dessa forma, o documento jurídico deve sua autenticidade não apenas por ser representação palpável da informação, mas também por estar fixada em um suporte.

Luciana Duranti, com uma série de publicações, vem corroborando a abordagem moderna da Diplomática no seu aspecto mais específico, como a sua aplicação com o intuito de confirmação dos registros fidedignos. Trata-se do método diplomático focalizado no processo de assegurar e demonstrar a autenticidade do documento eletrônico. Estimativamente, já na década de 1990, Luciana Duranti (s.d. a e b) alertava sobre a necessidade de se evidenciar o contexto do documento e seus significados, de forma a envolver todos os participantes do processo de criação do documento digital. Envolve-se aí, também, os participantes do processo de projetar o sistema ou os seus analistas, uma vez que sendo os princípios legais vitais partes componentes da fonte de criação e preservação digital, já se estará resguardando e validando a autenticidade e a veracidade dos documentos.

Essa perspectiva de análise integra outros critérios voltados para o processo de criação do documento. Kapoun (1998) apresenta critérios a serem observados quando da avaliação de um documento eletrônico como o da precisão, da autoridade, da objetividade e atualização da

informação. O *InterPares Project*²⁶, que tem como principal pesquisadora Luciana Duranti, apresenta elementos tais como: procedimento de criação do documento, confiabilidade do autor, propósito para o qual foi criado, modo e forma de transmissão.

Blanca Rodríguez Bravo (2002), por meio de um trabalho mais aprofundado e direcionado em *El documento: Entre la tradición y la renovación*, discutiu a dimensão da inovação, isto é, dos novos suportes e das distintas formas de acesso à informação que o meio eletrônico propicia. Ela o fez por meio de um rico arsenal bibliográfico a partir do qual discute o impacto e a importância da incorporação de novas mídias, de novos suportes informacionais, da imaterialidade informacional que circula em dados pela Internet e que, por sua vez, possibilitam variadas e singulares formas de acesso. Buscamos nas experiências espanholas, exitosas como as já relacionadas, contributos substanciais para pensar a organização e disponibilização do conteúdo informacional nas unidades de informação brasileiras. Essa autora, que é professora da área de Biblioteconomia e Documentação da *Universidad de León*, Espanha, propôs uma reflexão fundamental sobre o documento e as diferentes concepções existentes, além de sua extensão e limites, seus componentes básicos, as diferenças entre documento informativo e administrativo e as novidades que na visão tradicional abarcam o documento eletrônico.

Rodríguez Bravo (2002) se colocou diante de um ambicioso esforço de revisão, mas, sobretudo, de esclarecimento de que a importância dada à difusão da informação, a partir da segunda metade do século XX, e os desenvolvimentos tecnológicos que em igual período surgiram e se intensificaram, abalaram certezas e desfizeram distâncias aparentes. Como exemplo, ela atuou sobre uma dicotomia antes muito clara: documento = arquivo; livro = biblioteca. Cada um desses objetos possuía a sua função, seus documentos particulares e suas formas de tratamento. A autora afirma que o documento eletrônico de arquivo e o de biblioteca não se diferenciam mais em sua forma, apenas em sua origem²⁷.

Nos seis capítulos de *El documento: Entre la tradición y la renovación* a autora aborda o domínio do conhecimento dos estudiosos e profissionais da documentação e informação que, na Espanha, costuma ser designado por Ciência da Documentação. Destaca o conceito de Informação, enfatiza o conceito de documento por meio de dois tipos de abordagens, a funcional ou evolutiva, baseada no estudo da etimologia do termo e a estrutural, caracterizada pela mudança de postura. No seu árduo percurso investigativo, afirma, em determinado momento, compreender ser de grande importância valorizar os componentes constitutivos do documento: a

²⁶ Disponível em: <<http://www.interpares.org>>.

²⁷ “La dicotomía estaba clara: documento (archivo)/libro (biblioteca). Cada un de estos centros tenía sus funciones, sus documentos particulares y sus formas de tratamiento (...) El documento de archivo y el de biblioteca no se diferencian en su forma sino en su origen (RODRIGUEZ-BRAVO, 2002, p. 14).

mensagem e o suporte²⁸. A expressão “Fonte de informação” possui, segundo a autora, um sentido bem mais abrangente do que o de documento, repousando na utilidade informativa que determinado objeto, ou acontecimento, pode ter para um usuário em particular. Para Blanca, a informação efetivaria a realidade, da seguinte maneira: “Fonte de informação” seria qualquer entidade da qual um sujeito, em determinado momento, consiga extrair informação, tenha sido o objeto concebido para esse fim, ou não²⁹.

Rodriguez Bravo (2002) também dedicou atenção ao documento de arquivo, residindo na particularidade própria da tradição administrativa espanhola, italiana e alemã. A pesquisadora não deixou de tratar dos desafios e problemas da preservação próprios do documento eletrônico, além dos múltiplos e complexos aspectos do hipertexto, designado também por “*contenido de los documentos digitales*” (p. 181). Ao final, dedica-se ao desenvolvimento da temática sob o tópico de “*Archivos y Bibliotecas Digitales*”.

Bill Gates (1997), o industrial do ramo dos *softwares*, destacou a importância do documento eletrônico como um objeto de interatividade, velocidade de recuperação, navegabilidade, reestruturação e conservação, via computador. Para ele, à medida que os documentos se tornassem mais flexíveis, de conteúdo multimídia e menos ligados ao suporte papel, a forma como as pessoas colaborariam e se comunicariam se tornaria cada vez mais rica e menos ligadas ao lugar físico. Quase todas as esferas da atividade seriam afetadas como a economia, a educação e o lazer.

Hoje, nos é bastante claro que as previsões de Gates (1997) foram certas por constatarmos facilmente a presença delas, de maneira praticamente indissociável, nos universos econômico, educacional e do lazer. Podemos acrescentar âmbitos mais específicos como o acadêmico, o laboral e o sentimental, levando a novas configurações da estrutura social. Como exemplo de novas estruturas sociais, os estudos de Redes Sociais Virtuais permitem observar as formas como os sujeitos se conectam na Web, e a partir disso, como trocam informações por meio dessas conexões e como essas trocas influenciam na configuração social contemporânea.

O DE é geralmente definido, segundo López Yepes (1998), como a objetivação de uma mensagem em um suporte físico transmissível e transformável no espaço e no tempo,

²⁸ *En el contexto en que nos movemos de la ciencia de la documentación, es un soporte portador de un mensaje emitido con intención comunicativa y potencialmente informativo para el receptor* (RODRIGUEZ-BRAVO, 2002, p. 85).

²⁹ *El concepto de fuente de información es más amplio que el de documento y reposa en la utilidad informativa que determinada cosa, objeto o acontecimiento incluso puede tener para un usuario particular; es decir, en la información efectiva o real. Fuente de información sería cualquier ente del que alguien en un momento dado extraiga información, haya sido concebido o no para este fin* (RODRIGUEZ-BRAVO, 2002, p. 116).

objetivando sanar uma necessidade de informação e ser uma fonte de informações capaz de oferecer a oportunidade de obtenção de novos conhecimentos ou a tomada de decisões. Martínez Comeche (1995) o definiu como toda mensagem icônica ou simbólica incorporada a um suporte permanente e utilizado com finalidade informativa.

A ideia de documento, no âmbito da Ciência da Informação e da memória social, é a matéria de discussão da primeira parte do trabalho de Vera Dodebei (2011). A autora ainda teceu comentários sobre as mudanças do cenário tecnológico na cultura digital da modernidade para a pós-modernidade e dos objetos informacionais representados pelas mídias híbridas que modificam a trajetória da Ciência da Informação e formatam a memória social. A pesquisadora finaliza a discussão com a apresentação do estado da arte das ações de constituição de arquivos, bibliotecas e museus digitais virtuais e a questão do documento / patrimônio nativo “digital”.

Uma das principais mudanças pontuadas pela pesquisadora Vera Dodebei (2011) foi o surgimento dos “documentos arquivísticos digitais”. Assim, o documento arquivístico digital é uma especificidade do documento arquivístico, visto que é produzido, tramitado e armazenado em ambiente computacional. Essa nova realidade apresentou inúmeros desafios a serem enfrentados pelas instituições em função de problemas inerentes ao documento produzido em um meio instável, como sua fragilidade e suscetibilidade às intervenções, adulterações ou mesmo perdas inesperadas.

A rapidez com que se processam os progressos tecnológicos promove a rápida obsolescência de *hardware* e *software*, e, em consequência, a obsolescência de formato e suportes do documento eletrônico, acarretando um processo de preservação complexo e delicado. Os agravantes da volatilidade do documento digital se concentram em sua fragilidade de suporte, na exigência do aparato tecnológico para acesso ao seu conteúdo, tornando-o dependente, além da necessidade de monitoramento do documento eletrônico a fim de preservá-lo pelo tempo que se fizer necessário.

Em suma, DE é correspondentemente representado na mensagem de modo digital e concebido para ser lido por meio de um computador ou outro dispositivo eletrônico similar como *tablets*, *smartphones*, mas também por celulares comuns, que suportem a aplicação e o formato no qual se apresentará a mensagem. Mas, em todo caso, qualquer definição que represente o documento eletrônico tem de estar dentro do âmbito do conceito geral do documento como uma unidade em que sua mensagem possua uso informacional. A constante necessidade de revisão e reafirmação dos conceitos que permeiam o documento e sua gestão está diretamente ligada ao advento do documento eletrônico. Ainda, nota-se que pesquisas são desenvolvidas com relação aos conceitos e aos elementos enredados, mas devido a sua crescente importância, relativamente consideramos

que até o momento se apresentam poucas ações voltadas para o tratamento, a gestão e, principalmente, à preservação desse documento.

Dessa maneira, conjugando os fatores anteriormente descritos com outras leituras a respeito do tema, chegamos ao entendimento de que, com a informação progressivamente mais flexível e fluída, passou-se a exigir que a materialidade do documento não se cristalice em apenas um suporte. O documento eletrônico tornou-se uma entidade regida pelas leis da quantidade expressiva, por seu conteúdo estar relacionado com um número quase infinito de seres, e ser potencialmente visível para um número interminável de leitores. Por possuir um caráter ativo, parece ser inviável tratar a informação na Web por meio de modelos de tratamento da informação muito tradicionais.

A partir das revisões teóricas apresentadas nesta pesquisa³⁰, em conjunto com leituras mais amplas sobre o conceito de Documento formulado por diferentes autores clássicos, em um período que compreendeu do final do século XIX ao momento presente, apresentamos algumas demarcações: **a)** a digitalização capta um documento que existe fisicamente, migrando uma representação portadora de similaridade para a versão eletrônica, a qual dependerá de um aparato compatível com a leitura dos dados digitais gerados por esse processo, para a sua visualização posterior; **b)** recentemente, passamos a contar com a constituição de um Documento fruto de sistemas que geram configurações de informações de acordo com a demanda do usuário, provenientes de cadeias de *bits* que estão dentro do computador, agrupados em bancos de dados e poderão ser transformados, para serem representados em tela, em formatos variados como XML, PDF, DOC, TXT, HTML etc. Estes formatos, especificamente, raramente serão materializados, mas podem vir a ganhar o suporte papel.

Alguns paradigmas documentais do meio jurídico vêm sendo alterados em função do suporte eletrônico. O conteúdo, resguardada sua fidedignidade e valor, pode ser desvinculado do meio físico ou do meio de veiculação. O documento é jurídico em função de seu contexto de produção, servindo de prova legal, e não do seu continente (no sentido de que contém algo, o continente é maior do que o conteúdo). A mensagem tem valor próprio, independentemente do meio pelo qual ocorra transmissão.

Diante de tais procedimentos, consideramos que o documento, no século XXI, não mais seria tido como uma Entidade, mas, sim, como uma Instância³¹. Além disso, seu conceito não mais carregaria a obrigatoriedade de possuir materialidade física. Tal reflexão parte da forma mais

³⁰ Redocumentarização, Redocumentação, documento eletrônico e digital no Direito, além da disciplina diplomática e seus estudos contemporâneos.

³¹ Por sua qualidade de instante, daquilo que está prestes a acontecer, ou se tornar.

tradicional da literatura especializada a partir da consideração, teorização e descrição de diversos pesquisadores, abaladas por observações contemporâneas como: a escrita foi ultrapassada como requisito para considerar algo como documento, da mesma forma que o entendimento do documento como algo material e fisicamente tangível; seu conteúdo, resguardada sua fidedignidade e valor, é desvinculado do meio físico ou meio de veiculação, proporcionado pela imaterialidade informacional que circula em dados via Internet e que, por sua vez, possibilita variadas e singulares formas de acesso, representação e leitura.

Com base nos pensadores clássicos, temos o Documento conceituado como informação escrita, objeto ou fato registrado materialmente, passível de utilização para estudos, consultas ou comprovações. Em diversas conceituações clássicas, um fator aparece de forma inerente: sua materialidade, denotando conteúdo fixado e estabilizado em um suporte físico. As principais características identificadas nos conceitos de documento, como também no de informação, são materialidade e funcionalidade. O documento arquivístico, especificamente, é descrito como aquele que tem base física e função de registro, retenção, testemunho e guarda de memória de atividades realizadas por pessoas físicas e jurídicas.

Baseados nas dinâmicas do meio eletrônico, consideramos que o conceito de Documento perderia a tradicional materialidade inerente. A forma fixa e conteúdo estável, instituídos pelo conceito diplomático de documento enquanto detentor de informação registrada num suporte, sugerem a inerente materialidade física. Contudo, a Diplomática contemporânea (ou Diplomática digital) desenvolveu procedimentos capazes de resguardar a autenticidade e fidedignidade desses documentos pela preservação de seus metadados.

Tendo em vista o conjunto de elementos apresentados, formulamos as seguintes proposições a respeito do conceito de Documento na atualidade:

- a)** sua constituição pode não estar cristalizada em um suporte materializado, embora seja resguardada sua fidedignidade e valor primário;
- b)** o valor informativo e / ou comprobatório depende da preservação dos metadados originais e independe do meio que propiciará a leitura de seu conteúdo;
- c)** o Documento carrega informação inscrita em meio físico ou registrada eletronicamente, passível de utilização em estudos, consultas ou comprovações, devendo ser preservados tais valores.

As considerações, anteriormente apresentadas, são fruto de reflexões sobre o conceito de Documento durante o andamento da presente pesquisa. De maneira alguma trata-se de encerrar em si mesmo o assunto. Nosso objetivo é apresentar provocações que suscitem novas reflexões e análises provenientes de variados pontos de vista.

3.5 – Documento: Formato, Simbolismo e Meio de transmissão informacional

Buscando teorizar a partir da “evolução” que perpassa a definição de documento, o coletivo de pesquisadores, autointitulado por Roger T. Pédaque (2003), chegou a três perspectivas. Com base na noção clássica de documento, Pédaque (2003) analisou sua transformação conceitual, considerando as perspectivas de Formato, Simbolismo e Meio de transmissão³², este último entendido como o suporte da informação. Consideraram, em cada caso, a alteração da noção por comparação entre documento tradicional e o documento eletrônico proveniente das tecnologias da informação e da comunicação.

3.5.1 – Documento como forma (*form*)

Com o desenvolvimento da Web gerou-se a necessidade inerente de se estruturar a forma da informação digital. Forma (*form*) deve ser entendida como a forma do objeto, ou seja, o registro / objeto responde às regras que o constituem. Esse documento é percebido diretamente pelo seu modo de leitura, e longe, portanto, de qualquer possibilidade de interação com o documento e seu conteúdo.

As tecnologias de informação e documentação teriam obscurecido a noção de suporte. Com o advento do mundo digital, o termo passa a implicar codificação, porque os elementos lógicos que constituem essa dimensão do documento aparecem para atribuir-lhe forma, automatizar suas operações e combinar os que são diferentes. O documento eletrônico, em sua forma – quando consideramos seu conteúdo devemos falar em hiperdocumento –, constitui a seriação lógica de uma estrutura eletrônica e dados digitais. De uma maneira integrada, o documento eletrônico é manifestado e utilizado manipulando-se seu código textual, icônico e auditivo.

Para Marzal e Gonzales (2010), essas considerações têm levado pesquisadores a definirem o documento eletrônico a partir de sua forma, como o conjunto de dados organizados por uma estrutura estável associada a regras formais, que permitem a leitura mútua entre o autor intelectual e seus leitores. Quem também segue essa linha de condução é Schamber (1996), que descreve o DE como composto de dinâmica, flexível, de conteúdo não linear, representado como um conjunto de informações ligadas (*links*), armazenados em uma ou mais mídias físicas ou *sites* em rede, criado e usado por um ou mais indivíduos na facilitação de algum processo

³² “*Form*”, “*sign*” e “*medium*”.

ou projeto.

3.5.2 – Documento como símbolo (*sign*)

O documento é concebido como um objeto significativo e um recipiente semântico, podendo-se levar em conta a sua forma, se for portadora de significado. Essa perspectiva conceitual está mais relacionada com a prática profissional, tanto para os profissionais da documentação no processo de tratamento e da gestão do conhecimento, como para os potenciais usuários que possuam uma linguagem própria de sua especialidade.

Essas linguagens são, necessariamente, projetadas nas linguagens documentárias que articulam todo o sistema de informação em que deve estar inscrito o documento para a relevância e importância na qualidade da recuperação e no armazenamento durante a gestão de documentos, nas unidades de informação.

A estrutura, portanto, pode ser significativa, ser um símbolo de inteligibilidade. Porque em contextos de linguagens especializadas a estrutura do documento diplomático, suas peças metódicas, os sinais de autenticação e linguagem formal produzem uma contundência semântica. A mudança que está ocorrendo no DE é muito importante e está nos símbolos com que hospeda o conteúdo. Produtor e usuário sofrem mudanças no ambiente virtual e, com eles, seus símbolos de comunicação.

As possibilidades tecnológicas fazem com que o documento eletrônico seja interativo de modo que seu conteúdo não esteja finalizado ao final de um processo de edição por parte de seu autor originário. O documento eletrônico está sujeito, por natureza, à transformação e enriquecimento, assim como ao empobrecimento do seu conteúdo após cada leitura. O usuário pode incorporar conteúdo, transformando-se em coautor, o que acarreta em dispersão da tradicional responsabilidade do documento.

O DE, por sua estrutura tecnológica, tem, e deve ter, a vocação de ser reutilizável: partes do seu conteúdo podem ser usadas para diferentes funções, dependendo do contexto de utilização. Esta vocação leva ao entendimento de que se altera ou se perde no tempo e no espaço a noção de formato no documento eletrônico, e, como concebemos anteriormente, inferimos aqui o caráter metamórfico do objeto-documento.

Daí vem a afirmação de Pédauque (2003) de que outra definição de documento eletrônico pode

ser fornecida, apesar de não encerrar por completo a questão: deve-se levar em conta a capacidade de tratamento do conteúdo, seja para uma pesquisa, seja para a simples recuperação do documento. Um documento eletrônico é um texto no qual os elementos são potencialmente analisáveis por um sistema a fim de que o leitor possa lhe explorar.

3.5.3 – Documento como meio (*médium*)

Essa conceituação considera e analisa o documento como um fenômeno social, um vetor de comunicação. Essa faceta do documento tem suas raízes na pragmática, do ponto de vista da comunicação em uma organização, comunidade ou em um coletivo.

Essa perspectiva deve conceder valor ao documento para que a sua inscrição e símbolos lhe confirmem legitimidade, qualquer que seja a natureza: legal, científica, social etc. A noção de legitimidade, especificamente, tem um grande impacto sobre o Direito. Como explanado anteriormente, legalmente, a validade do documento vem de seus autores, do procedimento padrão adotado, autenticação dos símbolos, eficácia na vida pública, norma a que se adere e ao que servem. Por conseguinte, o documento será entendido como um texto, de acordo com o procedimento, podendo assumir outros formatos e significados.

O DE teria a propensão para se tornar não só em um meio de comunicação, mas de transferência de conhecimento entre um grupo de sujeitos reunidos em torno de um tema ou uma área de interesse, por exemplo, estabelecendo uma comunidade virtual. O documento eletrônico assumiria a função de plataforma de convergência para um conhecimento compartilhado, situação cada vez mais presente no universo da Web. Além disso, deve ser percebido conceitualmente como meio adequado de aprendizagem colaborativa, uma das maiores apostas recentes que a Web possibilita, a transformação do documento eletrônico: a produção e geração de conhecimento por inovação basear-se-ia, principalmente, sobre esse fundamento, sendo protagonista de uma parte da produção científica e um elemento importante da documentação, diante de suas manifestações na sociedade do conhecimento.

3.5.4 – Documentar-se digitalmente

Já em meados dos anos 1990 dizia Terceiro (1996), que precisávamos nos familiarizar com a terminologia da nova tecnologia e a nova cultura que se aproxima, ou seja, ter consciência de

uma nova linguagem do que estamos sendo testemunhas: da passagem do analógico para o digital, da monomídia para a hipermídia.

Os conteúdos informativos, a informação documental – as referências bibliográficas, dados quantitativos, bases de dados iconográficos e o som, etc. – podem ser digitalizados com as vantagens próprias da digitalização, podendo ser melhorado e modificado, especialmente com todos os tipos de conteúdo e multiplicidade de formas, ao mesmo tempo que em alta velocidade. Qualquer item pode ser documentado a partir de nosso próprio computador com acesso a múltiplas fontes e em todos os níveis de profundidade e conteúdo, por meio de transmissão terrestre, cabo ou satélite, deixando, provavelmente, em um segundo plano os materiais de documentação tradicionais (livros, revistas, cassetes, etc.).

Moreira et al. (2007) afirmaram que a digitalização era apresentada como um caminho complementar em relação às soluções para a preservação e ao acesso de documentos permanentes. O processo de digitalização possibilita restringir o acesso ao documento original, liberando para consulta apenas o material digitalizado, beneficiando-o com uma preservação mais segura. Até momento muito recente, esse processo foi considerado complementar, por não ser possível substituir a técnica da microfilmagem diante da não validade legal do documento digitalizado, ao passo que o documento microfilmado é aceito como documento legal. Mas o que vivenciamos no presente momento é uma crescente digitalização documental. Além disso, a digitalização é, atualmente, o método de reformatação de acervos mais utilizado.

3.6 – Metamorfose documental: a mudança do perfil dos sujeitos informacionais

As informações, para além dos repositórios documentários, vaga livre através do ciberespaço materializada nas redes, como a Internet. A eficácia de sua utilização deve ser previamente determinada por um trabalho anterior de documentação: conhecer a todo o momento as informações que circulam, que se está introduzindo ou que está em constante desaparecimento.

Todas as transformações que foram apresentadas nas seções anteriores, colaboraram e colaboram, sem dúvida, para uma mutabilidade permanente na figura do profissional que lida com o documento de ontem, de nosso tempo e para o futuro. Esse profissional, junto com as necessidades do usuário, torna-se protagonista da transformação da Entidade Documento. Ele é o especialista que distingue entre qualidade e quantidade da informação disponível. Tudo isso

contribuiria para o surgimento do documentalista digital, um novo profissional da documentação.

3.6.1 – Profissional

Com o advento da informação digital, e as crescentes e mutantes necessidades sociais por informação documentária, o papel do profissional que atua na organização documental no ambiente social e acadêmico está sujeito a constante transformação. Notam-se, portanto, as dificuldades em se estabelecer um modelo de formação e, frequentemente, a necessidade de se discutir a sua projeção no novo campo da documentação, algo constantemente suscitado pela instância digital.

Nesse âmbito, permanece a função original do profissional que atua na organização documental, o papel de intermediário localizado entre o criador das informações e o usuário, para satisfazer uma necessidade de consumo imediata ou no seu processamento para se obter novas informações. A função de intermediário está baseada na ideia de delegação de confiança depositada pelo usuário nesse profissional que lhe aconselhará sobre as fontes de informação. O profissional que atua na organização documental, dessa maneira, funciona como um elo entre o criador e o consumidor da informação.

Algumas características do novo profissional da documentação foram apresentadas por López Yepes (1998). Dentre elas, destacamos o novo profissional documentário como protagonista da mudança documentária, juntamente com o usuário. Trata-se de um especialista em distinguir entre qualidade e quantidade das informações disponíveis, sujeito da permanente renovação de modelos de formação, intermediário entre o criador e o usuário da informação; reforçador do sistema científico contra a influência dos meios de comunicação, favorecendo, assim, a avaliação intelectual. Ainda, coadjuvante das tendências inovadoras em empresas e organizações, sujeito da tomada de decisão dentro das possibilidades informacionais fornecidas pela Internet, colaborador na formação permanente dos cidadãos, considerando o processo educacional como base da nova sociedade da informação. Além disso, contribuinte da conversão da informação em conhecimento, diante do mero papel de transmissor de informações indiscriminadas e, finalmente, os profissionais do documento como especialistas da realidade virtual.

3.6.2 – Usuário

A mensagem documentária, ou informações documentais, é apresentada em formato tradicional, mas, progressivamente, de forma digital, multiforme e capaz de combinações de formato e conteúdo. Nesse processo, destaca-se o papel do usuário na medida em que ele pode acessar diretamente as fontes de informação e, portanto, se tornou uma espécie de documentário sobre si mesmo.

López Yepes (1998) pretendeu apresentar um panorama reflexivo sobre alguns novos termos representativos do processo metamórfico que a entidade documento sofreu e vem sofrendo através dos tempos, suscitados pelos aparatos épicos, como *sociedad de la documentación*, *cambio documentario*, *homo documentator*, decorrentes de um percurso iniciado com o *homo sapiens* e *homo documentator*, envolvendo marcos mais recentes como *homo videns*, *homo digitalis* e *homo documental*.

Ao pesquisador intrigou o fato do porquê haver uma inflação terminológica que acompanha as descobertas ou os seus legados. Termos como revolução da informação, revolução doméstica, sociedade digital, realidade virtual, era da informação, paradigma digital e documentos digitais, entre outros, seriam termos nem sempre apropriados para representar o que pretendiam ou não se apresentariam como conceitos bem formulados. O autor diz ter partido de uma realidade tecnológica digital atual, que versaria sobre a natureza do documento em relação ao homem e como esse homem muda os seus hábitos e costumes cotidianos em paralelo aos científicos.

As diferentes considerações partem do termo *homo* no seu primeiro sentido, o de *sapiens*, o homem da cultura escrita, que nesse caminhar se torna um *homo videns*, na expressão sartoriana³³, e o homem multimídia ou o *homo digitalis*. O *homo digitalis*, sujeito ávido pela grandeza do armazenamento informacional pode ser um documentador e o *homo documental*, o gerador de documentação de si mesmo.

O *homo videns* é o objetivo de uma sociedade que se quer remotamente controlada, em que, de acordo com Sartori “*la palabra está destronada por la imagen. Todo acaba siendo visualizado*” (1998, p. 11). Esse é o primado da imagem, a preponderância do visível sobre o

³³ Para Giovanni Sartori (1998) no mundo do *homo videns* não há mais autoridade do que uma tela (computador ou televisiva), o indivíduo acredita apenas naquilo que vê: “*un mundo concentrado sólo en el hecho de ver es un mundo estúpido. El homo sapiens, un ser caracterizado por la reflexión, por su capacidad para generar abstracciones, se está convirtiendo en un homo videns, una criatura que mira pero que no piensa, que ve pero que no entiende*”.

inteligível, o que levaria a uma visão sem entendimento. O computador viria, assim, a agravar o problema pois,

[...] la televisión nos muestra imágenes de cosas reales, es fotografía y cinematografía de lo que existe. Por el contrario, el ordenador cibernético (para condensar la idea en dos palabras) nos enseña imágenes imaginarias. La llamada realidad virtual es una irrealidad que se ha creado con la imagen y que es realidad solo en la pantalla (SARTORI, 1998, p. 32).

De acordo com o autor italiano, a televisão desloca o contexto da palavra para o contexto da imagem, transformando o processo comunicacional pensante alheio aos estímulos do saber e da cultura escrita. Tal fator daria lugar a uma atrofia e pobreza cultural. A TV produziria imagens, anulando conceitos, o que atrofiaria nossa capacidade de abstração e, com isso, toda nossa capacidade de entender. A linguagem conceitual, ou abstrata, seria substituída pela concreta, infinitamente mais pobre – pobre não apenas em palavras, ou em número –, mas, sobretudo, quanto à riqueza de significado. O pensamento analítico, se é que ele exista nesse caso, se volta para a produção de um conhecimento mediante imagens, contra o saber no sentido cognoscitivo do termo. Ao perder a capacidade de abstração perde-se também a capacidade de distinguir entre o verdadeiro e o falso. Fruto desse processo, o sujeito chegou à Internet com conceitos previamente mal concebidos ou distorcidos, e não fará uso dela como um instrumento de construção de conhecimento.

Assim, sendo o usuário homem da cultura escrita, a figura produtora e receptora de informações e, conseqüentemente, parte da documentação contemporânea, transformará o papel do profissional da documentação do nosso tempo, que deverá atuar na conversão da informação em conhecimento, diante da mera função de transmissor de informações indiscriminadas e, ainda, como especialista da realidade virtual.

Somos cidadãos digitais em um novo espaço, e as informações afetam a vida de todos os cidadãos. As tecnologias da informação estão mudando a forma como aprendemos, portamos-nos, comunicamo-nos e até mesmo como nos divertimos. O hoje é uma realidade da ideia de informação universal que McLuhan chamou de aldeia global (apud MAJÓ, 1997, p. 56).

Para López Yepes (1998), o *homo digitalis*, ou homem digital, é o habitante próprio da Sociedade da Informação, imerso nas mudanças sociais e envolto na revolução informativa, onde se debatem diversas questões como a produção massiva de informação, o notável desenvolvimento das indústrias da informação, o impacto generalizado das tecnologias, a informação como poder e a internacionalização do mundo, questão esta pertinente ao problema da dissociação entre o global e o local.

Desse modelo de sociedade emerge uma série de riscos em relação ao trabalho do profissional da documentação, como o excesso de informação a partir de um “mar” de dados sem se obter frutos concretos (LÓPEZ-YEPES, 1998). Esse seria um dos problemas a ser resolvido por esses profissionais no papel de coadjuvantes da conversão da informação em conhecimento, que unido ao ato de reflexão individual do usuário da documentação, deve desembocar em novos saberes.

O *Homo documentator*, um sujeito do documento próprio da Sociedade do Conhecimento teria seu ponto de partida em uma nova noção de mudança documentária, como um corolário lógico da era da informação digital. A mudança documentária ocorreria, essencialmente, devido ao uso e disseminação da informação digital e ao ofício principal do computador. Algumas características se baseiam na mudança documentária como a aproximação das informações ao usuário, o crescente diálogo homem-máquina e, em última instância, uma nova maneira, mais profunda – mas não científica – de obtenção de conhecimentos. Mais ainda: uma grande capacidade de obtenção de informações integrada, ou multimidiática, um novo papel atribuído à documentação e uma participação progressiva no mundo digital (LÓPEZ-YEPES, 1997a).

Esse documentador de si mesmo é denominado, por López Yepes (1998, p. 17), como “*homo documental*”: *El hombre de la cultura de la documentación personal o autodocumentación propia de la sociedad de la documentación*”. O sujeito proveniente da Sociedade da Informação seria capaz de elaborar digitalmente seus documentos pessoais – aqui entendidos como o conjunto de informações a respeito de uma pessoa em particular –, utilizando recursos eletrônicos e digitais. Isso nos leva a pensar: como serão os arquivos pessoais no futuro? Sobreviverão, diante da fragilidade da tecnologia, principalmente quando geridos pelos próprios produtores? Estes geralmente leigos no assunto informático. Assim, como temos hoje preservados acervos arquivísticos pessoais de intelectuais que se destacaram no passado, teremos também no futuro?

O *homo documentator* não é, estritamente, um profissional, mas não precisa ser. É verdade que, para um usuário não profissionalizado, é muito difícil lidar com a documentação tradicional, mas a documentação digital seria, paradoxalmente, considerada menos difícil em alguns aspectos, como observou Gates (1997, p. 116):

Los documentos electrónicos serán interactivos. Pedimos un tipo de información y el documento nos responde. Le decimos que hemos cambiado de idea y el documento vuelve a responder. En el sistema encontraremos que el hecho de poder mirar una información de diferentes modos da más valor a esa información. La flexibilidad invita a la exploración y la exploración se recompensa con el descubrimiento.

Assim, os documentos eletrônicos seriam interativos. Se o usuário muda de ideia, o documento é favorável a tal mudança, e pode ser alterado de acordo com a demanda do solicitante.

3.7 - Concepções da noção de documento de “valor histórico”

O documento é organizado pela metodologia do profissional de cada campo. Portanto, seu tratamento muda caso se trate de acervos arquivísticos, bibliográficos ou museológicos. Cabe também sublinhar que, dependendo de seu contexto de origem, o documento adquire diferentes valores. Para o historiador, o documento pode ser interpretado e instrumentalizado socialmente de forma distinta da convencionada pelo tratamento técnico. Sabe-se que os processos do ciclo documental ao qual o documento é submetido estão vinculados a uma estrutura institucional que avaliará a sua relevância e o modo como será disponibilizado ao usuário.

À exceção de sua característica material, o suporte, um documento não possui características intrínsecas. O contexto influencia qual o teor e o significado que poderão ser atribuídos às informações contidas em um documento e que serão exploradas, de maneira explícita ou implícita, pela análise do historiador. Ainda que, em muitos casos, o teor e o significado sejam dados pela sua forma e materialidade física, pois elas contêm informações nada desprezíveis.

O documento, para o historiador, também está ligado à conotação de evidência ou prova, de modo que o exercício de acesso a estes parece ser eficaz à medida em que as informações são obtidas no seu estado mais puro ou, dito de outra maneira, mais original e livre de intermediários. Nesse sentido, inclusive, o documento de arquivo se diferencia da memória individual, pois enquanto essa é fluida, os documentos de arquivo têm forma fixa (HEDSTROM, 2016). Preservar essa dimensão – que atualmente é ameaçada pela fluidez dos documentos digitais – será crucial para a continuidade da produção do conhecimento histórico. Portanto, esse fato atinge até mesmo o próprio fundamento do crescimento do conhecimento científico. De tal modo, consideramos importante especificar, a seguir, o conceito de documento como fonte, seus critérios de valor, multiformidade, grau de profundidade, sua importância no campo da pesquisa histórica e a concepção dos profissionais entrevistados nessa pesquisa.

3.7.1 – Documento como fonte de informações históricas

A história em si é o único laboratório possível de experimentação
e o equipamento experimental é a lógica histórica
(Thompson, 1981)

Uma fonte refere-se à informação de fundo e é fundamentalmente gravada em suporte documental. Mesmo as fontes orais se transformam em fontes quando gravadas ou transcritas, ou seja, quando fixadas em um suporte. Para reafirmar essa ideia comum entre os historiadores, mencionamos, ocasionalmente, as “boas fontes” ou “fontes confiáveis”, dignas de crédito para se diferenciar das “superficiais”, ou aquelas que apresentam informações que não podem ser comprovadas. A escolha pela primeira³⁴ permite conhecer em profundidade as questões que interessam. Quanto a isso, é possível citar exemplos concretos de pesquisas históricas.

Um caso interessante diz respeito ao fenômeno Integralista brasileiro. Esse movimento político de extrema-direita dos anos 1930 e 1940 foi alvo de um profundo debate historiográfico. Algumas correntes o atribuem a uma filiação nazifascista; outras, não, associando-o ao catolicismo tradicionalista. Boa parte desse debate se dá em decorrência das críticas às fontes de pesquisa. Uma dimensão interessante da vertente interpretativa que aproxima o Integralismo do fascismo destaca que os defensores da primeira interpretação tendem a utilizar fontes documentais da década de 1950, quando, em razão da publicização dos campos de concentração, nenhum grupo político queria mais se associar a esse tipo de corrente política. Graças aos documentos dos anos 1930 e 1940, conservados em arquivos e bibliotecas, essa interpretação pôde ser questionada ou criticada (ARAÚJO, 1988).

Por outro lado, mesmo não podendo ser comprovadas, cruzadas ou corroboradas por outras fontes, as ditas fontes “não confiáveis” ainda fornecem aos historiadores indícios problematizáveis de fatos ocorridos no passado, pois mesmo o silêncio ou a deliberada manipulação da verdade dizem algo ao historiador. Se retornarmos ao exemplo mencionado, poderíamos especular a respeito de uma história do Negacionismo no Brasil, a partir das fontes sobre o Integralismo nos anos 1950 em diante. Em outras palavras, os regimes de verdade podem ser diferentes. Pois a noção de documento, para a Arquivologia, está ligada ao regime de verdade

³⁴ Cabe ainda a realização de uma problematização, ou uma discussão, em relação ao menor valor que costuma ser atribuído ao ato de se considerar o segundo tipo de fonte como não apreciável dentro de uma investigação histórica. Tal discussão é embasada pelos princípios dos *Annales*. A questão é que, para o historiador, esse tipo de fonte, a que não possui caráter inerente de comprovação, ainda pode dizer muito sobre o seu objeto de investigação, ao contrário do que podem imaginar muitos dos profissionais que tratam e organizam o documento.

jurídica; já a História trabalha com outro regime de verdade, com base no movimento de uma representação, uma outra forma de perceber e escrever sobre uma realidade passada.

Thompson (1981), falando a respeito da lógica própria da ciência histórica, afirma que ela é uma lógica limitada, na qual a preocupação menor está em dizer que ela se trate de uma ciência. Dessa forma, dificilmente podemos falar em fontes não confiáveis para um historiador, pois sua formação metodológica o preparou para analisar documentos mais formalizados, menos formalizados, cartorializados ou informais. Cabe ao historiador ler as entrelinhas, os silêncios desses documentos e até os motivos de uma explosão ou uma escassez de informações. Isso, contudo, não implica rejeitar a importância da custódia confiável. Retornando ao exemplo anteriormente exposto: se não existisse essa custódia confiável, feita pelos arquivos públicos, a corrente que defende o Integralismo como uma vertente do catolicismo tradicionalista poderia dizer que os documentos que aproximam esse movimento do nazifascismo são meras falsificações atuais. A custódia confiável não significa, contudo, que os documentos de arquivo sejam verdadeiros em seu conteúdo – inclusive, o contrário é mais frequente –, mas, sim, que eles são verdadeiros em relação às suas respectivas proveniências. Para o historiador, relatar um fato histórico compreende esclarecer essas questões. O historiador, a partir de sua lógica, empreenderá a reconstrução crítica, a explicação e o entendimento da representação documental do objeto investigado.

O documento, como podemos verificar, converte-se em instrumento de comunicação de mensagens e assume a figura de fonte potencial de informação. Mas, geralmente, é também fonte de novo conhecimento científico quando é original e fidedigno (LÓPEZ-YEPES, 1998), quando não é fruto de uma deliberada falsificação, a não ser, conforme afirmamos, que o objeto de pesquisa do historiador seja a própria história da falsificação do registro ou do fenômeno nele representado.

Os historiadores, Ramya e Parvathavarthini (2014), pesquisadores do *College of Engineering*, de Chennai e do *Research Scholar*, JNTU, Hyderabad, ambos localizados na Índia, acreditam que a transformação de tais documentos em formato digital seria essencial para manter a qualidade dos originais, enquanto continua fornecendo aos seus estudiosos o pleno acesso às informações. Nesse ponto, consideramos ser importante explicitar que, diante dos formatos e possibilidades tecnológicas atuais, entendemos que os documentos digitalizados se limitam a fornecer informações, geralmente, sobre o seu conteúdo textual. A discussão que perpassa toda a nossa pesquisa buscou ampliar o entendimento sobre tal fato.

Os historiadores indianos supracitados, consideram as coleções de documentos históricos

disponíveis por todo o mundo materiais de grande importância cultural e científica. O documento de idade permanente mantém um valor significativo para entender também o presente. A fonte de informação é, portanto, o fundamento de toda a atividade de conhecimento humano e aparece como garantia de eventos ou tarefas que precisam ser aceitos por todos: que signifique instrumento de prova ou garantia de maior proximidade de uma determinada realidade passada.

Em particular, no campo da História, do Direito ou das Ciências, o uso de fontes é considerado condição inevitável para o exercício da atividade de pesquisa. Da fonte emana, através das ferramentas teóricas e metodológicas, a informação. Os homens de todas as épocas se esforçam para que ela permaneça confiável para além dos meros pensamentos ou palavras manifestadas pelo próprio ser humano.

López Yepes (1997) teceu considerações a respeito do conteúdo das informações diversas que nos fornecem os documentos como fonte. Para o pesquisador, esse conteúdo é avaliado de forma diferente, dependendo do que ele chama de grau de profundidade. Para ilustrar essa proposição, o autor diz que não se compara poder conhecer o conteúdo da teoria da relatividade de Einstein, relatado em uma mídia qualquer, frente ao texto escrito pessoalmente pelo estudioso alemão e publicado em um periódico científico, o qual, muitos de nós não conseguiríamos ter acesso por se constituir em elevado grau de profundidade e linguagem especializada.

O documento, como portador de um registro do passado e a sua interpretação, é a base para a narrativa histórica. No entanto, na visão de San Isidoro, que em nada é pertinente com os métodos historiográficos contemporâneos, a história equivaleria a conhecer ou ver. Para ele, em determinado momento do passado, ninguém se propunha a escrever historicamente, se não aqueles que haviam participado dos acontecimentos de modo que houvesse presenciado o fato do qual escreveria a respeito. Porque, melhor se perceberia pelos olhos o que acontece, do que quando se recorre ao percebido pela audição, uma vez que o que se vê se expressa sem modificações³⁵. Mesmo a partir dessa noção de método histórico, nada equivalente com os pressupostos atuais, López Yepes (s.d.) extraiu algumas observações:

- 1) A evidente importância da proximidade aos fatos ou, na sua impossibilidade, das fontes para quem, posteriormente, irá investigá-los e estudá-los. As fontes, ou documentos, aparecem como transcrição ou representação dos fatos históricos.
- 2) Os fatos acessados de forma oral figurariam em um plano inferior aos testemunhos

³⁵ *Pues entre los antiguos nadie se metía a escribir historia sino el que había intervenido en los acontecimientos de modo que hubiere visto lo que había de escribir, porque mejor se percibe por los ojos lo que pasa que no lo que recogemos por el oído. Y cierto, lo que se ve se expresa sin desfigurarlo* (SAN ISIDORO, 1940 apud LÓPEZ-YEPES, s.d., p. 277).

presenciados e com possibilidade de comprovação³⁶. A memória, conforme mencionamos, é fluida, ao passo que o documento, quando arquivado, permanece autêntico e fidedigno e tem estrutura fixa.

3) A indissociável necessidade de se relatar os acontecimentos sem distorcer sua natureza, corresponderia ao ensino, pois às letras são confiadas tudo o que é digno de memorização.

Fruto dessas observações, as características do documento de valor histórico para López Yepes (s.d.), são: **a)** os documentos históricos retêm o tempo; **b)** são registros da memória constantemente viva do passado; **c)** condicionam o futuro ao longo das várias interpretações que podem fornecer, dependendo da pessoa, do espaço e do tempo e **d)** se convertem em notícia dos que estiveram diante das informações do fato presenciado. O documento – como o portador e transmissor de mensagens gravadas e recuperáveis –, torna-se em seu emprego histórico capaz de se adaptar à circunstância espacial, temporal e pessoal.

Já Desantes (1987) menciona que o documento é uma mensagem aberta ao futuro e potencialmente válida em todos os tempos e lugares. Compreenderia, assim, a mensagem documentada que ocorre quando os dados ou informações se juntam a um suporte: escrever algumas notas de aula, nota de um número de telefone no papel, o resultado de clicar uma câmera fotográfica, a inserção de dados no computador ou na gravação de um jogo de futebol pensando no filho que estuda em uma universidade estrangeira e vai assisti-lo quando retornar. De tal modo, as notas de aula, ou reflexões pessoais de um estudante comum, podem se tornar uma fonte de informação valiosa para a compreensão da vida de alguém que mais tarde se tornará uma pessoa notável. Note-se que, dessa perspectiva, todos os dias criamos documentos potenciais para a pesquisa histórica.

Os historiadores consideram que um acervo permanente disponível em um arquivo público ou privado tem valor histórico, portanto, não é preciso utilizar o atributo e o estatuto de fonte para considerar sua importância histórica. Tais acervos podem não responder às perguntas de alguns, mas, sem dúvida, responderá às perguntas de outros. Na pesquisa histórica, a documentação de arquivo, desde o início do século XX, tornou-se uma parte corriqueira da pesquisa dos historiadores. Mas as fontes potenciais não se restringem a esse fato, podendo se recorrer a iconografia, noticiários, conhecer pessoalmente um local e o espaço em que os fatos aconteceram – neste último caso também se recorrerá aos mapas.

Podemos ilustrar parte dessa conceituação sobre o documento como fonte de informações históricas a partir de alguns relatos dos profissionais entrevistados por esta investigação. O entrevistado HB01 considerou ser esta uma questão essencialmente simples: “o valor histórico,

³⁶ O que nós relativizamos, conforme a pequena discussão de duas notas atrás, ou a de número 34.

como fonte para a consulta histórica, é atribuído pelo historiador”. Assim, qualquer documento, quando tomado como fonte de informações históricas, assume importância para além do objeto que materialmente é.

HB03 disse: “pela possibilidade de se poder contextualizar historicamente a sua produção, independentemente do tipo de informação que traz ou não, o documento”. Para esse entrevistado, o documento de valor histórico é um objeto que comprova dados, “e se trata de uma peça única”. HB03 entende que apesar de existir muita coisa repetida, o caráter histórico se dá pela originalidade, pela unicidade do objeto observado como uma fonte de pesquisa, pois aquele objeto é capaz de situar um dado vestígio de um tempo passado. Assim como para HE05, que concebe o documento histórico como aquele que é produzido pelo ser humano e pertence a uma cultura que a configure, que a determine, sendo que esse documento pode ser físico ou não: “pode ser patrimônio imaterial, um objeto que tenha sido produzido pela mão do homem e que representa a sua cultura, a sua identidade, o seu povo”.

Em relação à possibilidade de entender melhor o passado é no que acredita o entrevistado HE04, para quem um documento, enquanto fonte de informações, tem a ver com o valor que foi criado em uma determinada época em um contexto ou uma função. Em uma pesquisa historiográfica, é um documento que se possa situar em um contexto e que permita fazer uma análise do porquê se criou uma obra – pensando aqui, então, em história da arte, que é a área de formação específica deste entrevistado. Para HE04 “o valor histórico está em permitir levar à outra época para compreender a sua mentalidade e quem o criou [o documento], pois me interessa a sociologia da época”, que permita distinguir os ensinamentos que tal objeto proporcionou por ter sido concebido de uma maneira e não de outra. Do mesmo ponto, parte o entrevistado HE02, considerando que um objeto é valorizado como um documento de valor histórico “*por aquel que podrá justificar a partir de ellos sus hipótesis de trabajo*”. Documento por documento todos teriam alguma utilidade histórica ao poder justificar hipóteses de pesquisa. E, quando se seleciona documentos para testar suas hipóteses, começaria aí a valorização desses como importantes para a escrita da história.

Já HB04, utilizando um termo bem mais geral, declarou ser qualquer “coisa” um documento de valor histórico.

Qualquer coisa! Isso é o que primeiro aprendemos na introdução aos estudos históricos. Quem dá esse valor é o historiador, à medida que lança suas perguntas sobre aquele documento que pode ser visual, textual, iconográfico ou material. Pode ser uma casa, pode ser uma cadeira. Então, qualquer coisa pode se tornar documento. Se ele serve como fonte de informações para o historiador, informação sobre o passado, este é um documento de valor histórico.

Como se verifica, há, implícito nessas declarações, um tensionamento entre dois conceitos de documentos: o conceito da Documentação, em que qualquer informação registrada em suporte é documento e o conceito da Arquivologia, em que os fundos arquivísticos de guarda permanente passaram pela avaliação, sendo preservados aqueles de valor secundário. A primeira interpretação predomina entre os usuários e usuários potenciais das instituições arquivísticas, criando várias demandas frustradas ou incompreensões mútuas.

Por outro lado, algo fundamental de se incorporar metodologicamente, antes de proceder a ida aos documentos é entender que o documento não fala por si próprio. Não havendo referências teórico-metodológicas, pode-se incorrer na construção de uma narrativa histórica simplista, pois a atribuição de sentido será ingênua. Os historiadores metódicos ou positivistas, por exemplo, acreditavam estar escrevendo a História tal como ela ocorreu, mas, na verdade, apresentavam um relato bastante parcial, pois partiam do pressuposto implícito de que “a História é feita pelos grandes homens”. O historiador, portanto, elege suas fontes, analisa os documentos, com base em problemas de pesquisa e deve se aproximar da documentação com perguntas, com as questões que se pretende esclarecer.

3.7.2 - Concepções e ampliação da noção de documento para a pesquisa histórica

Dentro da problemática que envolve a valorização dos documentos de arquivo, como registros de guarda permanente, temos Jardim (1995), que apreende que a noção de memória no âmbito arquivístico costuma ser interpretada como um processo de avaliação e seleção dos documentos. Essa avaliação incide na identificação de valores e na definição de prazos de arquivamento dos documentos em suas fases corrente e intermediária. Esse processo define as possibilidades de eliminação e recolhimento a acervos permanentes, adquirindo valor secundário.

Para Lousada (2012), a preservação de um documento deriva do valor que ele possui ou que lhe seja atribuído, tanto por atos legais como institucionais. Ao avaliar os documentos, os profissionais de arquivo estariam definindo nossa herança documental. Tal pensamento se alinha ao de Terry Cook (2003), para quem o processo determina o que no futuro se conhecerá do seu passado.

O processo de avaliação documental pode se tornar responsável pela construção da memória social, histórica e individual, e conseqüentemente, de que forma se constitui a formação do patrimônio arquivístico e como este teria a capacidade de “expressar e refletir a memória” ou de permitir “escrever a história” (LOUSADA, 2012, p. 67).

Schellenberg foi quem teria iniciado as discussões quanto ao papel do profissional de arquivo no que tange à racionalização e a produção dos documentos – uma vez que até então aquele estaria focalizado no fator histórico –, com temas ligados à custódia, à descrição e à classificação dos documentos. Nessa nova perspectiva, a avaliação passaria à responsabilidade do arquivista, que atuaria em comissões consultivas com participação de historiadores, profissionais da área de Direitos e dos próprios produtores dos documentos. Para Schellenberg (2002), a análise documental deveria ser o cerne da avaliação, documentando-se função ou as funções, da instituição.

3.7.3 - Historiadores: seus entendimentos sobre documento de valor histórico / secundário

Buscando a respeito das concepções dos entrevistados sobre essa problemática, vimos que HB02 entende que a pesquisa determinará o que é documento de valor histórico. O entrevistado enfatiza que “mesmo a definição daquilo que vai para um arquivo permanente, deveria envolver um historiador, pois este possui elementos para imaginar as possibilidades de consulta sobre determinados tipos de documentos”. Para o pesquisador espanhol HE01, trata-se de qualquer tipo de fonte que “permita uma aproximação ao passado e de um ponto de vista compreensivo. Esta é, para mim, a maior virtude de uma fonte histórica”.

Para HB05, é o objeto que possui a capacidade de denotar uma memória construída socialmente e de guardá-la: “o documento de valor histórico, para mim, é o documento que me permite responder à pergunta que faço ao passado, por meio do valor dessa memória”. O entrevistado considera que o ato de guardar memórias denota um documento com valores historiográficos. HB05 pondera que “no fundo, no fundo, tudo é documento e tudo tem importância documental”. Note que, para a construção da memória social, o valor desse documento está no que ele tenha retido e que se está buscando entender. Um simples documento ora desvalorizado permite responder questões muito importantes, então este assumirá o *status* de um documento de grande valor informativo para o historiador.

Podemos ilustrar as considerações de HB05, citando os objetos considerados menos importantes, do ponto de vista da sua elaboração, como uma embalagem de um produto qualquer. Essas embalagens possuem informações sobre um momento, uma época, uma sociedade e a sua organização humana. Geralmente, tais itens – a não ser que digam respeito a conjuntos orgânicos, por exemplo, quando fazem parte de um processo de contratação de serviços de

marketing de uma empresa – dificilmente são incorporados a arquivos permanentes.

Documento de valor histórico, para HB06, é aquele que fornece informações sobre processos de sociedades do passado. Todo documento tem um valor importante, independe da perspectiva ou com qual olhar se está dirigindo. Existem documentos, objetos, que não dizem nada para uma determinada situação e para outras pessoas, mas seu valor cultural é muito importante para várias questões históricas. HB06 apresentou um exemplo que consideramos ser muito interessante e ilustrativo:

Temos, atualmente, dentro da universidade [UFMG] um debate grande. A Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ)³⁷ pensará sobre os arquivos da universidade. Mas o que são os documentos de valor histórico para a UFMG? Quais são os documentos que a DIARQ deve considerar? O que são os documentos históricos para a universidade e para nós, que somos um grupo que trabalha com pesquisas da história da ciência? O que é importante preservar dentro da universidade para que se construa a história da ciência desta instituição? A ciência é uma atividade fim da universidade, então é fundamental que a gente preserve, por exemplo, cadernos, papeletas, revistas e uma porção de outros documentos que podem me dizer da construção da ciência aqui dentro, que não estão muito diretamente relacionados à questão administrativa da universidade e que em determinado momento assumirão caráter histórico (HB06).

Preocupado com tais seleções, HB06 exclamou que há um montante de “coisas” que o arquivista decide descartar, mas que podem ser fonte importante de informações sobre o cotidiano da História. O entrevistado ilustrou essa informação com mais um exemplo que julgamos ser importante relatar. Quando cursava História, estagiou em um órgão público da prefeitura da capital mineira. Trabalhou em sua biblioteca, mas lidava com a documentação do órgão. Presenciou uma “limpeza documental”, com o “descarte” de uma lista de documentos referentes aos funcionários do órgão:

Era uma coisa muito engraçada lidar com isto, um monte de papéis contando várias histórias, papéis interessantíssimos sobre o período dos bondes de Belo Horizonte, ocorrências com os motorneiros, informações fantásticas de uma época. Mas diante da regra da instituição você devia descartar. Me perguntava: então, acabam aqui esses acontecimentos? Serão apagados da História? Não vamos ter essa memória preservada, esta que a gente vai selecionar para descartar? É por isto que para nós tudo é histórico (HB06).

Mais uma vez, não podemos deixar de considerar estarmos diante de exemplos que merecem ser relativizados. No primeiro caso, cabe lembrar que os procedimentos arquivísticos de avaliação não dizem respeito exclusivamente aos documentos administrativos. Por isso mesmo, se há uma diretoria de arquivos na UFMG, essa seção deve atuar na gestão documental das atividades-meio e nas atividades-fim. As primeiras são as atividades administrativas propriamente ditas

³⁷ Órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

(contabilidade e finanças, recursos humanos, comunicação etc.), as segundas são as atividades finalísticas da instituição, a razão de ser dela, a missão a qual se incumbe.

No caso na UFMG, essa missão é corporificada nas funções de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a DIARQ tem a função de considerar os documentos de pesquisa, caso contrário, não estará desempenhando o que está previsto na política arquivística da universidade. A segunda declaração revela um ato criminoso, pois a eliminação aleatória de documentos públicos (ou seja, sem a homologação da respectiva autoridade arquivística, no caso, a municipal) é crime, com sanções previstas pelo Código Penal brasileiro, proibições pela lei federal de arquivos e pela lei municipal de Belo Horizonte. Contudo, esse fato é desconhecido. A não ser a grupos muito restritos de profissionais da área, essas ocorrências não chegam a ser encaminhadas ao Ministério Público, menos ainda são elementos de conhecimento amplo.

No século XIX ocorrem as tentativas de se explicar e de se interpretar os fenômenos sociais, alegado pela necessidade de se relacionar a Filosofia e as Ciências Naturais como forma de se obter o entendimento dos processos humanos. Para tanto, buscaram-se bases científicas em métodos de observação, experimentação, dedução, indução e comparação para se tentar explicar, desvendar ou resolver os problemas até então enfrentados pela sociedade burguesa na Europa. Um dos expoentes mais significativos desse pensamento foi o movimento filosófico criado pelo francês Auguste Comte, o Positivismo (COMTE, 1972).

Ao se instaurar uma observação rigorosa e objetiva dos fatos ou uma objetividade científica, essa nova forma de percepção da realidade levou gradualmente ao rompimento com os teóricos metafísicos, como Rousseau, que se valia da forma imaginativa para recriar os fatos que poderiam explicar a origem e o desenvolvimento social. Para Comte (1972, p. 116), as ciências naturais deveriam ser o arquétipo seguido pela ciência social, pela qual a “admiração e a reprovação dos fenômenos devem ser banidas com igual severidade de toda ciência positiva, porque cada preocupação deste gênero tem por efeito direto e inevitável impedir ou alterar o exame”.

Para melhor entender a concepção estrutural da ciência positiva é importante saber que Auguste Comte propôs ligar os fatos históricos, tomando como base as classificações realizadas nas ciências da natureza de maneira a adaptá-las ao social e tornando-as mais complexas, pois, o método geral das classificações lhe permitiu maiores progressos. Seguiam-se as hierarquias taxonômicas das famílias, espécies e gêneros, além das demais, na busca da apreensão, por meio da observação das “relações político-sociais reais”. Assim, esse método adaptado da Biologia seria aplicável a qualquer ciência. Na perspectiva de Comte, o passado seria tomado como objeto

de estudo para a previsão do futuro e o presente se condicionaria às interpretações da História e de previsões objetivas, guiadas pelas observações das leis naturais, consideradas neutras e responsáveis pelo andamento da marcha da civilização em direção evolutiva ao “progresso” (COMTE, 1972).

Seguindo a linha de pensamento iniciada por Auguste Comte, um dos desdobramentos da História Científica foi a determinação da dita “História Positivista” ou Metódica, a qual teve, como um de seus mais expressivos precursores, o historiador alemão Leopold von Ranke. A “História Positivista” de Ranke tinha como princípio escrever a História como “realmente” ela teria acontecido buscando o “apelo à objetividade” (GAY, 1990, p. 70). A perspectiva histórica de Ranke procurava demonstrar o compromisso com a ciência histórica, retratando a ascensão das grandes potências, evidenciando os grandes acontecimentos, além das personalidades políticas e religiosas.

Ao observar e considerar como um problema o fato de a História estar sendo reescrita em demasia, Ranke propôs que a narrativa e o registro histórico fossem provenientes da pesquisa sobre fontes documentais primárias, ou seja, dos documentos de arquivo. Ranke criticava os pesquisadores que se utilizavam de fontes secundárias para a escrita da História, visto que estariam referenciadas em outras interpretações. Assim, Ranke colaborou para que o arquivo passasse a ser o lugar, por excelência, do historiador.

Para Gay (1990, p. 75) a perspectiva historiográfica fundada por Ranke significou os princípios essenciais para a pesquisa histórica, pois consistia “no estatuto único e privilegiado do documento de época [se acreditando que] apenas ele detinha a chave da verdade histórica”. Segundo esse autor, a partir de então, atribuiu-se ao documento de arquivo o estatuto de autenticidade e de fidedignidade, com as pesquisas históricas se baseando “nos relatos de testemunhas oculares e nas fontes mais autênticas e mais imediatas”. Dessa forma, a contribuição de Ranke à historiografia está “em sua visão enaltecida dos documentos” (GAY, 1990, p. 74).

No entanto, considerar somente o método da crítica textual de documentos de arquivo leva a algumas limitações conceituais de documento histórico, no sentido de que a fonte histórica seria o texto, ou documento escrito, para a geração de outro texto. Para Chartier (1978, p. 517), a História Positivista considera que o documento escrito seria o seu “início-fim”, uma vez que os historiadores dessa corrente acreditavam que, para além dos textos, não existiria história pensável. O método que permite ir do vestígio dos fatos aos próprios fatos é a crítica histórica. É ela que distingue os historiadores críticos ou científicos dos seus antecessores, os “historiadores filósofos”.

A apropriação do documento como fonte histórica fora reconhecida academicamente e explicitada com a noção de História Metódica, ou dita Positivista, de Ranke. Essa corrente possui harmonia com o chamado “espírito positivo”, proveniente das ideias de Auguste Comte, mas adquiriu, disciplinarmente, características específicas. Foi em busca de relegar a História ao *status* de área científica que Ranke propôs o aperfeiçoamento do método por meio da consulta às fontes documentais e o desenvolvimento de uma teoria histórica.

No universo historiográfico passamos a contar com os termos História Científica, História Metódica, História Tradicional, História Historicizante ou Historicismo, História Rankeana e História Positivista, os quais foram atribuídos pelo movimento dos *Annales* como forma de classificar os modelos historiográficos que, até o início do século XX, predominavam nas atividades de ensino e pesquisa. Dentre esses termos, o uso de História Positivista, para Chartier (1978, p. 516), obteve maior aceitabilidade, porém denotando sentido negativo por se referir à forma que “não convém para fazer História”. Tal situação acabou por depreciar a Filosofia positivista proveniente de Auguste Comte.

A persistência na noção de objetividade atribuída ao documento evidenciou a aproximação conceitual entre Documentação e História Positivista.

À luz dessa aproximação, emerge o primeiro momento da Documentação, de “fase positivista”, que representa um período de transição da tradição rumo à inovação conceitual. Essa fase foi marcada pela acepção otletiana de documento após a década de 1930, quando o conceito foi formulado considerando os objetos produzidos pelo homem em direção ao conteúdo informacional. Tal ênfase consistiria o fator distintivo para a transformação do objeto em documento, sendo que a ação humana de agregar ao objeto uma função informativa lhe garantiria o *status* de objetividade (RABELLO, 2011, p. 140).

O fazer historiográfico no começo do século XX passou a ser baseado em uma noção documental ampliada, devido ao questionamento dos tipos de informação intrínsecas que esses artefatos culturais podem conter. Naquele momento, as críticas à História política cresceram. James Harvey Robinson, por exemplo, defendeu a criação de uma “Nova História”, caracterizada por considerar uma ampla variedade de fontes documentais, como “qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra” (ROBINSON apud BURKE, 1997, p. 20). A partir dessas ideias temos, em parte, o pano de fundo que deu base de formulação para o movimento que revolucionou a historiografia do século XX e que foi denominado por muitos teóricos de Escola dos *Annales*.

O movimento dos *Annales*, que se confunde com a forte influência dos seus idealizadores – Lucien Febvre e Marc Bloch, representantes da primeira geração – no cenário historiográfico mundial foi eficientemente difundido por seus seguidores, particularmente, Fernand Braudel

como representante da segunda geração e Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros, compondo os representantes de sua terceira geração (BURKE, 1997).

As três gerações dos *Annales* estão centradas em duas posições básicas e permanentes, como o emprego do ponto de vista das ciências sociais e a prática da interdisciplinaridade, embora possuindo enfoques diferentes. De acordo com José Carlos Reis (2004), os fundadores do movimento desenvolveram suas teorias enfocando a compreensão na História problema e na História Global. A segunda geração se dedicou às regularidades, às séries, às técnicas, à quantificação e à abordagem estrutural; já a terceira fase refere-se a modelos, a invariantes conceituais e a interpretações. O movimento dos *Annales* foi norteado por algumas diretrizes, como a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história problematizante, o enfoque da história de todas as atividades humanas e não apenas a história política, ou seja, uma história total ou das estruturas e da colaboração com outras disciplinas em uma proposta interdisciplinar com a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Economia, Linguística e Antropologia, entre outras.

O entendimento da necessidade de se operar com um maior intercâmbio intelectual se reflete no conselho editorial da revista que era composto pelo geógrafo Albert Demangeon, pelo sociólogo Maurice Halbwachs, pelo economista Charles Rist e pelo cientista político André Siegfried, além de historiadores (BURKE, 1997). Com o tempo, o movimento dos *Annales* passou a ser reconhecido como um modelo historiográfico, pois

[...] pouco a pouco os *Annales* converteram-se no centro de uma escola histórica. Foi entre 1930 e 1940 que Febvre escreveu a maioria de seus ataques aos especialistas canhestros e empiristas, além de seus manifestos e programas em defesa de “um novo tipo de História” associada aos *Annales* – postulando por pesquisa interdisciplinar, por uma História voltada para problemas, por uma História da sensibilidade (BURKE, 1997, p. 38).

O movimento dos *Annales*, atualmente denominado de Nova História (em francês, *Nouvelle Histoire*), surgiu no intuito de se contrapor ao paradigma tradicional ou à História dita positivista de Ranke. Os historiadores ligados ao movimento dos *Annales* passaram a conceber o paradigma rankeano apenas como uma das várias abordagens possíveis do passado. Portanto, é importante esclarecer que o movimento atual não pretende negar a História Positivista.

A partir da “revolução historiográfica” proporcionada pelo movimento dos *Annales*, temos o início dos questionamentos ao método e à abordagem da História Positivista, considerada metodologicamente limitada por privilegiar mais o acontecimento ou a causa do que seus efeitos. Passa-se a entender que, para se obter entendimentos satisfatórios sobre esses efeitos, o historiador necessitaria realizar mediações de outras ordens (BURKE, 1992, p.14). Assim, é

importante deixar claro que a definição de fontes documentais tradicionais ou os documentos de arquivo, como acessados pela História Positivista, apresentou-se como um problema de ordem metodológica para os idealizadores dos *Annales*. Apesar de esses historiadores não desconsiderarem esse tipo de fonte para a escrita da História, a crítica se voltava, propriamente, à forma como documentalmente era instrumentalizada para a escrita da História. De acordo com Le Goff (1994), essa crítica à instrumentalização das fontes documentais oficiais ou de arquivo oficial perpassou do fim do século XIX ao início do XX, momento mais expressivo das abordagens por meio dos estudos filosóficos positivistas.

Para melhor se entender o teor da mudança metodológica historiográfica na crítica às fontes, deve-se ter em mente que, enquanto a História Positivista apresentava uma visão de cima e se concentrava nos grandes feitos e personalidades historicamente constituídas, relegava, ao restante da humanidade, um papel secundário. Os teóricos dos *Annales* buscaram trazer à pauta os indivíduos e os grupos deixados de fora do contexto social, caracterizando o movimento por descrever uma “História vista de baixo”. Para tal construção historiográfica, os problemas relativos às fontes e aos métodos foram amenizados quando os historiadores empreenderam novas perguntas sobre o passado, escolhendo novos objetos de pesquisa, buscando novos tipos de fontes pela necessidade de suplementar os documentos oficiais, preocupando-se em coletar maior variedade de evidências nos mais variados suportes e formatos.

Ao ampliar o conceito de documento como fonte de pesquisa histórica, os historiadores dos *Annales* movimentaram a crítica aos documentos contribuindo com um grande nível de sofisticação, por exemplo, ao expor as limitações do documento de arquivo, pois os registros oficiais geralmente expressam o ponto de vista oficial, ou seja, as formas de poder dele emanado.

Na maior parte dos casos, quando um texto cita um objeto concreto não oferece deste uma imagem precisa. Pensando nas contribuições interdisciplinares ao fazer historiográfico, a arqueologia, por exemplo, nos coloca em contato direto com o próprio artefato, o qual se pode tocar, examinar e interpretar com baixo risco de equívocos devido à subjetividade emanada do objeto / documento.

Ainda dentro da discussão sobre a ampliação da noção de documento histórico, Le Goff (1994) conceitua o que seria “um novo documento”, considerando todo documento como um monumento:

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento / monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento / monumento do campo da

memória para o da ciência histórica (LE GOFF, 1994, p. 549).

Esse conceito buscou refutar a hipótese, difundida com a Diplomática na posição de “ciência auxiliar” da História e com a “História Positivista”, de que o documento oficial seria idôneo e portador de objetividade. Para o autor, o documento / monumento está presente no inconsciente cultural, pois é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação e representar uma intencionalidade inconsciente, a qual deve ser criticada pelo historiador.

Como anteriormente descrito, a ampliação conceitual de documento aumentou as possibilidades da pesquisa historiográfica, revolucionou metodologicamente a relação entre o historiador e as fontes documentais, que passaram a ser apreendidas no amplo horizonte interpretativo da cultura material. Mediante tais procedimentos metodológicos pôde-se melhor compreender as experiências do passado, ao se buscar solução para uma infinidade de reticências existentes através da história humana, por permitir ao historiador revisitar hábitos, costumes e técnicas como um agente de rememoração de uma determinada cultura e em um determinado tempo histórico.

Para Lucien Febvre (1985) “a História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver” (p. 249). As concepções e os métodos de investigação histórica permitem ao historiador “fabricar o seu mel, à falta de flores habituais” (p. 249). Portanto, o historiador tem a possibilidade de desenvolver o seu ofício por meio de palavras, signos, paisagens e outros objetos, os mais diversos possíveis. Ele constrói a sua narrativa atendo-se a tudo aquilo que emana do homem, depende das ações do homem, exprime seus sentimentos, significa sua presença, atividades, gostos e as maneiras de ser e de agir.

Rememoremos que, dentro da presente pesquisa nos lançamos na busca de uma parceria epistemológica para se discutir em que nível a Ciência da Informação, Organização e Uso da Informação, Análise Documental e Arquivologia têm caminhado de forma aproximada ou não com as metodologias historiográficas apresentadas nesta seção. O objetivo foi o de conhecer esta dimensão e de maneira alguma produzir julgamentos.

Hayles (2003) apresenta algumas considerações, destacando o papel do agente na compreensão da noção documental que entendemos estar alinhadas com as necessidades historiográficas contemporâneas. A autora afirma que a noção de documento deve ser analisada considerando seus diferentes níveis de materialidade. Segundo Hayles (2003), esse aspecto ganhou maior visibilidade devido ao impacto da tecnologia digital no âmbito documentário. A autora considera, ainda, que nos processos de tratamento documental é essencial considerar o ponto de vista de

quem está interpretando tal documento.

Meyriat (1981) também apresenta considerações sobre documento, que se alinham às necessidades historiográficas contemporâneas. O autor o considera como um artefato de caráter durável, que carrega informação e comunicação. Pensando assim, o documento não seria um mero dado, mas o produto de uma vontade de informar. Dessa maneira, o artefato pode ser considerado como documento, mesmo que não tenha sido a vontade de seu criador. A definição de documento, vista dessa maneira, não se impõe como uma evidência inicial, ela depende dos pontos de vista e dos métodos de abordagem documental. Nem todo objeto tem em sua natureza a função de se tornar um suporte de informação, mas essa função, mesmo que não seja a principal, pode lhe ser atribuída em determinado contexto.

A intensificação dos processos do trabalho do historiador – quando esse profissional passou a se preocupar com seu fazer interpretativo, composto por selecionar, identificar e reunir as evidências documentais relevantes para a sua investigação, considerando a totalidade interpretativa que um objeto pode trazer – significou transcender, por meio do questionamento da aparente informação objetiva para a busca dos elementos intrínsecos, de acordo com a perspectiva do próprio historiador. Assim, buscou-se identificar, nas evidências documentais, informações necessárias para o esclarecimento das dúvidas e dos questionamentos, mais específicos, que surgem no percurso investigativo da perspectiva de cada historiador.

Os historiadores dos *Annales* criticaram o método de análise das fontes que se baseava apenas na superficialidade fenomênica expressa nos documentos oficiais escritos. Importa ressaltar que o problema não estaria na utilização dessas fontes, mas na compreensão de que elas seriam as únicas válidas para a escrita da História, assim valorizadas como as únicas que devem ser preservadas. Entende-se, aqui, que tais procedimentos se aproximam daquilo que se constituía como uma concepção positivista “ingênua” de documento, ao privilegiar a organização desse tipo de fonte de informação (a de caráter oficial) a partir do seu conteúdo informacional apenas, atribuindo-lhe um novo contexto sem, por exemplo, agregar à sua descrição as características originais. Diante desse contexto, a reflexão que nos surgiu é que seriam procedimentos como esses, se adotados, que impactariam as possibilidades de interpretação historiográfica.

3.8 – A História da Cultura Material

Em relação à historiografia ocidental do século XX, um dos fenômenos mais significativos está

na crescente especialização do historiador moderno. Esse profissional passou a se conceber baseando-se em variados campos, abordagens e domínios metodológicos. Até o século XIX o historiador construiu uma imagem científica de si a partir do momento em que começaram a definir domínios próprios e específicos nas mais diversas modalidades internas ao campo historiográfico. Especializações como História Econômica, História Social, História das Mentalidades, História Regional e a Micro História, além de diversos outros, os quais requisitaram seus próprios especialistas. Refletir, permanentemente, sobre o que significa cada um dos campos que se abrem ao profissional historiador adquiriu o contorno de uma tarefa importante para o próprio profissional em seu campo.

Nossa abordagem inerentemente recai, na presente pesquisa, no setor histórico que se refere intimamente à interação do homem com a sua própria materialidade. Referimo-nos a um dos setores historiográficos que, dentro da cadeia mais ampla das modalidades historiográficas, desenvolveu-se tardiamente a partir do século XX. A HCM deve ser classificada como uma modalidade historiográfica, afirma Barros (2009), relacionada às diversas dimensões da História. Essas dimensões são originárias da análise do historiador durante o seu ofício. O historiador cultural estuda em primeiro plano os fatos da cultura, no mesmo grau em que o historiador político estudará o poder em suas múltiplas formas, e o historiador demográfico se guiará na direção da noção que lhe é central, a populacional. A História Cultural, a História Política ou a História Demográfica estão adequadamente situadas no campo das dimensões historiográficas.

As divisões historiográficas chamadas de domínios se referem a campos temáticos privilegiados pelos historiadores. Diversos domínios surgem e desaparecem no horizonte do saber dessa complexa disciplina, a História. Um domínio historiográfico é identificado quando se fala, por exemplo, sobre a História da Mulher, a História do Direito, a História da Sexualidade ou uma História Rural. Alguns domínios podem acenar para os sujeitos históricos eventualmente estudados: a mulher, a prostituta, o marginal, o jovem, o idoso, o trabalhador, as massas populacionais etc.

Buscando definir Cultura Material, Pesez (1996) lançou luz na direção daqueles que considerou mais se relacionarem com a noção e a expressão: os historiadores e os arqueólogos. Os debates em torno da cultura material ocorreram na Polônia e Itália, provenientes de um esforço de demarcação da expressão. No entanto, levaram, principalmente, a limitar-se ao campo da pesquisa e a dar maior precisão ao projeto proposto: o estudo da vida material. Alesksander Gieysztor (apud PESEZ, 1996), baseando-se nas ideias de Henri Dunajewski, apresentou uma análise que reduz a apenas quatro os elementos da cultura material: **1)** os meios de trabalho, o homem e as ferramentas; **2)** o objeto de trabalho, como as riquezas materiais e as matérias-

primas; 3) a experiência do homem no processo de produção ou a técnica e 4) a utilização dos produtos, ou, o consumo.

A cultura material é material pelo caráter físico inerente à documentação recorrida, não por estar presa a pretensos níveis materiais da vida social. Socialmente, a sua função está amarrada às configurações mutáveis que não se situam nos limites prévios das várias dimensões culturais. Assim, a materialidade é propriedade inerente, porém não esgota o objeto culturalmente considerado.

Abordado a partir de suas características físicas, o objeto informa sobre a sua própria materialidade. Mesmo as características físicas são decorrência de um processo social, presente desde a seleção da matéria-prima. Na escolha do material, vários motivos interferem, como sua funcionalidade, ajustamento, fatores econômicos, de estilo e tradição que variam, ainda, de acordo com as circunstâncias geográficas, técnicas, estéticas, etc. Da mesma forma em relação aos objetos, os significados das matérias-primas são estipulados culturalmente e muitas vezes afetam o sentido daquilo que compõem.

As questões que fazem parte das inquietudes do historiador que se interessa pela cultura material são relativas à constituição das sociedades estudadas, particularmente, ao universo físico culturalmente apropriado durante o trajeto dos agrupamentos humanos. O historiador da HCM não está atento apenas aos tecidos e objetos de um vestuário, por exemplo. Ele irá além, analisando os modos de vestir, as oscilações da moda, variações, conforme os grupos sociais e fronteiras políticas que, por vezes, se aderem a uma determinada roupa que os sujeitos de determinada minoria podem ser obrigados a utilizar. É importante saber que qualquer objeto interessa a uma abordagem histórico-cultural-material.

Assim, a cultura material permite ser estudada por meio de fontes das mais diversas naturezas. Uma coleção de catálogos de moda possibilita ao historiador estar na presença do universo indumentário de determinado período histórico. O conjunto de receitas culinárias fornece ao historiador os hábitos alimentares de determinada população, situada em uma região e em uma temporalidade. A abordagem, nesses casos, poderá ser econômica, cultural, social ou a combinação de algumas delas, mas as fontes dessa análise histórica são basicamente provenientes dos objetos.

O estudo da cultura material logo se chocaria numa barreira intransponível se limitasse sua investigação à exploração das fontes tradicionalmente históricas, como os documentos escritos. As fontes escritas se rarefazem na escala do tempo à medida que as encontramos, podendo, habitualmente, desaparecerem por completo. Permanecem, então, com maior originalidade, os

vestígios materiais que também são documentos da Arqueologia, oferecendo informações acerca da cultura material de acordo com a abordagem lançada pelo pesquisador sobre esses objetos, ou seja, lançando o ponto de vista analítico que interessa a sua narrativa histórica.

O ponto de análise seguinte estará na noção de trajetória, que não deve se circunscrever à existência do objeto por si. Isso se estenderá para além do momento em que o objeto transformou-se em documento, como nas palavras utilizadas por Rede (1996), para “o interior da operação intelectual que o retira (abstrata, mas nem sempre fisicamente) do seu contexto original (aquele em que foi produzido, consumido, reciclado, descartado etc.)” (p. 277). Esse objeto passará a estar inserido em uma nova situação na qual se tornará base de informações. Essa operação é condicionada à intervenção do observador: o pesquisador.

Ainda, nessa fase documental, é de suma importância compreender que a cultura material ganha atributos inéditos, por meio do processo de interação com o historiador. Dessa forma, a abordagem por meio da cultura material não determina apenas o fator do alargamento do corpo documental, implicando, também, uma mudança de raciocínio que possibilitará a construção de outros problemas, ou até mesmo observar esses problemas de outra forma.

Para exemplificar, pensemos um pouco no trabalho histórico a partir da materialidade dos livros, um dos objetos de pesquisa do entrevistado HB05 (ver sobre no subcapítulo 6.3.3, página 219). Para Pierre Nora (1993), em meio às peculiaridades da memória, esta “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (p. 9). As diversificadas materialidades dos exemplares dizem muito sobre os usos dos livros. A leitura de cartilhas é diferente dos demais livros, devido às diferentes organizações físicas.

Um historiador dos livros, e / ou da leitura e circulação desses objetos e seu conteúdo, buscará conhecer o que marcou o imaginário dos indivíduos: os livros que ganharam a memória de gerações, a relação entre eles e os currículos escolares, imposições de leituras, a circulação de ideologias, formatos, qualidades de acabamento, como se com capa dura ou não, livros de bolso ou extremamente grandes, ilustrados etc. Elementos físicos como cor, número de páginas, ilustrações, mapas, peso, entre outros, influenciam nas formas de leitura e no acesso aos textos que esses livros contêm.

Mais detidamente, no âmbito da materialidade desses objetos culturais, pois é o que estamos discutindo aqui, destacamos que um livro de bolso permitiria uma circulação social do seu conteúdo de forma mais ampla do que um livro elaborado com dimensões e peso muito grandes. Essa circulação também será condicionada pelas possibilidades de aquisição dos livros, afetadas pela condição social da potencial população leitora, em função da qualidade da sua

materialização. Saber da qualidade que determinou os preços dessas obras informa sobre as camadas sociais que poderiam ter acesso àquela determinada leitura.

Discorreremos, agora, sobre mapas, um dos objetos de pesquisa do entrevistado HB04. Independentemente dos recursos tecnológicos e métodos empregados na sua confecção, se criados à mão ou impressos, o procedimento metodológico que imperará é ter certeza da integridade da sua constituição, ou seja, a de sua representação gráfica. Queremos dizer que é importante saber se tal objeto sofreu adições posteriores a sua criação original. Porque, especialmente na cartografia, a sutileza da cor, da pigmentação e a letra, assim como as dimensões, tipos e qualidades do suporte interferem no resultado final da sua análise. E esses são elementos que dificilmente pode-se ter certeza da variação sem contato com o original, pelo menos mediante as digitalizações atuais. Entendemos que, para o contato com esse artefato via meio virtual, ajudará muito podermos contar com descrições mais detalhadas sobre fatores intervenientes, como a sua dimensão, matéria-prima, peso, tipo de escrita e tinta empregados, além de outros fatores.

Como se pode notar, o objeto da HCM está na materialização dos processos sociais, políticos, culturais, econômicos e tecnológicos extraídos da combinação da análise do objeto propriamente dito e do seu entrecruzamento, podemos chamar de evidências arqueologicamente descobertas e disponibilizadas, com a documentação tradicional de arquivo, ou o documento impresso em suporte papel. Além, claro, do confronto das informações com diversas outras tipologias documentais.

3.9 – Acervos permanentes e valor secundário

3.9.1 - O documento na perspectiva arquivística

Os documentos de arquivo, diferentemente de outras espécies de documentos (bibliográfico, arqueológico, artístico), demandam que o seu tratamento aborde os elementos que os distinguem. Segundo o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), eles são “os documentos produzidos (elaborados ou recebidos) no curso de uma atividade, como instrumento ou resultado da tal atividade e retido para ação ou referência” (CTDE, 2009, p.12).

A coleta e a organização de documentos produzidos por um único indivíduo ou uma instituição, ao longo de sua vida ativa, resultantes do processo documentário de uma existência

longa ou curta, simples ou de grandes variações de atuação, constitui um arquivo. Arquivo, no sentido da reunião de documentos ligados aos mais diversos tipos, precisamente em função da sua origem ou armazenamento circunstancial. O ponto alto a se considerar é a sua singularidade, ou seja, o fato de que o documento original é único e, por conseguinte, a sua desapareição representa perda total, uma vez que, em princípio, não são produzidos de forma múltipla. O segundo ponto diz respeito ao seu condicionamento no espaço e no tempo, como resultado de uma atividade pública ou privada, que o circunscreve completamente em atividade similar às que são feitas como resultado produzido em mesmo espaço e tempo.

A condição depende dos atos jurídicos, administrativos, comercial e / ou familiares desenvolvidos ao longo dos anos e dos séculos, dotando os documentos apresentados com características muito particulares, constituindo séries de relacionamentos por unidades e elementos, tornando-os facilmente identificáveis e orgânicos, como conjuntos e unidades de formação de complexos de milhares de documentos mais simples.

Para processá-los, organizá-los, classificá-los, descrevê-los e disponibilizá-los, os arquivistas estudam sua forma e substância para alavancar cada um dos seus elementos em diferentes fases do seu tratamento, seja em ambientes produtores, nos arquivos nos quais serão guardados e preservados e nas ocasiões em que o seu uso ou consulta, será solicitado.

3.9.2 – Arquivistas e documentalistas: considerações sobre documento de “valor histórico”

Há certa notoriedade que, para o historiador, quase que automaticamente – isso seria um consenso inconsciente –, todo documento arquivístico tem potencial valor de histórico, de fonte de pesquisa histórica, sem falar nos demais objetos que assim podem ser considerados. Mas quando os arquivistas ou documentalistas trabalham com os acervos que assumiram a idade permanente, não estão trabalhando automaticamente com um documento de valor histórico.

Assim, buscamos frisar a seguinte diferença: o profissional de Arquivo manuseia uma massa documental de idade permanente e valor secundário. Mas, da mesma forma, diversos pesquisadores que lidam com os documentos de arquivo a partir da perspectiva da arquivologia e documentação utilizam o termo “documento de valor histórico” para se referirem ao valor secundário dessa documentação. Como exemplo, o termo é identificado nos trabalhos de alguns dos mais destacados pesquisadores, como Rodriguez Bravo (2002), López Yepes (s.d.) e Schellenberg (2002). Assim, é empregado por muitos profissionais ou pesquisadores, ou

encontrado em muitos textos de referência que servem à arquivologia e à documentação. Tais profissionais, que possuem conhecimento sobre valores permanente e / ou secundário, também utilizam a expressão “documento de valor histórico”.

Pode ser um elemento dificultador desse diálogo, a proximidade dos conceitos que orientam as áreas, porém, possuem formas diferentes de operar. A constituição do arquivo corresponde a um interesse mais imediato, e os mecanismos para pesquisa documental são criados pensando nessas necessidades. Todavia, o arquivo permanente atende, por exemplo, tanto ao direito de prova da cidadania quanto ao interesse historiográfico.

Dentro das categorias documentais, temos os documentos de arquivo e, contido nos documentos de arquivo, os documentos permanentes. O historiador, em suas pesquisas, vale-se de qualquer tipo de registro. De certa forma, também costuma trabalhar com algo que não é de criação humana ao empreender uma História da Mata Atlântica, por exemplo. Para o historiador, qualquer objeto pode ser considerado fonte de informação histórica, da mesma forma como qualquer fenômeno é passível de ser pesquisado: desde os hábitos alimentares de uma cultura até a paisagem natural.

Para o historiador, o documento é a fonte para a sua narrativa histórica. Para o arquivista, esse mesmo documento registra as funções e atividades de uma organização. Assim, o documento, para o arquivista, é o objeto de trabalho na medida em que cabe a este gerenciar, preservar e executar sua guarda, assim como facultar-lhe o acesso. O historiador produz conhecimento a partir dessa mesma documentação.

O arquivista não tem o objetivo de transformar um documento em fonte de informação histórica, quem o faz é o historiador ao considerá-lo um objeto passível para tal função. O papel do arquivista é produzir mais eficácia à administração documental, preservando e visando, por exemplo, a memória de uma instituição.

Vejam algumas considerações fornecidas pelos profissionais da documentação, no caso da Espanha:

Objetos assumem valor histórico, mesmo os quais estavam nas mãos de particulares, até então, apenas com valor cultural e afetivo. Creio que relacionando-os com outros dados, estes podem assumir valores importantes. Por exemplo, em um momento trabalhamos junto à prefeitura de Madrid para poder ver como eram as ruas da cidade antigamente. Não tínhamos fotos oficiais, pois se perderam em algum incêndio ou de alguma outra maneira. Então, recorremos a fotos de pessoas da cidade, particulares moradores da cidade de Madrid, pessoas que possuem em suas casas fotografias que foram tiradas por variados assuntos nas ruas (DE03).

Complicada essa pergunta. É o documento que reflete bem aquilo que é necessário, que conte de forma única, que seja autêntico e que seja original a ponto de fornecer uma informação mais próxima da realidade possível (DE05).

As considerações dos profissionais DE04 e DE07, depositam grande importância na contextualização da fonte de informação como documento de “valor histórico”:

Um documento de valor histórico é algo que possa definir-se como patrimônio histórico e como patrimônio documental. Um documento histórico tem de estar sujeito a determinados parâmetros que o ligue a uma pessoa, a uma instituição e que permita o entendimento de um fato ou uma situação (DE04).

Pode-se dizer que é aquele que dá testemunho confiável dos fatos, decisões e eventos que ocorreram no passado, rubricado e corroborado documentalmente por seus principais atores e autoridades relacionadas. Isso dá o valor do documento: testemunho histórico, evidencial e científico. Em muitos casos, valores legais, administrativos e informativos (DE07).

Dos entrevistados que atuam com a Arquivologia, AB01 compreende o que comumente os historiadores chamam de documento de valor histórico, aceitando-o por tal denominação, por dois caminhos. O documento de valor histórico, do ponto de vista da Arquivologia, seria o documento que foi selecionado e considerado para ser preservado permanentemente. A elegância da metodologia dessa área, consiste, porém, em nunca pensar em “um” documento, mas, sim, em conjuntos (dossiês, processos, séries etc.). Por exemplo, quando uma política de arquivos universitários, segundo as resoluções do Conarq, determina que os relatórios finais de pesquisa sejam de guarda permanente, isso significa que serão preservados “todos” os relatórios, independentemente da importância do pesquisador, se ele é famoso ou não. Dessa forma, lega-se para o futuro uma imagem a mais honesta possível do que foi a pesquisa científica na instituição.

AB01, que é graduado em História, entende como documento histórico, em relação ao historiador, o documento a que esse profissional atribui valor, segundo sua metodologia de trabalho: “o que é histórico para mim pode não ser para outro. Creio que depende do ângulo de observação”. Por isso mesmo, a Arquivologia desenvolveu metodologias de avaliação, em que a unicidade, o potencial informativo do registro, assim como outros critérios, define os documentos que serão de guarda permanente e os que serão eliminados. Quanto a isso, cabe aqui citar outro exemplo. Durante as aulas da graduação – uma atividade-fim das universidades no que diz respeito à função ensino – são feitas chamadas ou circulam listas de presença para os alunos assinarem. Esses documentos, após o término do semestre, por serem considerados documentos preparatórios ou de trabalho, não são preservados, pois as informações neles contidas são consolidadas em outro nível, que se transforma no documento final ou oficial. Em outras palavras, sua eliminação não é prejudicial à preservação da informação, mas fundamental para que o discente possa ser considerado aprovado e, após alguns anos, conclua o curso de

graduação.

Mesmo assim, há inúmeros casos em que esses critérios não se aplicam ou são geradas dúvidas. Similar consideração foi apresentada pelo entrevistado DE02, que nos disse entender que existem documentos que possuem valor histórico para uns, mas não para outros e se trataria de algo que é muito difícil de determinar. Em parte, isso ocorre devido ao fato de que a metodologia de avaliação mais frequentemente empregada é a funcional, visando-se documentar as funções das instituições. Esse critério diminui a subjetividade da avaliação, mas, para muitos, torna-a parcial, pois deixa de considerar diversas dimensões da experiência humana. O entrevistado acredita que a avaliação deveria estar relacionada, sobretudo, com um grupo, constituindo-se em algo associado ao valor cultural para uma comunidade, “como qual foi a sua origem e como foi evoluindo [...] [pois] são documentos que registram algum fato importante para uma comunidade ou uma nação, mesmo que seja uma partida de futebol”.

O entrevistado AB01 considera que essa distinção é extremamente necessária, pois percebe que “as instituições de preservação estão deixando muita coisa para trás”. Assim, arquivos, bibliotecas e museus, por mais que se dediquem, por mais que se queira atender a essas demandas sociais, esbarram em vários limites. Por exemplo, “não vou colocar jornal na rua porque tenho uma experiência acumulada de saber que é uma importante fonte histórica”, mas, ponderou o entrevistado, “é preciso entender que dentro dos orçamentos há limites”. O que se trata de um questionamento relevante. Contudo, cabe aqui retornar à avaliação funcional da arquivologia. O pressuposto dela é que todas instituições da sociedade implementem a gestão documental, também prevendo a constituição de seus respectivos arquivos permanentes. Se isso ocorrer, a sociedade se auto documentará e legará para o futuro conjuntos expressivos de sua experiência social, cultural, econômica etc. Nesse sentido, o exemplo do “jornal” é bastante didático. Cada exemplar é um registro da atividade da empresa jornalística que o produz, decorrente da função que desempenha. Portanto, cada um desses exemplares será de guarda permanente para a empresa jornalística, desincumbindo as demais instituições de desempenharem essa função preservadora.

Para AB02, “quem decide o valor histórico de um documento é o grupo ao qual ele pertence [...] o olhar do historiador fará essa atribuição de significado”. Conforme mencionamos, há metodologias para se eleger, dentro de uma série de documentos, aqueles que serão legados para o futuro de maneira permanente. AB03 compreende que “quando esses documentos podem contar a história de uma instituição, por exemplo, eles adquirem esse valor de arquivos históricos”. O entrevistado infere que, mesmo nas áreas de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia existem olhares diferentes para o que é um documento. Já AB04 declarou

concordar plenamente com os autores da escola dos *Annales*, por apontarem que a historicidade do documento vai ser construída pelo historiador. E esclarece:

Quando nós arquivistas participamos do processo de avaliação, que é, sem sombra de dúvida, o mais importante para a definição dos documentos para guarda permanente, levamos em consideração os documentos que tem o maior potencial informativo para o trabalho do historiador (AB04).

Estamos perante uma tarefa complexa e cada vez mais necessária no fazer arquivístico, face à explosão documental que vivemos desde meados do século XX. De tal modo, documentos como atas, contratos e relatórios são exemplos de tipologias que já nasceriam permanentes, por serem registros cruciais das instituições. Os documentos que fazem registros de momentos e períodos são documentos com poder de contextualizar. Crê-se que, por isso, já teriam valorização inicial como fontes de informação histórica. No entanto, quando são criadas as tabelas de temporalidade e destinação de documentos, pode-se decidir pela eliminação de alguns relatórios técnicos que estarão condensados em relatórios mais amplos. Igualmente, pode-se ter menos relatórios, mas em função da condensação de outros.

Qual são os documentos que adquirem esse “valor histórico”? Instituições possuem documentos mistos que, com o passar do tempo, representarão as suas atividades passadas. Haverá um trabalho de avaliação para determinar o que será acervo permanente e o que deverá ser eliminado. O arquivista não atua a partir do valor do documento em si. Aqueles documentos trazem uma síntese, como relatórios que são considerados de caráter permanente. Será uma síntese do que aconteceu em um determinado período e, por ser uma síntese, torna-se um documento de valor permanente, não porque continha uma informação importante, e principalmente, não por se julgar que automaticamente possuiria um valor histórico. Assim, a tipologia relatório costuma ser importante porque é uma síntese.

AB05 nos disse que os documentos de arquivo foram gerados anteriormente à sua incorporação por esses locais, para comprovar um ato administrativo. Um exemplo que esse entrevistado apresentou foi a respeito da chamada Lei Áurea, estabelecendo que a partir de maio de 1888 não haveria mais escravidão no Brasil. Quando foi promulgada, essa lei deveria ter um efeito administrativo imediato, o de encerrar a prática da escravidão. Este, então, é um tipo de documento do ponto de vista da Arquivologia, uma lei, dentro de um conjunto de leis que registraram atos. Com um olhar diferente, do ponto de vista da História, esse documento é uma lei que tem um caráter monumental. É um documento especial, é uma lei que tem um destaque maior perante outras. O arquivista, quando vai lidar com os documentos, concebe que todos são documentos comprovadores de um ato e, com o passar do tempo, alguns adquirirão valor histórico, mas em um sentido de maior destaque perante os demais.

As leis, por exemplo, seriam inerentemente entendidas com “valor histórico” por serem sínteses das regras de uma sociedade. Assim, o arquivista não concebe o documento histórico, preservando-o por considerá-lo importante. O arquivista trabalha com filtros, pois há documentos que assumem valor permanente e outros, não. O objeto de trabalho do arquivista é o documento de arquivo, e o documento considerado histórico pode ser estimado como uma categoria mais específica. Uma receita alimentícia, por exemplo, só seria considerada um documento, para o arquivista, se fizesse parte de um conjunto documental referente a uma organização.

O arquivo, entendido como um conjunto documental, existe numa instituição tanto como em uma unidade de informação ou em uma lanchonete. Arquivo, como conjunto de documentos, existe em qualquer organização. Há, ainda, os arquivos pessoais, mas estes não foram objeto prioritário de reflexão do presente trabalho.

Já AB06 e AB07 fizeram suas reflexões sobre a questão dos acervos permanentes não incorporando ou aceitando o termo “valor histórico”, como os entrevistados anteriores. Para AB06, o documento que serve aos historiadores tem valor consequente, tem valor secundário. Possui informação a respeito da gestão e a administração, consequentemente “vai assumir valor secundário informacional que vai servir a qualquer pessoa, dependendo das suas necessidades e em determinado momento esse documento servirá à História”. Como foi possível inferir da fala do entrevistado, tal documento, organizado com as características arquivísticas, fiel e autêntico, é um documento que servirá bem à narrativa histórica, não um documento de “valor histórico”. Podemos complementar a proposição de AB06 com um exemplo, dentro das semelhanças de tipologia documental: um determinado documento, como um diário escolar, mesmo que esteja no meio eletrônico, deverá ser identificado, pelo historiador, como um diário escolar, pertencente a qual curso, a qual momento temporal, a qual proveniência geográfica e etc. E não pode ser confundido com um outro diário.

Pensando de forma muito similar a AB06, AB07 declarou que de forma alguma denomina o documento proveniente dos arquivos permanentes como sendo de “valor histórico”: “não chamo de histórico, não atribuo valor de histórico, falo em valor secundário”. Inclusive, disse não entender de onde saiu a atribuição de valor histórico: “talvez venha da História positivista, e algumas pessoas usam esse termo, mas não gosto, rejeito totalmente. Compreendo que ele diminui o potencial do valor documental”.

Citando Schellenberg, AB07 explicou entender que os documentos têm valor primário e valor secundário. Schellenberg (2002) trabalhou esses conceitos no livro “Arquivos Modernos”, dando

maior ênfase ao valor secundário. O valor primário tem relação com a vigência do documento. Esse valor vai se perdendo de acordo com critérios estabelecidos e não mais atenderá às questões administrativas. Com o final de sua vigência administrativa, e / ou legal, esse documento é passível de servir a duas questões principais: testemunhar e informar.

O valor secundário dos documentos estaria relacionado ao se entender o porquê da existência daquele documento. Foi criado para evidenciar uma questão administrativa, fiscal ou jurídica, mas não foi criado para ser histórico, ou servir à História, como defende o entrevistado AB07. Esse documento surgiu fruto do registro de uma pessoa que executou uma função administrativa que necessitou ser documentada. A partir desse momento entraria o interesse do historiador, como o de outros profissionais. Seu valor informativo e probatório é o valor secundário do documento, “tem sua relevância no evidenciar fatos, pessoas e contextos, permitindo entender um pouco do que aconteceu de relevante em um dado momento” (AB07).

Com base na presente discussão, cremos haver olhares diferentes, gerados por uma mesma documentação. Existem percepções distintas quando se refere a documento de idade permanente: valor histórico, para os historiadores e a maioria dos arquivistas e documentalistas entrevistados, mas valor secundário para dois dos arquivistas entrevistados.

O documento histórico, para o arquivista que assim o denomina, é o documento que passou do acervo intermediário para o permanente. Documento histórico, para um historiador, é um documento que, dentro dos seus procedimentos metodológicos, foi considerado suficiente para construir suas narrativas. No entanto, e devidamente fundamentado, alguns profissionais da Arquivologia consideram que o documento arquivístico que interessa aos historiadores tem valor secundário, conforme teorizado por Schellenberg (2002). O documento de arquivo carrega informações sobre a gestão e a administração e, conseqüentemente, assumirá valor secundário informacional, tornando-se passível de servir às necessidades de qualquer consulente, inclusive às demandas dos historiadores.

O profissional do arquivo atua na função primordial de receber e recolher a documentação produzida e acumulada pelas instituições ligadas à administração pública, geralmente, a dita oficial. Necessariamente, historiadores não dependem de documentos oficiais, autênticos e fidedignos, como é característica fundamental dos documentos de arquivo. Os historiadores se interessam muito pelos documentos ditos não oficiais ou por aqueles passíveis de representar uma visão outra que a dita “oficial” dos fatos, as quais, geralmente, não apresentam pontos de vista mais pragmáticos ou a visão do sujeito comum da História.

Na área de Humanas, o historiador tem um leque de fontes de pesquisa muito maior do que as

outras disciplinas, porque a ele tudo interessa como fonte. Ainda que não seja um documento propriamente dito como “oficial”, o historiador leva em conta, inclusive, com o que não está trabalhando. Ele busca perceber se não é um objeto falso. O fundamental é a crítica a qual se submete o documento / objeto. Entendemos que o valor histórico de um documento surge da crítica externa à autenticidade de sua proveniência e uma interna, sobre a veracidade dos indícios apresentados por seu conteúdo.

4 - Arquivologia e História: um relacionamento histórico

O desenvolvimento metodológico não ocorre, necessariamente, de forma contínua, ele apresenta etapas bem marcadas, pois há transformações pontuais, rupturas, descontinuidades e atrasos. Assim, buscamos entender um pouco mais a gênese das práticas arquivísticas, conformada por diversas noções, a partir de distintas tradições internacionais e intercontinentais que conjugaram a disciplina e seus desdobramentos. Apresentamos influências de um país ou outro, representados, em grande parte, pelas distintas tradições continentais, privilegiando o relacionamento histórico interdisciplinar entre as disciplinas Arquivologia e História.

A Arquivologia transita por uma fronteira tênue que pode colocá-la, diante dos olhares menos atentos, ainda hoje, no patamar de uma disciplina acessória da História, algo como foi considerado por muito tempo, mas atualmente é bastante questionável. Desde meados do século XX, a Arquivologia se aproximou das técnicas de administração, passando a tratar não apenas de acervos históricos, como os documentos na fase de produção. A visão da Arquivologia atrelada à História é passível de ocorrer em função de o primeiro campo estar também vinculado a movimentos que privilegiaram a preservação da memória cultural. Mas, a Arquivologia institucionalizou-se e forma profissionais específicos, gerando material humano precioso para o apoio à grande maioria das instituições em que se fazem pesquisas históricas. Suas práticas e pesquisas a caracterizam cientificamente, ocupando espaços próprios. No entanto, ainda pode ser confundida com outras áreas devido a uma herança de esforços individuais e institucionais que durante determinado período tiveram como expectativa o atendimento às necessidades dos historiadores.

Atualmente, a Arquivologia é a disciplina que se ocupa dos estudos referentes às funções do arquivo em suas técnicas de produção, classificação, avaliação, aquisição, conservação, descrição e difusão dos acervos documentais sob responsabilidade dos produtores, assim como

em arquivos intermediários e permanentes. Um Arquivo abrange o conjunto de documentos materializados em qualquer suporte, produzidos ou acumulados por instituições de caráter público ou privado, podendo ser constituído, também, por pessoas físicas no exercício de suas atividades. Dependendo da natureza institucional que os gerou, os arquivos serão classificados como públicos ou privados.

A Arquivologia tem como objeto de trabalho os conjuntos documentais. O documento é considerado informação registrada, costumeiramente relacionado a uma proveniência que identifica, habilita, certifica. Documento, no âmbito da Arquivologia, normalmente nos remete à ideia de ser elaborado, em sua maioria, pelo poder público. Mas essa noção é equivocada, pois também são documentos de arquivos todos aqueles produzidos e recebidos por instituições privadas (empresas, sindicatos, igrejas etc.), assim como por pessoas físicas. Outro equívoco seria determinar que os documentos de arquivo se confundem com um suporte. Na verdade, o que os define é o contexto de produção, que pode ser concebido em papel, em meio digital ou em qualquer outro suporte. Desde a antiguidade, relações de poder e saber envolvem os arquivos, destinados à guarda de documentos para a preservação da memória de determinada época. No século XVI, despontou o que mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, ofereceria cientificidade à Arquivologia, mesmo que ainda numa abordagem centrada na técnica.

Da leitura de autores variados que dissertam, de alguma forma, sobre a trajetória da Arquivologia, nosso intuito foi contribuir para um panorama do pensamento arquivístico internacional a partir do relacionamento desse campo com a disciplina da História, chegando até à sua configuração contemporânea. Configuração que decorre de tendências e demandas por organização e acesso aos documentos, levando ao delineamento das concepções teóricas da Arquivologia de acordo com aspectos práticos, mais ou menos homogêneos, segundo sua circulação e apropriação por distintos países.

Sua interdisciplinaridade se soma ao campo da informação. Arquivologia e História têm trajetórias, fundamentos e princípios particulares, mesmo que se aproximem quanto aos âmbitos prático e teórico. Porém, a Arquivologia agrupou sua lógica própria de funcionamento em abordagens históricas, gerenciais e informacionais, o que por sua vez mais claramente as individualizou.

Para a compreensão das relações da Arquivologia com outras disciplinas, nomeadamente de sua aproximação e relacionamento costumeiramente dito eterno com a História, tomemos por base as definições de interdisciplinaridade e as intensidades dessas relações.

Definida de forma ampla, a interdisciplinaridade é apreciada por alguns estudiosos que assinalam

não haver condições específicas para a sua ocorrência. É o caso de Berger (1972), Jantsch (1972), Pombo, Guimarães e Levy (1994), Piaget (1972) e Morin (2005). Outros estudiosos oferecem algumas características para defini-la, como Japiassu (1976), para quem a intensidade das trocas e o grau de integração de duas disciplinas, ou mais, no âmbito da pesquisa, são condições necessárias para uma relação interdisciplinar. Já para Pinheiro (1999), interdisciplinaridade implica em uma reciprocidade de contribuições quanto a princípios, métodos, técnicas, conceitos e teorias.

No entanto, outros estudiosos, como Follari (1982), assinalam a constituição de uma nova disciplina como imperativo. Para Palmade (apud POMBO; GUIMARÃES & LEVY, 1994), interdisciplinaridade encontra-se em uma “axiomática nova e comum”. As proposições de Palmade e Follari, não se enquadram na noção que temos a respeito do relacionamento coexistente, através dos tempos, entre História e Arquivologia. Pois, como sabemos, esse relacionamento desembocou no claro nível de relações entre duas disciplinas distintas e suas diferentes intensidades de atuação e objetivos fim, porém mantendo um forte vínculo interdisciplinar.

4.1 - Humanidades Digitais: Historiografia e Arquivologia Digitais

Na Inglaterra surgiu, no final do século XX, um novo campo denominado *Digital Humanities*, dedicado às mudanças qualitativas engendradas pela informatização digital. No Brasil, aparece em 2013, a Associação das Humanidades Digitais, reunindo pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas, sintonizados com o surgimento de novas linguagens que não são verbais, nem orais, mas icônicas, como as de programação e informática. A saber, essa discussão ainda se circunscreve a um pequeno número de pesquisadores brasileiros.

Ao redor do mundo, encontramos uma multiplicidade de projetos e iniciativas envolvidas pela denominação Humanidades Digitais (HDs), seguidas por uma propagação de acepções distintas da própria denominação, usada para designar, em alguns momentos, um conjunto de práticas, em outros, um novo campo acadêmico. Para O'Donnell (2015), HDs seria uma atividade interdisciplinar, que transfere para a mídia digital o trabalho tradicional, estendendo as potenciais utilizações e impactos de textos, objetos culturais e outros dados. Na definição de James Cummings (2015), HDs seria um campo acadêmico autorreflexivo, que olha para a aplicação da tecnologia digital nas humanidades como campo de investigação.

O Manifesto das Humanidades Digitais, elaborado na ocasião do evento ThatCamp 2010, aborda as HDs de forma transdisciplinar, incorporadora de métodos, dispositivos e perspectivas heurísticas das Ciências Humanas e Sociais. Concomitantemente, mobiliza ferramentas e perspectivas individualizadas, provenientes da tecnologia digital. Destaca que as práticas do campo se apoiam no conjunto dos paradigmas e conhecimentos próprios de suas disciplinas mobilizando, simultaneamente, instrumentos e perspectivas singulares do mundo digital, sem, contudo, negar o passado. Assim, fica evidente como baliza comum, entre os projetos conduzidos sob a denominação de HDs, uma complexa relação entre práticas tradicionais e as tecnologias informáticas da informação e comunicação.

O Thesaurus Linguae Graecae, projeto precursor, iniciado em 1972, se constitui, hoje, em uma substancial coleção de textos clássicos sob forma digital. Como afirma Sousa (2013, p. 13), “o ambiente de leitura e edição formado pelo Thesaurus exemplifica perfeitamente, também, a radical expansão do uso dos textos como resultado da aplicação das tecnológicas digitais”, ressaltando a “tendência de construção de ferramentas que ajudam na criação e na manipulação de novas formas de representações”.

Existem projetos que se beneficiam das possibilidades computacionais, enfocando outros objetos além dos textos. Como um exemplo dessa mobilização dos saberes tradicionais temos a cartografia, com o HyperCities³⁸. Trata-se de uma rede de representações de mapas de satélite atuais, relacionando-os com mapas antigos de distintas regiões mundiais.

Podemos perceber o desenho de um campo de investigações e estudos que se dedica a analisar os impactos das mídias digitais sobre as disciplinas em que são usadas. Busca identificar os meios digitais como transformadores das formas de percepção do conhecimento. Seria um foco no impacto da difusão digital, a relação com o texto e a leitura, de um modo geral. Para Gregory Crane (et al., 2008), as ferramentas à nossa disposição, já naquele momento, primitivas como poderiam parecer no futuro, já eram suficientes para criar um espaço dinâmico para a vida intelectual diferente do que o precede, da mesma forma como a cultura oral se diferiu do mundo da escrita.

É dessa forma que os impactos da relação de práticas acadêmicas tradicionais e novas tecnologias digitais atingem não apenas o conhecimento humanístico e social, mas o conhecimento de maneira geral. O interesse fundamental das HDs é compreender o impacto das inovações tecnológicas nas tradições acadêmicas, áreas de investigação que devem ser exploradas e que metodologias, teorias e modelos práticos precisam passar por revisão para o seu

³⁸ HyperCities: Thick mapping in the digital humanities. Disponível em: <<http://www.hypercities.com/>>.

melhor desenvolvimento. Algo com o qual buscamos contribuir com esta pesquisa.

4.1.2 – Historiografia e Arquivologia Digitais

Entendemos que o interesse de pesquisas das Humanidades Digitais compreende novas formas de lidar com o conhecimento humano, a partir de sua construção tradicional, valendo-nos do meio informático e as potencialidades que o âmbito digital nos permite, principalmente por sua característica de dinamismo. Esse dinamismo se refere à facilidade de transferir para a mídia digital os trabalhos tradicionais, estendendo as potenciais utilizações e impactos de textos, objetos culturais e outras tipologias de dados que são base das Ciências Humanas e Sociais.

Temos uma complexa relação entre práticas tradicionais e as tecnologias informáticas da informação e comunicação, proporcionando novas formas de levar aos seres humanos informação e conhecimento. Mas o desafio não é apenas uma nova forma de proporcionar contato com os tradicionais informação e conhecimento. O que temos diante de nós é a possibilidade de novas maneiras de organizar a informação e produzir conhecimento. Inclusive, há que se ponderar o termo “novas”, pois já estamos envolvidos por essas formas já há um tempo bastante considerável.

Entendemos que o cenário das tecnologias da informação e comunicação provoca expressiva alteração na percepção de noções como tempo e espaço, os quais são elementos importantes para os historiadores. Vivemos a realidade das informações humanas, gerenciadas pelas funcionalidades do ambiente digital e, no caso da Arquivologia, seus profissionais estão envolvidos pelas tecnologias da informação e informática, as quais possibilitam interfaces de relacionamento com as informações, desde as formas clássicas às novas configurações de comunicação e produção do conhecimento. O profissional arquivista se deparou, na atualidade, com o desafio de trabalhar o relacionamento das informações digitais e o objeto tradicional da Arquivologia. O percurso da presente pesquisa nos mostrou que a preservação, análise e representação da informação histórica em coleções e arquivos digitais, além de outros meios de comunicação, levantam questões complexas, desafiadoras e muitas vezes confusas.

Estamos presenciando exemplos de como a análise histórica pode se apresentar a partir da sua relação com a, ou baseada na, instância digital. A narrativa histórica desenvolvida ao longo de séculos é dependente do grau de acesso aos dados históricos, à capacidade de sintetizar esses dados em um argumento convincente e aos modos de representação. Surgiram novas

possibilidades de relatar a história a um nível de precisão que não podia ter sido previamente possível. A teoria e a prática de arquivo precisam ser um elemento integrante de um quadro crítico, juntamente com a evolução das práticas historiográficas e profissionais. O meio digital tem desafiado os historiadores a ampliar seus conhecimentos sobre arquivos digitalizados e compreender a sua função na geração de conhecimento.

O texto que introduziu a dita Historiografia Digital (HISTD) foi “*Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web*”, de autoria de Cohen e Rosenzweig (2005). Uma HISTD busca complementar outros métodos historiográficos aplicando os rigores metodológicos indispensáveis ao entendimento dos acontecimentos históricos. Possui, ainda, pouca circulação e aceitação por parte de historiadores formados em gerações anteriores. Apesar disso, pela quantidade de autores que teorizam o tema, pode-se considerar que, em países como os Estados Unidos, o estudo da informática aplicada às Ciências Humanas se apresenta substancialmente difundido. Em 2011, Joshua Sternfeld³⁹ publicou, na *American Archivist*, um artigo definindo a Historiografia Digital como o estudo crítico e interdisciplinar sobre a interação da tecnologia digital com a prática histórica⁴⁰.

Atualmente, encaramos um “turbilhão” de atividades que podem impor readequações aos métodos historiográficos, sendo que tal fator foi apontado por alguns dos historiadores entrevistados para o presente trabalho. O historiador, na contemporaneidade, conta com acesso a mais variada e imensa quantidade de indícios sociais. Isso lhe permite ganho na capacidade de subjetivação a partir de fontes representadas em formato multimídia como gravações de filmes, áudio, digitalizações dos tradicionais documentos históricos, abarcando todos os períodos de tempo. Essas coleções podem ser criadas por arquivistas, bibliotecários, historiadores, entusiastas, organizações sem fins lucrativos ou empresas diversas.

A historiografia digital busca contribuir para uma melhoria da capacidade de historiadores em investigar o passado diante das possibilidades tecnológicas do presente. Considerando os conceitos de escala e avaliação em conjunto, Sternfeld (2014) espera que o campo caminhe na direção de uma abordagem pragmática para a realização de uma história através do ambiente digital. O tamanho e a escala de informação determinariam o modo de investigação e os resultados possíveis. Para o autor, um estado perpétuo de experimentação, condensando dados para ver o que é produzido. Estamos, ainda, nada acostumados a trabalhar em diferentes escalas de dados, e uma grande quantidade de reflexão “*step by step*” será claramente necessária

³⁹ Joshua Sternfeld atua desde 2009 como oficial sênior no National Endowment for the Humanities Division of Preservation and Access em Washington, D.C., nos Estados Unidos da América.

⁴⁰ *Critical, interdisciplinary study of the interaction of digital technology with historical practice* (STERNFELD, 2011, p. 550).

(STERNFELD, 2014). Buscamos com o presente trabalho de pesquisa colaborar no ensaio dos primeiros passos.

4.2 – O relacionamento histórico entre a Arquivologia e as demandas historiográficas

Para Lopes (1997), internacionalmente, contaríamos com três correntes arquivísticas: **1)** Arquivologia tradicional, ocupando-se, especificamente, dos arquivos históricos, figurando no continente europeu ocidental, com destaque para a tradição francesa; **2)** *records / information management*, preocupada com arquivos correntes, destaque para os estadunidenses e **3)** a Arquivística Integrada, consolidada no Canadá. Já com relação à tradição arquivística nos países latinos, Lopes (1997) aponta a existência de uma relativa fragilidade ou mesmo a falta de delimitação.

Silva (2009) analisou o desenvolvimento do conceito de Arquivo identificando três aspectos não excludentes: a histórica, focando o valor **histórico** documental como bens culturais; o **gerencial**, situado no serviço técnico de arquivos administrativos e o **informacional**, no viés da recuperação da informação. Armando Silva (2006) aponta dois paradigmas na trajetória da área: **custodial** e **pós-custodial**. O primeiro, também chamado de historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista ou estático estaria voltado para a guarda e conservação documental, contrapondo a função do arquivo entre a erudição e a cultura popular, destacando a memória como legitimadora do estado-nação, valorizando o acesso ao conteúdo documental mais do que o seu imperativo informacional.

Michael Cook (apud BRITTO, 1995) realça cinco modelos de formação em Arquivologia, internacionalmente: tradição europeia, ítalo-hispânica, britânica, estadunidense e a de países em desenvolvimento, estes com certo nível de homogeneidade, apesar de predominarem as características contingenciais de cada país. Britto (1995) resume as cinco correntes de Cook em duas: a baseada na compreensão de uma Arquivologia historicoerudita e a bibliodocumentária. Para essa pesquisadora, a Arquivística Integrada, apregoada pelos canadenses, constitui-se a partir da afinidade entre essas duas correntes.

O estudo dos métodos da avaliação em Arquivologia é importante para o entendimento da formação e expansão do próprio pensamento arquivístico. Sobretudo, para entendermos melhor como as narrativas históricas surgem amparadas por documentos de arquivo, seja em sua totalidade, mesmo que dificilmente assim o ocorra, seja por cruzamento delas com tipologias as

mais variadas – metodologia evidente a partir da Escola dos *Annales*. Relembrando, essa metodologia historiográfica, emergente no começo do século XX, valorizou uma massa de fontes de informação até então destinadas ao descarte ou a permanecerem em baús antigos, porões e sótãos, ganhando valor de fontes de pesquisa, diante do interesse, principalmente, pelo sujeito anônimo da História.

Desde a sua concepção, na Antiguidade, decorrente das primeiras práticas da escrita, a importância dos arquivos para a humanidade é incontestável. A manutenção dos documentos estabelece o quão importante é essa prática para a preservação da experiência da humanidade e sua organização passada. Sem esses registros “a história do nosso passado não seria contada” (POSNER, 1972, p. 1).

Na era greco-romana, a ideia de arquivo representava uma entidade importante a ser resguardada pelos Deuses. Seria nesse momento que o termo *archeion* foi concebido, primeiramente relacionado a tornar públicos os documentos oficiais. Posteriormente, ao ser divulgado no Ocidente, passou a ser utilizado na forma latina de *archivum*, denotando o espaço para a guarda de documentos com valor de prova ou guarda de memória (SILVA et al., 1999). Os diversos significados do termo arquivo, muito reapropriados por outras culturas, embasam o desenvolvimento da Arquivologia no Oriente e no Ocidente, com a experiência persa influenciando a administração financeira até o século XVIII.

Autores portugueses indicam que “alguns pressupostos da moderna ciência arquivística estavam já pragmaticamente resolvidos na alta Antiguidade” (SILVA et al., 1999, p. 58). Da Antiguidade para a Idade Média, o conceito de arquivo se estabeleceu e se popularizou em função de uma aproximação entre Bibliotecas e Arquivos. O caráter enciclopédico das bibliotecas de então contribuiu para a concepção de arquivos de origens diversas, intervindo no método orgânico arquivístico. Assim como as bibliotecas, os arquivos tornaram-se itinerantes, ainda que a atenção com a sua disposição estivesse ligada à preservação da memória histórica. Funcionários especialistas assumiram os principais arquivos no século XV, que passaram a ser valorizados como órgãos não apenas administrativos. Fonseca (2004, p. 47) diz que “alguns autores, notadamente [...] europeus, consideram que os primórdios do que se poderia chamar de Arquivologia situa-se a partir do século XVI”.

Ainda que o princípio de respeito aos fundos⁴¹ se solidificasse apenas mais tarde, na prática este

⁴¹ Princípios como o de respeito aos fundos e o da ordem original são bases fundamentais de toda a atividade de classificação, da mesma forma como a Teoria das Três Idades, que estabelece estratégias de avaliação. Na verdade, os princípios fundamentais da Arquivologia são o atributo base da classificação, propiciando tantas quanto forem as características possíveis de serem empregadas na organização.

princípio já era conhecido no século XVI, devido a demandas advindas da centralização administrativa documental. Naquele momento, surgiram na Europa os primeiros tratados de manuais de entendimento jurídico (SILVA et al., 1999). Também, naquele século, as rotinas profissionais da atividade arquivística foram regulamentadas, perpassadas por princípios gerais de natureza arquivística, os quais se tornariam mais tarde postulados, induzindo ao nascimento de uma nova disciplina, a Arquivologia, uma constituição conceitual e sistemática do saber de uma prática “milénar da gestão dos arquivos” (SILVA et al., 1999, p. 93).

No século XVI, vive-se um vultoso enriquecimento dos arquivos em função da especialização de diferentes instituições públicas, o fortalecimento da monarquia em diversos países, em destaque a França, e a ascendência do interesse geral pelos fatos históricos (FAVIER, 2001). Além disso, temos o desenvolvimento de pesquisas eruditas e sua intensificação no século XVIII. Foram fatores que colaboraram para a constituição de múltiplos arquivos e de marcadas noções conceituais e metodológicas da Diplomática, procurando identificar os documentos falsos dos autênticos. Foi nesse momento que a crítica documental apareceu, mas o profissional de arquivos somente foi reconhecido oficialmente no início do século XIX. No Brasil, desde a criação do Arquivo da Câmara dos Deputados, o termo é utilizado (SOUZA, 2010). A Arquivologia, no Brasil, como campo institucionalizado, foi desenvolvida apenas na década de 1970.

A Revolução Francesa marcou o movimento da Arquivologia, com a hierarquização dos depósitos, a nacionalização e concentração dos arquivos, até então, conservados por instituições e pessoas. Verifica-se a triagem, divulgação e proteção dos acervos e, sobretudo, o surgimento dos arquivos nacionais: guardiões da memória em seu significado histórico (SILVA et al., 1999). Almejando servir à Administração tanto quanto à História, teríamos o começo da distinção entre a documentação administrativa e histórica.

Nos últimos anos do século XVIII, diversos arquivos locais foram enviados para Paris, devido ao desaparecimento do modelo administrativo do Antigo Regime, atrelado à própria moradia da aristocracia ao serviço do rei. O princípio da territorialidade⁴² se consolidou, revelando que os documentos precisariam conservar-se no contexto a que estavam ligados, daí surgindo os arquivos regionais (FAVIER, 2001).

A França se tornou a pioneira de um modelo criado naquele país que, salvo as especificidades dos outros países, seria adotado na Europa e no continente americano até meados do século XX. A referência é a *École de Chartes* (fundada em 1821), valorizadora das fontes históricas e da

⁴² O princípio da territorialidade reza que os arquivos públicos fazem parte do território no qual foram criados, e devem a ele pertencer.

pesquisa nos arquivos. Essa escola se destacou pela formação de arquivistas-paleógrafos, por meio de um modelo que influenciou vários países europeus, de desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e de disponibilização de fontes que harmonizariam o trabalho dos arquivistas e dos historiadores. Tal fator contribuiu para o estabelecimento de uma política científica dos arquivos (ARLETTAZ, 2003). Naquele momento, como afirma Silva et al. (1999), o arquivista é visto, equivocadamente, como conservador erudito, confundindo-o com o historiador pela valorização do documento de valor cultural. Essa visão compreendeu pelo menos três aspectos: atender uma rede de repartições públicas elaboradoras de documentos; a consideração estatal de sua responsabilidade em relação à preservação do patrimônio documental e o reconhecimento do direito de acesso público à documentação (FONSECA, 2004). Por exemplo, sobre a Espanha⁴³, Martín-Pozuelo Campillos (1998) fala da importância atribuída aos acervos arquivísticos e a sua conservação no século XVIII, momento em que as inquietações teóricas da história começam a se voltar para o arquivo e para a importância de sua organização.

No contexto francês, uma política de incorporações em massa e a imediata reordenação dos arquivos, fundamentada em concepções ideológicas, levaram a uma irrefreável situação do ponto de vista arquivístico. Foram estabelecidos códigos para ordem e classificação dos arquivos provenientes de instruções anunciadas por circulares do Ministério do Interior, em 1841, guiadas pelo arquivista e historiador Natalis de Wailly. Foi enunciando o princípio de respeito aos fundos⁴⁴, compreendendo o alicerce para a instituição do princípio da proveniência (SCHELLENBERG, 1980), o qual a partir de então foi reapropriado por outros países. Desse modo, o princípio de respeito aos fundos, depois princípio da proveniência, tornou-se fundamento da Arquivologia, envolvendo outros princípios em torno da informação orgânica registrada.

No século XIX, ocorreu a maior aproximação entre Arquivologia e Diplomática, buscando a constatação metódica documental que vinha sendo colocada à disposição do público preocupado com as análises históricas. Os arquivos se envolvem com as disciplinas Paleografia e Diplomática, ambas em ascensão desde o final do século XVIII. Diante do desaparecimento de grande parte dos mosteiros, tribunais e outros locais de referência para o aprendizado e desenvolvimento do trabalho dos arquivistas, criaram-se escolas específicas para o treinamento

⁴³ Uma das mais substanciais contribuições dos espanhóis se refere ao conceito de documento de arquivo pela abordagem propriamente diplomática, valorizando o seu valor de prova, a qual teria influenciado em grande monta os arquivos de países latino-americanos.

⁴⁴ O contexto de produção de um documento influencia qual o teor e o significado que poderá ser atribuído às informações contidas nele, podendo ser encontradas, de maneira explícita ou implícita, pela análise do pesquisador, geralmente historiadores. Para relatos históricos, em muitos casos, o teor e o significado da informação contida no documento abordado como fonte de pesquisa são dados pelo contexto e também por sua forma.

em leitura e interpretação documental (DUCHEIN, 1992): as escolas de Diplomática, unidas a arquivos por vários países da Europa, precursores da formação em Arquivologia, levando à criação de outros cursos, vinculados, mais especificamente, à História e à Biblioteconomia. Duchein (1992) assegura que a disciplina Arquivologia estava circunscrita à História, Filologia, Sigilografia, Paleografia, Diplomática e Heráldica, enfatizadas nos documentos da Idade Média com a *École de Chartes* se destacando.

A Inglaterra instituiu seu arquivo nacional, o *Public Record Office*, ano de 1838, objetivando o gerenciamento de uma grande quantidade de documentos provenientes de sua administração pública, visando à conservação física e cultural, em razão dos interesses dos historiadores (SILVA et al., 1999). O historicismo marcou a segunda metade do século XIX, fortemente influenciado por romantismo e nacionalismo. Os arquivos se colocaram à disposição do saber histórico, com a Arquivologia se tornando auxiliar da História, pois “tal como a Paleografia e a Diplomática, aquela limita-se a um estatuto de evidente subsidiariedade (sic). Essa posição de disciplina auxiliar, embora sofrendo alterações de significado nos finais do século se manterá, em parte, até a II Guerra Mundial” (SILVA et al., 1999, p. 114). Para Favier (2001), a Arquivologia entendida como auxiliar da ciência Histórica foi analisada a partir de dois desdobramentos: a realização de trabalhos práticos visando facilitar as pesquisas e uma negligência em relação aos arquivos contemporâneos.

Nessa conjuntura, por volta do ano 1876, o Arquivo Público do Império Brasileiro passou por uma reorganização em sua estrutura e administração, estabelecendo normas de recolhimento documental com preocupação em identificar, receber e conservar documentos oriundos das províncias, do direito público, da legislação e da História e Geografia brasileiras. No início do século XX, as influências provenientes da Revolução Francesa se solidificam no âmbito arquivístico em uma perspectiva historicista e positivista, no aspecto dos serviços especializados que propiciariam acesso ao público em geral e em especial aos pesquisadores (SILVA et al., 1999).

O reconhecimento constitucional ocorre no início do século XX em vários países, exceção para a Suécia, pioneira dessa legislação ainda no século XVIII. Ética na informação torna-se uma preocupação recorrente, acompanhada da transparência máxima nas ações governamentais, surtindo desdobramentos na organização, disponibilização e acesso à informação e aos arquivos.

No decorrer do século XX, no âmbito internacional, surge a concepção da Arquivologia como ciência administrativa, ao mesmo tempo que histórica. Cresce a preocupação com a eficiência dos serviços arquivísticos e com a avaliação e a classificação dos documentos de arquivos no

momento de sua produção. Ao mesmo tempo, essas práticas são respaldadas na História, primando pela conservação dos documentos de valor histórico e pela elaboração de instrumentos apoiadores para definir a destinação dos documentos. Conservar e organizar os documentos que já cumpriram seu período administrativo continuou a ser desafio do arquivista, que também ficou com a responsabilidade de dar-lhes acesso (FAVIER, 2001). Parte das preocupações voltaram-se para a recuperação da informação, que ganhou forma científica a partir da Segunda Grande Guerra.

O direito ao acesso variou nos diferentes contextos sociais. Nos países liberais foi valorizado como sinônimo de democracia. Paralelamente, no contexto da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi instituída uma rede de arquivos configurados em um modelo próprio: o Fundo Estatal Único, de 1918, com todos os arquivos estatais de uma única proveniência e reclassificação conforme seu grau de aproximação. Tal modelo foi adotado por outros países socialistas⁴⁵ (SILVA et al., 1999). O controle do Estado sobre os documentos disponibilizados a pesquisadores foi mantido durante toda a história soviética.

O governo soviético tratou seus arquivos de uma forma parcialmente distinta da adotada por outros países. Antonella Salomoni (SALOMONI, 2011), defende a tese de que os arquivos soviéticos, assim como os demais arquivos, não seriam uma acumulação distinta e plural de documentos, mas, sim, desde a sua constituição, resultante de um projeto de perpetrar a história da ascensão comunista da sociedade russa. Um projeto estabelecido ao mesmo tempo em que se deu a fundação do novo estado. Os arquivos eram instituições destinadas, fundamentalmente, a fornecer informações práticas e sigilosas aos servidores do Estado soviético. A abolição do antigo regime os transformou em um material precioso, usado como instrumento para denegrir o passado capitalista. Para o período posterior à revolução foi, porém, vedado o acesso ou dependia de múltiplas autorizações.

A luta pelo acesso aos arquivos também pode ser analisada em termos das demandas geradas pelos novos métodos de pesquisa histórica, como no caso da Escola dos *Annales*, e o emprego de métodos quantitativos e qualitativos em pesquisas (BRITTO, 1995). Desde o final da década de 1940, parte dos estados membros da UNESCO, compartilhavam as preocupações da organização sobre o alargamento infraestrutural dos arquivos dos países em desenvolvimento, operando por meio do *International Council on Archives* (ICA).

Em 1972, em conferência geral realizada em Paris, anunciou-se ser “evidente, que as direções dos Arquivos dos diferentes países deveriam estreitar relações com as comissões nacionais da

⁴⁵ Bulgária, Checoslováquia, Polônia e Romênia.

UNESCO tendo em vista facilitar a concretização da nova política arquivística aprovada pela 12ª Sessão da Conferência Geral”. (ARQUIVO NACIONAL, 1974b, p. 7). A partir de então, o movimento associativo se fortaleceu internacionalmente e também no Brasil. Foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), cuja importância foi assinalada por Gagnon-Arguin (1992) lembrando sua derivação, em certos casos, de associações de historiadores, como foi o caso de canadenses e estadunidenses.

No período em que as nações experimentaram a chamada “explosão” documental, foi esboçado o conceito de *record group*, uma versão estadunidense do princípio da proveniência, formado em 1941, no *National Archives* de Washington, regulado por fins práticos, um conceito que serviria para flexibilizar a organização dos documentos provenientes de distintas instituições, considerando a sua proveniência e a amplitude dos acervos. Silva et al. (1999, p. 133) dizem que o conceito de *record group* se espalhou de forma rápida pelos Estados Unidos e Canadá, com os arquivistas discutindo esta documentação muito ligada à área administrativa, não a considerando arquivo ou de idade permanente

Já para Cook (1997), esse aspecto acercava-se dos interesses históricos, chegando a descaracterizar a proveniência dos documentos. Ainda, o *record group* serviu de fundamento para um *records management*, considerado, dentro da área, uma importante contribuição do pensamento arquivístico estadunidense, traduzido para Gestão de Documentos pelos espanhóis, franceses e canadenses. Percebe-se que a gestão documental se configurou como uma nova área, conectando-se à administração, afastando-se da Arquivologia no sentido de disciplina acessória da História.

Os canadenses contribuíram, nos anos 1960 / 70, com a integração dos documentos públicos e privados à função dos arquivos, operando-os por um viés de mantenedores da memória social e da identidade histórica, por meio da conformação dos chamados Arquivos Totais (DUCHEIN, 1993).

A partir de significativos avanços nas *práxis* arquivística e a sua difusão na década de 1970, verificou-se um marco na história da Arquivologia internacional. As inquietações teóricas ganharam teor científico e os temas que se destacavam nos eventos da área foram os estudos de usuários, liberdade de informação, direito à privacidade, necessidade de preservação, segurança dos documentos, reconstituição de patrimônios arquivísticos, dentre outros (SILVA et al., 1999).

A diferenciação estadunidense entre arquivos administrativos e históricos promoveu uma separação entre a Gestão de Documentos e a Arquivologia (FONSECA, 2004). Os acervos intermediários constituíram instrumentos de desarticulação da cadeia documental durante seu

desenvolvimento (SILVA et al., 1999).

A Arquivística atravessa um período saudável de debate a respeito do seu próprio objeto, sendo a noção de arquivo confrontada com os problemas decorrentes da existência de novos suportes e do uso de novas tecnologias, e igualmente, com uma maior apetência informativa por parte das administrações e da própria pesquisa **histórica**. Neste contexto, não é de admirar que coexistam opiniões divergentes sobre a própria disciplina, sintoma aliás típico de qualquer momento de transição. Por um lado, há os que continuam a ver a Arquivística essencialmente **confinada à problemática dos arquivos históricos**, considerando o *records management* como uma área distinta; por outro, há os que, invocando a “era da informação”, se afastam dos princípios estruturantes da disciplina e veem a Arquivística como um corpo de doutrinação empírica (ou somatório de técnicas), cujo único objetivo é responder pragmaticamente às solicitações informativas da sociedade; finalmente, ainda, surgem os defensores de uma nova corrente que encontra na informação arquivística uma individualidade própria, articulada com um modelo teórico preciso – **é a defesa da Arquivística como Ciência da Informação**. (SILVA et al., 1999, p. 156) [grifo nosso].

O papel do profissional arquivista englobou a função de avaliar as séries documentais a serem conservadas e não mais preservar toda a documentação produzida, como era feito. Conforme mencionamos, classificação e avaliação documental ganham maior atenção, reguladas pela proveniência, pelos prazos de prescrição legal e pelo valor testemunhal dos documentos.

Os projetos arquivísticos da UNESCO, na América Latina, colaboraram para os avanços da área por meio de ações de normatizações específicas como seleção e eliminação documental, construção de edifícios destinados a receber acervos documentais, sistematização de documentos sobre a história dos países em desenvolvimento, formação de profissionais, realização de eventos sobre técnicas arquivísticas, elaboração de projetos culturais em arquivos, bibliotecas e centros de documentação e um investimento em pesquisas e na sua propagação (ARQUIVO NACIONAL, 1974a).

Alguns países latinos não contavam com arquivistas formados em cursos oficiais. Dessa realidade, a partir da reunião técnica sobre o desenvolvimento de arquivos, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em um projeto multinacional, resolveu proporcionar um programa arquivístico para os latino-americanos, oferecendo cursos na Argentina e na Espanha. Tal programa objetivou “formar e aperfeiçoar pessoal especializado na organização e direção de arquivos históricos e administrativos, e na organização e catalogação de seus acervos” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973), tendo como objetivo a preservação do patrimônio histórico e cultural dos povos americanos.

Em meados dos anos 1980, surge o *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique* (GIRA), da *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l’Information* (ESBI), da Universidade

de Montreal, no Canadá, que se constituiu em um grupo importante para as reflexões a respeito das especificidades do fenômeno arquivístico na busca da ampliação conceitual do fazer arquivístico. Essa escola colaborou grandemente para diluir a perspectiva da Arquivologia como tradicionalmente acessória e submissa às demandas historiográficas. Pode-se observar um perfil, ou uma configuração, aproximando-se do campo da informação, no momento em que passou a constituir parcerias com outras disciplinas, objetivando dar suporte aos processos de recuperação da informação (COUTURE; DUCHARME & ROUSSEAU, 1988). Consideramos aquele momento, como um marco da Arquivologia conectando-se ao campo da Informação.

As tecnologias atuais agregaram às características arquivísticas, a partir da visão científica, a de informação registrada em variados suportes ou formatos, e a sua importância assentada no conteúdo das informações, do mesmo modo que a partir do seu contexto de produção e circulação.

Na atualidade, convivemos com a realidade do documento virtual, o que nos beneficia, por exemplo, com a economia de recursos naturais como a madeira, utilizada na fabricação do papel. Podemos considerar isso como a identificação da existência da entidade arquivística também no meio digital. Essa realidade motivou estudos no âmbito dos arquivos, como o cultivado pelas Nações Unidas, objetivando o desenvolvimento de “diretrizes para implementação de arquivos eletrônicos e programas de gestão de documentos arquivísticos para uso das organizações das Nações Unidas, levando em consideração arquivos tradicionais e práticas de gestão de documentos” (EASTWOOD, 2002, p. 1). Tal trabalho acarretou no relatório de 1990: *United Nations, Advisory Committee for the Co-ordination of Information System (ACCIS), Management of Electronic Records: Issues and Guidelines*.

Durante um considerável período, a função mais tradicional da Arquivologia teria sido a da atuação nos locais que recolhiam e conservavam documentação considerada de valor permanente, resultado das atividades pessoais e institucionais, relacionado à ideia de perpetuação da história das nações, conjugado ao acúmulo de uma sabedoria capaz de apoiar as relações de poder e saber. O acúmulo documental de grande amplitude, extrapolando os interesses administrativos, colaborou para a instituição do acesso público aos documentos. Esse fator influenciou na vulgarização dos regulamentos dos arquivos e na necessidade de constituição metódica de instrumentos de pesquisa, predominando a tendência tecnicista nos arquivos.

A Arquivologia é uma área que apresenta aproximações perceptíveis com outras disciplinas como Administração, História, Biblioteconomia e Museologia. A vertente histórica caminhou atrelada ao domínio dos estudos diplomáticos, paleográficos, tratamento e disponibilização

documental de teor cultural. Precedendo de uma atividade prática, passou por um movimento associativo e sua institucionalização aconteceu nas universidades, sendo reconhecida também a sua pesquisa científica própria. O profissional arquivista atua promovendo acesso aos documentos, mas tão importante quanto isso é sua atuação apoiada na análise crítica. O crescimento dos arquivos e sua atividade embasada cientificamente por conceitos informacionais gerou mudanças no papel desse profissional.

Na trajetória de desenvolvimento da Arquivologia surgiram tendências e demandas de novos usos sociais que exigiram novas práticas, reformulações conceituais e necessidade de novas reflexões, gerando reposicionamentos à sua tradição. O exercício nos arquivos costumava versar sobre a pesquisa conduzida pelos profissionais da História, principalmente, e a pesquisa pessoal de natureza genealógica. A função tradicional dos arquivos subordinados aos interesses históricos, mas também administrativos, foi questionada devido à ampliação das necessidades informacionais, principalmente a partir das duas guerras mundiais do início ao meio do século XX. A Arquivologia estabeleceu parcerias com outras disciplinas encampando princípios, ideias, pressupostos tradicionais, objetos, aspectos, novas tecnologias e os problemas das demandas sociais contemporâneas, por exemplo: necessidades de recuperação e disponibilização da informação pública.

O desenho teórico da Arquivologia, aproximando-se dos problemas de pesquisa embasados pelas teorias da informação, nos leva a entender o surgimento de um estímulo à ampliação da disciplina enquanto ciência, sem ferir sua identidade. No desenrolar de sua delimitação disciplinar, estabeleceu relações multidisciplinares com variadas áreas do conhecimento na busca de apresentar amenizações – para não dizer soluções – aos objetos e problemas emergentes do trato, conservação, guarda, recuperação e disponibilização documental nos âmbitos teórico e prático.

É perceptível a inerente complexidade encampada pelo fazer arquivístico, em relação às novas demandas sociais por informação. Isto influenciou as reconfigurações da disciplina, como é o caso da disponibilização *on-line* de acervos arquivísticos, permitindo acesso fora dos lugares específicos, oferecendo contato com os objetos informacionais, excluindo a materialidade que os estabelecia como objetos. Esses novos usos das práticas arquivísticas anunciam novos arquivos, os digitais, documentos que não acumulam poeira, são livres dos micro-organismos e não são afetados pelo manuseio. Fator que acarretou em novas estratégias práticas, tecnológicas, de segurança documental, gerencial, informacional e intelectuais.

O campo institucional da Ciência da Informação no Brasil, durante décadas, dialogou mais

especificamente com a Biblioteconomia e com disciplinas científicas como Engenharia, Matemática, Comunicação, Psicologia e Pedagogia, entre outras. De sua gênese tradicional – caminhando junto à História, à Administração e à Biblioteconomia –, a Arquivologia buscou muito recentemente um relacionamento com a Ciência da Informação, em parte, como forma de apoio teórico às suas reflexões. Biblioteconomia e Museologia compartilham dos interesses da Arquivologia nas questões organizacionais, comunicacionais e de disponibilização informacional, características interdisciplinares da Ciência da Informação e da informação científica – constituindo elementos propícios para a integração desses três campos. Essa perspectiva interdisciplinar da Ciência da Informação, abrigando Arquivologia e Museologia como principais interlocutores, teria provocado substancial impacto na própria definição de Ciência da Informação.

Apesar de parte dos estudiosos da Arquivologia e Ciência da Informação não compartilharem de um consenso em relação a sua interdisciplinaridade, percebemos a identificação metodológica entre essas áreas, devido a seus aspectos epistemológicos e as especificidades comuns quanto aos objetos de pesquisa, por se ocuparem do tema Informação. Além disto, os estudos da Ciência da Informação municiam as bases teórico-metodológicas da formação do profissional da arquivologia, percebido na ampla literatura produzida por pesquisadores da área sobre os conceitos de Informação e Documento. Definições e conceitos de documentos e informação mostrando abordagens diferenciadas e principalmente confluências entre Ciência da Informação e Arquivologia são encontrados no trabalho de Carvalho (2012). Seus traços interdisciplinares são complementados por conceitos de arquivo, arquivos científicos e arquivos universitários.

Dessa maneira, o atrelamento histórico das *práxis* arquivística à historiografia, mais especificamente, deu lugar às configurações mais íntimas da Ciência da Informação, o que no nosso entender, tratou-se de uma acertada estratégia em função dos parentescos epistemológicos.

4.3 – Arquivos e a importância de se visitá-los presencialmente, ainda que existam acervos virtualizados

Como anteriormente descrito, Arquivo compreende um conjunto de documentos produzidos ou acumulados por instituições de caráter público ou privado, podendo ser feito, também, por pessoas físicas no exercício de suas atividades. Tais documentos podem estar materializados em qualquer suporte. Dependendo da natureza institucional que os gerou, os arquivos serão

classificados em públicos ou privados. Nosso foco, na presente pesquisa, versou prioritariamente sobre os arquivos públicos.

Os arquivos públicos guardam, organizam e administram conjuntos de documentos produzidos no exercício das atividades dos órgãos públicos de âmbito federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, decorrentes das funções administrativas, legislativas e judiciárias. Ainda, são considerados públicos os conjuntos de documentos produzidos por instituições privadas encarregadas da gestão de serviços públicos. Arquivos públicos compreendem também as instituições arquivísticas governamentais encarregadas do recolhimento, gestão, preservação permanente e disponibilização de acesso aos documentos que foram produzidos pelo poder público (ARQUIVO NACIONAL, s/d.).

Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada, por uma família ou pessoa, no transcurso da função que justifica sua existência como tal, conservando relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, pessoais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo, de provar ou de testemunhar alguma ação ou fato. Outras duas características inerentes ao documento arquivístico são o conteúdo ou a informação que se deseja transmitir e registrar, e a forma escolhida para tais finalidades.

Paes (2007) afirma ser, como a função básica dos arquivos, a de disponibilizar a informação contida em seu acervo documental, independentemente da idade do arquivo, ou seja, dentro do seu ciclo vital que compreende os momentos corrente, intermediário e permanente. O autor se apoia nas funções arquivísticas preconizadas por Rousseau e Couture (1998), as quais compreendem a execução de sete funções definidas por esses autores: “criação (produção), aquisição, conservação, classificação, avaliação, descrição e difusão” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 265). Para que o sistema de arquivos atinja a sua função principal, torna-se primordial aplicar tais funções, com as quais será possível, portanto, disponibilizar e dar acesso às informações contidas nos acervos arquivísticos.

A respeito da qualidade técnica no âmbito dos arquivos, Soares (2012) faz uma análise a partir dos esquemas apresentados por Johns (1999), Nickels e Wood (1999), e, Fitzsimmons e Fitzsimmons (2010) que dissertam a respeito do conceito de Serviços. Soares (2012) define que essa qualidade corresponderia às atividades de gerenciamento da informação arquivística ou ao processo que envolve o controle da aquisição e da produção documental até a sua destinação final. Além disso, uma qualidade funcional corresponderia a como o serviço é prestado ou como é disponibilizado o serviço ao usuário da informação. Portanto, qualidade técnica seria tão importante quanto qualidade funcional, uma vez que a maneira como o usuário recebe o serviço

pode determinar a sua valorização. Dessa forma, seria a qualidade técnica em conjunto com a qualidade funcional as definidoras da imagem de um serviço de arquivo. Com isso, entendemos que a execução do processo de Redocumentarização⁴⁶, propriamente dito, envolvendo os procedimentos que prega, agrega qualidade substancial ao serviço prestado pelo arquivo.

Jardim (2003, p. 40) compreende que os arquivos podem ser tomados como “mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços”. Resultando de conceitos, funções e necessidades formadoras da sua existência, eles envolvem um conjunto de valores políticos que são parâmetros balizadores de sua formulação e execução. Os arquivos e seus serviços englobariam um conjunto de ações direcionadas para uma finalidade específica: serviços ao cidadão e à administração. A informação, proveniente do arquivo, está condicionada a sua apresentação física, materializada pelo suporte que a contém, o documento de arquivo, sobretudo perceptiva e passiva de ser apropriada como um agente transformador do conhecimento, por representar ações e ocorrências dentro de contextos bem definidos.

A informação, para a Arquivologia, apresenta-se por meio de um suporte que lhe forneça acesso, como um veículo que a faça chegar ao interessado. Esse veículo pode se tratar de papel, um CD-ROM, a voz humana transformada em *bits* de dados ou alocada em outros formatos como os analógicos, além de muitos outros. Os sistemas de arquivos gerenciam a informação de forma a garantir-lhe o acesso e a preservação. Um sistema de arquivos pode integrar diferentes funções e operações, gerando serviços de informação. Para que esse processo ofereça serviços relevantes, a organização do seu sistema precisa partir de objetivos bem definidos, métodos específicos e funções administrativas. Portanto, os arquivos são unidades que tratam documentos de uma forma científica, a fim de constituir peças metodicamente gerenciáveis de documentos que os homens produziram e produzem. Como descreve Alonso (1981), o arquivo que contém todo o processo de organização de um conjunto documental é a unidade máxima. Uma série, que é o conjunto de documentos provenientes de uma mesma atividade, constitui uma unidade média. O documento simples, indivisível, é a menor unidade.

4.4 – A importância de se estar presente nos Arquivos: considerações de arquivistas e documentalistas

Valorizando, acertadamente o trabalho desenvolvido pelo profissional de arquivo, temos as respostas de DE02 e DE03. Para o primeiro, é importante ir ao arquivo porque um arquivista

⁴⁶ Ver capítulo 5.4, página 157.

sempre será o melhor intermediário e será aquele que ensinará a buscar pela informação, afinal ele é o profissional que organiza a informação, além de conhecer os tipos de documentos e suas funções. Para DE03, é importante ir ao Arquivo pessoalmente “quando quisermos examinar o material, ou quando precisarmos, por exemplo, falar com os arquivistas para saber um pouco mais sobre a relação entre documentações [...] Quando seja necessário buscar por outras opções dentro de sua pesquisa”. Ainda, “para comprovar erros, pois quando temos documentos digitalizados é frequente que falte uma página, que possa ficar uma página dobrada, que não se consiga ver com perfeição as informações do documento”.

Do mesmo modo, em alguns aspectos, a resposta de DE06 se aproxima à de DE03. O primeiro relatou que a digitalização mudou bastante, muitos arquivos – pensando no arquivo de Sevilha, que começou a se digitalizar nos anos 1990 – digitalizaram com ferramentas menos eficientes do que temos hoje, o que levou a ter de se realizarem novas digitalizações. Assim, para DE06, ir ao arquivo físico é importante “quando se necessite analisar o original ou quando o original não esteja digitalizado ou a digitalização não foi bem-feita. Posso necessitar, por exemplo, comprovar se uma carta existe de verdade, se não houve manipulação nesse documento e não ter dúvidas sobre a sua autoria”.

AB01 opina que sempre será necessário ir presencialmente aos acervos. Principalmente, quando se depende de uma pesquisa mais minuciosa, como aquelas que focarão a materialidade do documento. Mesmo contando hoje com a vantagem que os acervos digitalizados oferecem, “nunca será a mesma coisa que ter o contato com o documento original”. Com uma resposta que também valoriza a importância da consulta ao original, DE01 ponderou a respeito das possibilidades de não se necessitar ir ao arquivo, além de considerar que cada vez menos iremos a ele: “para quem necessita investigar o suporte da informação em si mesmo, como parte de sua pesquisa, terá a necessidade, sempre, de ir ao arquivo, principalmente os que estão interessados no documento em si”. Mas “creio que os que estão interessados no conteúdo do documento gradativamente deixarão de ir aos arquivos físicos [...] Isso será mais simples, talvez optem pela ida ao arquivo por alguma questão mais de vocação, não tanto por necessidade” (DE01).

Da mesma forma que DE01 compreende que os pesquisadores “interessados [somente] no conteúdo do documento cada vez mais deixarão de ir aos arquivos físicos”, encontramos DE07: “o que é certo é que a visita ao Arquivo Histórico será gradualmente reduzida à medida que os projetos de digitalização progredam. No entanto, é necessário notar que, de acordo com os fundos e o financiamento disponível, essa é uma tarefa de longo prazo”. Para DE07, o “Arquivo Digital” permite economizar tempo precioso, evitando viagens desnecessárias ao arquivo: “a consulta ao arquivo físico ocorrerá quando o fundo ao qual se pretende acessar não esteja digitalizado ou,

devido à natureza do estudo, uma análise da mídia e dos materiais em que o documento se materializou será necessária, mesmo que o documento exista virtualmente”.

AB02 afirma que do ponto de vista da operacionalidade, de não se precisar ir ao arquivo, temos algo positivo e importante, pois flexibiliza o acesso. Mas, “isso não retira e não deve retirar a possibilidade ou a capacidade de as pessoas irem ao arquivo para tomar posse, do ponto de vista da concretude, do documento”. Como DE07, o entrevistado AB02 lembrou que existem documentos que não estarão disponíveis no virtual, algo condicionado pelos limites atuais da digitalização dos acervos dos arquivos públicos. Além disso, “as pessoas precisam ter a noção exata do que é o arquivo, pois uma coisa é ver na tela do computador um documento do ano 1500, outra, é vê-lo pessoalmente [...] Acredito que isso nenhuma tecnologia sobrepõe”.

O contato físico com o documento, como citado por AB02, proporciona a oportunidade de verificar elementos da cultura material típica daquele momento, e ter acesso não apenas a uma descrição de um texto. O pesquisador terá a oportunidade de um contato mais íntimo com a história dos homens que produziram tal objeto. Algo como conhecer as formas de resolver dificuldades com as quais aqueles sujeitos foram confrontados em seus momentos históricos. E, nessa linha de defesa, assim como apontando fatores similares aos de AB02, foi formulada a resposta de DE05, “*La cultura del archivo no podemos perder*”:

[Devemos ir aos arquivos presencialmente] nos casos em que a imagem digital não é suficiente para realizar a pesquisa e a busca dos seus objetivos. Acredito que é necessário consultar o documento original, além do que muitas fontes não estão acessíveis via digital. Existem muitos arquivos que não possuem meios de digitalização por escassez de recursos financeiros e profissionais. A maneira de se fornecer recursos a esses arquivos é a demanda de usuários que queiram consultá-los. Acredito que não devemos pensar que o acesso digital leva a eliminar o acesso presencial nos arquivos. Deve complementar. Acredito que a digitalização deve colaborar para potencializar a cultura do arquivo, o qual ainda tem sido um grande desconhecido para a maioria da população (DE05).

O entrevistado AB02 alertou para a questão educativa, pois “ao se privilegiar a celeridade das coisas, a gente acha que tudo pode ser descartável”. A preocupação de AB02, nesse momento, foi com que, ao se saber que contamos com possibilidades tecnológicas, permitindo uma operacionalidade para respostas rápidas às demandas de menor tempo, crescentemente desenvolvemos o desejo de realizarmos nossas tarefas mais rapidamente. O que concordamos profundamente, pois essa “celeridade” não pode invalidar nem sobrepor a necessidade de ir ao documento em seu local de organização e percebê-lo a partir da forma pela qual foi organizado. São memórias importantes, inclusive para o pesquisador apreender melhor o que está colocando como questões fundamentais na sua pesquisa.

AB03, em consonância com nossas preocupações, defende que o historiador deve ir à instituição

de guarda para conhecer como o documento está sendo guardado, tratado e organizado, buscando compreender a sua origem. Esse entrevistado infere que há grandes dificuldades de as instituições contratarem um historiador, presença que “ajudaria muito pelo fato de considerar que esse profissional sabe melhor qual é a demanda do pesquisador que estará interessado na materialidade e conteúdo documental”. Assim sendo, “concordo que apesar da possibilidade do acesso virtual, em determinados momentos, o pesquisador vai precisar, sim, ir até o acervo para ter contato com o documento físico” (AB03).

Segundo AB04, “nós precisaremos ir ao arquivo físico. A meu ver, esse hábito não pode desaparecer. Porque a grande distinção que deve se afirmar entre uma especialização, um mestrado e um doutorado deve ser, justamente, o aprofundamento da pesquisa documental”. De tal modo, para esse entrevistado, o historiador mais experiente deve e necessita ir ao arquivo para identificar novas fontes, outras tipologias documentais, documentos que são correlatos e que poderão ajudar a explorar o seu objeto de pesquisa. E é de maneira similar à de AB04 que pensa DE04: “não necessariamente os arquivos têm de desaparecer. Como os livros: desaparecerão os livros? Não. Temos de nos adaptarmos às situações”. O pesquisador espanhol entende que dependerá da profundidade metodológica com a qual o pesquisador faz seu trabalho e como pretende se aproximar do tema de pesquisa. Com isso, “muitas vezes, [o pesquisador] necessitará se aproximar do documento original que está no arquivo, porque de outra maneira, ou virtualmente, não conseguirá identificar bem o que necessita nessa documentação” (DE04).

Do mesmo modo, AB05 relatou ser importante ir ao arquivo. O que poderá acontecer é que o historiador cada vez menos carecerá de ir ao arquivo, “mas dependendo da fonte demandada o historiador terá de ir ao arquivo, e um dos motivos é o fato de que nem todas as fontes estão digitalizadas”. Concordando com o entrevistado, adicionamos o fato de que os documentos não disponibilizados virtualmente poderão passar a ser menos consultados. E nos vemos aqui envolvidos pela questão das narrativas tácitas (ver subcapítulo 6.1.5, final da página 193).

Ainda, relativo à problemática das narrativas tácitas, temos as declarações do entrevistado DE06⁴⁷, para quem, além dos elementos concretos que envolvem o processo de digitalização, existe um outro problema em relação aos arquivos físicos: “os jovens pesquisadores acreditam que o que está digitalizado e disponível na rede é o que se tem disponível para consulta, não despertando a curiosidade de acudir a outros documentos”. DE06 disse ter “consciência que digitalizar todo o arquivo é algo muito difícil, ainda hoje”. E alerta para algo substancial: “entendo que estamos fazendo uma seleção dentre todos os documentos de um arquivo e talvez

⁴⁷ Licenciado em História Moderna e Contemporânea, com doutorado em Ciências da Documentação.

essa seleção não esteja sendo a melhor. É algo como se voltássemos a colocar uma censura nos arquivos”. Da mesma maneira que já abordamos anteriormente, para esse entrevistado, o próprio pesquisador deixa de ir atrás de outras fontes por pensar que o que conseguiu virtualmente já é o suficiente, o que limita a descoberta de novos elementos, novos fatos, novas percepções. O entrevistado buscou ilustrar sua consideração com um fato espanhol interessante: “há um livro na Espanha muito polêmico sobre as eleições de 1936. Os historiadores, em uma entrevista, afirmaram que tiveram acesso a alguns documentos do Arquivo Histórico Nacional”. No entanto, tais documentos, como teria sido comprovado posteriormente à entrevista citada pelo entrevistado, não haviam sido acessados durante vários anos.

Diferentemente de todos os entrevistados, AB06 declarou:

Quando se está fazendo uma pesquisa mais por assunto, se o documento que preciso está disponível na Internet, não preciso ir até o local para analisar. O nosso comportamento, quando estamos diante do computador, é diferente de quando estamos no local e acredito, então, que depende muito da qualidade dessa pesquisa. O envolvimento com o objeto, debruçar-se sobre o objeto, creio que é uma questão muito relativa [...] Consigo enxergar acervos totalmente digitais, retirando a não necessidade [de se ir ao arquivo presencialmente] (AB06).

Para AB06 tal fato, como por ele citado, “é totalmente possível”, porque a maneira de encarar um documento muda muito a partir do contato com o virtual, e uma gestão documental bem realizada permitiria outras maneiras de pesquisar. Pensando adiante, a partir da perspectiva atual, o entrevistado afirma que, “hoje, ter contato pode ser importante, mas pode ser que lá no futuro, não. Estamos em uma fase de transição. É mais uma mudança de cultura, uma maneira diferente de encarar o documento desde a fase de produção até a fase de consulta”. Neste caso, entendemos ser importante destacar que, da mesma forma que para os demais entrevistados, AB06 recebeu a explicação sobre a ampliação da concepção de documentos históricos com base na proposição da Escola dos *Annales*. Assim, discordamos do entrevistado a partir do ponto de vista que estamos defendendo em nosso trabalho, que é o da importância do contato com o documento físico para determinados tipos de pesquisas históricas. Embora seja também importante lembrar que brevemente todos os documentos serão nato-digitais. Portanto, a originalidade estará na consulta dos metadados desses documentos.

O entrevistado AB06 defendeu ainda, enfaticamente, que a partir do momento que se possibilita uma maior independência para o usuário acessar a documentação demandada, não importando o seu propósito, poderá reduzir-se, por exemplo, o quadro de funcionários que trabalha no atendimento. Mas, alerta, que a qualidade dessa possibilidade estará condicionada a bons profissionais por trás da organização dos acervos virtuais.

Prontamente AB07 exclamou: “Essa é uma questão fantástica! [...] Os arquivos aqui de Minas Gerais, por exemplo, sempre digo, não são apenas para os historiadores, é para todo mundo”. Em sua opinião, os arquivistas devem usar seu papel de descritores de forma a atrair o usuário ao arquivo, principalmente pela disponibilidade documental virtualizada. Seria fazer disso uma via de mão dupla, desenvolvendo, dentro do arquivo, atrativos para aproximar o usuário. Além disso, citou como exemplos a educação patrimonial, visitas guiadas, relacionar documentos com o cotidiano das pessoas, criar determinadas situações para que os alunos estejam presentes no arquivo.

O Arquivo Público Mineiro (APM), por exemplo, recebe documentos de diversas secretarias, como a de Educação e a de Saúde. Encontram-se, dessa maneira, variados tipos de documentos que se relacionam a Biologia, Física, Matemática, Medicina etc. O entrevistado AB07 complementou suas proposições: “geralmente, não criamos mecanismos de retorno da população. É possível, por exemplo, ensinar Português dentro de um arquivo, utilizando documentos antigos, analisando a escrita, as palavras [...] tem como ensinar, também, Geografia” (AB07).

4.4.1 – A importância de se estar presente nos Arquivos: considerações dos historiadores

Para HB01, da mesma forma como entendemos, dependerá do tipo de pesquisa, do tipo de demanda do historiador e do tipo de objeto a ser pesquisado: “onde se quer chegar e o que se quer fazer”. Declarou que, como no seu caso (descrito no subcapítulo 6.3.2, página 209), a virtualização resolveu um enorme problema. Mas, para outros tipos de pesquisas, será necessário o contato com o documento.

HB02 entende ser fundamental, principalmente, quando se está na graduação ou no mestrado. Pressupõe que deve haver contato com a materialidade, poder entender como é organizado um arquivo. É importante conhecer os desafios, as decisões que os arquivistas tiveram de tomar, a forma do arranjo. Citando sua experiência com o APM, contou que a organização, às vezes, acontece de forma arbitrária, pela própria impossibilidade de se seguir os princípios arquivísticos, uma vez que não tenha sido possível recuperar todas as informações necessárias sobre um acervo. Porém, HE04 sinaliza um movimento contrário a esse entendimento. O entrevistado espanhol declarou que uma parte do seu trabalho em sala de aula era mandar seus alunos irem, ou acompanhá-los, diretamente aos arquivos. No entanto, agora, esse hábito se tornou menos frequente: “entendo que não precisa ser obrigatório”. Apesar de HE04 entender

que é necessário ir ao arquivo quando se necessita ter contato direto com o documento original e com sua materialidade, “para um exame mais profundo”, também considera que se o documento está disponibilizado virtualmente, este pode atender às necessidades de pesquisa de alguns, suficientemente, aproximando-se, nesse caso, das considerações feitas pelo entrevistado HE01.

Para o último entrevistado citado, HE01, “se você tem a sua disposição as informações dos arquivos via Internet, no meu caso, apenas não estando as fontes que necessito disponíveis virtualmente, necessitaria ir ao arquivo. Se todas as fontes estão digitalizadas, não necessitarei ir até o arquivo”. É importante lembrar, neste momento, que constatamos que uma preocupação desta tese está no entendimento de que os acervos disponíveis via Internet sejam considerados como o acervo total de um arquivo. Ficou claro que as instituições de arquivo que disponibilizam parte de seus acervos *on-line*, geralmente, não conseguiram alcançar ainda mais do que algo em torno dos 10%, sendo que muitos não passam de 5% ou menos. Já HB04, tendo noção dessa pequena porcentagem disponibilizada, considera ser necessário ir aos arquivos físicos quando uma documentação não está disponível na Internet, pois, de acordo com sua declaração, essa situação ainda é muito comum, apesar da “avalanche” de documentos disponíveis virtualmente. De acordo com as declarações de HB04 seria até possível, no caso de se estar trabalhando com material impresso como fonte, mas seria necessário que grande parte do acervo, realmente, estivesse disponível na Internet. Ainda, dependendo do refinamento da abordagem empregada, não será possível trabalhar sem ter contato com os documentos originais.

HB03 disse que certamente é importante ir aos arquivos, pois podem existir momentos em que será necessário confrontar aquilo que se está observando no meio eletrônico com o original. Provavelmente, pode não acontecer muito, mas não indo ao arquivo perde-se o contato com o estado de armazenamento, a conservação que está garantindo a sobrevivência ou até a não sobrevivência do documento. Ainda, exclamou esse entrevistado, em tom de problematização, “como é que os indivíduos, em geral, pesquisadores, educadores e etc., apoiarão uma instituição com a qual não têm contato?”. HB03 aponta que é importante saber, por exemplo: “o que estou pesquisando está guardado ao lado do quê? Qual é o contexto arquivístico e histórico de reprodução?”. Questões que poderão ser melhor apreendidas observando-as no local de guarda.

Uma das grandes preocupações de HB04 é com o imediatismo da informação nos dias atuais. O entrevistado relatou que percebe “na sala de aula alunos que pensam não precisar ter uma biblioteca, que não precisam ler. É raro aquele aluno que percebe que há um segundo momento em sua formação, que ele tem de ir além”. Assim, esse imediatismo pode vir a interferir no esvaziamento dos arquivos por parte dos pesquisadores adeptos às soluções mais fáceis, restringindo-se apenas às fontes de informação mais facilmente disponíveis.

As preocupações do entrevistado HB04 se alinham à concepção da nossa pesquisa, no que tange ao nosso entendimento de que tal distância pode levar à construção de relatos históricos restritos ou baseados em aportes documentais comuns, principalmente, sobre o montante que foi virtualizado. Esse fato deixaria os documentos não digitalizados em segundo plano e até esquecidos dentro dos arquivos físicos. A ponderação realizada por Lopez (2002), apesar de passados 16 anos, aproxima-se sobremaneira do que estamos constatando e argumentando nesta pesquisa:

Infelizmente, é muito comum encontrar instituições que direcionam grandes esforços para a classificação e descrição detalhada de determinadas séries ou coleções, relegando a um segundo plano o restante de seu acervo. É importante lembrar que a importância (histórica, artística, estética etc.) atribuída a determinados documentos é sempre embasada em critérios alheios às atividades do arquivo (LOPEZ, 2002, p. 36).

Também nos ajuda a considerar esse fator uma pesquisa realizada em seis países pela *On-line Computer Library Center* (OCLC, 2006), a respeito dos alunos dos primeiros ciclos universitários:

- 89% deles iniciam uma busca de informações por meio de um motor de busca.
- 93% estão satisfeitos, ou muito satisfeitos, com a sua utilização dos motores de busca.
- Os motores combinam melhor com seus estilos de vida do que a pesquisa física ou até mesmo quando realizadas nas bibliotecas digitais.

Alguns itens são baixados, mas não há nenhuma evidência de leitura. Concluiu-se que usuários da Internet passam a maior parte do tempo procurando um caminho, muito mais do que olhando o que encontraram. Aproveitamos para agregar aqui que o entrevistado espanhol DE06 alertou para algo semelhante em suas respostas (ver subcapítulo 8.1, página 243).

HB05 entende que “precisa, sim, esse contato com a materialidade do documento, é importante para a pesquisa”. E descreve sua experiência, na qual se não manuseasse os documentos, não fosse até os arquivos e bibliotecas como no caso da Biblioteca Nacional da França, não conseguiria entender bem o seu objeto e muitas perguntas ficariam sem respostas (caso que foi exposto no subcapítulo 6.3.3, página 219). O entrevistado considerou que “a afirmação dessa pergunta é correta: progressivamente, será menos necessário ir ao arquivo, o que não é ruim. Mas, se o arquivo ajuda a enriquecer a pesquisa, será imprescindível que se vá até ele”. HB05 considera que os alunos de mestrado ou doutorado se deslocam menos aos arquivos, porque temos muita documentação virtual disponível remotamente. Mas não existe ainda nem mesmo uma transcrição documental de muitos acervos, apesar de existirem variados bancos de dados com os quais os pós-graduandos costumam trabalhar quantitativamente.

Chamo muito a atenção dos meus orientandos sobre isto: não confunda os dados

com informações que vocês precisam saber. Na sua tese nós vamos exigir que você crie, não basta apresentar dados de bancos riquíssimos e não basta usar de forma correta os instrumentos que lhe permitam a leitura desses dados, você tem de ir além. Você tem de criar uma compreensão autoral disso tudo, e às vezes a presença documental é que estimulará isso (HB05).

Para HB05, nesse sentido, a não ida ao arquivo estaria empobrecendo o exercício problematizador do historiador e o exercício criativo da compreensão final de uma realidade que se quer compreender. A materialidade, observada pela presença documental, “como o tipo de papel e o tipo de letra são problematizações estimuladas diante da sua vista”.

HB06 entende ser necessário ter contato material com o documento para se obter uma dimensão do conjunto documental: “faz parte da pesquisa do historiador ter este contato mais material com a documentação. É muito bom, é ótimo que a gente tenha essa disponibilização do material, você pode necessitar dele em algum momento específico”. O entrevistado considera que fazer restrição, visando à preservação e integridade do documento é ótimo, pois ele será preservado por mais gerações. Mas, para o historiador, em pesquisas que precisam lidar com o aspecto material do documento, restringir o acesso físico representa um impedimento ao trabalho: “assim, é necessário poder conciliar as duas coisas”.

O entendimento de HE02 é que ir ao arquivo físico é imprescindível após, por meio do acesso virtual, ter selecionado o material que lhe interessa analisar, valendo-se, assim, de uma das grandes vantagens oferecidas pela digitalização. É importante verificar as reproduções de um mesmo documento que apareça em contextos distintos: “fotografias, entender a sua série, suas dimensões, o material utilizado [...] Se deixarmos de ir aos arquivos estaríamos os abandonando *‘a sú própria suerte’*, o que levaria ao descarte de pessoal qualificado e uma descaracterização do seu papel”. E, similares ao entendimento de HE02, além do tipo documental citado, são as considerações de HE05, que utiliza muito os documentos fotográficos:

Também uso muito documentos de hemeroteca, como periódicos e revistas, sendo que muitos desses documentos estão digitalizados. Mas prefiro utilizar os documentos originais, porque penso que muitas informações perco se consultar os mesmos documentos por meio da tela de um computador [...] Assim, em relação ao digital, muitas vezes me interessa como fonte de informação a versão virtual, mas como um elemento a se estudar e analisar e obter diversas conclusões, extrairemos é do contato com o original (HE05).

HE05 acredita que “sempre se tem de ir ao arquivo físico, sempre. Para consultá-lo, para conhecê-lo”. O entrevistado fundamentou sua afirmação declarando que, mesmo que existam todas as referências disponibilizadas na Internet, o melhor é ter contato com o documento e com o arquivo físicos para conhecer a instituição que custodia e conserva tal documentação: “isto é fundamental e um pesquisador não pode fazer trabalhos de investigação apenas pela rede. É

como uma biblioteca, é necessário ir à biblioteca”.

Pensando um pouco diferente, HE03 defende que sobre ir ou não ao arquivo físico, uma vez que se existam acervos *on-line*, “cada investigador deve seguir a sua intuição [...] Entendo que é possível que em alguns casos se possa ler os documentos apenas via Internet”. Mas o historiador espanhol ponderou que haverá documentos aos quais o historiador precisará ir, o que dependerá um pouco do que se está buscando e “*cual la relación de amor que el investigador tenga con la documentación*”. Assim, mesmo declarando que alguns documentos necessitam ser vistos, “se aproximar deles, ver o que me transmitirá a partir do contato”, também defende que esse contato tem de estar dentro da liberdade de trabalho de cada historiador e de suas formas de percepção de cada contexto.

Em suma, o entendimento das discussões trazidas a corpo na configuração da presente pesquisa está buscando demonstrar que, para os casos de pesquisas que estabelecem seu foco no conteúdo textual do documento de arquivo, existindo essa fonte digitalizada de forma a permitir contato efetivo com o conteúdo textual, será claramente possível realizar uma pesquisa remotamente. De tal modo, compreendemos que algumas pesquisas carecerão de visitas ao arquivo e outras, não. Mas o contato com a materialidade do documento é capaz de promover novos olhares para o pesquisador, permitindo ampliações em suas predefinições iniciais. Por exemplo, ter contato com um dossiê completo pode levar o pesquisador a conhecer novos documentos que dilatarão suas percepções e seus questionamentos.

Tal problema, porém, é atenuado em algumas ferramentas de busca. No caso do Arquivo Nacional Torre do Tombo, por exemplo, o retorno da busca indica a relação orgânica do documento, ou seja, sua relação hierárquica nas subséries, séries e fundo a que está vinculado. No exemplo a seguir, o “maço” equivale a um nível superior em que a apelação de Porcina Maria está inserida e reúne os demais documentos relacionados a essa apelação (Figuras 01 e 02).

The screenshot shows the website interface for the Arquivo Nacional Torre do Tombo. The header includes the logo and navigation options: PESQUISA SIMPLES, PESQUISA AVANÇADA, DESTAQUES, SERVIÇOS EM-LINHA, AJUDA, and Entrar. The main content area displays search results for a document titled "APELAÇÃO CRIME EM QUE É APELANTE A JUSTIÇA E APELADA PORCINA MARIA". The document is identified as a composite document with the reference code PT/TT/CCPP/0002/00001. It is attributed to the CCPP Conservatória Geral da Companhia de Pernambuco e Pará, with a date of production from 1775-05-30 to 1777-01-24. The document is 59 pages long and is on paper. The available services include digital representation and reproduction services.

Figura 1 - Relação orgânica, apelação crime

O mesmo, porém, não ocorre em outras ferramentas de busca, como no caso do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro. Nesse caso, recupera-se apenas o item documental e o fundo em que ele está inserido. Nada é possível saber sobre a proveniência interna do documento (ou seja, a qual setor administrativo ou função se vinculava) ou então a relação que estabelece com outros itens documentais do mesmo fundo.

The screenshot shows the DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas) website interface. At the top, there are navigation links: PESQUISA SIMPLES, PESQUISA AVANÇADA, DESTAQUES, SERVIÇOS EM-LINHA, AJUDA, and Entrar. The main content area displays search results for 'MAÇO 2' from the CCPP Conservatória Geral da Companhia de Pernambuco e Paraíba. The results list several items with their respective IDs and descriptions, such as '00001 Apelação crime em que é apelante a Justiça e apelado' and '00002 Agravado crime em que é agravante Manuel de Oliveira'. To the right of the search results, there is a section titled 'SERVIÇOS DISPONÍVEIS' with links for 'Pedido de reprodução' and 'Pedido antecipado de consulta'. Below the search results, there is a detailed view for 'MAÇO 2' with the following information:

- NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Unidade de instalação
- CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/TT/CCPP/0002
- TIPO DE TÍTULO:** Atribuído
- DATAS DE PRODUÇÃO:** 1764-12-22 ✓ a 1781-07-16 ✓
- DIMENSÃO E SUPORTE:** 8 doc.; papel
- COTA ATUAL:** Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 2

Figura 2 - Relação orgânica, maço 2

Outro fato importante que estamos considerando, para empreender a defesa da presença dos pesquisadores nos arquivos – sem por isso colocar de lado todas as benesses que constatamos decorrer da existência dos acervos digitalizados – é o elemento fundamental que existe na mediação entre o profissional de arquivo, o qual conhece a ampla gama de documentos sobre os mais variados temas, e o historiador. Desse modo, quando o pesquisador vai até o arquivo, terá no arquivista – ou no profissional que desempenha essa função – um interlocutor privilegiado. O funcionário de arquivo geralmente conhece a evolução da estrutura administrativa de um órgão, por exemplo, e poderá indicar outro órgão que já exerceu aquela função.

O não contato com os documentos originais presencial e fisicamente, em alguns momentos, impedirá que algumas narrativas históricas sejam documentadas. Hipoteticamente, decretando-se o não contato com a materialidade de determinados documentos, pelo fato de estarem disponíveis virtualmente, leva-nos a entender que tal situação acarretará em uma limitação, ou até impedimento, para determinados tipos de pesquisas históricas. Com isso, pensa-se apenas em privilegiar a consulta ao conteúdo textual dos documentos. Obviamente, as instituições arquivísticas estão cientes disso, e é corriqueiro acontecerem autorizações para a consulta aos documentos originais, como ocorre nos casos de pesquisas sobre restauração, em que se estuda o

suporte dos documentos.

Por exemplo, observar a iconografia sem ter contato com sua dimensão reduzida, ou a sua ampliação, gera pensamentos diferentes. Uma escultura e sua monumentalidade é fato interveniente na leitura e análise de uma pesquisa. O contato com a materialidade estimula pensar sobre tais escolhas. A materialidade, na presença física, é estimulante. Alertamos que isso não é demérito nenhum no processo que permite a disponibilização virtual, mas é um fato que não poder perceber tais dimensões altera o exame historiográfico.

5 – Organização da informação

Organizamos informações em nossas mentes da mesma forma que em sistemas de informação, com o propósito de coletá-las e gravá-las, recuperá-las, avaliá-las e selecioná-las, compreendê-las, processá-las e analisá-las, aplicá-las, reorganizá-las e reutilizá-las. Organizamos os dados como peças, da mesma maneira que são organizadas as mercadorias em uma loja, roupas em um armário, usando princípios semelhantes para fins semelhantes⁴⁸. A organização da informação depende das características ou propriedades do objeto, muitas vezes expressas por entidades (substantivos) e conectados por meio de relações verbais.

A noção de Organização da Informação (OI), vinculada à sua representação, significa, mais tradicionalmente, a criação de catálogos e índices para publicações de qualquer tipo. Inclui, ainda, a descrição dos atributos de um documento e a representação do seu conteúdo intelectual, e, concomitantemente, a armazenagem e a recuperação de informações. Áreas intensamente relacionadas à cognição humana são exigidas nos processos e estratégias desse tratamento. Bibliotecas e arquivos de todo o mundo têm uma longa história na organização dos dados sobre documentos e publicações. Essa prática data de vários milhares de anos atrás. Os índices e os catálogos de bibliotecas têm a função de ajudar os usuários a localizarem objetos. Elaborar o registro por meio de ferramentas de busca de informações não apenas funciona como um inventário do conhecimento e da cultura humana, mas também proporciona acesso ordenado às coleções que representam esse conhecimento e essa cultura.

Uma das características da era digital é a oferta excessiva de informação, o que provoca nos

⁴⁸ *We organize information – in our minds and in information systems – in order to collect and record it, retrieve it, evaluate and select it, understand it, process and analyze it, apply it, and rearrange and reuse it. We also organize things, such as parts, merchandise in a store, or clothes in a closet, using similar principles for similar purposes* (SOERGEL, 2004, p. 1).

usuários sensações angustiantes de ansiedade, gerando desconexão em relação à compreensão comunicacional. A OI (organização da informação) carrega como um dos seus objetivos basilares o de impedir a sobrecarga informacional. A OI contemporânea envolve objetos, físicos e / ou digitais, diferenciando-se da Organização do Conhecimento (OC), que envolve a definição de conceitos mais abstratos e filosóficos.

Wilson (2002), pesquisador considerado pelo meio acadêmico como um dos mais experientes e respeitados na gestão da informação, distingue conhecimento de informação, argumentando que o conhecimento é o que sabemos e, portanto, reside na mente humana. Quando temos a intenção de expressar o conhecimento, alguma forma de mensagem é criada para o propósito de comunicação. Essa mensagem é informação, e coleções de mensagens constituem recursos de informação de variados tipos como livros e artigos de revistas, que são mais formais; mensagens de *e-mail* e as atas das reuniões, etc., menos formais. De tal modo, alguns pesquisadores como Al-Hawamdeh (2002) acreditam que gerir o conhecimento seria algo impossível, pois ele reside apenas nas mentes das pessoas e no minuto em que é exteriorizado se transforma em informação. Informação essa que demanda organização para sua melhor compreensão e utilização.

O processo de organização da informação obriga à necessária compreensão do procedimento de construção do conhecimento e o seu significado no âmbito da comunidade produtora e receptora, em uma relação indissolúvel entre pensamento e linguagem em domínios específicos, baseados na divisão social comum do trabalho, homogeneizada e condicionada pela geração de necessidades individuais de informações, de acordo com as necessidades sociais de informação (ALMEIDA, 2007).

Organizar o contingente informacional significa ir ao encontro de vários objetivos, tais como permitir facilidade no acesso, aprimorar a recuperação, visualização e localização, independentemente de os objetos ou documentos serem físicos ou digitais.

5.1 – Informação

O conceito de informação não é propriedade de um campo de estudo específico, mas, praticamente, de todos. A informação é real quando possui sentido e significado para seus interlocutores. Entendemos que, a partir de uma produção de conteúdo informacional crescente, principalmente em função da Internet e de outras tecnologias da informação e comunicação, a organização dessa informação demandará ações permanentes.

Organizar Informações é, essencialmente, um processo de quatro etapas que inclui capturar, organizar, refinar e divulgar informações (CHOWDHURY, 2004). O processo começa com a captação de informações relevantes para as atividades e os interesses dos futuros usuários. Tais informações podem estar disponíveis em uma variedade de fontes, formas e formatos. Uma vez que a informação é capturada, tem de ser organizada, utilizando um número de técnicas que incluem catalogação e indexação, classificação e assim sucessivamente. A eficiência de um sistema de acesso à informação depende, em grande parte, da organização correta das informações.

Ao longo dos anos, os pesquisadores da Ciência da Informação e seus profissionais têm desenvolvido e utilizado várias técnicas para a organização de recursos de informação de diferentes tipos. Com a introdução de tecnologias da informação e comunicação, sistemas sofisticados foram desenvolvidos para a execução eficiente dessa atividade.

Revisitaremos, a seguir, a conceituação e as características descritas por diferentes autores que trabalharam na construção de definições que descrevem o conceito de informação. São estudiosos que propuseram elementos importantes para a presente operacionalização desse conceito.

5.1.1 – Teóricos e o conceito de informação

Briet (1951) definiu informação como símbolo físico ou simbólico preservado, cuja intenção é a de reconstruir ou representar um fenômeno físico ou conceitual. Edwards (1998) pontuou que se refere a um conjunto de dados que, quando interpretados e compreendidos, fornecem aos usuários de determinado sistema o conhecimento de algum tipo. Rivero (2000) sustentou que pode ser vista sob duas perspectivas: a **informação sintática**, que se refere ao volume de organização e **informação semântica**, que se refere ao seu significado. Choo (1999), acrescenta que a informação só é útil quando o usuário encontra sentido nela, sendo que ao mesmo tipo de informação factual podem ser fornecidos diferentes significados, subjetivos, por diferentes indivíduos. Já para Bück (2000), informação pode ser infinita, enquanto o conhecimento tem limites, portanto, uma grande perda ocorre entre as informações recebidas e sua integração e uso em ação. Cornellà (2002) afirmou que informação compreende os dados com sentido, utilidade e relevância, que guardam relação com um contexto, e a informação pode ser dividida em estruturadas e não estruturadas. Para Le Coadic (2004, p. 4), a informação “é um conhecimento inscrito (registrado) que comporta um elemento de sentido. É uma inscrição feita graças a um

sistema de signos (a linguagem)”.

Os elementos particularmente relevantes em matéria de informação para os autores citados são descritos como um conjunto de dados ou registros que representam um fenômeno ou significado e um contexto específico. As informações podem ser classificadas em diferentes formas como estruturada e não estruturada, ou sintática e semântica. Assim, entendemos que, para a presente pesquisa, foi essencial partir da definição proposta por Briet (1951), que, em nossa perspectiva de análise, apresentou-se como a mais adequada. No entanto, a demanda da pesquisa incorporou também algumas características sugeridas pelos outros autores mencionados. Necessitamos aproximar a conceituação do tema em foco ao uso que lhe é dado, em sua relação com as tecnologias da informação e comunicação contemporâneas.

Em suma, de uma perspectiva analítica, buscamos afirmar que a informação é matéria-prima da sociedade moderna e se impõe como um produto em si. É volátil, de natureza efêmera e tem rápida obsolescência. Além disso, não precisa fornecer ou transmitir um conhecimento aplicável. Seu valor acrescentado não está no conteúdo, mas na possível e futura exploração através do conhecimento. Assim, nossa investigação considerou informação como símbolo físico ou simbólico, conservado ou registrado, que representa, reconstitui ou informa a respeito de um fenômeno físico ou conceitual. Constatamos a informação sob duas perspectivas: **sintática**, referindo-se ao caráter físico do objeto ao qual ela nos informa, e **semântica**, referindo-se ao seu significado. Entendemos ser essa a melhor proposta para se trabalhar com os objetos analisados pela construção de uma narrativa histórica interpretada a partir da cultura material.

5.2 – Organização da informação em meio virtual

A Web demanda o mapeamento de caminhos seguros pelos quais os usuários possam trafegar, interagir e localizar informações relevantes e imperativas às suas necessidades informacionais. A organização do espaço informacional gráfico é essencial no estabelecimento de canais de comunicação eficientes e eficazes.

Um projeto de interfaces gráficas solicita um processo de reunião de aspectos semânticos, visuais, comunicativos, cognitivos, culturais, sociais e tecnológicos. Um sistema para a organização da informação tem o objetivo básico de recuperar informações similares em conjunto, diferenciando-as do que não é exatamente semelhante. Designar um sistema para atingir esse propósito é sujeito a várias restrições, como aponta Svenonius (2000), devendo esse

sistema ser econômico, manter continuidade com o passado e tirar completo proveito das tecnologias atuais.

Buscar e recuperar informação é um tema que vem adquirindo sofisticação a partir da rápida expansão da Internet e, especificamente, com a evolução da *World Wide Web*. Um problema cuja solução é concebida e realizada fora dos limites da Ciência da Informação, gerando uma situação controversa, antes invisível, como diz Saracevic (2000).

A preocupação e ocupação com a organização das informações aumenta sua importância no ambiente digital, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Como afirma Jacob (2004), são os processos de seleção e de representação, ou seja, o processo de organização que fornece a base para a realização e eficácia da recuperação da informação.

A organização da informação, de acordo com Vizcaya (1997), é a estrutura formal, como resultado das variáveis usuário, assunto, tipo de fontes, tipo de tecnologia e orçamento. Ainda, define e coordena as muitas fases do ciclo de vida das informações a fim de atender aos objetivos do sistema. Essa estrutura, na perspectiva de Jacob (2004), contribui para a criação de um contexto semântico, porque, como observou o autor, as estruturas concretas e os tipos de relações específicas se originam dentro dessa fase, construindo ambientes de informações significativas.

Portanto, o impacto – pelo qual as características adquiridas em seus segmentos, como a seleção, processamento, visualização e armazenamento de informações, são enfatizadas em função dessa influência das novas tecnologias sobre a organização da informação – se tornou um tema recorrente na literatura dessa especialidade nas últimas décadas. No entanto, é importante destacar que, diante do crescimento da Internet e da Web, o maior interesse da comunidade científica e profissional tem se encontrado na etapa de processamento ou representação da informação. Conseqüentemente, muitos são os profissionais que trabalham no desenvolvimento de ferramentas de busca e organização dos objetos digitais da / na Web. Mas se nota que o papel do profissional da informação, nessas questões, não tem sido preponderante.

Alvarenga (2001) afirma que o volume de informação colocada livremente na Web impede seu tratamento a partir da perspectiva tradicional. Segundo a autora (2003), no processo de registros de conhecimento e processamento, para fins de armazenamento em sistemas de informação, exige-se uma nova etapa de representação, que não se baseia em ser ontológico em si, mas no conhecimento do ser expresso em documentos. A autora afirma que essa seria uma representação secundária, que teria como objetivo prioritário não o acervo da ontologia de coisas ou seres existentes, mas, sim, o contingente de conhecimento sobre esses aspectos, o que é objeto da epistemologia.

Dessa forma, vários projetos de investigação foram desenvolvidos desde meados dos anos 1990. Serviços de informação foram criados a partir de recursos de informação eletrônica, organizados com a utilização de ferramentas tradicionais de biblioteca como os esquemas de classificação e listas de cabeçalhos de assunto. Ferramentas bibliográficas foram muito utilizadas na organização de recursos de informação eletrônica. No entanto, muitos sistemas de recuperação e de especialistas de informação avançada com técnicas de inteligência artificial têm sido empregados na concepção de sistemas para melhorar o acesso à informação eletrônica de modo geral.

5.2.1 - Localização da informação

Sistemas de banco de dados *on-line* fizeram uso extensivo de ferramentas de controle de vocabulário como *Thesaurus*, para construir índices de assunto para coleções. A introdução de interfaces gráficas de usuário, e, mais recentemente, interfaces Web, tornou mais fácil projetar e fornecer interfaces para grandes bases de dados *on-line*.

Os variados tipos de informações podem residir em locais diferentes como os bancos de dados locais, assim como os remotos, em Intranet corporativa, na Internet, além de outras formas. Uma grande variedade de informações também pode estar disponível por meio do *site* de uma biblioteca ou arquivo. Enquanto a maioria dos recursos pode ser acessado remotamente, alguns podem estar disponíveis apenas na biblioteca ou em um arquivo digital local. Como parte das informações podem ser localizadas fora de uma organização, um quadro tem de ser construído para organizar todas essas variedades de informações (CHOWDHURY, 2004).

Tal ambiente, de gestão da informação, deve permitir aos seus usuários procurarem as informações necessárias ou terem acesso a um conjunto de recursos de informação recomendado automaticamente pelo sistema, com base nas tarefas e nas características do usuário⁴⁹. Dito de outro modo, o sistema deve ser capaz de personalizar o ambiente com base nas características do usuário, tarefas, escolhas, etc. As informações podem ser provenientes de locais como bibliotecas remotas, de forma híbrida e / ou digital, ou podem ser provenientes de intranet local, bases de dados ou a partir da Web.

Isso significa que alguma forma de metadados (assunto que será abordado a seguir), ou índice,

⁴⁹ *Such an information management environment should enable the users to search for the required information, or get access to a set of information resources recommended automatically by the system based on the user tasks and user characteristics* (CHOWDHURY, 2004, p. 9).

tem de ser construído pela organização da informação, o que permitirá que o usuário acesse as informações, não importando de onde e em qual formato esteja disponível, e em que termos e condições poderão ser acessados.

Ao organizar a informação, o sistema incorpora uma enorme quantidade de fatores personalizados e institucionalizados. Incorpora o conhecimento das tarefas executadas por cada usuário e a forma como a tarefa é realizada, em função das diferentes fontes de informação utilizadas para executar o trabalho. Além disso, incorpora o conhecimento sobre os direitos de acesso aos tipos específicos de informações por um determinado usuário. As outras opções disponíveis para o usuário de tal interface são as facilidades de navegação e de busca, que lhe permitirão pesquisar e / ou consultar uma coleção inteira. O usuário também pode fazer perguntas, se quer saber a respeito de algo, ou está demandando por uma tarefa específica, e assim por diante.

Dessa forma, na Era da Rede, como todos os outros âmbitos da vida cotidiana, a organização da informação passou por mudanças substanciais em quase todas as fases do seu processo. São mudanças que incluem não apenas os métodos e a tecnologia utilizada para criar registros de publicações, mas também nas normas que são fundamentais para o sucesso e a eficácia dessas ferramentas para a pesquisa e recuperação de informações.

Com as possibilidades ofertadas pela comunicação em rede e pela informática, os catálogos das bibliotecas não mais se restringem a instrumentos de sua própria coleção, destinado aos visitantes físicos da biblioteca. Os usuários podem ter acesso a esses catálogos em qualquer parte do mundo, apenas utilizando um computador ligado à Internet. O conceito de bases de dados de indexação não é mais restrito a apenas jornais e artigos de revistas, mas foi expandido para o espaço de informação da Web.

O cerne de um sistema de informação universal encontra-se nas normas que tornam possível a diferentes tipos de dados se comunicarem por meio de plataformas e sistemas heterogêneos. Na organização de conteúdos de informação, estes são representados por termos em linguagem natural, controlada ou em ambos os formatos. As características do objeto informacional, como livros, revistas, filmes, documentos variados, etc., serão decodificados em determinado formato para seu armazenamento e sua posterior recuperação por meio de computadores.

5.2.2 – Metadados: dados sobre dados

Como se pode notar, a organização da informação (OI) é importante para as pessoas a encontrarem e a compreenderem. É também importante para os programas de computador realizarem tarefas oferecendo conjuntos de informações, por exemplo, em sistemas especializados como os de comércio eletrônico, da área médica e aplicações da Web Semântica.

Conjuntos de metadados, também chamados de Esquemas de Metadados, são uniões de elementos de metadados projetados para uma finalidade específica, como a descrição de um tipo particular de recurso de informação. A definição ou significado dos próprios elementos é conhecida como a semântica do esquema. Os valores fornecidos aos metadados são o seu conteúdo.

Esquemas de metadados foram desenvolvidos com o fim de descreverem variados tipos textuais e não textuais, incluindo livros, documentos eletrônicos e arquivísticos, objetos de arte, materiais educativos e de formação, além de conjuntos de dados científicos (NISO, 2001). Esses esquemas geralmente especificam nomes de elementos e sua semântica. Opcionalmente, podem especificar regras de conteúdo para a forma como ele deve ser formulado, como identificar um título principal, por exemplo. Além disso, existem regras de representação de conteúdo e valores admissíveis de conteúdo: como os termos devem ser utilizados com base em um vocabulário controlado.

Diversos sistemas de organização da informação foram desenvolvidos ao longo dos séculos e continuam a ser, sem perder a sua importância no ambiente digital, pois têm sido reforçados com novas ferramentas de gestão da informação. Esses sistemas foram criados por especialistas e manipulados por profissionais: catalogadores, indexadores ou classificadores que criaram, historicamente, ordem no universo informacional.

Um banco de dados de receitas / alimentos ou o catálogo de uma loja virtual, por exemplo, organiza seus dados a partir de como os usuários farão perguntas que serão eletronicamente respondidas, de forma a suprir suas demandas pessoais. Um catálogo de biblioteca organiza dados sobre livros, que por sua vez são aqueles capazes de responder perguntas sobre esses livros, armazenando dados sobre os dados, ou os metadados, e é assim como fazem os motores de busca da Web. Metadados são armazenados e processados como qualquer outro tipo de dados. Se um montante de dados deve ser chamado de metadados, ou apenas de dados, é uma questão de perspectiva.

Metadados são informações estruturadas que descrevem, explicam, localizam ou tornam mais fácil recuperar, utilizar ou gerenciar um recurso de informação. São frequentemente chamados de dados sobre dados ou informações sobre a informação.

O termo metadados é usado de forma diferente em algumas comunidades. Ora é empregado para se referir a informação compreensível por máquinas, ora são descritos apenas como registros que descrevem recursos eletrônicos. No ambiente informacional, metadado é comumente utilizado para se referir a qualquer esquema formal de descrição de recursos, aplicando-se a qualquer tipo de objeto, digital ou não. São considerados fundamentais para garantir que os recursos sobrevivam e continuem a ser acessíveis no futuro⁵⁰.

O termo metadados, geralmente refere-se a informações lógicas em linguagem computacional sobre os objetos, como uma documentação sobre documentos e objetos. Descreve recursos, indica onde os recursos estão localizados e delinea o que é necessário com a finalidade de lê-los, decodificá-los e interpretá-los. Esquemas de metadados, como o *Dublin Core*, implicam em um grupo de códigos ou rótulos que descrevem o conteúdo de objetos digitais.

No Brasil, contamos com um modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – o e-ARQ Brasil, elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do CONARQ. Esse modelo pode ser aplicado aos setores público e privado de qualquer esfera e âmbito de atuação em diferentes tipos de documentos de arquivo. Seu objetivo é “Orientar a implantação da gestão arquivística de documentos arquivísticos digitais e não digitais”, e, ainda, “fornecer especificações técnicas e funcionais, além de metadados, para orientar a aquisição e / ou a especificação e desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos” (CONARQ, 2011, p. 12). Seu esquema de metadados foi desenvolvido entre 2007 e 2009, considerando “a existência de um importante legado de documentos em formato digital, que vem sendo tratado por especialistas de diversas áreas, entre as quais Arquivologia e Tecnologia da Informação” (CONARQ, 2011, p. 09).

A organização produtora / recebedora de documentos deve seguir a especificação de requisitos a fim de garantir confiabilidade, autenticidade e, igualmente, acessibilidade aos próprios documentos. O e-ARQ Brasil estabelece requisitos mínimos para um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). No tocante aos documentos ditos convencionais, “o sistema inclui apenas o registro das referências nos metadados, já no caso dos documentos

⁵⁰ *Metadata is key to ensuring that resources will survive and continue to be accessible into the future* (NISO, 2001, p. 1).

digitais, o sistema inclui os próprios documentos” (CONARQ, 2011, p. 12).

O *Metadata Initiative* foi um grande empreendimento da OCLC, criado para organizar a informação na Web (OCLC, 1999). Inaugurado em 1995, propôs um esquema de metadados, contendo 15 elementos de descrição de dados: título, autor, assunto, descrição, editora, contribuição, data, tipo, formato, identificador, fonte, idioma, relação, cobertura e direito autoral (**Tabela 05**). O esquema de metadados foi nomeado com o nome da cidade onde OCLC está localizada, Dublin: Dublin Core Metadata Element Set (Dublin Core, como é mais conhecido). Desde a sua criação, tornou-se parte importante da infraestrutura da Internet.

Title	Contributor	Source
Creator	Date	Language
Subject	Type	Relation
Description	Format	Coverage
Publisher	Identifier	Right

Tabela 5 - The Dublin Core (dc) for the description of document-like objects.
Adaptado de Soergel (2004).

O objetivo original do Dublin Core foi definir um conjunto de elementos que poderiam ser usados por autores para descrever os seus próprios recursos da Web. Todos os elementos Dublin Core são opcionais e repetíveis. Podem ser apresentados em qualquer ordem. Embora Dublin Core recomende o uso de valores controlados para campos em que eles são apropriados – por exemplo, vocabulários controlados para o campo Assunto –, essa ação não é mandatória.

Grupos de trabalho foram criados para discutir listas de autoridade para certos elementos, tais como tipo de recurso. Enquanto Dublin Core deixa regras de conteúdo para a aplicação particular, o DCMI (*Dublin Core Metadata Initiative*) estimula a adoção de perfis de aplicação e regras específicas de domínio para domínios específicos, tais como Educação e Governo (NISO, 2001).

Existem três tipos principais de metadados, de acordo com Niso (2001): **metadados descritivos**, que descrevem um recurso para fins de recuperação e identificação, podendo incluir elementos como título, resumo, autor e palavras-chave; **metadados estruturais**, que indicam como objetos compostos são colocados juntos, por exemplo, como as páginas são ordenadas para formar capítulos e **metadados administrativos**, que fornecem informações para ajudar a gerenciar um recurso, como quando e como este foi criado, tipo de arquivo e outras informações técnicas, e quem pode acessá-lo.

Uma razão importante para a criação de metadados descritivos é facilitar a recuperação de

informações relevantes. Além da recuperação, os metadados podem ajudar a organizar os recursos eletrônicos, facilitar a interoperabilidade e integração, fornecer identificação digital e suporte de arquivamento para preservação. Servem às mesmas funções na recuperação de recursos como uma boa catalogação faz, permitindo que os objetos sejam encontrados por critérios relevantes; identificando-os, apresentando similares; distinguindo os desiguais e fornecendo informações de localização.

Ainda, sobre os dados administrativos, dois desse tipo geralmente são listados separadamente: **metadados de gestão de direitos**, tratando dos direitos de propriedade intelectual e **metadados para preservação**, que carregam informações necessárias para arquivar e preservar um recurso. Os metadados podem descrever recursos em qualquer nível de agregação. Podem descrever um conjunto, um único recurso ou uma parte componente de um recurso maior (por exemplo, uma fotografia de um documento). Ainda, um registro de metadados pode descrever um relatório, uma edição especial do relatório ou uma cópia específica da edição do relatório.

Mas quem cria os metadados? A resposta a essa pergunta varia de acordo com a disciplina, o recurso que está sendo descrito, as ferramentas disponíveis e os resultados esperados, mas trata-se, quase sempre, de um esforço cooperativo. Metadados **estruturais** e **administrativos** geralmente são concebidos por equipes técnicas que, inicialmente, digitalizam ou criam o objeto digital. Também pode ser gerado por meio de um processo automatizado. Com relação a metadados descritivos é preferível, em algumas situações, que o autor do recurso forneça as informações. Isso é fundamental na documentação de conjuntos de dados científicos, em que o ordenador tem compreensão significativa da lógica para o conjunto de dados e os usos a que possam ser aplicados, principalmente, para os quais há pouca ou nenhuma informação textual a partir da qual um indexador poderia consultar.

No entanto, em muitos projetos percebeu-se que é mais eficiente ter indexadores ou outros profissionais de informação criando os metadados descritivos, pois os autores ou criadores dos dados não teriam tempo ou habilidades necessárias para tal atividade. Em outros casos, uma combinação de profissional da informação e pesquisador é aplicada e recomendada.

O pesquisador pode criar um “esqueleto”, completando os elementos que podem ser fornecidos mais facilmente. Em seguida, os resultados podem ser complementados ou revistos pelo especialista da informação para a consistência e conformidade com a sintaxe do esquema e diretrizes locais. Muitas ferramentas de criação de iniciativas de projetos de metadados desenvolveram técnicas, tornando-os disponíveis para os outros, às vezes gratuitamente. Ainda, um número crescente de *softwares* comerciais também se encontra disponível. Ferramentas de

metadados são geralmente desenvolvidas para suportar esquemas de metadados específicos ou conjuntos de elementos. Os *sites* para esquemas especiais, frequentemente, possuem *links* para ferramentas relacionadas.

Devido a sua simplicidade, o conjunto de elementos Dublin Core pode ser utilizado fora do âmbito profissional da organização da informação, por colecionadores e profissionais de imagens, fotografias e música, citando aqui apenas algumas poucas dentre inúmeras possibilidades.

Há centenas de projetos em todo o mundo que usam o Dublin Core para catalogar ou para coletar dados a partir da Internet. Mais de 50 destes possuem *links* no *site* da DCMI⁵¹. Os temas variam de patrimônio cultural e arte até Matemática e Física. Enquanto isso, a DCMI se expandiu além da simples manutenção do Dublin Core *Metadata Element Set* para uma organização que se autodescreve como dedicada a promover a ampla adoção de padrões de metadados interoperáveis e desenvolver vocabulários de metadados especializados para sistemas de recuperação (DCMI, 2015).

Os metadados necessários para uma gestão bem-sucedida e o uso de objetos digitais é mais extenso e diferente dos metadados utilizados para gerir coleções de materiais impressos e outros físicos. São necessários metadados estruturais para assegurar que os arquivos digitalizados separadamente, como diferentes páginas de um livro, sejam estruturadas de forma adequada. Metadados técnicos são necessários para obter informações sobre o processo de digitalização, de modo que os estudiosos podem determinar quão preciso se proporcionará representar o original na versão digital. Outros metadados técnicos são necessários para fins internos e para atualizar e migrar os dados, garantindo a durabilidade dos recursos.

Os metadados comumente são incorporados aos documentos de hipertexto na Web, que podem acomodar a indexação automática para objetos digitais e, assim, proporcionar melhor auxílio na busca por informações em rede. Vários termos têm sido usados como sinônimos para descrever os objetos digitais que um usuário visualiza por meio de variadas interfaces, por exemplo, em um navegador da Web: objeto da Web, objeto digital, hipertexto e hipermídia (QIN, 2000).

Particularidades dos esquemas em análise podem ser incorporadas em um objeto digital ou podem ser armazenadas separadamente. É muito comum – mas não uma regra – ser incorporado a documentos HTML e em cabeçalhos de arquivos de imagem (Figura 03).

⁵¹ Disponível em: <<http://dublincore.org/>>.



Type:	Image
Title:	Allied Leaders at Yalta
Date:	1945
Publisher:	United Press International (UPI)
Source:	The Bettmann Archive
Copyright:	Corbis
References:	Churchill, Roosevelt, Stalin

Figura 3 - Modelo de metadados Dublin Core de uma imagem: Crimeia conference. Fonte: Stead (2008).

A adição dos metadados junto ao objeto que descreve busca garantir que essa informação não será perdida, evita problemas de relação entre os dados e metadados e ajuda a garantir que metadados e objeto sejam atualizados conjuntamente.

Em contrapartida, é importante saber que é impossível incorporar metadados em alguns tipos de objetos, como por exemplo, artefatos. Nesses casos, o armazenamento de metadados separadamente simplifica a sua gestão, facilitando a sua busca e recuperação. Portanto, os metadados são comumente armazenados em um sistema de banco de dados e relacionados aos objetos que o descrevem.

De tal modo, metadados usados para descrever objetos visuais, como uma pintura ou uma escultura, têm suas próprias requisições especiais. A *Art Information Task Force* (IATF), desenvolveu uma estrutura conceitual para descrever e acessar informações sobre os objetos e imagens, denominado *Categories for the Descriptions of Works of Art* (CDWA). Foram definidos algo em torno de 30 categorias, a maioria com várias subcategorias. Alguns exemplos dos elementos descritivos especializados mais relevantes para obras de arte são: orientação, dimensões, condições, inscrições, tratamento de conservação e exposição / empréstimo / História⁵².

Normalmente, coleções de recursos visuais utilizadas no ensino de História da Arte e assuntos similares não contêm obras de arte originais, mas, sim, *slides* ou fotografias da arte original. Metadados para esses materiais, portanto, precisam apresentar a descrição dos vários níveis de recursos relacionados, tais como uma pintura original, um *slide* da pintura ou uma imagem digitalizada. As categorias para definir um conjunto de metadados que podem ser usadas para

⁵² *Orientation* (12), *Measurements* (6), *Condition* (14), *Inscriptions* (8), *Conservation / Treatment / History* (15), and (24) *Exhibition / Loan History* (24). Fonte: CDWA. Categories for the Descriptions of Works of Art. Disponível em <http://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/cdwa/categories.htm>. Acesso em: 29 mar. 2015.

descrever o trabalho são: pintura, fotografia, escultura, construção, etc., bem como as representações visuais (**Figura 04**).

Type.DCT1: image
Type: painting
Title: Garden of Paradise
Creator: Master of the Paradise Garden
Publisher: Staedelsches Kunstinstitut



Figura 4 - Modelo de metadados Dublin Core de um objeto: Painting Garden of Paradise. Fonte: Stead (2008).

A maioria dos esquemas de metadados inclui elementos tais como números padrão para identificar univocamente um objeto ao qual os metadados se referem. A localização de um objeto digital também pode ser administrada utilizando um nome de arquivo, URL (*Uniform Resource Locator*), ou algum identificador mais persistente, como um PURL (*Persistent URL*) ou DOI (*Digital Object Identifier*). Identificadores persistentes são preferidos porque os locais de objetos frequentemente mudam, tornando a URL inválida e, conseqüentemente, o registro de metadados. Além dos elementos que apontam para o objeto, os metadados podem ser combinados para agir como um conjunto de dados de identificação, diferenciando um objeto a partir de um outro, para fins de validação⁵³.

Apesar do recente desenvolvimento de muitos desses esquemas de metadados, a maioria já foi sujeita às mudanças trazidas pela sua aplicação em situações reais. Essas modificações são de dois tipos:

Extensão: adição de elementos de um regime já desenvolvido para apoiar a descrição de um recurso de determinado tipo de informação ou assunto específico, ou para atender às necessidades de um grupo de interesse particular.

Perfis: subconjuntos de um esquema, implementados por um grupo de interesse particular. Os perfis podem restringir o número de elementos que serão utilizados, refinar definições de elementos para descrever os tipos específicos de recursos de forma mais precisa e especificar os valores que um elemento pode tomar.

Na prática, muitos aplicativos usam as extensões e os perfis dos esquemas de metadados base.

⁵³ In addition to the actual elements that point to the object, the metadata can be combined to act as a set of identifying data, differentiating one object from another for validation purposes (NISO, 2001, p. 2).

Por exemplo, a *National Biological Information Infrastructure* (NBII) desenvolveu o *Biological Data Profile of the FGDC Content Standard* para uso com recursos de informações biológicas (FGDC, 1999). O perfil define um conjunto alargado de dados para descrever dados biológicos, tais como o nome taxonômico do organismo e sua classificação na hierarquia taxonômica. O objetivo dessa norma é fornecer um perfil definido pelo usuário ou específico do tema para aumentar sua utilidade em documentar dados e informações dos recursos biológicos. Isso inclui dados biológicos que estão geoespacialmente espalhados pela natureza, bem como os dados que não estão, ou aqueles resultantes da investigação baseada em laboratórios. Isso também inclui categorias de informação, tais como relatórios de pesquisa, notas de campo ou coleções de espécimes. Esse padrão suporta o aumento do acesso e a utilização de dados biológicos entre usuários em uma base nacional ou internacional. Ainda, ajuda a ampliar a compreensão e implementação do padrão de conteúdo de metadados FGDC para a comunidade biológica.

VRA Core apresenta categorias desenvolvidas para expandir as possibilidades do CDWA (*Categories for the Descriptions of Works of Art*). A versão 3.0 das Categorias VRA é composta por 17 elementos de metadados que podem ser utilizados para descrever cada uma dessas versões e relacioná-los uns aos outros: *record type, type, title, measurements, material, technique, creator, date, location, ID number, style / period, culture, subject, relation, description, source, and rights*. Da mesma forma que o Dublin Core, o VRA Core não especifica regras para representar o conteúdo (VRA CORE, 2015). Ambos, CDWA e VRA, enfatizam o uso de vocabulários controlados por elementos especificados. Um número de vocabulários existentes é sugerido, e comunidades são incentivadas a desenvolver vocabulários adicionais, conforme lhes seja necessário.

O *Gateway to Educational Materials* (GEM)⁵⁴, patrocinado pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos, oferece aos educadores acesso rápido e fácil a milhares de recursos educacionais sem fins lucrativos. O projeto é baseado em seu próprio esquema de metadados Dublin Core e limita os elementos que podem ser utilizados. Por exemplo, *Contributor* não é permitido, e exige que alguns elementos sejam obrigatórios. GEM também define elementos adicionais como *Audience, Grade, Quality, and Standards*, ampliando, assim, a base do Dublin Core para o uso educacional.

A interoperabilidade e a troca de metadados é ainda mais facilitada pelos chamados *Metadata Crosswalks*. Trata-se de um mapeamento de elementos – semântico e sintático –, de um esquema de metadados para outro. Permite que metadados criados por uma comunidade sejam usados por

⁵⁴ Disponível em: <<http://thegateway.org/>>.

outro grupo que empregue um padrão diferente. Alguns exemplos: CanCore para SCORM; ONIX para MARC 21; LOM para Dublin Core; GEM para MARC (OCLC, 2015).

Com a finalidade de descrever complexos objetos de bibliotecas digitais e para preencher a necessidade de uma estrutura de dados padrão, foi desenvolvido, pela *Digital Library Federation* (DLF), o *Metadata Encoding and Transmission Standard* (METS). O METS é originário de um projeto de digitalização de grandes bibliotecas de pesquisa (*Making of America II, project*)⁵⁵ que buscou abordar questões de metadados, em parte, fornecendo um formato de codificação para metadados textuais e obras com base em imagens (BERKELEY, 2001).

Um documento METS, como descrito por Niso (2001), contém sete seções principais: **1) METS Header**: metadados que descrevem o próprio documento METS, incluindo informações do tipo criador, editor, etc.; **2) Descriptive Metadata**: metadados descritivos externos ao documento METS, como um registro MARC num OPAC ou uma *Encoded Archival Description* ajudando a encontrar informação mantida em um servidor Web ou para metadados descritivos incorporados, ou ambos; **3) Administrative Metadata**: fornece informações sobre como os arquivos são criados e armazenados, direitos de propriedade intelectual, sobre o objeto original a partir do qual o objeto digital deriva, e a origem dos arquivos que compõem o objeto do acervo digital; **4) File Section**: lista os arquivos que contenham conteúdo que compõe as versões eletrônicas do objeto digital; **5) Structural Map**: descreve uma estrutura hierárquica para o objeto digital e liga os elementos dessa estrutura a arquivos de conteúdo e metadados que pertencem a cada elemento; **6) Structural Links**: permite aos criadores METS gravar os nós na hierarquia esboçada no *Structural Map*, e **7) Behavior**: associa comportamentos executáveis com conteúdo de objetos METS.

Os principais fatores que favorecem a utilização dos perfis e extensões são a flexibilidade, facilidade de atualização, customização e interoperabilidade, agregando informações de outros padrões internacionalmente conhecidos. Alguns exemplos de perfis previamente definidos são o Educacional, que define um conjunto mínimo de metadados necessários para suportar aplicações educacionais básicas e o perfil da área da saúde, que define o conjunto mínimo de metadados necessários para suas aplicações.

Post-Publishing Representation é um método em que um tipo especial de programa de computador gera metadados de objetos digitais já publicados. Esses programas são conhecidos como *spiders*, *knowbots* ou *automatic robots*, *webcrawlers*, *wanderers*, etc. Usando esses

⁵⁵ A Universidade da Califórnia, pela biblioteca de Berkeley, produz uma variedade de ferramentas para apoiar a captura de metadados administrativos e estruturais durante a criação de materiais de arquivo digitalizados, a transmissão de metadados administrativos e estruturais desses materiais e a exibição de materiais digitalizados.

programas, os metadados são extraídos dos objetos que foram disponibilizados na Internet. Muitos dos motores de busca da Web, por exemplo, Excite, Lycos, AltaVista, Google empregam o método *Post-Publishing Representation* para coletar metadados e construir suas bases para fins de recuperar informações em rede. Esse processo, totalmente automatizado de geração de metadados seria, como aponta Qin (2000, p. 84) "uma faca de dois gumes" (*a mixed blessing*), pois requer pouca ou nenhuma intervenção humana, mas o método utilizado para extrair metadados é muito simples e longe de ser eficaz na recuperação dos recursos.

Lynch (1997) indica que a indexação automática é menos do que ideal para recuperar um corpo crescente de informações na Web. Há uma incapacidade de identificar características de um documento, como o seu tema geral ou o seu gênero, faltaria padrões e uma adequada representação por imagens. Mesmo assim, segundo o autor, a *Post-Publishing Representation* teria seus méritos.

A vantagem mais atraente é que, provavelmente, a atualização de uma base de metadados pode ser realizada automaticamente e tão frequentemente quanto se necessite, o que permite que os motores de busca criem metadados dinâmicos em resposta às consultas. Uma vez que esses motores geralmente não recuperam o conteúdo de metadados, os resultados são criados em tempo real para responder à consulta dos usuários. Outra vantagem do processo de indexação automática está nos custos do trabalho, tendendo a serem bastante reduzidos, porque pouca ou nenhuma intervenção humana está envolvida nesse processo de coleta de metadados.

5.2.3 – Qual o interesse desta pesquisa por metadados?

Cabe ressaltar que o que mais interessa aos objetivos da presente pesquisa é, além dos perfis supracitados, a possibilidade de criação de outros, inclusive com metadados que não estejam presentes em padrões prévios. Essa inclusão é realizada por meio do mecanismo de extensão e a criação de um perfil que possibilita sua utilização na área desejada.

É possível adicionar informações a um perfil por meio do mecanismo de extensão, sendo importante que o desenvolvedor do perfil seja conhecedor dos metadados, partindo de uma análise prévia do padrão que servirá de base para a criação do perfil dos metadados e dos padrões que serão relacionados, com modificações nos metadados e possíveis alterações de permissões, conforme necessidade de cada área. Diante dessas possibilidades, nosso interesse pelos metadados está amplamente discutido e fundamentado no subcapítulo 9.2, página 256.

5.2.4 – Organização da Informação colaborativa: *Folksonomia*

Um dos pontos de partida desta pesquisa foi o desenvolvimento da preocupação sobre novos arranjos documentais que surgem dia a dia. Cada vez mais, contamos com grupos que operam na disponibilização e organização documental virtual com métodos e escolhas variadas. Interessou-nos saber em que medida os princípios básicos da organização documental e arquivística permanecem, independentemente da forma de disponibilização de um corpo documental, a partir das novas e diversas formas de organização documental oferecidas pelo meio virtual.

Passamos a contar, muito recentemente, com projetos colaborativos e informais de descrição de acervos, proporcionados pelas potencialidades do meio virtual, elaborados pelos próprios usuários. Um desses projetos é o *Citizen Archivist Program*⁵⁶. Fruto de uma colaboração voluntária virtual, o projeto declara ter o objetivo de ampliar o acesso *on-line* aos registros históricos dos arquivos nacionais estadunidenses. Os metadados descritivos dos objetos disponibilizados no *site* do projeto podem ser incrementados pela adição de informações e comentários, pelos usuários. Por meio de acesso cadastrado, o usuário / colaborador pode escolher um tópico que lhe interesse, o que lhe dará direito aos registros do catálogo, podendo etiquetar as imagens digitais. O projeto considera que essas contribuições ajudam a tornar os registros dos arquivos nacionais mais visíveis.

The image shows the Citizen Archivist Dashboard on the National Archives website. At the top, there is the National Archives logo and a search bar. Below the logo, there are navigation tabs for 'RESEARCH OUR RECORDS', 'VETERANS' SERVICE RECORDS', 'EDUCATOR RESOURCES', 'VISIT US', and 'AMERICA'S FOUNDING DOCUMENTS'. The main heading is 'Citizen Archivist Dashboard'. Below this, there is a 'Citizen Archivist Missions' section with a 'Contribute!' banner. Three mission cards are visible: 'Manumission Records', 'Marine Corps Activities in Vietnam', and 'Amnesty Papers'. Each card includes a brief description of the mission and the type of records involved.

Figura 5 - Citizen Archivist program.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.archives.gov/citizen-archivist>>.

Inferimos que recursos como esse se tornaram possíveis não apenas em função dos avanços tecnológicos, mas, sim, devido à construção de uma cultura de colaboração que caracteriza algumas formas de sociabilidade desenvolvidas junto às tecnologias da informação e da comunicação. Trata-se de novas maneiras de produzir e disseminar informações formais ou informais. Anterior a esse momento, dentro do século XX, os recursos para veiculação de informações restringiam-se, basicamente, aos meios de comunicação em massa como o rádio, a TV e os impressos. Por sua vez, esses foram recursos que estiveram disponíveis a um limitado número de pessoas com acesso privilegiado às suas complexas estruturas técnicas de produção, para aquele momento histórico. Atualmente, perdendo tal complexidade devido à facilitação do acesso e uso propiciados pelo advento da Internet, a produção e divulgação de áudio, vídeo e textos passou a exigir conhecimentos e, principalmente, estruturas tecnológicas mais elementares.

As bases de dados especializados e seus precedentes, os índices e os resumos, desempenham, historicamente, um papel de extrema importância no processo de divulgação, organização e recuperação da informação. A representação das partes e dos conteúdos dos objetos informacionais permite, em meio a uma imensa gama de conteúdos e tipos de informações, identificar mídias sobre assuntos do seu interesse. Anterior a esses mecanismos, dependia-se de um serviço especializado para coletar, tratar e disseminar dados para uma comunidade ou necessidades específicas. Atualmente, conta-se com um grande número de usuários da informação que realiza essas mesmas tarefas de modo colaborativo, alimentando bancos de dados disponíveis virtualmente, que, segundo preconiza Strehl (2011), tão melhores ficam quanto mais pessoas os utiliza.

O nível de estrutura, ordem e hierarquia dos conteúdos nos *sites* pela Web afetará o grau de facilidade ou dificuldade com que o usuário atenda suas necessidades de informação. As transformações tecnológicas modificaram não apenas o modo como os objetos são organizados por meio dos sites Web, avaliando e organizando as informações disponíveis na Internet em bibliotecas virtuais, mas também como são descritos.

O advento da Internet forçou novos padrões de organização da informação eletrônica, no qual os documentos eletrônicos são vinculados e arranjados em uma ordem espacial, diferente do tradicional arranjo hierárquico. A informação eletrônica, mais especificamente a mantida pela Internet, modelou a formação de bibliotecas híbridas nas quais fontes eletrônicas de informação coexistem com fontes impressas, gerando um melhor centro de informação. Essa informação pode ser disseminada por meio da aquisição, organização e processamento de fontes impressas, mas também via outras mídias de comunicação.

A implementação de tecnologias da Web 2.0 resultou na transformação do ambiente de informação, especialmente em bibliotecas. O aparecimento de catálogos de nova geração em bibliotecas é uma das inovações mais importantes, pois substituíram os catálogos clássicos, uma vez que são reforçados com recursos significativos, tais como marcação social e anotações. Essas aplicações são usadas pelos usuários para efeitos de gestão do seu espaço de informações pessoais. Na verdade, são operadas como uma maneira de inserir metadados, constituindo-se em uma personalização. A razão pela qual foram desenvolvidos e expandidos tem mais a ver com a influência dos paradigmas dominantes da Web Social nessas bibliotecas.

Para Strehl (2011), essa colaboração social, trata-se de um recurso que ultrapassaria os limites da comunicação formal do conhecimento pelos próprios autores, alcançando, assim, um estágio anterior, informal, pela reelaboração de ideias pelos próprios leitores. São informações conectadas na Web por meio de *links*. No contexto da Web 2.0, surgiram novas maneiras de se representar, organizar e recuperar informações, com base no hipertexto⁵⁷, flexibilizando antigas formas de taxonomia, por meio de ideais de cooperação derivadas da noção de Web 2.0, como é o caso da *Folksonomia*.

Assim, *Folksonomias*⁵⁸, termo criado por Thomas Vander Wal, é uma analogia à taxonomia, mas inclui o prefixo *folks*, palavra da língua inglesa que significa pessoas. *Folksonomia* compreende a organização e representação da informação de modo colaborativo, democrático e social na Internet por meio da etiquetagem (do inglês, *tagging*). Vander Wal (2005) define etiquetagem como uma maneira não hierárquica de organização informacional. A informação é localizada por meio de correlações associativas e inferências. Para o autor, as hierarquias formam uma maneira eficiente de organizar a informação antes do surgimento da computação.

Etiquetagem é uma forma de indexação, em que as próprias pessoas, no caso os usuários da informação, classificam documentos e objetos informacionais. Um princípio no qual a colaboração dos usuários e seu vocabulário próprio fornece apoio útil para o tema da descrição documental. A ampla difusão da mídia social tem limitado a exclusividade do modelo tradicional, uma vez que a aparência e o uso de *folksonomias* permite aos usuários contribuir

⁵⁷ Nossa definição de hipertexto surge de um corolário das considerações de vários autores (LANDOW, 1992; LÉVY, 2003; LEÃO, 2005; NEGROPONTE & TELLAROLI, 1995). Pode ser definido como uma nova concepção de leitura e escrita popularizada pelo advento da Internet. Trata-se de uma prática que depende de um suporte dinâmico, como o computador e suas funcionalidades relativas à Internet e às ferramentas que estabelecem relação direta com a leitura e a construção textual virtual. Surge uma nova forma prática de leitura, diferenciando-se do formato linear tradicional do texto em suporte papel. Podemos considerá-lo como um processo de escrita e leitura não linear e sem hierarquias, que permite o acesso a outros textos de forma instantânea, sem a necessidade de se seguir sequências definidas. O leitor tem autonomia para elaborar o seu percurso de leitura.

⁵⁸ O termo *folksonomia* é a junção da palavra inglesa *folks*, que se refere a pessoas, e taxonomia, que é a ciência de classificar, formando, literalmente, algo como “classificação do povo”.

para o processo de recuperação sem o envolvimento da interpretação dos profissionais.

Como se pode notar, o termo *folksonomia* deriva de taxonomia. Os sistemas formais de representação, organização e recuperação de informações funcionam por meio da taxonomia, organizando as informações em classes e subclasses de um vocabulário. Entre outras características, esse procedimento pode limitar a pesquisa pelo usuário, na medida em que o resultado de suas buscas seja definido em função de uma determinada listagem de termos relacionados com um determinado assunto. Caso, no momento da busca, o usuário não utilize alguma palavra da listagem criada para tal assunto, sua busca não lhe trará resultados férteis. A taxonomia utiliza listagens construídas por pessoal especializado em organizar informações e não pelo próprio corpo de profissionais de cada área. Dessa forma, muitas vezes, algum termo de grande importância, dentro de um campo do saber, pode ficar excluído da listagem de um vocabulário “controlado” (DREYFUS, 2001).

Diferentemente das taxonomias, as *folksonomias* são sistemas de classificação distribuídos e criados por usuários individuais (GUY & TONKIN, 2006). A etiquetagem e a *folksonomia* destacam-se de formas mais ou menos intensas, dependendo do *site* e do objeto informacional (ver Figura 06), o que é justificado pelo objetivo de cada serviço virtual que emprega tal recurso.

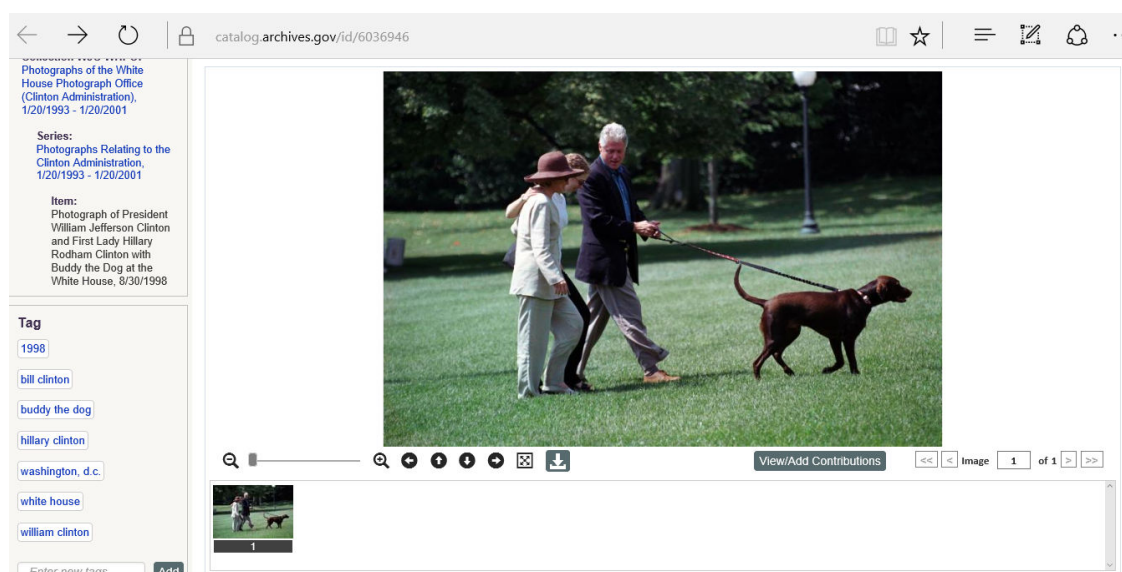


Figura 6 - Exemplo de etiquetas em acervos arquivísticos.
The National Archives and Records Administration (NARA)

Morrison (2008) considera que, em uma definição bem estrita, *folksonomia* deve incluir apenas os marcadores e excluir qualquer sistema que apresente títulos e descrições documentais, sistemas de classificação e recomendação. Para esse autor, uma determinada *folksonomia* pode assemelhar-se a uma rede de conexões sociais entre usuários, mas outra pode ignorá-la. A

definição preferida de Morrison inclui aspectos como a coleção de termos constituída por contribuições de usuários; dos usuários participarem da classificação e da avaliação, além de a adição, classificação ou a avaliação dos itens ser realizada por intermédio de uma rede social virtual.

No entanto, uma divergência significativa existe porque, no sistema baseado em *folksonomias*, não temos uma única diretriz orientando a representação dos objetos informacionais. Essa é uma tarefa distribuída entre os inúmeros usuários de um serviço, oriunda de uma política global de indexação. Pois, nas *folksonomias*, a atribuição de marcadores está relacionada com a identificação da significação particular dos objetos para cada um dos usuários do sistema e, geralmente, não sendo representativas dos conceitos ali abordados.

Mesmo havendo semelhanças com os sistemas que utilizam uma linguagem natural (LARA, 2009), autorizando a existência de formas variadas de representação para um único conceito, os recursos devem ser diferenciados por sua natureza. Seus marcadores não são resultado apenas de uma diversidade de formas de expressão permitidas pela linguagem. Provêm, também, de uma imensidão de significados que podem ser atribuídos a um mesmo documento por diferentes indivíduos provenientes de inúmeros contextos.

Para Yeo (2016), em um mundo de recursos humanos cada vez mais restritos, dispendo de orçamentos reduzidos e frente a gargalos de processamento cada vez maiores, soluções gerais com base na contribuição coletiva, em especial relação aos antigos acervos de papel, podem vir a ser um meio termo necessário e inevitável. Mas, alerta claramente esse autor, tratar-se exatamente disto: “um meio termo” (YEO, 2016, p. 160).

Assim, quando os próprios usuários utilizam ferramentas cooperativas, organizando a informação de forma que possam recuperá-la por meio de uma busca apoiada por conexões e significados, constata-se uma eventual mudança nos padrões organizacionais dos dados na Web (SANTOS, 2013). Diante desse contexto, Dreyfus (2001) critica a forma como as informações são dispostas na Web, entendendo que, se não houver um cuidado em limitar o que deve ser etiquetado com o quê, as atribuições podem se proliferar desordenadamente, não existindo hierarquias, e tudo seria ligado a tudo no mesmo nível.

Uma característica essencial da *folksonomia* é a sua constituição a partir do linguajar natural da comunidade que a utiliza. Enquanto na taxonomia clássica primeiro se definem as categorias do índice e depois acomoda-se as informações em apenas um deles, a *folksonomia* permite aos usuários da informação classificar com uma ou mais palavras-chave, nesse caso denominadas *tags* (em português, marcadores). Por meio dessas *tags*, o usuário poderá recuperar as

informações e compartilhá-las. Poderá, ainda, visualizar as de outros usuários, assim como identificar o grau de popularidade de cada *tag* no sistema, acessando a informação relacionada.



Figura 7 - Exemplo de Taxonomia em contraste a Folksonomia. Etiquetas/etiquetagem (tags/tagging) atribuídas pelos próprios usuários.

O uso da *folksonomia* traz diversas vantagens em comparação à taxonomia, mesmo que por sua natureza acabe-se descentralizando o controle sobre um *site*. No caso de *sites* de produção colaborativa de intenso volume de publicações, seria inviável que cada conteúdo fosse classificado por especialistas. Manter um *site* assim organizado é inexecutável financeiramente devido à grande quantidade de tempo e pessoal necessário para a atividade. Apesar de ser um serviço não especializado, a *folksonomia* encontra seu propósito na criação de redes e comunidades: os usuários de um determinado *site* em que é aplicada praticam sua curadoria. Para Wichowski (2009), parafraseando Peter Morville (2005), é possível uma indexação social da informação integrada a outros métodos de organização da informação, avaliando que a informação, mesmo em unidades singulares e enquanto fenômeno, está sujeita aos mesmos princípios que enfrentam quaisquer outras coisas no mundo, como se adaptar ao ambiente em transformação ou desaparecer.

A Web 2.0, com suas possibilidades colaborativas, propicia um redimensionamento permanente, por meio de uma construção coletiva, da sua rede hipertextual. As informações ganham novas formas de serem organizadas em função da *folksonomia*, por meio da etiquetagem, constituindo-

se em *links* de um amplo hipertexto, uma tecnologia que permite gerar tais ligações ao mesmo tempo em que se constituirá em um produto resultante dessas ligações. Além de concretizar objetivos como os de organização da informação, podem suscitar novas maneiras de organizar e recuperar dados pelos próprios usuários de forma coletiva e semântica, algo em estreito acordo com os princípios originários da coletividade do hipertexto, permitindo a busca pelas informações por meio de significados.

A relação hipertexto na Web 2.0 e as *folksonomias* permitem ao usuário a utilização de mecanismos mais flexíveis do que as taxonomias, por meio do uso de um “vocabulário descontrolado”. Esse vocabulário amplo se relaciona muito bem com os formatos hipertextuais, pois, além de uma organização semântica das informações, permite, também, uma organização coletiva e colaborativa da / na Web, seja ela intencional ou não.

Mas, existem pontos negativos no processo de *folksonomia*. O estilo de classificação da *folksonomia* apresenta alguns problemas em função da forma como surge, totalmente informal, o que faz com que algumas situações previstas pelos sistemas de classificação tradicionais apareçam.

Como alguns exemplos podemos citar o uso de **plurais**. Uma vez que o sistema de recuperação de informações não possui a funcionalidade de diferenciar ou tratar as palavras no singular e no plural, ele as considerará como classificações distintas. Assim, ao se buscar algum termo utilizando apenas uma das formas possíveis, o usuário não conseguirá recuperar as opções de conteúdo existentes para o termo na base correspondente ao assunto pesquisado. Também pode ocorrer a **polissemia**, ou seja, quando uma palavra assume significados diferentes em função do contexto em que é aplicada. Um exemplo é o uso da palavra banco, passível de assumir o sentido de objeto ou de uma instituição financeira. Temos também a ocorrência de **sinonímia**, que compreende a utilização de diferentes palavras, contudo, que assumem significados idênticos na representação de determinado conteúdo. Isso faz com que, ao se realizar uma busca utilizando apenas um termo idealizado pelo usuário, o sistema não recuperará todos os itens relacionados ao assunto. Um exemplo é o uso das palavras casa e residência, que se coexistirem dentro de um determinado assunto, em uma busca empregando apenas uma delas o sistema recuperará parte do conteúdo possível em relação ao assunto pesquisado. Dessa liberdade também provém, em muitos casos, os **erros de grafia**, em que a indexação de conteúdo com palavras grafadas erroneamente é grande por não se enquadrar em nenhum controle, como o utilizado por uma indexação especializada. Ainda, como a *folksonomia* é uma classificação livre, não impondo regras para a escolha dos termos a serem empregados, o usuário pode fazer uso de palavras que atribuam sentido a um objeto apenas para ele próprio.

5.3 - Revolução digital: impactos na organização informacional

Nessa seção do presente trabalho de pesquisa apresentaremos as considerações sobre os impactos da atual expansão na circulação de informações e seus impactos na organização informacional, discutindo este tema, a partir das palavras de arquivistas, documentalistas e historiadores do Brasil e da Espanha.

5.3.1 – Depoimentos de Arquivistas e Documentalistas

Com a revolução digital, passamos a contar com uma circulação de informações muito maior do que havia há 20 ou 30 anos atrás. Isso nos colocou à disposição um *corpus* de dados e informações sem precedentes na História. Buscamos captar, com os profissionais da informação entrevistados, sua opinião a esse respeito, na perspectiva da prática da organização documental. O saldo dessa consulta foi a percepção de 100% dos entrevistados brasileiros, relatando a geração de novas preocupações provenientes do fato (ver Tabela 06). Apenas um dos entrevistados brasileiros relatou, mesmo que timidamente, algumas considerações a respeito de ganhos diante dessa grande circulação de informações. No caso dos profissionais espanhóis, temos um quadro diferente. Seis dos sete entrevistados declarou o entendimento sobre benefícios a esse respeito, sendo que dois desses mesmos sete relataram haver também preocupações (ver Tabela 07).

Professores / Arquivistas Brasil		
Tema: Circulação de INFORMAÇÕES muito maior		
É benéfico		1/7
Gera preocupações		7/7

Tabela 6 – Professores / Arquivistas Brasil

Professores / pesquisadores Documentalistas Espanha		
Tema: Circulação de INFORMAÇÕES muito maior		
É benéfico		6/7
Gera preocupações		2/7

Tabela 7 - Professores / pesquisadores Documentalistas Espanha

Constatamos, do montante das 14 entrevistas, o surgimento de preocupações ligadas à importância de se pensar em associar o gerenciamento das informações às funções arquivísticas, consequências negativas de se trabalhar a informação sem reflexão prévia, complexidade maior na organização de grandes volumes de informação ao definir o que é significativo ou não, além

do como sistematizar as informações para oferecer ao usuário. Ainda, apontamento sobre uma inerente necessidade de formação da população para lidar com informações, diante da ampliação de uma democratização do acesso.

O entrevistado AB01 iniciou a sua resposta declarando entender que essa ampliação da circulação de informações resolve alguns problemas e causa outros: “a circulação de informações é fantástica. Uma instituição que tinha 60 consulentes por mês viu a consulta aos seus acervos ser ampliada consideravelmente, é fantástico!”. Mas, para esse profissional, é importante considerar a associação dessa ampliação com as funções arquivísticas. Esse fato tornaria tudo muito mais complexo, frequentemente o atendimento a essa demanda é muito fundamentado no conceito de agilidade: “por exemplo, diante da preocupação com a organicidade do acervo, para atender uma demanda de agilidade, acabamos fornecendo datas, nomes, e isso não é o que a gente queria” (AB01). O entrevistado realça que a teoria arquivística está estabelecida em definir relações de organicidade e lamenta constatar que “cada vez mais estamos perdendo isso e algo que não estamos nos preocupando é com isso [a organicidade diante do excesso de informação]”.

AB02 acredita que “essa mística de que a informação resolve tudo é questionável, porque informação sem reflexão não resolve”. Esse entrevistado entende que a organização de “uma avalanche de informação” é um complicador. Essa informação necessitará ser organizada para ser adequadamente recuperada, o que se trata de um elemento crítico diante do excesso de informação. Lidar com esse montante de informação requer maior atenção do campo, por parte de quem define o que é significativo ou não. Para o entrevistado DE02, há desvantagem ou um inconveniente, por visualizar um panorama que mostra essa informação não tratada e organizada: “isso faz com que qualquer pessoa se sinta apta a lidar com estas informações, o que na verdade exige qualificação”.

Em relação à qualificação para lidar com essa ampla circulação de informações, DE02 relatou se sentir diante de um dilema, pois “isso me traz um sentimento contraditório, porque é certo que contamos hoje com mais informação e, sobretudo, mais pessoas podem ter acesso à informação, o que durante um bom tempo esteve nas mãos de uns poucos”. Assim, esse entrevistado vê problema quanto ao controle dessa informação e, especialmente, na sua organização. DE02 disse acreditar que é necessário haver melhor formação em informação:

Não apenas nas escolas de Biblioteconomia, documentação e informação, mas para mim, deveria ser um trabalho levado das crianças aos mais velhos. Não sei de que maneira, mas creio que é necessário que haja formação da população em

lidar com informação. Sobretudo para ter critérios e saber como lidar com o conhecimento, o que é mais conveniente e benéfico (DE02).

Deve-se ter em mente que esse aumento significativo adentra o âmbito ideológico e o político. Importante observar que o significado, constantemente, está em outro patamar que não na informação, propriamente. A significação decorre de quem define o que é importante manter, dar acesso, agrupar, descartar. Isso exige das pessoas parâmetros críticos explícitos para quem vai analisar as informações, mas também em relação aos acervos documentais. No processo informativo, a mediação entre aquele que informa e aquele que recebe a informação só é possível e benéfico se estamos no mesmo campo de compreensão.

“Quanto mais informação aparece mais se precisará de organização”, é o que disse AB03. Se toda essa informação não estiver organizada, todos irão encontrar o mesmo tipo, que até poderá ser útil para uns, mas não para outros. O entrevistado forneceu o exemplo do seu computador pessoal, no qual pode ocorrer a duplicação de documentos e a dificuldade de encontrá-los posteriormente e até de sincronizar as versões: “se no seu computador pessoal é assim, imagina nas empresas e organizações. Assim, uma maior quantidade de informações disponíveis exigirá uma maior atenção em sua organização”.

Com o advento da Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011, a pressão aumentou. Os serviços arquivísticos, não apenas nos arquivos públicos, foram demandados a prestar informações aos cidadãos com agilidade sobre os acervos que estão em fase corrente e intermediária. Com essa definição, AB04 disse acreditar que tenha sido a situação mais impactante. A sistematização de informações se tornou um problema grave para esse serviço ao se ter que dar conta da organização e ainda sistematizar as informações para oferecer ao usuário. Para esse entrevistado, “o ideal teria sido se nós, arquivistas, tivéssemos participado mais desse debate da Lei de Acesso à Informação”.

Ao contrário do que o senso comum poderia entender, essa maior quantidade de informações disponíveis “não significa que vamos produzir mais conhecimento. Pois, a capacidade humana de produção de conhecimento passa por um limite”, é o que afirmou AB05. Quanto a essa afirmação, podemos citar um exemplo: há centenas de milhares de artigos sobre física quântica, de livre acesso e disponíveis na Internet. O contato com essas “informações”, contudo, não gera, necessariamente, conhecimento por parte do não especialista nessa área. Notamos que, pelo fato de se ter recebido um corpo documental maior – comparando aqui o momento presente com o anterior à existência da tecnologia digital –, não haverá alteração nos métodos de análise dessa

mesma documentação, independentemente da maior quantidade. Podemos concordar que haja um ganho com uma maior facilidade de se chegar até as informações, mas essa maior quantidade não é determinante de uma produção maior de conhecimento. Nesse sentido, o excesso de informação circulante pode acarretar a perda do foco analítico, direção e sentido para a pesquisa. Corre-se o risco de afogamento do sentido, em meio a esse “mar” de informações.

Concepção similar à supracitada por AB05, declarou ter o entrevistado espanhol DE02, mais especificamente em relação ao foco analítico: “sinceramente, sinto-me nervoso ou angustiado com tanta informação disponível. Penso que, provavelmente, há algo que me interessa muito e que não conheço e se perde no meio dessa quantidade tão grande [de informação]”.

AB06 foi o entrevistado brasileiro que disse considerar benéfico contar com a possibilidade dessa ampliação na circulação de informações, mas imediatamente ponderou que é positivo “a partir do momento que você tem disponíveis as informações”. Esse entrevistado considerou que os profissionais da informação não estariam preparados para lidar com essa quantidade crescente de informações: “você começa a perceber que a análise acaba ficando superficial”. AB06 justificou que, em parte, isso acontece ao se dar mais ênfase na quantidade do que na qualidade da análise. Metodologicamente, quando você começa a ver quantidades muito grandes de dados, estes acabam se repetindo, e por isso, AB06, considera serem importantes as amostras estatísticas. De maneira similar ao que entende AB06, para DE04, devemos “atestar o documento que realmente tem um conteúdo e desconsiderar documentos que sejam cópias de cópias de cópias, buscando sempre pela fonte primária e original”.

Também como AB06, DE03 não acredita que essa ampliação de informações em circulação seja um problema para a organização das informações. Referindo-se ao processo de digitalização dos documentos de arquivo, ponderou que “se deve digitalizá-los bem, descrevê-los bem; depois disso, sua organização não será um problema”. O problemático seria realizar uma boa descrição, que seja uma forma de descrição organizada e que possa proporcionar boas interoperabilidade e recuperação dessas informações: “os aplicativos informáticos nos ajudam a realizar grandes trabalhos em um tempo bem reduzido, o que necessitaria de várias pessoas para que se fizesse algo similar”.

AB07 concorda que o excesso de informações em circulação é prejudicial à prática dos arquivistas. E é mediante esse fator que falou da importância da “gestão de documentos. Saber se determinado conjunto ou unidades têm relevância para serem preservados”. Frente a esse dilema, o entrevistado considera que “precisamos ir para um outro caminho a respeito daquilo que vamos começar a produzir. Noto que produzimos documentos demais, sem necessidade, burocratizando

as coisas”. O papel do arquivista deve ser mais intensificado para “orientar, no sentido de registrar de fato aquilo que merece ser registrado e oficializar aquilo que realmente merece ser oficializado”. A proposta de AB07, nesses termos, é que se deveria refletir a respeito da produção de documentos – uma das funções, diga-se de passagem, fundamentais da gestão de documentos, junto à classificação e avaliação –, pois envolvem-se muitos recursos, produzindo muitos documentos. Muitas vezes a informação está fragmentada, e poderia ser repensada a sua forma de registro, no sentido de compreendê-la melhor antes de efetuar a sua guarda.

Diante desse quadro, uma função importante para o arquivista seria a de orientar o que de fato precisa ser registrado para não haver geração desnecessária de documentação. Pois, a informática parece suscitar a produção excessiva de documentos por passar a sensação de que seja simples gerar documentos eletrônicos, por estes estarem agrupados dentro de uma máquina, gerando a falsa impressão de não ocuparem espaço. Dessa forma, por contar com essa presumida facilidade, duplicam-se várias vezes determinados documentos gerando informação excessiva para ser gerenciada.

A respeito de entender como problemas ou não, tivemos alguns pesquisadores que fundamentaram a questão com as possibilidades tecnológicas. Por exemplo, DE01 acredita que houve um aumento muito importante de informações disponíveis, mas também temos ferramentas muito mais potentes para a recuperação dessas informações: “também, acredito que a nossa capacidade de processamento e lidar com essa maior quantidade de informações cresce muito rápido”. Assim, as soluções que estão sendo desenvolvidas para resolver ou amenizar os problemas estariam obtendo grandes êxitos: “digamos que na batalha entre a profusão de informações disponíveis e as ferramentas para tratá-las, creio que as ferramentas estão ganhando” (DE01). No entanto, para DE07, “uma automação malfeita pode causar problemas significativos”. Por exemplo, uma má escolha de *software*, sem estudos anteriores sobre as demandas e especificações, ou não ter um plano de ação para lidar com os diferentes elementos dos quais o arquivo é composto, parece-lhe que “poderia ser um perigo”.

Já DE05 e DE06, alertaram para questões distintas com relação aos entrevistados anteriores. DE05, quanto à pergunta sobre os impactos do relativo excesso de informação circulante atual, considerou como positiva a ampliação de circulação: “não considero ser um problema. O que o pesquisador tem de ter em conta são critérios para trabalhar com as fontes que encontramos pela Internet, se são sérias e são válidas. Assim, problema não vejo”. Adiante, em sua resposta, complementou: “sempre houve a existência das fontes tradicionais e ser necessário apresentar crítica sobre elas. Então, acredito que temos de manter o mesmo rigor crítico. As vantagens na difusão e acesso hoje em dia são imensas”.

Acreditando que há mais vantagens do que desvantagens, DE06 chamou a atenção para um “abastecimento ou suprimento” de informações sem reflexão, sem contextualização e sem análise prévia, fornecido por parte de quem não teria autoridade para tal:

É melhor ter muita informação, até porque este excesso de informação nós já temos há muito tempo. Acontece é que o problema não está tanto na quantidade, está na perda da autoridade na capacidade de interpretar tal documentação, como é o caso de uma radiografia, a qual quem tem capacidade de interpretar corretamente é um médico, por exemplo. Me incluo nessa questão também, pois com a quantidade de informações e o acesso que temos hoje em dia, qualquer pessoa se sente apta a lidar com essa documentação e analisá-la, o que é muito diferente dos historiadores e documentalistas que analisam documentações ou informações à luz de um contexto e de um fundamento. Uma seleção de informações e documentação feita por uma pessoa que tem autoridade diante do assunto não é a mesma coisa que as pessoas terem contato com todo tipo de informação, mas não terem preparo para analisá-la corretamente. Entendo que este excesso de informação circulante nos leva a perder neste sentido, e isso é muito difícil de recuperar (DE05).

5.3.2 – Depoimentos dos Historiadores

Buscamos captar, com historiadores brasileiros e espanhóis, suas opiniões a respeito do tema da amplitude maior de acesso e circulação informacional, na perspectiva da pesquisa historiográfica. O saldo dessa consulta foi a percepção de que uma parte dos entrevistados relatou a geração de novas preocupações provenientes do fato; por outro lado, a outra parte não percebe mudanças significativas na ampliação do acesso e circulação de informações, em relação ao método de análise (ver Tabela 08).

Professores historiadores Brasil e Espanha		
Tema: Circulação de INFORMAÇÕES muito maior		
Não altera		6/11
Altera		5/11

Tabela 8 - Professores historiadores Brasil e Espanha

Constatamos o surgimento de preocupações ligadas a considerar que o centro da análise não seria condicionado pelo que é analisado. O cuidado com a metodologia, hoje, diante de um corpo documental maior, pela maior facilidade e possibilidades de acesso, intensificou-se. Surgiu uma pressão maior para os historiadores se cercarem de tipos documentais mais variados. Assim, do ponto de vista da pesquisa histórica, a ampliação de acesso a informações não mudaria a metodologia de pesquisa. Na importância desse trabalho historiográfico a ampliação da quantidade de informações disponíveis seria um elemento que colabora, mas não determina a

qualidade. A apreensão maior está com o trabalho metodológico mais intenso que passou a ser exigido.

O entrevistado HB01 não vê a grande questão da historiografia situada no *corpus* documental: “continuo vendo a grande questão da historiografia no diálogo que o conceito deve estabelecer com a evidência”. Para esse entrevistado, o conceito é o historiador e o centro da análise não é condicionado pelo que é visto e analisado. A metodologia seria, necessariamente, o produto das demandas, dos incômodos, das possibilidades que um acervo, maior ou menor, dispõe, e não no sentido de que um acervo maior colocaria maiores possibilidades do que um acervo menor – o qual poderá apresentar infinitas possibilidades mais, em comparação ao que um acervo muito grande oferecerá.

HB02 considerou difícil avaliar: “quando você tinha um acesso razoavelmente menor aos documentos, a grande diferença residia em posturas teórico-metodológicas”. Hoje, diante de um corpo documental maior, pela maior facilidade e possibilidades de acesso, há uma pressão para os historiadores se cercarem de tipos documentais mais variados. HB02 diz que “não é recomendado um limite, mas se recomenda um cruzamento maior de fontes, o que exigiria uma postura teórico-metodológica diferente da que havia antes”. O entrevistado entende que a postura teórico-metodológica aumentaria na mesma altura do desafio de se pensar a variedade de falas provenientes dos variados tipos documentais.

HB03, considerando os tipos de pesquisas comumente empreendidas, entende que facilitou enormemente, mas “nesse sentido, suspeito muito fortemente que, pelo menos no meu caso, não implicou quase que em mudança alguma nos termos das minhas abordagens metodológicas”. O entrevistado enfatizou que do ponto de vista da pesquisa histórica essa ampliação não muda a metodologia de pesquisa. A metodologia que se refere às interpretações da documentação se liga à crítica interna que se faz às fontes e segue para a produção daquele documento. Enfim, nesse sentido, não verificou mudanças. Na verdade, o entrevistado considera um grande ganho quando da necessidade de muitas vezes ter de se comparar fontes distintas. Assim, nesse ponto, teríamos uma facilitação substancial, com menor tempo gasto.

Partindo de uma perspectiva da ampliação da quantidade de fontes de pesquisa disponíveis, HB04 avalia que o historiador não poderá ficar circunscrito ao trabalho quantitativo. Em termos quantitativos “a Internet abre uma possibilidade sem fim”. Exemplificou dizendo que, atualmente, quando vai analisar um trabalho quantitativo, seja em bancas de defesa ou para pareceres diversos, surge um estranhamento ao não se encontrar no texto a indicação de todos os acervos que uma determinada localidade lhe oferece. Voltando-se para as considerações

qualitativas, exemplifica com a existência de “trabalhos de fôlego”, baseados em apenas uma única fonte primária, os quais foram capazes de apresentar pesquisas “magistrais”. Exemplo clássico, segundo o entrevistado, é o do historiador italiano Carlo Ginzburg. No livro “O queijo e os vermes” trabalhou com apenas um único processo inquisitorial, a partir de um personagem, um moleiro, que cometeu diversas heresias e foi por isso acusado. Esse é um trabalho investigativo sobre a mentalidade ética italiana de um determinado período.

Assim, HB04 diz ser importante que o historiador sempre conjugue esses dois universos: “você pode se debruçar sobre um único documento, mas muitas vezes o objeto também demanda essa dupla aproximação”. Nesse caso, a Internet possibilitou, principalmente nessa parte metodológica, a ampliação do contato com maior número de fontes, mas é possível, por outro lado, focar em um único documento e fazer um bom trabalho.

Tais considerações nos levam a entender que esse entrevistado deposita a importância do trabalho historiográfico na correta aplicação dos preceitos da pesquisa histórica, e a ampliação da quantidade de informações disponíveis seria um elemento que colabora, mas não determina a qualidade dos trabalhos. Não representa o estabelecimento de mudanças significativas, apenas novas possibilidades e uma série de novos desafios para o historiador. Seja porque existem documentos digitalizados que agora não se pode desprezar, seja porque é possível empreender um enorme diálogo metodológico, epistemológico e bibliográfico “quase sem sair de casa”.

Mas HB04 ainda considera estarmos diante de “uma faca de dois gumes”. Pois, se por um lado não se perde tempo em viagens, indo aos arquivos pessoalmente para transcrever uma documentação, por outro, existe uma quantidade muito maior de informação a ser considerada. Assim sendo, gastamos menor tempo em transcrição e deslocamento, mas há um volume muito maior de informação que não se poderá deixar de analisar. Se simplificou por um lado, ocorreu complexidade pelo outro.

Interessantemente, HB05 considerou que “era mais fácil, de certa forma, para a pesquisa determinada restrição documental”. Alguma dificuldade no acesso às fontes de pesquisa ou uma oferta menor levaria o historiador a trabalhar mais focado, “era mais fácil, exigia menos do pesquisador”. O entrevistado considera que a Internet exige mais e talvez essa seja a dificuldade para alguns profissionais. Haveria um pouco mais de receio, porque ela exige habilidades informáticas: “ela é facilitadora, num certo sentido”.

Por exemplo, você fica no arquivo de segunda a sexta, pois está aberto nesse período. Eu quase que me restrinjo ao exercício de reflexão sobre o documento nesse período e vou às vezes utilizar o outro momento para uma escrita, para

estudar, mas sem a presença documental. Como tenho a presença documental, se eu trabalhar várias horas por dia pelo computador, o exercício é muito mais contínuo e muito mais exigido. Estou dedicado à pesquisa, e acabo não me desvencilhando do documento. E, se não me afastar do documento, é mais trabalho para o pesquisador.

Dessa forma, HB05 está considerando que a ampliação ao acesso de informações, nos dias atuais, gera a necessidade de uma dedicação maior. Apenas com a opção de ida presencial ao arquivo se poderia ter acesso à documentação necessária. Agora, com as possibilidades virtuais, principalmente via acesso remoto, está sendo ofertada outras formas de consulta, o tempo todo, a partir de novas e variadas configurações proporcionadas pelos sistemas de busca. Esse fator estimularia o pesquisador a uma exploração mais profunda, que acaba o envolvendo e o obrigando a se dedicar muito mais à sua pesquisa. De tal modo, “o que facilita no sentido de maior acesso, dificulta no sentido da dedicação ao se pensar a pesquisa. Facilita, mas amplia a dedicação e a exigência de análise”. Ilustrando, espontaneamente, uma das preocupações desta pesquisa, HB05 destacou um problema que anteriormente já havia nos advertido: “se o pesquisador se deixar levar pelas facilidades de chegar ao documento, ele pode relaxar metodologicamente”.

As considerações de HB05 se aproximam das de HB04 e nos levam a entender que suas percepções a respeito da grande oferta informacional conduzem o historiador a ter que problematizar seu corpo documental mais intensamente, mas a quantidade maior de informações disponíveis diluiria o foco da pesquisa. Haveria uma imposição de se aprimorar e aperfeiçoar o exercício científico, todavia, existem os limites humanos. A problematização na História é algo muito importante e essencial para uma maior aproximação às presumidas veracidade e ética científicas. Assim, a maior oferta demanda aprimoramento, exige reflexão mais profunda, mais vertical e mais ampla. Algo a ser realizado em função do exercício que o documento propicia com relação à problematização, sob a teorização, na busca por conceitos que se fundirão na consequente interpretação da fonte de informação.

HB06 compreende como facilitadora a amplitude maior de acesso informacional, “mas, pensar para onde os dados se dirigem, creio que complica mais”, diante da maior quantidade existente. Seria necessário ampliar a perspectiva, “se os dados servem apenas para você confirmar sua hipótese, é uma questão. Se os dados são elementos para a construção da sua hipótese, será outra”, o que nos leva a considerar, mais uma vez, a preocupação com o cuidado metodológico mais intenso que passou a ser exigido.

No caso dos entrevistados espanhóis, o que temos são respostas à mesma pergunta, considerando o rigor metodológico da pesquisa historiográfica, no entanto, com um foco maior nas

possibilidades tecnológicas. Fator que pode denotar que os espanhóis estejam cercados por satisfatórias ferramentas tecnológicas, para o apoio às suas pesquisas. Como é o caso de HE01, para quem essa maior circulação de informações é positiva: “o que varia são as formas de pesquisa diante das ferramentas que permitirão realizar uma melhor pesquisa pelas informações que se necessita [...] ficou mais fácil do que buscar pelas fontes físicas, se você tem um bom trabalho de descrição das fontes de informação”. E declara que, quando se tem o contrário, se a descrição das fontes não foi bem-feita, isso acarretará em uma dificuldade maior para a pesquisa, no sentido de encontrar as fontes que interessam.

HE02 reconhece: “[...] sou um profissional qualificado, continua sendo positivo. Isso por termos a capacidade seletiva que não possui o público geral”. Esse entrevistado considera o excesso de informação tão delicado como a sua escassez. Sua preocupação maior está ligada à novidade tecnológica: “um problema que vejo nisso é que cada vez mais se executa a operação de “copia e cola” sem haver reflexão a respeito da informação. Sua preocupação está na influência do imediatismo das informações eletrônicas, pois é preciso ter métodos para lidar com a quantidade crescente de informação disponível. Seria elencar um *corpus* documental específico e trabalhar com rigor sobre ele. Dessa maneira, reitera que a sociedade como um todo não tem preparo para lidar, com qualidade, com o excesso de informação que tem a sua disposição, acarretando em uma certa negligência.

O entrevistado HE03, para quem a digitalização é muito boa para buscar dados imediatos, vê nesse fator uma dicotomia:

Por exemplo, para você encontrar a data de morte de um imperador em um livro é mais difícil, mas em um computador é mais fácil. Vejo meus alunos utilizando a Wikipédia para estudar, mas a Wikipédia está cheia de erros. Além de estar cheia de erros, nos textos da Wikipédia não se faz reflexão sobre os fatos históricos. São dados errados, mal interpretados [...] o mais grave é não possuir reflexão histórica (HE03).

Depositar o “problema” no lado tecnológico é o que fez HE04. O entrevistado não acredita ser um problema, pelo menos para si. Acredita que as empresas que se ocupam desta tecnologia se dedicam bem a organização e acesso dessa grande quantidade de informações que temos hoje em dia, construindo ferramentas que nos permitam, com certa rapidez, encontrar as que necessitamos, mesmo diante de uma grande explosão informacional: “nestas [informações] necessitamos trabalhar de forma a ampliar o campo de pesquisa [...] com uma ou meia hora, hoje, posso encontrar informações de trabalho para um ou dois anos”.

“Vejo que hoje em dia nós temos muitos sistemas de busca bastante potentes”, é como HE05 inicia sua resposta à questão. Diz ter conhecimento de grandes bases de dados e boas

metodologias de como organizar tais informações e como recuperá-las. Considera haver um volume muito grande de informações, e fisicamente encontrar todos seria uma tarefa muito difícil. Mas o que mais preocupa HE05 é o fato de existirem muitos documentos pela Internet “que você não sabe bem de onde vieram, assim, às vezes, dá medo tanto volume de informação, apesar de saber que temos boas ferramentas para fazer busca por estas informações”.

Podemos dizer que a amplitude de acesso informacional, a que temos atualmente, acarretou em novos problemas para o historiador e o arquivista? Sintetizando a análise dos relatos, vemos que a abundância documental coloca novos problemas para alguns. Às vezes, pode fazer com que as pessoas se afoguem na documentação e esqueçam que há questões metodológicas para se chegar ao objetivo estabelecido, em ambas as disciplinas.

A abundância de fontes coloca vozes diferenciadas sobre o mesmo fato. Entendemos que a maior disponibilidade de fontes não gera um problema para o historiador, mas este precisará estar mais atento, metodologicamente. De qualquer forma, o ferramental tecnológico, hoje disponível para o historiador, como por exemplo o banco de teses da Capes, não permite ao pesquisador não explorar melhor o seu objeto. Contamos com a possibilidade de estender o olhar para outros vieses, em virtude dessa amplitude e facilidade maior de acesso às informações. E nesse fator os espanhóis depositam maior confiança e aparentemente se valem de suas potencialidades, confiando mais nas tecnologias de tratamento e recuperação, sem descuidar do rigor metodológico de análise.

Uma boa pesquisa historiográfica é uma pesquisa com fontes inéditas, uma boa garimpagem documental, uma boa metodologia aplicada sobre a análise dessas fontes. Fontes que foram mais difíceis de se acessar, de acesso mais restrito e etc., não determinam que uma pesquisa tenha sido melhor ou pior, pois o método prevalece. A fonte histórica é valorizada por permitir uma leitura mais original, seja física ou digitalizada. No entanto, depois dessa discussão, percebemos que o reconhecimento maior em relação ao bom trabalho recai, ainda, no trato documental, na análise do aporte documental, na narrativa histórica e na criação e geração de sentido dessa análise dentro de uma pesquisa. A quantidade maior ou menor de informações não é o determinante.

5.4 – Redocumentarização

O conceito de documento nos dias de hoje é constantemente abalado pelas formas de produção e acesso, e com ele seus valores e suas práticas. Diante disso, a Entidade documento não mais aparece em situação tão confortável, como quando o texto e o papel eram quase sinônimos

propiciando uma estabilidade que se verificava no início do século passado, quando da sistematização dos processos de Documentarização.

Em diferentes épocas históricas e de acordo com as condições materiais e de conhecimento alcançadas, as instituições especializadas adotaram diferentes técnicas para facilitar o acesso das pessoas às informações organizadas. O desenvolvimento de novas normas e a invenção de ferramentas compõem uma dialética muito específica entre os especialistas, com o mercado procurando novos nichos rentáveis. Os sucessos resultam de uma rápida absorção da parte dos usuários, que é facilitada pela natureza aberta da rede e por uma distribuição massiva de informações instantâneas. As estratégias econômicas levam ao questionamento das antigas classificações. Trata-se de uma nova modernidade (PÉDAUQUE, 2007) gerada não só pela evolução tecnológica introduzida pelo digital, mas também pelas mudanças sociais em termos das múltiplas dimensões do documento (forma, conteúdo e meio), bem como o movimento de suas mediações (PÉDAUQUE, 2006).

Para Salaün (2007b), cada lado das rotas do Atlântico busca restaurar suas ciências da informação com base em suas raízes históricas. A linguagem de tratamento do tema Redocumentarização não é a mesma. Para esse autor, resta aos pesquisadores em Ciência da Informação (CI) o desafio, com a ajuda de seus colegas em outras disciplinas, de se apropriar dos conhecimentos pertinentes ao primeiro grupo. Ou seja, Salaün estaria considerando o caráter extremamente inerente à interdisciplinaridade na Ciência da Informação e acreditamos que, provavelmente, pelo fato de a informação ser fundamento de todas as áreas do conhecimento. Nessa linha, apresentaremos nossas considerações sobre esse processo muito recente e ainda pouquíssimo divulgado pelo mundo, principalmente no Brasil e como notamos, do mesmo modo na Espanha.

Segundo Salaün (2007b) a CI teria se iniciado a partir de um “movimento de documentarização, no momento em que a explosão de documentos levou à construção ou ao desenvolvimento de técnicas de gestão documentária: Biblioteconomia, documentação, arquivística, ciência administrativa”. Documentarizar é o termo que Salaün prefere, ao de Documentar, referindo-se a este como o tratamento do documento em suas fases tradicionais, como “catalogar, classificar, resumir [...] com vistas a otimizar o uso do documento permitindo um melhor acesso a seu conteúdo assim como uma melhor contextualização” (SALAÜN, 2007b, p. 3).

Esse processo foi baseado em uma ordem documentária com o advento do impresso, sistematizado a partir da virada do século XIX pelas regras de normalização, descrição e

classificação de bibliotecários a arquivistas com conhecimento administrativo. Ao longo do século passado, mas caminhando para os dias atuais, o esforço foi continuado e ampliado com a evolução das técnicas de impressão. O objetivo da documentarização seria otimizar a utilização do documento pela melhora no acesso ao seu conteúdo, dando-lhe uma melhor contextualização. Por extensão, Documentarizar seria dar um *status* a um texto, gerar um "documento".

A gênese do processo de documentação remonta o final do século XIX, a partir do aumento da produção bibliográfica, da pesquisa científica e do surgimento de novos suportes. São fatores que originaram o desenvolvimento de novas técnicas para a organização e a administração da informação. A Bibliografia, que até então se dedicava a essa organização, não dava mais conta das novas demandas. Para Otlet (1997), a documentação surge concomitante às atividades da biblioteca pública e das práticas documentais, apresentando o diferencial de “acompanhar o documento desde o instante em que ele surgia da pena do autor até o momento em que impressionava o cérebro do leitor” (OTLET, 1997, p. 115)⁵⁹.

Para exemplificar uma relação entre o digital e o social, Salaün (2007a) traçou um paralelo entre o papel do documento impresso no surgimento das sociedades modernas e do documento digital, junto à mudança social que estamos vivenciando. Isso é o que chama de “*documentarisation*”. Traduzindo, a documentarização acompanha a industrialização, o estabelecimento do Estado, no sentido moderno, ou, entre muitas outras ilustrações possíveis, a ascensão da ciência positivista. Paul Otlet, e sua tentativa de fundar uma "documentação", no início do século XX, é figura emblemática da necessidade de racionalizar a proliferação documentária que presenciamos hoje.

A ideia de Redocumentarizar, para Pedáúque (2003), teria surgido a partir de uma necessidade plural e a de redimensionar as práticas documentais com o advento das tecnologias digitais no final do século XX e início do século XXI. A partir daquele momento observa-se uma mudança na perspectiva do modo de se encarar o documento, influenciada pela explosão digital e a necessária caminhada da Documentarização para a Redocumentarização.

Michel (2000) aponta as principais características que ele considera para o documento digital, como a sua facilidade de armazenamento, localização e recuperação; a flexibilidade do seu formato; a disponibilidade instantânea à distância e a possibilidade de relacionar-se com outros documentos como um hiperdocumento, aproximando-se de uma complementariedade

⁵⁹ Otlet propõe o uso da palavra “documento”, considerando um teor mais abrangente, como forma de não limitar seu conceito a uma tipologia. O “documento” poderia representar algo em que o conhecimento pudesse ser registrado e do qual se observe alguma propriedade informativa.

hipertextual⁶⁰. Em comparação ao documento tradicional, esse autor aponta que o documento digital conseguiria refletir as necessidades de comunicação humana, funcionando como um vetor de expressão de sentido, mais aberto e universal que o documento tradicional.

Na Web 2.0, ou apenas em *sites* dinâmicos, a estabilidade dos documentos clássicos desaparece frente à Redocumentarização e assume outra dimensão. A estabilidade da mídia foi substituída por estruturas em formatos de arquivo que separaram o conteúdo do seu formato. O digital mudou a questão do suporte do documento para o problema da sua estrutura.

O documento digital teria se tornado uma Entidade regida pelas leis da quantidade expressiva, por seu conteúdo estar relacionado com um número quase infinito de seres e ser potencialmente visível para um número interminável de leitores. Por possuir um caráter ativo, parece ser inviável tratar a informação na Web por meio de modelos de tratamento da informação totalmente tradicionais. Cotte (2008), considerando os estudos da Redocumentarização e a proximidade entre informação e documento, ressaltou a importância do documento virtual no âmbito de um sistema de recuperação da informação. O autor conclui que a informação, cada vez mais flexível e fluída, determina que a materialidade do documento não se fixe em apenas um tipo de suporte.

O processo de Redocumentarização é considerado como uma “imposição” do universo digital, versando sobre “tratar novamente um documento ou uma coleção de documentos rearticulando os conteúdos segundo o uso ou a interpretação do usuário” (ARNAUD & MERZEAU, 2009, p. 186). O seu ciclo passa por uma série de procedimentos, objetivando transpor o documento tradicional para o meio digital (SALAÛN, 2007b). Considera-se esse processo como outra ordem documentária, que seria definida a partir de sua relação com os dispositivos existentes em diferentes sociedades e épocas. Durante a caminhada de desenvolvimento desta pesquisa, o processo de Redocumentarização foi frequentemente confundido com o de Reformatação de acervos. Deduzimos que se trata de dois elementos distintos, sendo a reformatação servindo de base para uma posterior Redocumentarização.

A digitalização, e / ou até a digitação, para a geração de bancos de dados de acesso virtual se baseia na Reformatação de Acervos, ou seja, na transposição do conteúdo informacional dos

⁶⁰ É importante informar a respeito do documento digital e sua diferença em relação à ideia de documento hipertextual. Lamarca Lapuente (2009) comenta tal diferença dizendo que há uma confusão terminológica, pois muitos consideram documento digital como sinônimo de documento hipertextual. Porém, enquanto o primeiro possui um caráter mais genérico, correspondendo tecnicamente a um registro de *bytes* num computador, podendo estar na Web ou ser acessado remotamente; o documento hipertextual é digital, por conta do meio físico em que se manifesta, mas seu modelo de organização e relação informacional é particular, pois forma uma rede multisequencial de hipertextos podendo estar, também, na Web ou apenas ser acessado remotamente.

documentos em um suporte para outro suporte. No caso da digitalização, pode acontecer por meio de um escâner, realizando a captação de um documento em suporte papel o transformando em informações lógicas que serão acessadas por dispositivos informáticos. Tal processo, a Reformatação de Acervos, pode ser realizado também para o meio analógico, como é o caso da microfilmagem. Ainda, a mesma informação migrada para o microfilme permite sua posterior digitalização, evitando o uso do escâner tradicional sobre o papel, considerando-se, nesse caso, os documentos arquivísticos. Dessa maneira, nesta pesquisa buscamos compreender que Reformatação de acervos é um procedimento técnico de migração de suporte documental. Já a Redocumentarização diz respeito ao processo de organização em meio digital de uma documentação reformatada, seguindo os princípios clássicos da Arquivologia.

Às preocupações científicas dos arquivistas se somou a inerente preservação dos documentos eletrônicos: digitalizados, digitados e também os nativos digitais ou nato-digitais⁶¹. Os acervos compostos por documentos eletrônicos, além dos muitos benefícios que proporcionam, estabelecem cuidados de preservação mais delicados, vulneráveis e rigorosos do que os adotados para os acervos físicos e analógicos⁶². O processo de reformatação envolve não apenas a duplicação da informação, mas a geração de um novo tipo de acervo com características físicas diferentes do original, mantendo-se ainda a preservação e conservação dos originais. Assim, o que ocorre é que o processo de Redocumentarização – mais adiante, neste capítulo, definiremos o de específico interesse desta pesquisa –, é viabilizado após a reformatação dos acervos, migrando a documentação para o meio digital por meio da digitalização.

Para definir o conceito de Redocumentarização, Salaün (2007b) prefere se basear na noção de Documentarizar. Para o autor, a ideia de Redocumentarizar traz o mesmo objetivo que Documentarizar, apenas se diferenciando na possibilidade de rearticular os conteúdos de forma mais dinâmica, principalmente em função do auxílio da tecnologia digital. A partir desse entendimento, o autor afirma que o contexto digital teria se tornado a oportunidade para o desenvolvimento da Redocumentarização.

Salaün (2006) pretendeu mostrar, em parte do seu artigo *S'inspirer de Roger T. Pédaque*, como o trabalho de todos os contribuintes dos textos produzidos pelo coletivo de autores Roger T. Pédaque é rico. Ele considera que aqueles autores semearam ideias para o futuro, e que cada leitor encontraria um material para desenvolver e expandir a sua própria reflexão. Salaün (2006) discorreu sobre o terceiro e último capítulo do livro de Roger T. Pédaque, destacando

⁶¹ O documento nato-digital compreende aquele criado originariamente em meio eletrônico.

⁶² O microfilme, formato analógico, tem estimativa de durabilidade de 500 anos.

o conceito de “*redocumentarisation*”, com ênfase na relação entre a transformação documentária com a mudança social. Mas para Salaün (2006), a ideia de Redocumentarização é construída sobre um paradoxo, que chama de "O paradoxo de Roger". Afirma que a Web promove, conjuntamente, dois movimentos opostos: o desenvolvimento de **intercâmbios espontâneos** (conversas) e a sua **fixação pública e documentada**. Em outras palavras, a Web transforma automaticamente o íntimo e efêmero em documento. Para o autor, o reconhecimento desse paradoxo iluminaria o processo de Redocumentarização. No entanto, não o especificamente trabalhado, estudado e verificado pela presente pesquisa. Trabalhamos com uma concepção de Redocumentarização pertinente aos procedimentos arquivísticos.

No caso anteriormente descrito, não se trataria simplesmente de uma questão de estratégias resultantes de interesses industriais ou de grupos de entusiastas, mas, sim, de um movimento estrutural proveniente de uma arquitetura de rede que vai além da vontade dos atores envolvidos. Usam-se os recursos da Redocumentarização, organizando-os e dando-lhes um sentido em sua própria dinâmica. Admitir isso é conhecer a importância do fenômeno e estar ciente da urgência de sua análise e controle para evitar equívocos (SALAÜN, 2006). Entendemos tratar-se de uma continuidade histórica na qual, é importante notar, os profissionais de documentação assumem compulsoriamente um papel mais importante nos dias de hoje porque novas habilidades se tornaram essenciais.

Para Salaün (2007b), a documentarização está claramente presente nas quatro idades do documento, entre a segunda e a terceira⁶³. A Redocumentarização marca, assim, a transição da terceira para a quarta. Essas idades acompanham diferentes organizações ideológicas e sociais. Salaün (2007b) as resume na tabela a seguir.

	Documentarização	Redocumentarização
Datas (<i>períodos</i>)	XIX e XX	XX e XXI
Alguns números (<i>Quelques figures</i>)	M. Dewey, Paul Otlet, O. Lafontaine, W. Carnegie.	Tim Berners-Lee, T. Nelson, Bill Gates, S. Brin.
Técnicas	Classificação, indexação, linguagens documentárias, Thesaurus.	Protocolos da Web (HTML, URL) Web 2.0, Web Semântica, Ontologias.
Realizadores (<i>entidades</i>)	Redes de Bibliotecas do Mundo.	Google, Wikipédia.
Modernização	O espírito científico, a lógica, a razão, o Estado-nação, votos, a indústria, o autor.	Conhecimento limitado, razão-estatísticas, os indivíduos, as opiniões, os serviços, a reflexividade.
Alguns dos objetos documentais em questão.	Revistas, regulamentos, contratos, patentes, obras, mídia e impressão.	Pré-publicações, formulários, de código aberto, <i>wikis</i> , <i>blogs</i> e a própria Web (sua navegação).

**Tabela 9 - As duas escalas documentais.
Traduzido e adaptado de Salaün (2007b).**

⁶³ Teoria das quatro idades: corrente, central, intermediário e permanente (LODOLINI, 1995 apud NÚÑEZ-FERNÁNDEZ, 1999).

Para Pédaque, a Redocumentarização toma um sentido mais amplo. Para o coletivo de autores, seria uma nova forma de documentarização, que reflete, ou tenta refletir, uma organização pós-moderna de nosso relacionamento com o mundo, encontrada tanto no setor privado quanto no coletivo e público. Como na modernização anterior, os documentos envolvidos no processo desempenham um papel-chave.

5.4.1 – O processo de Redocumentarização do mundo: formas e reapropriações mapeadas

5.4.2 - Projeto *The Commons Photos Normandie*

O benefício do compartilhamento colaborativo proporcionado pela Web 2.0 tem permitido o surgimento de novos modos de processamento da informação. O projeto em análise está considerando a existência de um “campo da Redocumentarização fotográfica”⁶⁴, em que diferentes práticas têm surgido frequentemente, demonstrando uma rápida renovação dos modos e práticas dos chamados “usuários documentadores”⁶⁵, bem como a reapropriação de ferramentas de processamento (PECCATTE, 2008). No entanto, a partir das nossas análises e entendimentos de o que se trata ser um processo de Redocumentarização completo (ver subcapítulo 5.4, página 157), esse projeto nos parece uma reformatação de acervo fotográfico.

O projeto *The Commons Photos Normandie* visa melhorar a indexação de um fundo de fotos históricas da Batalha da Normandia, ocorrida de junho a agosto de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial. Com propósito de trabalho colaborativo, o projeto está ativo desde janeiro do ano de 2007, e utiliza a plataforma Flickr⁶⁶ para compartilhar fotos e vídeos.

As fotos do *site Archives Normandie*⁶⁷ são provenientes dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos e do Canadá, e são declaradas como livres de direitos autorais. O Flickr aparece, nesse projeto, apenas como uma ferramenta integrada com outras aplicações Web, como fóruns e fontes de informação, além da realização de intenso trabalho de pesquisa.

⁶⁴ *Le domaine de la redocumentarisation de fonds photographiques* (PECCATTE, 2008, p. 01).

⁶⁵ *Acteurs documentaires*.

⁶⁶ O Flickr é um *site* de compartilhamento de fotos e vídeos. Em sua funcionalidade básica, o armazenamento é gratuito. Recursos não limitados cobram uma anuidade. O *site* oferece o armazenamento privado ou público de imagens. O Flickr foi desenvolvido pela empresa canadense Ludicorp, em 2002, e adquirido pelo Yahoo! em 2005. O *site* atualmente possui mais de 2 bilhões de fotos.

⁶⁷ O *site Archives Normandie* (1939-1945) é um serviço público do Conselho Regional de Basse, Normandia, criado em 2004 por ocasião da comemoração do sexagésimo aniversário da libertação da Normandia. Esse *site* possui mais de 13 mil fotos sobre a ocupação, libertação e Reconstrução da região (<http://archive.is/www.archivesnormandie39-45.org>).

Nesse projeto, o processo de que denominam por Redocumentarização é um empreendimento coletivo, que tem por objetivo reprocessar uma coleção de documentos fotográficos. Ou, reindexar um *corpus* iconográfico com as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais e da Internet como um todo.

A experiência adquirida com esse projeto, como relatam, é muito positiva e certamente aplicável a muitas áreas que requeiram a participação de especialistas espalhados em todo o mundo. Peccatte (2008) cita nesses moldes, como mais um exemplo da possibilidade de um trabalho colaborativo amplo, a reunião de um grupo de especialistas em numismática para a criação de uma coleção de fotos de moedas antigas⁶⁸.

Iniciativas como o *The Commons Photos Normandie*, na mesma linha do anteriormente apresentado *Citizen Archivist program*, abrem novas perspectivas na valorização dos fundos patrimoniais – e, provavelmente, para além dessa área. Representa, ainda, parte de um movimento de surgimento de novas mídias, no qual os metadados descritivos não são fixos, mas proporcionam uma melhoria real do conteúdo público. Nesse processo, os metadados são, definitivamente, mais considerados como fichas técnicas estáticas. O processo permanece evoluindo de acordo com a dinâmica de colaboração.

Ao incluir os metadados necessários para a reconfiguração, os documentos ganham rastreabilidade, uma característica que vem sendo atribuída ao processo de Redocumentarização, como poderá ser constatado por meio de outra aplicação descrita logo a seguir. Os documentos tradicionais, em sua transposição, adquirem a plasticidade dos documentos nativamente digitais e podem desfrutar das possibilidades dessa nova dimensão.

Tecnologias para indexação profissional existem para trabalhos individuais ou para a produção profissional, mas não é, segundo Peccatte (2008), um contexto colaborativo. Para esse autor, é possível ir além da possibilidade de indexação social permitida pelo Flickr, definindo uma verdadeira plataforma colaborativa, facilitando o trabalho dos profissionais envolvidos com a Redocumentarização de vários fundos iconográficos, com total controle documentário e do seu processo editorial.

5.4.3 – “Redocumentação” dos vestígios da atividade mediada por computador

⁶⁸ O grupo envolvido com o projeto *The Commons Photos Normandie* tem a pretensão de materializar esse projeto de numismática, porém, até o momento da publicação do artigo de Peccatte (2008), eles não haviam conseguido reunir os profissionais necessários para tal empreendimento.

Para Yahiaoui, Prié e Boufaida (2008), o documento impresso passou por uma evolução significativa ao longo do tempo, marcado por quatro fundamentos: a idade do livro, a idade da prensa, a idade da documentação e, finalmente, a idade dos arquivos digitais.

Citando Salaün (2007b), Yahiaoui, Prié e Boufaida (2008), consideram a Redocumentarização o surgimento de uma nova ordem documentária, melhorando a apresentação e a legibilidade do documento e dando-lhe uma legitimidade que excede o uso local ou imediato. Trataria, dessa maneira, de uma nova atividade no contexto digital.

Apesar de partir das teorias que descrevem o procedimento de Redocumentarização, esses autores dizem estar interessados em um processo de “*redocumentation*” (redocumentação) da atividade mediada por computador⁶⁹. Descrevem esse processo como a recuperação, em um novo conteúdo documentário, dos traços gerados automaticamente por meio da interação do usuário com o sistema do computador. Quando um sistema de computador entra em funcionamento, geralmente recolhe extensos dados sobre a sua utilização. Sua instrumentalização, por um módulo de rastreamento, permite observar e registrar a interação do usuário com a máquina durante a sua atividade.

Esses traços, nomeados de *sources de traçage*, traduzido por nós como “fontes de rastreamento”, são gerados em diferentes formatos (arquivos de log, arquivos XML estruturados, captura de tela, gravação de vídeo ou áudio, etc.). Podem ser usados para descrever a atividade mediada por computador e, desse modo, formar uma primeira documentação dessa atividade. O documento proveniente desse processo é considerado, por esses autores, como o mais apropriado para se descrevê-la em toda a sua riqueza.

A ideia, aqui, seria a integração, sob um processo documentário, que forma o conteúdo de vestígios de navegação, além de disponibilizar alguns elementos que podem traçar o perfil do usuário. Ainda, facilitar a sua transmissão a outros sujeitos ou sistemas para que gerem interpretações. E, complementamos: possibilita, ainda, realizar inferências e acarretar em interoperabilidade.

Trata-se de um tema do contexto da engenharia do conhecimento, uma Redocumentação dos vestígios (concebido como uma primeira documentação das atividades). Considera-se que tal atividade oferece a oportunidade de enriquecer o seu conteúdo a partir do conhecimento

⁶⁹ *Dans ce contexte, il nous semble pertinent de nous intéresser à la redocumentation de l'activité médiée informatiquement, que nous définissons comme la reprise au sein d'un nouveau document du contenu des traces générées de façon automatique suite à l'interaction de l'utilisateur avec le système informatique* (YAHIAOUI, PRIÉ E BOUFAIDA, 2008, p. 02).

proveniente do contexto da sua produção (contexto da atividade desempenhada e processo cognitivo de rastreamento do usuário).

Para refletir sobre o que nomearam de “Redocumentação da atividade mediada por computador”, por meio de uma redocumentação dos traços gerados nessa atividade, Yahiaoui, Prié e Boufaida (2008) optam pelo contexto da *transactions communicationnelles* (teoria das operações comunicativas), proposto por Zacklad (2003)⁷⁰. Os autores buscam se fundamentar no quadro dos elementos conceituais usados atualmente no campo documental tais como o processo de "Documentação", "Documentarização" e "Redocumentarização"⁷¹, qualificando-os como processos semelhantes à sua proposta de Redocumentação. Em seu artigo, apresentam um estudo detalhado de cada um desses conceitos, apontando o que consideraram ser lacunas em relação ao seu objetivo⁷².

Para os autores, Documentarizar é tratar novamente um documento ou uma coleção destes, permitindo rearticular o conteúdo semiótico na sua interpretação e seus usos, por exemplo: organizar uma coleção de acordo com uma nova lógica de associação. Como no caso da Documentarização, a Redocumentarização estaria relacionada a um problema de acesso e de formato. No entanto, esse acesso seria mais subjetivo, em oposição à Documentarização, cujo acesso primário possivelmente seja mais objetivo. Consideram tratar-se de uma transação comunicativa simbólica, o que resulta na rearticulação do conteúdo de uma produção semiótica inicial (conteúdo dos documentos originais).

Da mesma forma que crescentemente nos inquietava, à medida que avançávamos no estudo do tema Redocumentarização, também esses autores apontam a necessidade de se saber se o resultado do processo acarreta sempre na mesma entidade. No entanto, não apresentaram uma conclusão em seu estudo, da mesma forma que entendemos ser necessária uma reflexão vertical sobre o fato. Para esses autores, o significado de um documento enriquecido com comentários pode desviar-se muito do significado do documento original. Eis aí, inclusive, uma dimensão de forte diferenciação entre a Redocumentarização e a Arquivística. A intervenção e alteração do documento de arquivo original constitui, do ponto de vista

⁷⁰ Articulando diferentes dimensões envolvidas na caracterização de operações comunicacionais, propõe categorizações de atividades coletivas. Origina-se, em parte, da confluência de três disciplinas: ciência cognitiva representada (NEWELL; SIMON, 1972), pesquisa em organizações científicas e de gestão, particularmente influenciada pelos trabalhos de H. Mintzberg (1979) e A. Hatchuel (1996) e a pesquisa em psicologia social de interações (MEAD, 1936).

⁷¹ “*Documentation, de documentarisation, de redocumentarisation*” (YAHIAOUI; PRIÉ; BOUFAIDA, 2008, p. 02).

⁷² Os autores dissertam sobre os vestígios de atividade de redocumentação, a teoria das operações comunicacionais, traços resultantes da atividade de documentação e vestígios da documentarização. Esses elementos são secundários no objetivo desta pesquisa. Assim, estamos focando na relação direta desses autores com o processo de Redocumentarização.

arquivístico, uma fraude, uma deliberada falsificação do documento original. Por exemplo, uma intervenção em uma escritura de imóvel consiste em crime passível de prisão.

Para os autores, o significado de um documento enriquecido com comentários pode desviar-se muito do significado do documento original. No entanto, consideram que, no documento redocumentado o valor de evidência intrínseca permanecerá, mesmo que haja sucessivas intervenções, enriquecendo-o quantitativamente (adição de fontes e referências) e qualitativamente (adição de comentários).

Para Yahiaoui, Prié e Boufaïda (2008) a Redocumentarização pode ser realizada por uma pessoa ou por outras pessoas, como parte de rearticular um conteúdo por um ponto de vista pessoal. Já a Redocumentação, os autores definem como uma atividade do contexto digital, pelo fato de criar um novo documento digital, descrevendo-o a partir de documentos existentes. A Redocumentação teria o fim de reorganizar o conteúdo dos documentos originais para filtrar (remover partes desnecessárias), acrescentar informações sobre o contexto de sua produção ou de outras fontes externas de informação.

Diferiria, assim, da Redocumentarização, pela possibilidade de reformular completamente o conteúdo dos documentos iniciais (reescrever no sentido amplo), para apresentá-los de forma diferente e interpretá-los de forma explícita para um novo documento integral (em oposição a um documento enriquecido). A atividade de Redocumentação é realizada no âmbito de uma operação de comunicação simbólica entre uma pessoa e, possivelmente, em grupo, dando origem a uma nova semiótica registrada em um suporte duradouro (um novo documento).

Os autores propõem que dois processos podem melhorar a qualidade da documentação digital, reforçando o estatuto de provas documentais. **Primeiro**, o traço produzido pela documentarização, baseado na exploração dos seus suportes para facilitar o acesso ao conteúdo de acordo com uma dimensão interna e externa (catalogação, indexação, formatação, etc.). **Segundo**, a Redocumentarização, que ofereceria mais liberdade para rearticular o conteúdo de vestígios, de acordo com a sua interpretação e necessidade de usos, preservando o valor probatório desses traços sem produzir novos documentos. Relembremos que os autores se referem a documentos nato digitais e não propriamente ao nosso foco de pesquisas, o documento digitalizado. Mas, ainda, consideram esses dois processos insuficientes para as suas necessidades próprias. Propõem, então, o conceito de *redocumentation des traces*, por nós traduzido como “Redocumentação dos Vestígios”, conforme o referencial teórico das operações comunicativas. Durante tal processo, um usuário interpreta e reescreve os rastros de um novo documento, o que corresponderá a um determinado gênero. Esse documento pode

descrever a atividade em toda a sua riqueza, pois é possível reformular o conteúdo de vestígios enriquecendo-o com outras informações (comentário, anotação, justificação ou informação de contexto), apagar partes ou reescrevê-lo inteiramente. Esse documento fortalece o *status* do resultado documentário em três dimensões: legibilidade, compreensibilidade e troca.

Assim, embora essas noções, em absoluto, não digam respeito ao valor primário do documento de arquivo, a redocumentação, proposta pelos autores, poderia ter uso em outros campos: **a)** uma documentação da atividade por meio da criação de um novo documento que a descreve; **b)** traços da documentarização, permitindo melhor acesso (indexação, etc.) e **c)** uma redocumentarização através da rearticulação do seu conteúdo, de acordo com a visão de novos usuários.

Yahiaoui, Prié e Boufaïda (2008) consideram que esse processo seria o efeito de uma nova modernidade, impulsionado por desenvolvimentos recentes na tecnologia e redes sociais virtuais, no qual a opinião e a criatividade dominam a oferta digital de novas oportunidades, apropriando-se dos documentos existentes para atender aos interesses das novas demandas de uso, interpretação e reapropriação de antigas instâncias.

5.4.4 - Web, texto, conversação e Redocumentarização

Salaün (2008) infere que a Web tem perturbado a ordem tradicional dos documentos, aparecendo como uma nova mídia, tomando seu lugar entre as mais tradicionais. O processo documentário pela Web desafia a ordem como uma nova mídia. Normalmente, mesmo diante de novas ferramentas, pesquisadores trabalham dentro do velho mundo dos documentos. No entanto, têm uma responsabilidade especial na construção dos novos formatos. A evolução dos formatos digitais autoriza transposições midiáticas cada vez mais heterogêneas e enfraquece a antiga robustez documentária. Propõem uma outra organização, a partir do desenvolvimento das redes e do advento da Web. Ocorreria, assim, uma junção dos arquivos com os textos suscitando mudanças contínuas, acarretando transformação da sua natureza documentária.

A navegação na *web* se tornou estruturada pela dinâmica dos motores de busca. Os modos de leitura nesse meio são muito diferentes dos realizados em papel. Os motores de busca usam, principalmente, ferramentas linguísticas e estatísticas. É oportuno citar, novamente, a pesquisa realizada em seis países (Austrália, Canadá, Índia, Cingapura, Reino Unido e Estados Unidos)

pela *On-line Computer Library Center* (OCLC, 2006), sobre os alunos dos primeiros ciclos universitários (subcap. 4.4.1, página 119).

Outro estudo, encomendado pela Biblioteca Britânica, mostrou que 60% dos usuários de periódicos científicos eletrônicos não acessam mais de três páginas e a grande maioria nunca retorna. Sem dúvida, alguns itens são baixados, mas não há nenhuma evidência de leitura. Os usuários da Internet passariam a maior parte do seu tempo procurando um caminho, muito mais do que olhando para o que encontraram durante o percurso. Além disso, o tempo médio gasto em livros eletrônicos e *sites* de revistas é muito curto, respectivamente, 4 e 8 minutos (SALAÜN, 2008). UCL (2008 apud SALAÜN, 2008, p. 2) destaca:

É claro que os usuários não estão lendo *on-line*, no sentido tradicional. Há de fato sinais claros de que novas formas de "leitura" apareçam acompanhando os ganhos rápidos do "poder da navegação" da Internet através de títulos, páginas de conteúdo e resumos. Quase se poderia dizer que eles vão em linha para evitar a leitura no sentido tradicional do termo⁷³ [tradução nossa].

As consequências são, provavelmente, muito importantes para os pesquisadores que precisam fazer novas perguntas sobre os materiais que analisam, porque estes podem ter perdido o *status* implícito que carregavam antes. O objeto foi alterado em sua natureza, e a indagação principal é saber se é adequado analisá-lo como se nada tivesse mudado. De modo mais geral, as consequências também são muito importantes para toda a nossa relação com o conhecimento registrado e, talvez, até mesmo sobre o conjunto de relações sociais, quando se refere ao papel regulador geral da Literatura.

Implicitamente, considera-se a Web como uma grande, global e permanente conversação. Os atores que a dominam a consideram como o texto de uma grande conversa global e ininterrupta. Nesse processo, Salaün (2008) pergunta se os usuários não têm, na verdade, iniciado uma conversa com a sua máquina ou de todo o sistema de representação a que a máquina fornece acesso⁷⁴. Para o autor é essencial tentar entender a dimensão documental dos movimentos em curso, pois, no geral, estamos presenciando um movimento massivo e desordenado de "*redocumentarisation*", sobre o qual seria difícil prever resultados.

A cada vez que se propõe a pensar, devido às mudanças intensas, desestabilizam-se as tentativas de explicação. Os esforços lançados por Tim Berners-Lee para uma Web Semântica

⁷³ *Il est clair que les internautes ne lisent pas en ligne dans le sens traditionnel du terme. Il y a en effet des signes manifestes que de nouvelles façons de «lire» apparaissent accompagnant les gains rapides de la «puissance de navigation» des internautes au travers des titres, du contenu des pages et des résumés. On pourrait presque dire qu'ils vont en ligne pour éviter de lire au sens traditionnel du terme.*

⁷⁴ *On peut se demander si les internautes n'ont pas en fait engagé une conversation avec leur machine ou l'ensemble du système de représentation auquel elle donne accès* (SALAÜN, 2008, p. 2).

(BERNERS-LEE; HENDLER & LASSILA, 2001), em seguida, para uma ciência da Web, podem ser compreendidos dessa forma. Mas, um número muito grande de outros atores e outras lógicas ajudam a interferir também nessa instabilidade. Ferramentas desenvolvidas por cientistas da computação estão no centro desse movimento. Salaün (2008) alerta que talvez seja hora de se questionar seriamente a importância do conceito de estrutura do documento.

5.5 – Redocumentarização: concepção estudada por esta pesquisa

Diante dos contextos e abordagens anteriormente descritos, referentes ao processo de Redocumentarização, ou das possibilidades destes, definimos que a esta pesquisa não interessou estudar, especificamente, um processo de Redocumentarização no “campo da Redocumentarização fotográfica”⁷⁵, exatamente como nos moldes operados por Pecatte (2008), lembrando que não o consideramos assim, como comentado anteriormente. Também, não estava no escopo desta tese uma “Redocumentação” da atividade mediada por computador, como proposta por Yahiaoui, Prié e Boufaida (2008). Como apresentado anteriormente, esta Redocumentação” derivaria da Redocumentarização e seus processos, a partir das concepções de Salaün (2007b), e explora, ainda, o contexto da *Transactions Communicationnelles* (teoria das operações comunicativas), proposto por Zacklad (2003).

Nosso objetivo de investigação se aproximava muito especificamente da exposta por Salaün (2008), e suas concepções a respeito da evolução dos formatos digitais, que, segundo o autor, autorizam transposições midiáticas cada vez mais heterogêneas. Mas não caminhamos na direção de discutir o tema do enfraquecimento da antiga robustez documentária, que, ainda conforme o autor, deriva de uma outra organização, suscitada pelo desenvolvimento das redes e da “explosão” da Web. Como visto, ocorreria, nesse caso, uma junção dos arquivos e os textos, suscitando mudanças contínuas, acarretando na transformação da natureza documentária.

Na fundamentação teórica sobre o tema Redocumentarização, buscamos caminhar dentro dos princípios fundamentais propostos pelo coletivo Roger T. Pédaque (2007), vistos, revistos e expressivamente analisados, principalmente, por Michel Salaün (2006, 2007a, 2007b, 2008). Essa literatura científica encontra-se praticamente publicada exclusivamente, na atualidade, em língua francesa. Nossa pesquisa bibliográfica, especificamente sobre o tema

⁷⁵ Nos referimos aqui ao Projeto *The Commons Photos Normandie*, apresentado anteriormente no subcapítulo 5.4.2.

Redocumentarização, reportou trabalhos que deram ênfase em tratar do conceito em si, ou da sua abordagem e aplicação, provenientes de artigos e livros publicados nesse idioma, nativos da França e do Canadá. Também importante é salientar que esse termo não consta nos principais dicionários de terminologia arquivística encontrados no Brasil⁷⁶.

Nossa pesquisa caminhou balizada pela linha da digitalização de documentos de arquivo que atingiram a terceira idade de seu ciclo – documento, em um sentido bastante alargado desse conceito, como preconizado pelo movimento historiográfico dos *Annales*⁷⁷. Ou seja, elegemos uma linha de condução que abarcou a transposição ou a migração da documentação de arquivos permanentes para o meio digital. Tal processo é costumeiramente realizado por meio da reformatação de acervos⁷⁸.

A definição de Redocumentarização por nós enfocada deriva do corolário das leituras, mais especificamente, de Arnaud & Merzeau (2009) e Jean-Michel Salaün (2006, 2007a, 2007b, 2008). Um processo considerado como “imposição” do universo digital, partindo do procedimento de Documentarização, tratando novamente documentos e coleções, com a possibilidade de rearticular os conteúdos segundo o uso ou a interpretação do usuário em função das possibilidades tecnológicas informáticas. O que na nossa interpretação compreenderia, por exemplo, proporcionar a realização de pesquisas, via sistema de recuperação, por Assuntos tanto quanto por Contexto, em um mesmo arranjo.

Tal ciclo envolve uma série de procedimentos necessários para arranjar os documentos tradicionais, por meio da reformatação desses acervos, em meio digital. Procedimento que permite rearticular os conteúdos de forma mais dinâmica, em função do auxílio da tecnologia digital. O processo imediatamente anterior de documentarização, presente nas quatro idades do documento, entre a segunda e a terceira, oferece a organização necessária para uma posterior Redocumentarização.

Dessa maneira, compreende a documentação que nos interessou refletir sobre, qualquer material que assumiu a terceira idade dentro do ciclo documental, destinando-se à guarda permanente. Sejam documentos oficiais provenientes do suporte papel, documentos não oficiais, também provenientes do suporte papel, além de fotografias, livros e objetos tridimensionais depois de digitalizados ou, como se preferir, reformatados e então redocumentarizados. Trata-se de uma ampla variedade de fontes documentais, como já dito

⁷⁶ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) e Dicionário de Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas São Paulo (CAMARGO & BELLOTTO, 1996).

⁷⁷ Conforme apresentado e explicado no subcapítulo 3.7.3, final da página 78.

⁷⁸ Conforme apresentado e explicado no subcapítulo 5.4, página 157.

anteriormente: “qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a Terra” (ROBINSON apud BURKE, 1997, p. 20).

Essa amplitude se conjuga com a noção de abordagem ampliada do documento de valor histórico, preconizada no começo do século XX pelo movimento dos *Annales*. Ainda, mais especificamente, essa noção ampliada das fontes de pesquisa se relaciona com os subsídios que permitem a construção da narrativa histórica da memória e cultura material (ver adiante subcapítulo 3.8, página 82). Uma vez que, vale aqui lembrar, o fazer historiográfico no começo do século XX passou a ser baseado em uma noção documental ampliada, ao se questionarem os tipos de informação intrínseca que esses artefatos culturais podem conter, especialmente, de conteúdo cultural. Por esta pesquisa, indagamos os entrevistados a respeito da importância da presença dessa informação intrínseca nos processos de redocumentarização. Mas, vale esclarecer, nenhum dos 26 entrevistados conhecia tal conceito. Dessa maneira, trabalhamos esclarecendo a esses profissionais que nosso trabalho estava focado na digitalização de documentos de arquivo de idade permanente, como forma de facilitar o entendimento sobre o foco da pesquisa.

A partir dessa proposição, a nossa preocupação se situou na necessária presença dos atributos intrínsecos da natureza físico-química do objeto: saber da importância entendida e considerada pelos entrevistados sobre poder se ter acesso à forma geométrica, cor e dureza, entre outras fundamentais características, assim como o contexto de proveniência dos documentos, mesmo após a sua digitalização. Pois tratam-se de fatores básicos para o historiador da cultura material, mais especificamente. É extremamente importante lembrarmos, a essa altura deste texto, que não estamos nos referindo às características ou aos atributos documentais de fixidez, autenticidade, imparcialidade, naturalidade, organicidade e unicidade (SANTOS, 2011).

Diante da amplitude diversificada que vem sendo apresentada, a abordagem do processo de Redocumentarização, o conceito possível de embasar a nossa discussão, como há pouco descrito, costuma ser apropriado por projetos que buscam a promoção do acesso e uso público da memória e do saber produzido historicamente. Como alguns exemplos que foram considerados por outros pesquisadores como Redocumentarização, podemos citar a Biblioteca Digital Universal, mantida pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), o Projeto Gutenberg⁷⁹, Projeto Resgate⁸⁰ e o Projeto Memórias

⁷⁹ Projeto criado por Michael Hart, em 1971, considerado pioneiro na disponibilização de *e-books* na Internet.

⁸⁰ O Projeto Resgate possui documentação avulsa, códices e coleções de cartografia e iconografia relativas ao Brasil existente no Arquivo Histórico Ultramarino, catalogada, microfilmada e digitalizada. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate_ahu.php>.

Reveladas⁸¹. Tais projetos foram citados por alguns autores como se enquadrando no processo de Redocumentarização, mas a partir do nosso entendimento a respeito deste, não podemos afirmar que todos eles se enquadrariam neste processo.

De toda forma, esses projetos são desenvolvidos a partir de acordos nacionais e internacionais por meio da cooperação entre universidades, centros de pesquisa, bibliotecas e arquivos de diferentes países propiciando acesso à informação histórica de caráter público. Podemos citar, ainda, de iniciativa mais recente e em andamento, o convênio entre a Biblioteca Vaticana e a *Bodleian Library*, da Universidade de Oxford, que estabeleceram uma parceria para a realização de um plano de digitalização que pretende colocar na Internet milhares de documentos selecionados entre as obras mais frágeis e raras de seus respectivos acervos. O projeto⁸² tem um cronograma de quatro anos para sua execução.

De tal modo, dentro da nossa acurada busca em estudar o conceito de Redocumentarização, tendemos a considerar que a maior parte dos projetos anteriormente citados se enquadrariam mais em processos de reformatação de acervos do que propriamente de Redocumentarização. Portanto, escolhemos conhecer mais a fundo um dos projetos que julgamos melhor se enquadrar nos fundamentos conceituais do nosso estudo, o Projeto *Portal de Archivos Españoles*, o PARES.

5.5.1 - Portal de Archivos Españoles (PARES)

O processo de redocumentarizar pode ser empregado como tratamento digital de documentos e coleções. É objeto de projetos que permitem a promoção do acesso e uso público da memória do saber produzido historicamente e de interesse da pesquisa científica. No entanto, nem todos os projetos que podemos encontrar espalhados pela Web se enquadram nesse método e acreditamos que muitos deles desconheçam tal conceito. Assim, praticam uma metodologia própria de reformatação de acervos, baseado nos princípios mais tradicionais da digitalização de documentos.

Para entender de forma mais efetiva o processo de Redocumentarização e ajudar que seja melhor

⁸¹ O Projeto Memórias Reveladas do Centro de Referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985) é de responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República e abriga informações sobre os fatos da história política brasileira recente. O projeto engloba uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, com a participação de inúmeras entidades públicas e privadas, que inclui arquivos, museus e centros de documentação. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>.

⁸² Prevê a digitalização de uma seleção de manuscritos hebraicos e gregos, de incunábulo do século XV, além de alguns dos primeiros livros impressos, religiosos e profanos.

e mais amplamente compreendido o seu conceito, consideramos importante nos ater a uma experiência existente e estudá-la em sua prática. Escolhemos uma iniciativa desenvolvida por arquivos que guardam documentação de caráter histórica pública na Espanha, o *Portal de Archivos Españoles (PARES)*⁸³. Um projeto inovador de agrupamento *on-line* de acervos documentais de diversos arquivos geograficamente dispersos. O qual, inclusive, pode ser o que Yeo (2016) sugeriu que pudesse vir a ser uma realidade, como entendemos diante de tal ponderação:

O mundo digital exige e facilita a descrição no nível do item individual, e muitas vezes se entende que os sistemas relacionais funcionam nesse nível, mas também os conjuntos documentais poderiam ser elaborados como entidades nesses sistemas, com elos entre esses conjuntos e os itens documentais individualizados representando suas filiações em mutação com o passar do tempo (p. 144).

De tal modo, consideramos o PARES o melhor exemplo de um processo de Redocumentarização, nos moldes da nossa discussão, no tocante a oferecer a melhor forma de disponibilização de acervos permanentes virtuais, seja por acesso remoto ou local, privilegiando não apenas a descrição no nível do item individual, mas também conjuntos documentais.

PARES é denominado de serviço público de informação arquivística e gestão eletrônica de arquivos históricos, por meio de um ambiente de cooperação que reúne dados e informações dos arquivos espanhóis. Compreende um grande benefício para os pesquisadores que desfrutam e utilizam dos arquivos, mas também para os arquivistas e para os demais profissionais das chamadas ciências da documentação e da informação espanhóis. O projeto é desenvolvido a partir de acordos nacionais e internacionais por meio da cooperação entre universidades, centros de pesquisa, bibliotecas e arquivos de diferentes países, centralizando o acesso à informação histórica de caráter público espanhol.

Compreende um modelo tecnológico colaborativo, uma ferramenta de gestão interna dos arquivos que compõem a rede de arquivos estatais espanhola, assim como o controle de usuários, gestão das salas de pesquisa, pedidos de cópia de documentos, controle de fundos, consultas de referências e outros aspectos do trabalho realizado em cada arquivo (PARES, 2015). Entendemos sua filosofia como a de facilitar acesso virtual ao patrimônio documental.

É fruto de um trabalho em equipe desenvolvido pelo Ministério da Cultura da Espanha, por meio da Dirección General del Libro Archivos y Bibliotecas. O projeto PARES é um grande repositório, que centraliza e integra os principais arquivos históricos do estado espanhol. Tem a finalidade de divulgação do patrimônio documental, a partir de uma descrição progressiva e do

⁸³ Disponível em: <<http://pares.mcu.es>>.

trabalho de digitalização desenvolvido por unidades de arquivos que trabalham em rede (SÁNCHEZ-MAIRENA, 2014). Ainda, busca atrair projetos de cooperação com arquivos privados de entidades sem fins lucrativos. Dentre suas ações, está a de interoperar com grandes projetos de disponibilização documental, como: Portal de Archivos Europeos,⁸⁴ composto por 17 arquivos nacionais e Europeia⁸⁵ e Hispana,⁸⁶ que recebem e disponibilizam objetos digitais e audiovisuais.

Seu acervo virtual, reflexo do acervo físico dos arquivos que o compõe, abrange documentos do século VI até o ano de 2006, materializados em diferentes suportes documentais, em diferentes idiomas, produzidos em diversos contextos históricos. Segundo Sánchez-Mairena (2014), o portal PARES busca ser uma tecnologia de arquivos abertos, cujos conteúdos podem ser pesquisáveis pelos principais motores de busca na Internet. Em 2007, o acesso à sua base de dados *on-line* passou a ser livre e gratuito, após a eliminação do TNI (Tarjeta Nacional de investigador), o qual condicionava um acesso controlado, mediante registro prévio de *login* e senha de usuário⁸⁷. Elementos que contribuem substancialmente para que seus conteúdos sejam potencializados para consulta.

Entrevistamos a chefe do setor de referências do Archivo Histórico Nacional de Madrid (AHN), Esperanza Adrados Villa, que nos informou que o mencionado projeto é coordenado pela Subdirección General de los Archivos Estatales, “a qual o colocou em execução [...] Todos os arquivos que estão sob sua jurisdição tiveram que aderir ao projeto [...] Não havia a opção de não aderir”. Na Espanha, desde que a sua organização geopolítica é dividida em comunidades autônomas, cada uma delas é responsável por gerir sua documentação.

Os arquivos que participam do portal são os que estão sob jurisdição do Ministério da Educação, Cultura e Esportes, e três arquivos históricos provinciais do País Basco⁸⁸. De acordo com a entrevistada, existe uma abertura para outros arquivos que não pertencem à rede de Arquivos Estatais Espanhóis, o que poderá acontecer mediante algum convênio sendo “esta uma questão política”.

Os profissionais da área de descrição do AHN fornecem as fichas descritivas e os da área de

⁸⁴ Possibilita acesso a informações sobre materiais de arquivo e informações sobre instituições arquivísticas de diferentes países de todo o continente europeu. Disponível em: <<https://www.archivesportaleurope.net/es>>.

⁸⁵ *Europeana* é uma biblioteca virtual desenvolvida pelos países que compõem a União Europeia. Contém, aproximadamente, dois milhões de itens digitais, tudo de domínio público. Disponível em: <<http://www.europeana.eu/portal/>>.

⁸⁶ Base de dados de coleções digitais: Disponível em: <<http://hispana.mcu.es/>>.

⁸⁷ O registro prévio é obrigatório para os profissionais que trabalham internamente, em função das atribuições de controle e acesso local aos arquivos.

⁸⁸ O País Basco é uma das 17 comunidades autônomas espanholas.

conservação fornecem as imagens originais. A função de digitalização é repassada a outro organismo, que nada tem a ver com o AHN, para que seja executada e disponibilizados seus arquivos eletrônicos ao Portal PARES. Segundo Esperanza Adrados Villa, não existe um departamento de digitalização no AHN, “o meu departamento é responsável por receber as solicitações de documentos para que sejam digitalizados. Nós, então, enviamos para ser disponibilizado no portal”.

Deste modo, os documentos que ainda não foram digitalizados serão gradualmente disponibilizados para acesso virtual na plataforma à medida que os usuários solicitem a sua digitalização. Os responsáveis, após entregarem a cópia eletrônica à pessoa que a requereu, procedem na alocação dessa imagem para acesso público. É dessa forma que o portal vai sendo gradativamente alimentado.

Perguntamos sobre a documentação que ainda não foi digitalizada, se estariam disponíveis, pelo menos as suas fichas descritivas, no portal. De acordo com a entrevistada, “nem todos. O número é um pouco maior do que o que está digitalizado, mas não todos [os documentos possuem ficha descritiva *on-line*]”. Seria algo em torno de 20% de todo o acervo dos arquivos que compõem o projeto. Não existe um plano de disponibilizar todas as fichas descritivas virtualmente, “o plano é que todos os dias o pessoal da descrição descreva mais documentação, mas isto é algo que não acaba nunca, devido ao nosso volume de documentação”, referindo-se, especificamente, ao acervo do AHN.

O primeiro projeto do PARES foi a digitalização do Archivo General de Indias⁸⁹, em 1992, fruto de um trabalho iniciado em 1985. Em 2007, surgiu PARES, que passou por modificações substantivas que o transformaram de um sistema proprietário para um sistema que pode interoperar com os principais sistemas de informação dessa natureza. A proveniência de um sistema proprietário aproveitou sua solidez e desenho estratégico, especialmente, permitindo um enriquecimento crescente e sustentável, chegando a um sistema aberto.

PARES é um portal utilizado internacionalmente, podendo-se destacar Itália, França, Reino Unido, Portugal e Américas. Conforme informações de 2015, o projeto possuía um banco de dados com cerca de 5.000.000 de registros descritivos de documentos com informações essenciais (PARES, 2015). Disponibilizando 8,6 milhões de registros, com 33,9 milhões de imagens e informações brutas de 1,6 *peta bytes*. Esses números estão sempre aumentando, sendo em média o aumento de 1 milhão de registros e imagens por ano.

⁸⁹ Arquivo histórico espanhol localizado no centro da cidade de Sevilha, foi criado em 1785 pelo rei Carlos III. Disponível em: <<http://www.sevilla.org/>>.

Suas informações são estruturadas de acordo com normas de descrição de arquivos de padrão internacional como ISAD (G)⁹⁰ e EAC-CPF⁹¹. O EAC-CPF permite o uso de um módulo de autoridades em torno da etiquetagem e estruturamento dos dados na aplicação das normas de pontos de acesso. Os conteúdos descritivos dos fundos documentais são associados, em sua maioria, às imagens digitalizadas dos próprios documentos.

A partir da regulamentação do Sistema Espanhol de Arquivos da Administração Geral do Estado (Decreto 1708/2011, 18 de novembro, BOE 284 de 25 de novembro de 2011), o PARES encampou o objetivo principal de divulgação na Internet dos bancos de dados descritivos e bancos de objetos digitais dos documentos da rede de arquivos do Ministério da Educação, Cultura e Esportes, promovendo o máximo acesso livre e gratuito aos cidadãos (SÁNCHEZ-MAIRENA, 2014).

No início do ano de 2017, entrou em operação sua versão 2.0 (beta). O novo PARES 2.0 (beta) adicionou outros objetos digitais, fornecendo novas possibilidades de informação documentais, possibilitando a consulta a documentos audiovisuais em diferentes formatos, ampliando os limites do acesso ao patrimônio cultural. Os avanços apresentados com PARES 2.0 (beta) resultam do trabalho realizado em quatro anos pela Subdirección General de los Archivos Estatales e a Subdirección de Tecnología de la Información y Comunicaciones do Ministério da Educação, Cultura e Esportes espanhol.

Com a adição de novas ferramentas, objetivou-se tornar disponível para o público geral, educacional e acadêmico uma melhoria substancial na qualidade dos processos de gestão dos seus serviços. Sobretudo, a melhoria da qualidade no acesso à informação custodiada pelos fundos documentais, o enriquecimento na qualidade de ligação de dados entre si e com os outros repositórios, como as bibliotecas espanholas e estrangeiras: Eurocongress, Biblioteca Nacional da França e Biblioteca Nacional da Alemanha.

Utilizando-se o multilinguismo, PARES 2.0 (beta) opera com vocabulários controlados em diferentes idiomas, como em língua inglesa e francesa, além de, pelas suas características nacionais, vocabulários controlados em Galego e Catalão. O multilinguismo permite a interoperabilidade com variados repositórios. Permite, ainda, pesquisar no banco de dados dos arquivos em espanhol, nas línguas cooficiais espanholas e estrangeiras como inglês e francês (ver Figura 08).

⁹⁰ ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística.

⁹¹ Encoded Archival Context for Corporate Bodies, Persons, and Families é um esquema XML que fornece uma gramática para a codificação dos nomes dos criadores de materiais de arquivo e informações relacionadas. Disponível em: <<http://eac.staatsbibliothek-berlin.de/>>.



Figura 8 - PARES 2.0 (beta).

Exemplo de pesquisa multilíngue, buscando pelo termo em inglês "Slavery" por "índices de descrição". O sistema indica que corresponde ao ponto de acesso "Esclavitud".

Seus desenvolvedores e mantenedores consideram que PARES 2.0 (beta) colabora para avançar na direção da convergência dos arquivos históricos com a administração, especialmente, com o almejado arquivo único de administração geral do Estado, conectando o Archivo General de la Administración com o Archivo Histórico Nacional. Algo fundamentado na lei espanhola "39/2015", a qual trata dos arquivos nato digitais.

PARES não deve ser definido como um objeto ou uma ferramenta: é composto por um conjunto de vários módulos de aplicativos, altamente flexível, que possibilita adicionar mais módulos para desenvolver sua topografia de rede, permitindo crescimento exponencial. Cada módulo executa uma função específica, com todos os demais conectados entre si:

Módulo de descrição, cujo papel é da descrição dos fundos documentais pela Norma ISAD(G), estruturando o inventário de fundos de séries documentais e controlando o acesso. Além de propiciar a gestão de "assinaturas" e o controle de imagens digitais.

Módulo de pesquisa, que possui dois âmbitos, o da Internet e o da Intranet. No âmbito da Internet, é possível fazer buscas simples ou pesquisas mais específicas. O módulo de Intranet permite as mesmas funções, mas também permite acesso aos registros que ainda não estão publicados, além de outras funções. São buscas muito mais precisas. Nesse sentido, tem-se acesso aos dados internos do portal. A Intranet é utilizada pela equipe desenvolvedora e pelos usuários locais, nos próprios arquivos.

Módulo de estatísticas, que é a contabilização das unidades descritivas que são criadas, modificadas e digitalizadas, novidades e as séries mais consultadas.

Módulo de difusão, o qual se relaciona com os dois anteriores, de pesquisas e estatísticas. Permite publicar no inventário de conteúdo e difundir, por meio da Internet, via publicação de arquivos, as informações dos módulos anteriores. Ainda, permite gerir os projetos temáticos, série de páginas Web que se encontram listadas na página do Ministério da subgerência nacional de arquivos.

Módulo censo-guia é o inventário de arquivos espanhóis e ibero-americanos.

Módulo de gestão interna, que lida precisamente com o dia a dia de um arquivo, controlando a pesquisa presencial, pedidos ou a solicitação de acesso a documentos, livros,

reprografias, o pagamento dessas reprografias, além do controle interno do arquivo.

Módulo portal de arquivos privados é uma versão específica para os arquivos de caráter privado. É, praticamente, um PARES para os arquivos privados interconectando-se com outros tipos de projetos, fora da administração pública espanhola. Se dá via FTP⁹², conecta-se com o portal de Archivos Europeus e projetos como o “Monastério”, que é um projeto de pergaminhos medievais. Existem mais módulos, mas nem todos estão publicados na Internet para uso geral, pois muitos são controladores internos.

Por ser um portal Web, permite acesso gratuito 24 horas por dia, durante todo o ano. Agrupa e disponibiliza virtualmente informações de diferentes arquivos estatais espalhados pelo território espanhol. O sistema que gerencia esses agrupamentos relaciona o mesmo tema em diferentes acervos documentais dispersos por vários arquivos. Permite imprimir as fichas descritivas e os documentos digitalizados. O sistema permite, ainda, o desenvolvimento de projetos e *sites* temáticos de interesses específicos, como os três exemplos que apresentamos a seguir:

1) **Archivo Rojo**⁹³, um fundo fotográfico da Junta de la Casa de Defensa de Madrid, composto por mais de 3 000 imagens, que estão sob a guarda do Archivo General de la Administración. As origens dessas coleções remontam ao início da Guerra Civil Espanhola. Esse *site* apresenta uma novidade interativa para o cidadão, com a possibilidade de os visitantes fornecerem informações sobre o conteúdo das fotografias. Assim, de forma colaborativa, um formulário permite inserir informações para a imagem e preencher os campos oferecidos, como em um processo de *Folksonomia* (ver subcapítulo 5.2.4, página 140).

2) **Carteles de la Guerra Civil Española**⁹⁴ são cartazes que estão sob a guarda do *Centro Documental de la Memoria Histórica*. Expõe em torno de 2.300 cartazes sobre a Guerra Civil Espanhola. Ilustra os espanhóis deportados para campos de concentração nazistas. O projeto fornece informações sobre pessoas que foram deportadas para vários campos de concentração, entre 1940 e 1945.

3) **Imago Hispaniae**⁹⁵ é uma exposição virtual, selecionando imagens de mapas e plantas dos séculos XVI e XVIII do Archivo General de Simancas. Oferece uma panorâmica das diferentes comunidades autônomas presentes em diferentes pontos das cidades, vilas, edifícios, da infraestrutura e de moinhos daquela época.

O acesso ao *Portal de Archivos Españoles*, além de ser realizado pela Web, também pode ser feito a partir de terminais de computadores localizados em diferentes arquivos espanhóis. O acesso é otimizado com o uso da ferramenta de busca do próprio portal. A pesquisa fornece a ficha de descrição do documento buscado, sem perder o contexto arquivístico a que pertence nos fundos documentários. Consequentemente, será obtido acesso às imagens do documento

⁹² FTP ou *File Transfer Protocol* é uma das maneiras existentes de se transferir arquivos virtuais pela rede, seja essa rede a Internet ou uma Intranet.

⁹³ Disponível em: <http://www.mcu.es/archivos/Novidades/novedades_ArchivoRojo.html>

⁹⁴ Disponível em: <<http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=1>>.

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/areas-cultura/archivos/mc/archivos/ags/fondos-documentales/imago-hispaniae.html>>.

pretendido. Conta-se com opções de pesquisa avançadas, além da básica:

- 1) **Simple** (*Sencilla*): proposta para os usuários não familiarizados com ferramentas destinadas à descrição arquivística. Pode-se entrar com qualquer termo para busca por meio de textos livres.
- 2) **Avançada** (*Avanzada*): projetada para os usuários mais familiarizados com a complexidade da descrição arquivística. Fornece uma poderosa ferramenta de pesquisa por meio de termos gerais, complementada por um índice de pesquisa. Também há uma ferramenta que lhe permite filtrar por documentos digitalizados.
- 3) **Inventário dinâmico** (*Inventario dinámico*): instrumento que permite acesso a documentos e quadros de organização dos arquivos. São indicados por diferentes ícones, se um fundo, série ou coleção estão no todo ou apenas em parte descritos e / ou digitalizados. Também são mostrados os novos lançamentos dos últimos 30 dias.

Além disso, o portal possui manuais para *download* em formato PDF contendo descrição sobre o funcionamento dessas ferramentas, que podem ser encontrados no *link ayuda* das páginas de busca e do inventário dinâmico.

O sistema, de maneira geral, fornece uma lista de resultados contendo os documentos distribuídos por arquivos, séries, fundo ou coleções e indica em qual unidade de informação o documento está localizado. Selecionando-os, obtém-se a descrição e a referente imagem digitalizada. Um visualizador disponível na aplicação permite o alargamento da imagem por meio de uma ferramenta de processamento, conhecida mais popularmente como *zoom*. O usuário tem a possibilidade de salvar os documentos encontrados em sua “agenda” de pesquisa, reservando-os em uma área referente ao seu cadastro de acesso. Tal cadastro deverá ser realizado anteriormente, por meio de uma senha e um *e-mail* válido.

Outra vantagem que o sistema que gerencia o portal PARES oferece é exportar os registros descritivos e / ou as imagens digitalizadas dos documentos desejados para o *e-mail*, por meio da opção *envío telemático*. Assim, obtém-se uma cópia em formato PDF da documentação pesquisada.

Apesar de tão substanciais benefícios e facilidades apresentados pelo portal PARES, alguns problemas já foram detectados. Martínez Dávila (2016) afirma que, referindo-se propriamente ao Archivo General de Indias, este seria um repositório que possui, em alguns casos, referências cruzadas incompletas, o qual pode levar o consulente a entender que determinado documento não esteja digitalizado e disponível *on-line*, quando de fato estaria. Ou seja, apenas o documento original estaria disponível para consulta física ou solicitando-se uma reprodução. De tal modo, neste caso, o PARES relataria informações incompletas e, inicialmente, não ofereceria acesso a alguns documentos digitais. O autor sugere que, diante do problema, seria necessário fazer uso

de forma sistemática e repetitiva de ferramentas de busca acessíveis na *web*. Considera, ainda, que o problemático estaria nas coleções incompletas, que sofrem de indexação idiossincrática e variável.

Como relata em seu artigo, Martínez Dávila (2016), durante sua viagem de pesquisa ao Archivo General de Indias, no ano de 2011, encontrou todos os documentos digitalizados não reportados na busca virtual, os quais lhe foram apresentados pelos funcionários do arquivo, que lhe orientaram que, às vezes, seria necessário que o usuário realizasse uma segunda busca em PARES para se certificar de encontrar a documentação que está buscando. Assim, para acessar as cópias eletrônicas, necessitarão realizar uma busca secundária pelo volume da coleção que desejam rever.

Da nossa análise, sem poder ter noção da exata profundidade, forma e possibilidades utilizadas por Martínez Dávila (2016) para tais conclusões, não foi possível corroborar tais constatações, visto que o instrumento interno do portal PARES não pode ser mostrado ao público. Não se permite acesso geral, mas, sim, apenas a parcerias estabelecidas, como nos foi informado pelo responsável das relações institucionais do PARES, pessoalmente, na Subdirección General de los Archivos Estatales – profissional que ocupa o cargo de chefe da seção de conservação do Archivo Histórico de la Nobleza.

De todo modo, ao se realizar uma busca no portal por, por exemplo, o termo Brasil, determinando, ou não em qual arquivo se pretende pesquisar, o consulente obterá os documentos relacionados com a indicação de se tratar de uma unidade documental simples ou um fundo, listando classes intermediárias que lhe demonstrarão o documento em seu local de organização (Figura 9). O usuário fará uma pesquisa por assunto, mas muito provavelmente, ao se dirigir pessoalmente ao arquivo indicado, encontrará o documento físico intelectualmente organizado em seu contexto, como indicado no Portal.



Figura 9 - Exemplo de busca pelo termo Brasil, no Archivo General de Indias. Unidade Estado, Portal PARES.

Em suma, consideramos o Portal PARES um excelente exemplo para nosso entendimento quanto ao processo de Redocumentarização. Esse projeto, abarca os fundamentos da Diplomática, da Arquivologia, da gestão de documentos e tecnologias da informação, como forma de fornecer um conjunto de requisitos que seja amplo, no tocante a proporcionar a melhor forma de disponibilização de acervos permanentes virtuais, seja por acesso remoto ou local. Consideramos o PARES um bom exemplo de como se manter a relação orgânica entre os documentos e garantir a confiabilidade, autenticidade e acesso aos documentos arquivísticos digitalizados. Seu sistema de funcionalidades é híbrido, gerenciando tanto de forma remota como local os documentos digitais e os convencionais das unidades de informação públicas espanholas que o compõem. A plataforma PARES coordena:

- gestão documental com vias à preservação e difusão;
- integração entre documentos digitais e convencionais;
- foco na manutenção da autenticidade;
- armazenamento, indexação e recuperação de variados tipos de documentos arquivísticos;
- gestão dos documentos a partir do plano de classificação para manter sua relação orgânica;
- implementação de metadados associados aos documentos para descrever seus contextos.

6 - Impactos da inovação tecnológica nas tradições Historiográfica e Arquivística

6.1 - Considerações obtidas com os profissionais da informação brasileiros e espanhóis

Relembrando o descrito no capítulo destinado à Metodologia empregada na presente análise, realizamos uma pesquisa qualitativa com amostra não probabilística e intencional. O objetivo de nossa consulta foi identificar a opinião de profissionais que possuem o documento arquivístico como objeto de pesquisas e trabalho. Buscamos elucidar dificuldades e vantagens encontradas no processo de consulta, organização e tratamento do documento digitalizado que adquiriu a fase permanente de preservação. O pano de fundo da discussão foi o documento digitalizado, mas em alguns momentos nos permitimos uma aproximação das discussões com os documentos eletrônicos de maneira geral, inclusive sobre os nativos digitais. Principalmente, pelo fato de em determinados momentos o assunto emergir da própria fala dos entrevistados.

Esse perfil de entrevistados, identificados pelas siglas AB01 a AB07⁹⁶ e DE01 a DE07⁹⁷, foi considerado de vital importância para a pesquisa, por entendermos que somente quem atua nessa

⁹⁶ AB na sigla escolhida significa Arquivista Brasileiro.

⁹⁷ DE na sigla escolhida significa Documentalista Espanhol.

prática diariamente poderia nos informar com propriedade a respeito do assunto pautado. Com o propósito de que algumas perguntas fossem respondidas em consonância com a hipótese principal da pesquisa, cogitamos que seria necessário o esclarecimento conceitual sobre a metodologia historiográfica de pesquisa dos *Annales*.

Em relação ao problema em análise, as informações obtidas nos possibilitaram inferir graus de concordância maior do que de discordância entre esses profissionais. Foram apresentadas informações as mais variadas sobre o tema, advindas do total dos 14 entrevistados. Felizmente, foram fornecidos opiniões e relatos que nos permitiram captar padrões de pensamento em relação à reflexão proposta.

De tal modo, no tema “Digitalização e virtualização do documento de acervo permanente”, buscamos conhecer as mudanças que fossem consideradas positivas e / ou negativas sem realizar perguntas de forma antagônica, ou seja: quais impactos positivos? ou quais impactos negativos? Previamente, adotamos perguntas cujas respostas nos permitiriam captar as considerações sobre vantagens e desvantagens que o entrevistado forneceria, de acordo com o seu grau de entendimento, satisfação e aceitação a respeito do processo em pauta.

6.1.1 - Digitalização e virtualização do documento de acervo permanente: preocupações e impactos

O resultado dessa reflexão foi que 100% dos entrevistados brasileiros relataram a existência de considerações acerca de ganhos, e também a geração de problemas provenientes do processo de digitalização (ver Tabela 10). No caso dos entrevistados espanhóis, 100% declararam haver vantagens no processo, com apenas quatro desses profissionais afirmando compreenderem a existência de problemas (ver Tabela 11). Constatamos o surgimento de preocupações relativas aos documentos eletrônicos com relação a sua organização, preservação e disponibilização para acesso, comparando com o tratamento e a disponibilização para acesso aos acervos físicos.

Professores / Arquivistas Brasil	
Digitalização e virtualização do documento arquivístico	
Mudanças positivas	7/7
Mudanças negativas	7/7

Tabela 10 - Professores / Arquivistas Brasil

Professores / pesquisadores Documentalistas Espanha	
Digitalização e virtualização do documento arquivístico	
Mudanças positivas	7/7
Mudanças negativas	4/7

Tabela 11 - Professores / pesquisadores Documentalistas Espanha

6.1.2 – A importância de uma descrição adequada dos acervos digitalizados e o papel do arquivista

A correta descrição arquivística deve ocorrer como resultado complementar da atividade de classificação – fiel ao princípio da proveniência – e não como processo automático, apenas resultante da inserção desordenada de dados no computador, alimentado pela ilusão de que a máquina será capaz de restabelecer a lógica interna das séries e das unidades documentais. A informação desorganizada, quando informatizada, continua sendo apenas informação desorganizada (LOPEZ, 2002, p. 48).

Alguns entrevistados brasileiros demonstraram compreender a concepção de digitalização dos documentos, na Arquivologia, como uma questão meramente técnica e complementar. Do ponto de vista do ofício e do desenvolvimento das práticas arquivísticas, os profissionais entrevistados atribuíram fundamental importância na contínua perseguição dos mesmos objetivos empregados no tratamento tradicional, como manter os acervos arquivísticos com seu vínculo orgânico. O entrevistado AB01 considera que “inclusive, é isto que faz com que continuemos tendo a mesma denominação”, ou seja, que a organização de acervos documentais digitalizados esteja nas mãos do profissional arquivista, fato que se deve à manutenção dos princípios organizacionais próprios desse profissional. Essa indissociável manutenção dos princípios tradicionais, para AB01, foi e é importante, além de propiciar novos olhares sobre o tradicional: “porque quando se buscou esta solução, retomamos coisas muito antigas, procedimentos, por exemplo, medievais, como estudar a diplomática, a qual foi revista para enfrentar este desafio tão contemporâneo, que é o documento no meio eletrônico”.

Diante de todo um trabalho que precisa ser feito pelo profissional da informação, além do mais recente, que é o de disponibilizar acervos *on-line*, também é necessário pensar no papel do profissional arquivista. Frente às possibilidades digitais, notamos que a importância desse profissional cresceu, em função da necessidade de um maior cuidado na organização do grande montante de informação e documentação que passamos a contar. Sua função não estará restrita a guardar e dar acesso ao que seja considerado relevante.

Para AB07, por exemplo, “não faz sentido guardar o que não tem valor [...] a digitalização amplia o nosso papel, por mais que algumas pessoas digam que com a digitalização não haverá o

arquivista”. Para AB07, a digitalização insere ainda mais o arquivista no mercado de trabalho, imputando-lhe mais responsabilidades, “porque uma coisa é o documento aqui comigo, outra coisa é como e quando este vai parar lá do outro lado do mundo” e, “cabe ao arquivista desenvolver consciência desta amplitude”. Assim, diferente do que seria o entendimento de alguns profissionais, para AB07, a digitalização não excluirá esse profissional, e, sim, incluí-los, agregando ainda mais responsabilidades.

O surgimento de procedimentos considerados mais delicados, quando contraposto ao tratamento físico de acervos arquivísticos, emanou de considerações como “esse movimento de disponibilização do acervo em meio digital não pode ser analisado sem uma discussão sobre a qualificação da descrição”. O que AB04 relatou estar presenciando é: “em várias instituições, uma digitalização sem a descrição adequada”. A preocupação com a descrição adequada dos acervos apareceu com grande destaque nos relatos dos entrevistados AB01, AB04, AB06 e AB07, além dos entrevistados espanhóis DE03, DE06 e DE07.

AB04 acredita que, antes de disponibilizar o acervo no meio digital, é preciso disponibilizar instrumentos que permitam a busca da informação sobre o acervo. Permitir que o usuário faça uma pesquisa preliminar de boa qualidade, de forma a lhe ajudar a vir ao arquivo quando necessário com uma pesquisa previamente melhor “desenhada”.

Para o entrevistado AB06, quando se disponibiliza um conjunto de documentos *on-line*, teoricamente, trata-se de um momento muito específico dessa documentação, pois esta não se encontra mais no âmbito da gestão do dia a dia das instituições. Para a comunidade arquivística, a partir do momento que ela é a responsável por organizar e disponibilizar para o usuário a documentação, acarretaria em alterações na maneira de pensar a própria disponibilização. Conforme AB06, “se tornou muito importante organizar e descrever corretamente esses fundos”.

Esses relatos, conjugados com a percepção do conjunto das entrevistas, confirma-nos que a qualificação do acesso do usuário aos fundos e coleções não pode acontecer pela mera digitalização ou disponibilização do acervo digitalizado. A aplicação dos processos de organização próprios da Arquivologia é primordial e permitirá ao pesquisador delinear melhor a sua pesquisa. Entendemos que essa correta aplicação é possibilitada pelo processo de Redocumentarização, como por nós delineado nesta pesquisa.

Como observado na fala de AB07, o processo de digitalização de acervos arquivísticos traria um ganho duplo quando bem descrito, pois “temos ganho de tempo no nosso trabalho”. Apesar de considerar que não é objetivo da digitalização, “ganhamos tempo apesar de, no início, gastarmos mais tempo para organizar”, se referindo à possibilidade de o usuário se auto servir daquilo que

procura.

Para AB04, por exemplo, em uma situação de um acervo permanente altamente relevante, quando adequadamente descrito, acarretará maior facilidade para digitalizar tais conjuntos. Notamos, aqui, uma referência indireta aos acervos físicos mais antigos que, por conhecimento prático, frequentemente não receberam um tratamento adequado nos termos mais contemporâneos, fato ocorrido em função dos limites da época em que foram organizados. E se sabe que, geralmente, a prática de reorganizar esses acervos é praticamente inexistente.

Para AB04, no caso de instituições com diversas outras questões importantes para se ocupar, entre elas, garantir condições para o recolhimento dos acervos, a digitalização deve ser considerada uma alternativa para melhorar o atendimento ao usuário. E “a partir daquilo que é um acervo mais quantificado, um bom trabalho de planejamento institucional tem que abarcar isto [a descrição adequada]”.

Esse trabalho de descrição é considerado um grande desafio para AB06: “você deve se colocar no lugar do usuário, pois a sua descrição tem de ser ágil [...] e, na minha opinião, isto assusta muito o profissional da informação”. Para AB06, o conjunto de documentos, quando chega à mão do usuário, precisa oferecer elementos para que possa refletir o conjunto. AB06 pondera que “se eu não conseguir transmitir na minha descrição a organização desse contexto, de maneira adequada, o usuário vai ter problemas”, referindo-se à contextualização dos documentos.

Em relação à organização, notamos que não houve mudanças teóricas significativas em função da digitalização dos acervos. A grande mudança estaria nas possibilidades do acesso a esse conjunto documental. A gestão⁹⁸ dos documentos precisará acontecer a partir de seus métodos próprios. Os instrumentos de gestão de documentos precisam ser aplicados: plano de classificação e tabela de temporalidade. O papel do profissional da informação, nesse caso o arquivista, precisa continuar acontecendo no sentido de preparar os instrumentos de pesquisa.

Recorrentemente, nota-se a grande importância dada por esses entrevistados à descrição arquivística. O profissional da informação deve interpretar o conjunto documental e representá-lo para o usuário, oferecendo todo o seu potencial informativo, além de proporcionar a percepção do seu valor contextualizado. Apenas digitalizar e colocar na Internet não promoverá um acesso amplo. Promover acesso não é apenas disponibilizar, é preciso poder compreender em que contexto aquele documento está inserido e o que ele representa.

⁹⁸ A gestão arquivística de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (CONARQ, 2011, p. 10).

O profissional que está dentro da instituição de guarda, geralmente, entende a importância e o significado dos conjuntos documentais e precisa transmitir essa percepção para o consulente. O documento não possui informação no sentido estrito do termo, a informação não é apenas aquela que está registrada no documento: este possui informações que estão a sua volta, e isso não pode ser desprezado em relação ao documento arquivístico. É importante mostrar o contexto em que o produtor estava inserido e a função que desenvolvia ao produzir aquele documento.

O documento virtualizado precisa estar contextualizado. É preciso ser relacionado com outros documentos, pois a Arquivologia não trabalha com peças únicas, um documento geralmente está relacionado a outro(s). Ao se digitalizar, pode-se acabar fragmentando essa organicidade, o elo entre os documentos e a pessoa produtora destes. Os entrevistados mostraram grande preocupação quanto ao fato de prezar para que esse processo possa vir a não ser aplicado de forma correta.

6.1.3 – Acervos digitalizados, acervos necessariamente duplicados

O arquivo, ao duplicar digitalmente parte dos seus acervos, vive a consequência de um desafio maior. Nesses termos, dizemos relativamente duplicados, pois o acervo e os procedimentos serão duplicados frente à impossibilidade metodológica de descartar os documentos originais que foram digitalizados. Pois, entendemos e defendemos, que serão os originais físicos que vão conferir autenticidade e fidedignidade à imagem digital.

Surgiu a responsabilidade de ser capaz de manter um *site* confiável, no qual se disponibilizem fundos arquivísticos *on-line*, ininterruptamente: “não posso retirar do ar esse *site*, porque se retiro aquele fundo o pesquisador poderá ter comprometido todo o seu trabalho de pesquisa” (AB01). Os pesquisadores agora vêm de todos os lugares possíveis: “[o pesquisador] pode estar no Japão desenvolvendo uma pesquisa, mas não pensará nos arquivos como uma instituição em sua forma tradicional” (AB02). Aqui, o entrevistado, se referiu à responsabilidade de não interferir no fluxo das pesquisas, preservar os acervos físicos e ser capaz de gerir um acervo virtualizado.

Para AB02, “essa tecnologia não poderá superar a preservação do acervo físico, do documento de arquivo”, referindo-se à manutenção do princípio da autenticidade, entendendo que este princípio será garantido diante da consulta ao objeto original, o qual fornecerá as características que demonstram não ter esse objeto sofrido modificações.

Essa importante questão, que é a preservação dos documentos originais, apareceu recorrentemente na fala de grande parte dos entrevistados brasileiros e espanhóis. Para esses

profissionais, é primordial que no mundo da tecnologia digital os princípios arquivísticos sejam preservados. O documento arquivístico é prova de algo, tem poder de comprovação, e esse poder ocorre em função de uma série de características que garantem a sua autenticidade. É preciso garantir essas mesmas propriedades do documento físico para a representação eletrônica: “você tem de ter um sistema que lide com essa perda da materialidade do ponto de vista da arquivística” (AB05). Os entrevistados consideram impensável a substituição do documento físico pelo seu espelho eletrônico, pois “o digitalizado não substitui o original” (AB05).

Com relação a essa mesma preocupação – a preservação do documento original – AB02 considera que teremos novos problemas se não pensarmos de forma muito detida e preocupada na continuidade da manutenção da forma como o documento foi constituído: “penso que corremos o risco de entender que se está modernizando, neste sentido é modernizar mesmo, mas por outro lado podemos descuidar de algo que é preponderante: a manutenção da fonte original”.

AB07, que atuou de forma prática na digitalização de documentos públicos, disponibilizando-os via Internet, relatou que “era muito claro para nós que o objetivo da digitalização não era substituir o processo de organização e nem substituir os documentos originais”. AB07 complementou a questão, referente à duplicação do acervo e a indissociável preservação dos originais, em tom de desabafo, dizendo não entender como alguns profissionais “podem pensar que a digitalização vai substituir o documento original, isto não faz nenhum sentido”. Junto a esse relato, AB07 afirmou conhecer profissionais da Arquivologia que entendem, concordam e defendem que haveria a possibilidade do descarte dos originais diante da possibilidade da digitalização. Note-se que no documento do CONARQ (2010, p. 04), sobre as recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes, encontra-se informado que, “as ações de digitalização não devem ser realizadas em detrimento das ações de conservação convencional dos acervos custodiados por instituições arquivísticas, por serem inalienáveis e imprescritíveis, conforme preconiza o artigo 10º da Lei Federal no 8.159/1991”.

Assim, ficou nítido que AB07 concorda com nossa defesa de que o documento original tem seus traços e é importante, constantemente, tocá-lo, examiná-lo, percebendo suas marcas de produção, manuseio e tempo de existência, entre outros atributos. Esse entrevistado concorda que “em alguns momentos você verá é no documento original se ele está marcado com alguma caneta em vermelho, escrito em algum momento com um lápis [...] São detalhes do original que você não consegue demonstrar com a digitalização [representada em tons de cinza]”.

6.1.4 – A preocupação com a vulnerabilidade dos acervos digitalizados

As vulnerabilidades são lacunas provenientes de vários fatores. Podemos citar sistemas informáticos desatualizados ou mal desenvolvidos e os sujeitos mal-intencionados que os invadem para acessar os conteúdos armazenados. Também, *softwares* mal instalados ou mal configurados. As mídias de armazenamento, todas muito frágeis, precisam de atenção redobrada para que as informações não sejam danificadas. A chamada redundância dos dados gravados nas mídias precisa ser adotada e em locais distintos geograficamente, como forma de prevenção e amenização em caso de acidentes.

Além da fragilidade própria desses equipamentos, existe a chamada obsolescência programada. Tal processo é estudado por áreas como Economia, Administração, Engenharias e Direito. Consiste em uma prática de mercado na qual os produtos são projetados de forma que sua durabilidade, ou funcionamento útil, aconteça em um período determinado e reduzido. Isto acarreta a necessária substituição desse material da parte de seus consumidores, periodicamente, aumentando a lucratividade das empresas.

AB03 entende como preocupante a facilidade com que essa tecnologia apresenta fragilidades, pois “o documento que está sendo digitalizado leva com ele os problemas do nosso dia a dia, frente às tecnologias”. São problemas relativos ao direito autoral, intelectual, direito à privacidade e à própria obsolescência. Apesar de no início de suas considerações AB03 ter apontado grandes benefícios advindos do processo de digitalização dos documentos, ficou claro que esse entrevistado considera que a mudança mais substancial foi a geração de novos problemas que ainda precisam ser constantemente revistos. Para esse profissional, a forma maior de impacto estaria na questão da instabilidade do suporte e da tecnologia, ou na manutenção delicada, própria dos documentos virtualizados.

Para AB04, também discorrendo a respeito da tecnologia informática propriamente dita, “o grande problema é o alto custo que isto representa, a necessidade de reformatação e migração destes novos suportes”. O arquivo no qual atuou, de forma prática, em um processo de digitalização de acervos, possuía uma estrutura para digitalização e armazenamento, mas não era suficiente para o seu acervo. Em 1999, desenvolveram um *site* que ofereceu a descrição dos acervos, o qual considera ter sido um marco naquele momento. Mas, recentemente, o governo da capital mineira o “desmantelou” como forma de cortar custos econômicos. AB07 também falou sobre estes valores: “a manutenção desses documentos digitais é cara, porque você tem de estar,

de tempo em tempo, migrando de mídia, atualizando *software*, formatos digitais, etc.”.

Essa migração, há muito, é alvo de preocupações da comunidade arquivística. O CONARQ, em razão disso, criou uma Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. As Resoluções 39 e 43 desse órgão traçam a política de preservação digital brasileira, determinando “diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR” (CONARQ, 2014).

No RDC-Arq⁹⁹, (Repositório Digital Confiável), também são explicados em publicação técnica sobre sua implantação, o que implica na montagem de infraestrutura tecnológica de custo elevado. Abrimos aqui um parêntese para informar que, entendemos que esse alto custo, como citado por alguns entrevistados, existiria diante da estrutura tecnológica que é necessária. Para os pesquisadores espanhóis Cruz Mundet e Díez Carrera (2015), o cálculo dos custos seria uma das fraquezas mais importantes do gerenciamento e preservação digital. Embora seja uma atividade recente, ainda estaríamos longe de ter contraído um consenso e um compromisso geral sobre sua necessidade, além da comunidade especificamente envolvida em sua prática. Existiria uma convicção ampla e errônea de que os valores estariam centrados na natureza tecnológica e, por conseguinte, concentrados no *hardware*, cada vez mais barato e em *software*, que é incorporado aos sistemas de gerenciamento.

O documento do CONARQ (2010) orienta os gestores e os demais profissionais envolvidos nas instituições de arquivo a fazerem planejamento antecipado dos custos de implantar um projeto de digitalização. Alerta que tal processo exige, primeiramente, uma previsão orçamentária e financeira capaz de garantir a obtenção, atualização e manutenção de versões de *software* e *hardware* compatíveis com as demandas atualizadas constantemente. Além disso, é importante adotar requisitos técnicos que garantam preservar e manter a acessibilidade aos acervos dos documentos eletrônicos gerados em curto, médio e longo prazos.

Compreendemos que tais custos são relativos, diante dos benefícios que podem ser oferecidos. Dessa maneira, não seria o caso de comparar com o valor de manutenção dos arquivos físicos. Porque o uso do espaço físico continuará a ser contabilizado e a ele acrescentada a duplicação com o acervo virtualizado, devido ao material digitalizado, o que demandará a adição dos valores desse processo ao orçamento do arquivo físico que disponibiliza e preserva parte do seu acervo também virtualmente. Quando se ouve falar que a guarda e preservação de documentos

⁹⁹ Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>.

de forma digital teria menores custos financeiros que os tradicionalmente em suporte papel, entendemos que isso seria real no caso da produção nato digital de documentos e sua consequente preservação eletrônica. O documento criado digitalmente e que cumpre sua função por meio do meio eletrônico é o documento original. Sua impressão em papel é, na verdade, uma cópia materializada em um suporte físico. Dessa forma, não existe duplicação de acervos, como apontamos ser uma realidade no caso da digitalização dos acervos clássicos. De qualquer maneira, os custos para a manutenção de acervos digitais e digitalizados envolvem gastos (o CONARQ recomenda *softwares* livres), infraestrutura informática e de rede, além do monitoramento permanente de toda essa frágil e delicada tecnologia.

Dando sequência à discussão da presente seção, a velocidade, orquestradamente atrelada à evolução tecnológica, tornando *hardware* e *software* obsoletos, gera obstáculos à longevidade dos documentos eletrônicos, de maneira geral. Muitos documentos, incluindo também os nativos digitais, acabam sendo perdidos ao irem junto com os equipamentos que necessitam ser periodicamente substituídos caso não haja uma atenção acurada para tal fator. Pois, além da obsolescência, também ocorrem acidentes ou defeitos nos equipamentos. Dessa maneira, recursos humanos inadequados também podem onerar bastante os projetos de implantação e manutenção dos acervos virtualizados.

AB06 considera que “muitos de nós não estamos preparados para lidar com essa tecnologia e aqueles que estão preparados, muitas vezes, deixam um pouco de lado os pormenores da descrição documental”. AB06 buscou asseverar, com esse relato, que, frequentemente, os profissionais mais bem preparados tecnicamente, geralmente, estão menos preparados teoricamente, acarretando em falhas na aplicação dos procedimentos arquivísticos. No entanto, também se referindo aos profissionais arquivistas com habilidades técnicas e tecnológicas, ou habilidades informáticas, AB01 diz ter encontrado profissionais que possuem facilidade para lidar tanto com a tecnologia quanto para lidar com as demandas teórico arquivísticas. No trabalho relativo à autenticidade dos documentos eletrônicos de arquivo, citou como um exemplo bem-sucedido o professor Daniel Flores¹⁰⁰, que “tem pensado em *softwares* específicos para esta área” (AB01).

Na verdade, esse “tem pensado” é apenas uma forma de expressão, pois esse comentário provavelmente se refere à participação desse pesquisador na Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ. Tal conselho, na última década, definiu os critérios para garantir

¹⁰⁰ Daniel Flores é professor e pesquisador da Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Documentação. Doutor em Documentação pela *Universidad de Salamanca*, da Espanha, pela linha “*Metodologías y Líneas de Investigación en Biblioteconomía y Documentación*”.

autenticidade dos documentos eletrônicos de arquivo, como na Orientação Técnica n.º 1, de abril de 2011, “Orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos”. Segundo esse documento, o SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos “é um sistema que controla o ciclo de vida dos documentos arquivísticos. A gestão arquivística de documentos compreende a captura, a tramitação, a utilização e o arquivamento até a sua destinação final, isto é, eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (CONARQ, 2011a, p. 01).

6.1.5 – A preocupação com questões políticas

A memória social não é capaz de arquivar tudo. Lembra-se de algumas coisas, esquece-se muitas outras e apenas uma amostra de todos os registros se tornará arquivo. Na seleção de registros, como observado por Nesmith (1998), dispô-los em um “pedestal” altera o seu contexto, determina novos significados para o registro do que restou para a constituição de séries e fundos. De tal modo, essa seleção vai indicar as narrativas possíveis.

De forma transversal, pôde-se inferir, emergindo das falas de parte dos entrevistados, questões políticas, inerentes ao trato com os acervos. São questões que insurgiram de maneira mais explícita dos entrevistados AB01, AB02 e AB04 e de forma indireta dos relatos de entrevistados espanhóis das áreas de história e documentação. A percepção que têm os especialistas em arquivos é que, aproximadamente, 5% seja a quantidade de documentos que são digitalizados e disponibilizados virtualmente pelos arquivos, apesar de essa informação não ser confirmada oficialmente. Ainda que esse montante venha a significar milhões de documentos, quando se está falando do ponto de vista da prática arquivística, a digitalização tem passado por um processo de seleção, de acordo com demandas culturais e condicionada pela disponibilidade financeira.

Desconhecemos que algum arquivo no mundo, até o momento, disponibilizou todo o seu acervo *on-line*, provavelmente por ser algo caro, trabalhoso, envolver a questão da autenticidade e os muitos recursos financeiros que carecerão de ser mobilizados. Assim, o que está indo para a Internet? AB01 nos informa que uma instituição é composta por uma infinidade de fundos de documentos e, a este respeito, enfatiza: “O processo de digitalização, e vou numa perspectiva das instituições de arquivo, é muito complicado. Se dá, principalmente, por meio de leis de incentivos culturais e essas leis nos fazem, ou relativamente nos obrigam, a escolher determinados fundos e não outros”.

Percebemos, aqui, um tema que mereceria uma discussão mais aprofundada. Seria importante entender as políticas no âmbito das instituições sendo levadas a privilegiar o que, como e quando devem ou podem digitalizar. Esse é um fator que perpassa o tema, mas se acredita que, de forma um pouco velada, logo, nada discutido. Relembremos que, no caso do portal PARES, a digitalização é estimulada, em grande parte, pela demanda dos usuários.

Por se tratar de uma jovem novidade tecnológica, estariam as pessoas ainda muito seduzidas e envolvidas pela tecnologia em si? Aparentemente, o tema é por demais delicado. AB04 nos relatou que nas instituições nas quais trabalhou “essa discussão sobre o que digitalizar e quando digitalizar foi abordada em dado momento, porém não foi aprofundada”. Pois, de forma mais emergencial, “foi preciso definir: do que é que o nosso usuário precisa?”. Tal questão acabou sendo sanada, sem muito profundamente se refletir, determinando o privilégio dos fundos fisicamente mais consultados.

Aproximamo-nos, de tal modo, de um tema de grande repercussão. A história chamada como “oficial”, a qual emanaria dos acervos que guardam documentação das instituições ditas oficiais, não é o estado produtor da documentação que a escreve. A História é escrita a partir da documentação a qual se tem acesso, a qual os pesquisadores têm acesso, ficando condicionada, em boa parte, à disponibilização dos indícios que permitem a interpretação do passado. Podemos perceber que os historiadores concebem, geralmente, arquivos como repositórios de fontes históricas e os arquivistas como um repositório neutro.

Nesse quadro, Ketelaar (2001) defende que fundos de arquivos, documentos de arquivo, instituições arquivísticas e sistemas de arquivamento contêm narrativas tácitas que precisam ser desconstruídas, a fim de compreender os significados dos próprios arquivos. Para esse pesquisador, abundantes narrativas tácitas estão ocultas na categorização e indexação dos documentos. O arquivamento envolve selecionar o que deve e o que não deve ser preservado para ser disponibilizado.

Ketelaar (2001), entendendo que o que se aplica na manutenção de registros em organizações, também se aplica aos arquivos como uma instituição social, defende que contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos determinam as narrativas tácitas de um arquivo. Ketelaar buscou chamar a atenção de que tais contextos deveriam ser mais transparentes. Exemplificando essa proposição, cita, em seu texto, a organização dos museus, afirmando que essa instituição com sua forma de preservação e organização de acervos, prima por reencenar o

contexto em que o artefato foi feito¹⁰¹.

Para AB02, no presente momento, “temos que pensar como conviver ou talvez como vamos caminhar nessa transição do que se privilegia e o que não se privilegia. São questões que não são apenas de caráter coordenativo”. Esse entrevistado considera ainda que, “às vezes, nos debatemos muito com essa dificuldade de uma definição do que a instituição privilegiará, inclusive, em função da rotatividade das pessoas e o que cada uma delas considera interessante”.

Deduzimos que tal discussão merece ser trabalhada e analisada com mais afinco, observando-a como um problema. Percebemos que se acaba reproduzindo conhecimento a partir do que é frequentemente acessado. Esse é um problema que precisa ser questionado. Pois, por exemplo, ao se disponibilizar virtualmente os documentos mais visitados fisicamente, pode ser que esse procedimento venha a limitar o surgimento de novas análises e novas perspectivas de pesquisas históricas. É notório que muitos historiadores insurgem novas discussões pelo contato com arquivos e acervos anteriormente não estudados.

Creemos estar diante de uma demanda para se pensar no que tem sido privilegiado e na possibilidade de uma digitalização total dos acervos, por mais difícil que isso soe nos tempos atuais. Mas o problema seria amenizado apenas dessa forma? Nessa seara é como se o arquivo estivesse fazendo o seu importante papel de preservação documental, mas, por outro lado, novas pesquisas seriam estimuladas se os documentos menos buscados fossem colocados à disposição. A forma mais primária de se alertar para documentos pouco ou nada interpretados é trazendo-os à evidência.

6.2 – Impactos do processo de digitalização de acervos na prática arquivística

6.2.1 – Impactos classificados como positivos

Avaliando o que surgiu das falas dos entrevistados, tentamos fazer uma síntese, neste capítulo, do que analiticamente classificamos como impactos positivos da digitalização de documentos arquivísticos para os profissionais que atuam nessa área. Como exemplificação, apresentamos algumas falas, destacando o fato de que o elemento que mais adveio dos entrevistados espanhóis foi sobre preservação e conservação:

É uma conquista social em relação às massas de dados. Significa um grande

¹⁰¹ [...] *as one tries in a museum to re-enact the context in which the artifact was made* (KETELAAR, 2001, p. 137).

avanço para a população. Você pode consultar de madrugada de qualquer parte do mundo, fora do seu horário de funcionamento. Isto, hoje, não é mais visto com um tipo de preconceito, muito pelo contrário, tem sido muito bem-visto como algo necessário. E, por outro lado, cada vez mais, você tem arquivistas trabalhando em conjunto para adequar essa tecnologia (AB01).

Apresenta um novo significado, do ponto de vista estrutural, do ponto de vista social. Um novo significado porque permite agregar um número maior de pessoas em torno do que foi preservado da história e da memória. Temos a possibilidade de uma guarda documental de forma mais efetiva, muito mais protegida, o que considero importante do ponto de vista do processo de preservação e democratização do acesso (AB02).

Acredito que esse processo significa obter vantagens, sobretudo no armazenamento. Pois, diante de vários problemas para preservar os documentos, acredito que com a digitalização se ganha muito neste sentido. Também quanto à conservação e preservação (DE02).

Entendo como muito positiva a digitalização dos documentos de arquivo, por vários motivos. Concordo que há uma perda quando se digitaliza o documento e se tem acesso virtual a este, mas este documento é melhor preservado [...] Todos nós podemos ter acesso a documentos que não podem estar disponíveis para acesso para qualquer pessoa, em função de sua fragilidade. Assim, podemos preservá-lo melhor e permitir que muitas outras pessoas tenham acesso ao seu conteúdo informacional. Mas, se entendemos que este documento, como um objeto, tem valores materiais, podemos ir até o arquivo para consultá-lo (DE03).

Como arquivista, acredito que o mais importante da digitalização dos documentos de acervo é a conservação [...] temos aí uma cópia de segurança destes materiais originais, ainda que a digitalização não seja garantia de conservação a longo prazo [...] Do ponto de vista do profissional de arquivo, penso que o arquivo também ganhou muito com isto por permitir uma difusão maior do que é uma instituição de arquivo e o que se pode encontrar em um arquivo, estas vantagens são fundamentais (DE05).

O pesquisador chegava no arquivo, solicitava 10 códices. Diante daquela grande quantidade de documentos, teria de passar por todos. Agora, consegue fazer uma pesquisa por assuntos. Leva-se a fonte para casa. Entendo como uma mudança significativa poder deter a fonte, poder possuir uma representação da fonte física com a certeza de vir do original (AB05).

Apesar de apresentarem vários pontos positivos, de forma geral, os profissionais da informação consideram que se tal processo ainda não está melhor adequado às demandas de consulta, seria porque o diálogo com o profissional da tecnologia ainda não está “encaixado”, usando aqui o termo empregado pelo entrevistado AB01. Nossa experiência prévia, em relação aos entendimentos necessários quando do trabalho conjunto entre os desenvolvedores de tecnologias e quem se utiliza dessas tecnologias para apoiar o ensino de humanidades, por exemplo, nos leva a concordar que esse diálogo não é fácil. Mas AB01 afirma que já melhorou muito: “não é a mesma coisa que era há 10 anos”.

Este é um fator presente nos processos de diálogo entre a comunidade computacional, que tem

difficuldade de entender o que é demandado pelo grupo do patrimônio cultural e vice-versa. O trabalho em conjunto de pessoas com formação em Museologia, História das Artes, Arqueologia, História Natural, Física, Ciência da Computação e Filosofia – não se esgotando nessas áreas –, buscando chegar a um termo funcional entre a complexidade da organização dos conceitos e a complexidade da descrição de processos, sempre demanda muito estudo, muito diálogo, muita determinação em tentar entender alguns fundamentos de áreas muito distintas como Exatas, Humanas e Sociais (SANTOS, 2016).

Há, também, nesses depoimentos, eventuais incompreensões em relação à forma do tratamento técnico da área. O depoente AB05, aparentemente, não compreende que a classificação arquivística é pela proveniência externa e interna da documentação. Citemos um exemplo: inventários *post-mortem* são uma documentação notarial que registram os bens de uma pessoa falecida. Essa documentação começou a ser produzida em Minas Gerais no estabelecimento das primeiras comarcas, no século XVIII. Como se tratava de uma sociedade pré-industrial, tudo era considerado “bem”, não havendo objetos, por assim dizer, “descartáveis”. Então, nesses inventários há objetos pessoais (roupas, calçados, livros), há também objetos da casa (móveis, prataria, imagens sacras), assim como bens imóveis (casas, fazendas, terrenos) e móveis (gado, escravos, pequenos animais domésticos). Os inventários podiam ser de homens ou de mulheres, de ex-escravos ou dos portugueses, e assim por diante. Pois bem, qual é o “assunto” dessa série de um fundo cartorial? Na verdade, estamos diante de uma infinidade de potenciais assuntos: através dessa série documental pode-se fazer uma história cultural (livros possuídos, imagens sacras possuídas), uma história da condição feminina (ocupações de mulheres, indumentária feminina, mulheres senhoras de escravos), uma história da escravidão (origem, preços e ocupações dos escravos); também pode-se fazer uma história econômica (dívidas, atividades comerciais, valores da riqueza). Enfim, a classificação pela proveniência institucional não remete a assunto algum, mas permite ao pesquisador conhecer a razão de ser da documentação, a atividade registrada, a função que tinha, a potencializando para infinitos assuntos de pesquisa.

Retomando os relatos, AB04 nos informou, dentre suas considerações a respeito dos benefícios que considera advir das possibilidades do processo de digitalização, uma experiência prática muito produtiva e gratificante. Em um trabalho com fotografias sob guarda de um arquivo da capital mineira, o qual não possuía à época condições de positivar um número tão grande de negativos como os que possuíam, a digitalização foi o caminho que permitiu realizarem o trabalho de identificação, descrição e disponibilização para acesso desse material. Para esse entrevistado, a digitalização também possibilita um caminho para a identificação de acervos negativos em microfilmes.

Os profissionais da informação entendem a digitalização e disponibilização remota dos acervos arquivísticos como uma forma de contarmos com muito mais fontes de informação de valor secundário disponíveis. Pode-se contar com mais acesso aos dados documentais em função dos sistemas de recuperação da informação. Nesse sentido, elucidamos com o relato de DE06, para quem esse processo de digitalização permite a melhora da difusão dos conteúdos documentais “de uma forma magnífica”. Além disso, permite que os próprios usuários façam pesquisas eletrônicas, adquirindo uma certa autonomia. DE06 também chamou a atenção para uma melhor conservação de documentos “muito delicados, como códices antigos, que são muito difíceis de conservar, além de fotografias”. Todos estes fatores “melhoram consideravelmente a possibilidade de divulgação desses documentos” (DE06).

DE07 considera que “a automação e digitalização de arquivos é a chave [...] Esses processos constituem a mudança de paradigma nos arquivos nos últimos 10 anos”.

Do meu ponto de vista, o de professor de Ciências da Documentação, posso dizer que os sistemas de gerenciamento de arquivos são a base para o melhor uso da documentação permanente. Isso não se limita apenas à digitalização de documentos, também à descrição, transcrição, identificação de autoridades, alocação de metadados, o que favorecerá a recuperação (DE07).

AB05 relatou uma de suas experiências práticas com a pesquisa histórica, considerando-a de extrema utilidade e facilitadora do seu processo de investigação. Trata-se do sistema do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁰². Esse banco de dados possui arquivos pessoais de diversos políticos, como o ex-presidente Getúlio Vargas e Gustavo Capanema¹⁰³. Um acervo que possui projetos de História oral, além de documentação dita tradicional. Por meio de um cadastro, podem-se fazer pesquisas e salvar os documentos em uma pasta virtual constituindo, assim, o acervo que interessa ao pesquisador. Conta-se, ainda, com uma espécie de cesta virtual, que permite atribuir comentários em cada documento adicionado. De acordo com o entrevistado, os instrumentos de pesquisa possuíam outra característica. Hoje, conta-se com novas e variadas formas de indexação e recuperação da informação, representando novidades a partir do digital.

¹⁰² Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>.

¹⁰³ Ex-ministro da educação brasileira, do período de 1937 a 1945.



Figura 10 - Setor de digitalização da Hemeroteca Municipal de Madrid-Espanha. Centro Cultural Conde Duque. Equipamento de digitalização de livros. Fonte: acervo do autor.

A tecnologia atual, que permite o processo de digitalização, oferece maiores possibilidades de armazenamento. Uma parte dos entrevistados brasileiros, saudosamente, lembrou-se do período no qual as mídias de armazenagem mais acessíveis se constituíam de disquetes, ou os discos flexíveis que possuíam a capacidade de armazenagem informada de 1.44 MB, mas efetivamente de 1.38 MB, ou 1.448.448 *bytes*. Um momento em que era frequentemente necessário apagar outros documentos por necessidade de espaço. Atualmente, não há necessidade de eliminar informações consideradas menos importantes, pela necessidade de espaço. A possibilidade de armazenamento permanente, em suas variadas formas, contribuiu imensamente para a expansão da digitalização dos acervos.

No tocante à conservação, os documentos, ao serem digitalizados, são fisicamente prejudicados, pois receberão uma luz forte e intensa, que é prejudicial a sua estrutura, além de constituir-se em um dano irreversível e acumulativo. Inclusive, é recomendável que se exponha documentos sempre à luz natural a fim de haver menores danos. Por outro lado, quando se movimentam esses documentos, retirando-os de suas caixas por inúmeras vezes a cada consulta, isto também acarretará em danos. Como relatou DE04, “há algo que acredito que já foi superado, mas quando começamos com a digitalização, recomendava-se a microfilmagem dos documentos, principalmente porque a microfilmagem requer apenas uma lente”. Esse entrevistado complementou a sua fala com um exemplo a respeito de documentos de biblioteca: “Algumas bibliotecas que possuíam documentos muito frágeis, importantes, além de documentos de arquivo, começaram a microfilmá-los, evitando levar os próprios documentos à digitalização,

que agride um pouco mais o objeto”.

Desse cuidadoso processo entendemos ter, ao final, a digitalização proporcionando algo importante e complementar em relação a uma preservação mais longa dos acervos físicos. Uma vez digitalizados, não será necessário manipular frequentemente os originais. Uma vantagem visível da digitalização estará na grande redução da necessidade do manuseio desses originais. Porque, apesar de defendermos a importância historiográfica do contato físico, também compreendemos que não serão todos os consulentes que necessitarão ter contato com o original. O usuário terá a possibilidade de fazer pesquisas prévias, seja no arquivo, seja remotamente, visualizando o que de fato lhe vai interessar. Com isso, poderá ter certeza de que determinado documento, ou conjunto, contemplará o que de fato sua pesquisa demanda, sem manipular documentos que não lhe serão úteis.

Retomando e frisando, novamente, a respeito da questão de se buscar acesso ao documento original, entendemos ser importante lembrar que na configuração da presente pesquisa buscamos, entre vários outros assuntos, explicar e fundamentar a necessidade que alguns perfis de pesquisa histórica possuem como característica metodológica: o exame dos documentos físicos originais. Pois, nesses casos, será necessário ter contato com o próprio documento.

Com uma consulta prévia via representação digitalizada, o usuário pode solicitar nos arquivos o original específico, sem necessitar manusear os demais documentos de um conjunto, códice ou dossiê, por exemplo. Mas, alertamos aqui, destacando que esse ato de solicitar um documento original físico não é uma opção estabelecida ou oferecida em todos os arquivos que possuem parte de seus acervos digitalizados. Tais locais justificam que, uma vez disponibilizado virtualmente, seja de forma local ou remota, o acesso ao original não será mais permitido – de acordo com as diretrizes que foram estabelecidas pela instituição. Essa prática, previamente observada por esta pesquisa também foi condenada, mais especificamente, pelos entrevistados DE03, DE05 e DE06. No caso dos profissionais brasileiros: AB01, AB05 e AB07. Este último, discorda totalmente dessa restrição e considera que,

[...] não é pelo fato de digitalizar um acervo que não se vai dar mais acesso aos originais, para mim nem faz sentido isto. E se o acervo não está devidamente organizado e o consulente quer fazer uma pesquisa, temos de entregar tudo para este procurar, até encontrar, o que precisa [...] acarretando no manuseio relativamente desnecessário de todo o conjunto documental (AB07).



Figura 11 - Profissionais se dedicando à digitalização por OCR.
Setor de digitalização da Hemeroteca Municipal de Madrid-Espanha, Centro Cultural Conde Duque. Fonte: acervo do autor.

Em suma, os profissionais entrevistados consideram como fator positivo a conquista social, compreendendo ser um grande avanço para a população em função da ampliação da democratização do acesso a essa documentação. Para DE04, dessa maneira, temos a possibilidade de melhor consulta a documentos primários. Temos “a possibilidade da comparação de textos e a tradução de escrituras, por meio de ferramentas de OCR¹⁰⁴. Tudo isto me parece um passo no avanço para uma ampla divulgação dos conteúdos dessa documentação” (DE04). Também se referindo à tecnologia OCR, DE05 relatou: “agora que estou trabalhando como pesquisador, não como arquivista, [vejo que] existe a possibilidade de trabalhar com documentos que por meio dos suportes digitais facilitam para a população, de modo geral, a leitura”, se referindo, nesse momento, aos documentos de séculos passados, o que dificultava um pouco a própria leitura.

Esta forma de digitalizar e disponibilizar os documentos, permite extrair uma série de conteúdos, pois o OCR é uma tecnologia que possibilita converter documentos tradicionais em editáveis e pesquisáveis. Dessa maneira, pode-se, eletronicamente, cruzá-los com outros conteúdos, o que necessitaria de anos de trabalho humano para poder executar um serviço similar.

Além disso, vários dos entrevistados consideram a possibilidade de um benéfico rompimento das

¹⁰⁴ Tecnologia de digitalização e conversão de documentos textuais para formato digital, usando um scanner (ou uma câmera digital) e o *software* de reconhecimento óptico de caracteres (OCR). Esse processo, ao mesmo tempo que digitaliza o conteúdo textual, converte-o em texto digital editável.

barreiras de tempo e espaço. Pode-se consultar os acervos disponíveis na Internet por via remota de qualquer parte do mundo e fora do horário de funcionamento das instituições de guarda. Ainda, permite um número maior de pesquisadores podendo analisar o que foi preservado da História e da memória em escala global. Por exemplo, DE03 entende que uma das vantagens é que ao mesmo tempo que preservamos melhor, “podemos obter mais informações, mais rápido, e podemos disponibilizar para acesso para um número maior de pessoas” (DE03).

Em resumo, alguns entrevistados consideram a possibilidade de uma guarda documental de forma mais efetiva, muito mais protegida. Algo muito importante considerando o processo de preservação dos acervos físicos, em função da redução significativa da manipulação dos originais por aqueles que não necessitam manipulá-los. Ou seja, por parte dos pesquisadores que geralmente necessitam contato, apenas, com o conteúdo textual do documento, o que poderá ser acessado pela imagem digitalizada.

Os instrumentos de pesquisa, de maneira geral, possuíam outra característica. Os sistemas de recuperação da informação, atualmente, permitem novas e variadas formas de indexação e recuperação, representando novas possibilidades de pesquisa, como por assuntos. A digitalização permite que os consulentes levem suas fontes de pesquisa para onde quiserem ao poderem possuir uma representação eletrônica do documento original.

Outro exemplo muito interessante do que a tecnologia de digitalização permite, é a possibilidade de se realizar um trabalho de identificação, descrição e disponibilização de acervos fotográficos negativados. Inclusive, nesse sentido, a digitalização de muitos acervos colocados na Internet é realizada a partir dos negativos de microfilmes. No entanto, essa prática, segundo uma das preocupações desta pesquisa, não permite obter uma imagem eletrônica fiel ao documento original. Pois, apesar do CONARQ (2010, p. 07) recomendar que o processo de digitalização deva ser realizado visando “garantir o máximo de fidelidade entre o representante digital gerado e o documento original, levando em consideração suas características físicas, estado de conservação e finalidade de uso do representante digital”, a microfilmagem é uma mídia analógica. Desse modo, quando a digitalização do documento arquivístico é feita a partir do microfilme, no lugar do documento original, não é possível captar elementos como cores, tipo de papel e características da escrita. Logo, tais atributos não aparecerão na imagem eletrônica, porque foram eliminados no momento da microfilmagem. Assim, a imagem escaneada será apresentada em escalas de cinza, apesar de que a percepção que se terá, ao menos em muitos documentos que já consultamos, é a de uma imagem em preto e branco. Dessa forma, por exemplo, se o documento foi escrito com um lápis, caneta azul, preta ou vermelha, essas características não serão representadas na imagem que foi digitalizada a partir de um microfilme.

6.2.2 – Impactos classificados como negativos

Percebemos que existe grande preocupação, pelos profissionais entrevistados, especificamente os brasileiros, no sentido de conservar a organicidade dos acervos e garantir que mantenham a mesma confiabilidade que costuma ser atribuída aos acervos físicos. Da parte dos espanhóis, apenas o entrevistado DE05 falou de maneira objetiva sobre tal fator: “isto impacta no momento de organizar estes fundos documentais. Da minha experiência, afirmo que se vem fazendo uma descrição muito menos profunda dessa documentação, do que se fazia anteriormente”.

DE05, que trabalha na área de documentação há pelo menos 25 anos, disse que a dificuldade maior de lidar com a documentação levava à situação de que a descrição dos documentos de valor secundário fosse muito mais completa, permitindo que, quando se buscasse por um documento, o encontrássemos: “isto não está acontecendo muito recentemente, por muito que a tecnologia tenha avançado. Este é um trabalho humano que leva muitas horas e que acaba por se estar perdendo em grande parte”. O entrevistado considera que, ao mesmo tempo que se fala no crescimento da difusão, estaríamos perdendo em eficácia. Para DE05, apresentando um exemplo, o Google teria acostumado as pessoas a quando fazem pesquisas eletrônicas, não valorizarem a descrição documental, pois pelo fato de encontrarem o que estão procurando, não estariam se preocupando com detalhes: “Em muitos aspectos estamos perdendo a eficácia, estamos perdendo também no momento de seleção documental, porque como é relativamente barato guardar as coisas, a tendência é que as pessoas venham guardando tudo sem que haja uma seleção criteriosa para descarte.”

AB01, especificamente, ilustrou uma apreensão recorrente: “me surge uma preocupação advinda de uma outra ordem, a de que esse documento não perca o seu contexto de produção, que ele esteja bem organizado para ser acessado, que ele tenha longevidade, tenho muito medo disso”. Essa consideração está amparada na fragilidade do equipamento: “esses eletrônicos [computador] não duram mais do que cinco anos”. Assim, haveria uma preocupação em operar com os processos de migração exigidos constantemente por essa documentação virtualizada, no sentido de que seja possível preservar os acervos como autênticos e adequadamente organizados eletronicamente de forma correta. A mesma preocupação foi externada por DE02, que não sente segurança sobre “se as tecnologias de amanhã garantirão a existência dos documentos produzidos digitalmente ou digitalizados hoje”.

AB02, concebe a ideia de que “ao sermos todos modernos, entre aspas, podemos descuidar de algo que é fundamental, pois pelo que sei, ainda não se conseguiu resolver isto de forma efetiva”.

Esse entrevistado ilustrou sua proposição lembrando da sua dissertação de mestrado, defendida nos anos 1990, alocada em “um disquete enorme, e hoje não tem nenhuma máquina que abra esse disco. Quando preciso, tenho de ir à minha dissertação em papel”. Então, AB02 lançou a questão: “será que nós estamos conseguindo pensar nessa alternativa como uma possibilidade efetiva?”. A preocupação, então esboçada, abarca o fato de que a tecnologia não permite que as pessoas tenham acesso garantido aos documentos, principalmente, no sentido de uma independência dos aparatos tecnológicos e até mesmo da energia elétrica, algo que o documento em papel não exige. AB02 considera que temos de cogitar seriamente essa questão, que é relativa à preservação.

Lembrando dos custos e vulnerabilidades, AB07 alertou: “As pessoas têm a falsa ideia de que não se consome espaço e dinheiro, inclusive, com essa ideia de ‘nuvem’. Pensam que a ‘nuvem’ não existe fisicamente, mas trata-se de um servidor em algum lugar, um espaço sendo utilizado que não é barato”.

O entrevistado AB07, em suas considerações a respeito da contratação de um serviço comumente chamado de nuvem (originariamente *cloud computing*, procedimento descrito a seguir), destacou que esse espaço está sujeito a problemas como acesso indevido às informações: “imagina colocar documentos do órgão público que trabalho, *on-line*, e alguém ‘hackear’ esse servidor e nesses documentos fazer alterações”. O entrevistado se referiu, nesse caso, à possibilidade do surgimento de problemas que poderão gerar desconforto tanto para os agentes públicos da instituição, quanto para várias pessoas e outras instituições ligadas àquela instituição, além de uma infinidade de outras problemáticas possíveis que o acesso mal-intencionado a esses acervos poderia gerar.

De tal modo, considerando o documento do CONARQ (2010) sobre esse assunto, entendemos que não se deveria confiar as matrizes digitais ao serviço de *cloud computing*. Pois, de acordo com as recomendações, os representantes digitais devem ser armazenados e gerenciados por profissionais qualificados em Tecnologia da Informação e o acesso aos documentos eletrônicos deve ser restrito a usuários credenciados. O armazenamento da matriz digital, proveniente do processo originário da digitalização, deve se dar em espaço protegido e desconectado dos sistemas e redes de dados que permitam o seu acesso por via remota. Dessa maneira, será “a partir da Matriz Digital [...] [que] serão criados um ou mais representantes digitais [...] que denominamos nessa recomendação como Derivadas de Acesso, com compressão e menor resolução linear, facilitando o seu acesso, disseminação e uso” (CONARQ, 2010, p. 15).

Os documentos que devem ser passíveis de acesso geral são denominados por Derivadas de

Acesso, gerados para facilitar a visualização, a navegação (*thumbnails*), a impressão e o *download*. Estes são gerados a partir da matriz digital visando usos diversos, de acordo com a demanda dos usuários finais e para serem disponibilizados nos Web sites dos arquivos. Também é recomendada a criação e manutenção de cópias de segurança das Derivadas de acesso, o que entendemos facilitar o reestabelecimento dos acervos virtuais destinados às páginas Web, em caso de eventuais problemas.

O pesquisador espanhol DE04 esboçou preocupação similar à de AB07.

Para mim, a desvantagem, como em tudo – uma vez me disse um professor que tive durante a faculdade: as imagens não mentem, quem mente é quem maneja as imagens -, é a possível manipulação dos textos e o que queiram fazer com estes. Na História se diz que esta é contada pelos vencedores, assim tudo isto passa pela forma de interesse das pessoas (DE04).

Diante dessa problemática, Herencia (2012) coloca em questão o procedimento de se armazenar todos os documentos em nuvem. O autor afirma que a resposta não é única, pois dependerá de vários fatores, tais como o tipo e o tamanho da organização, o grau de confidencialidade das informações contidas nos documentos, a frequência com que eles serão acessados, entre outros fatores. Assim como inferimos das recomendações do CONARQ (2010), esse pesquisador recomenda que as instituições públicas não devam usar serviços de computação em nuvem.

Estrategicamente, podemos pensar em optar por uma proposta híbrida de armazenamento, definindo os riscos de se confiar determinados conteúdos documentais a uma prestação de serviços, em sua maioria diante da realidade brasileira, alocada em outros países. Também, deve-se levar em conta que a disponibilidade dos documentos estará diretamente ligada à acessibilidade por meio da Internet. Caso haja dificuldade para se conectar ao servidor de hospedagem dos acervos, isso impedirá ver ou fazer o *download* dos documentos.

Não há dúvida de que proceder na guarda de arquivos digitalizados exige gastos volumosos. Não se pode descuidar da segurança desse acervo, o qual demanda investimentos em pessoas qualificadas, espaço físico para manter os equipamentos que precisam estar sempre atualizados em relação a *hardware* e *software*, do consumo de energia elétrica e a sua alimentação constante, trabalho interdisciplinar, além de outros fatores. A manutenção é delicada, diante da fragilidade das mídias e equipamentos. O documento que é lido virtualmente hoje, em um formato, futuramente pode não ser reconhecido pelo *software* existente amanhã.

Um outro tema classificado como impacto, podemos dizer que potencialmente negativo, vem das considerações de AB05. Pautando-se pelo problema enfocado pela presente pesquisa, o entrevistado considerou que “cada vez menos as pessoas estão indo aos arquivos, tendo menos

contato com o documento tradicional, físico, por fazerem pesquisas no âmbito digital”. Essa proposição nos faz pensar, por exemplo, no impacto que isso pode acarretar no financiamento das instituições arquivísticas como locais abertos à população. Em tempos de necessidade de economia de verbas públicas, uma baixa do público visitante pode vir a acarretar em menor destino de verbas para tais arquivos (tal assunto, referente à importância de se visitar fisicamente os arquivos, foi tratado no subcapítulo 4.3, página 110).

Ainda, pensando metodologicamente em relação à historiografia, nos surge a dúvida de se essa disponibilidade virtual dos documentos de arquivo permanente não impactaria no cuidado ou fomentaria um descuido, no procedimento de analisar as fontes de pesquisa para além de seu conteúdo textual. Para AB05, professor do curso de Arquivologia, graduado em História, “essas mudanças trazem prejuízo para a pesquisa histórica [...] podemos estar perdendo alguma coisa”. Esse entrevistado exemplificou sua proposição com o uso de um objeto frequentemente eleito como fonte de pesquisa histórica: “um quadro, por exemplo: se você tiver um sistema que mostre o quadro [digitalizado], mas não apresenta os dados contextuais, temos, então, perdas”. E considera que o quadro, tendo sido digitalizado, “geralmente”, não fornecerá informações para além do conteúdo visual ou da sua expressão artística. Para AB05: “desta maneira, este [o quadro] estará descontextualizado”.

Em síntese, percebemos que, para os profissionais da informação entrevistados, existem problemas relativos à digitalização dos acervos arquivísticos, mais diretamente, com a fragilidade e vulnerabilidade do meio eletrônico. São fatores que ameaçam a manutenção de uma correta organização dos acervos e a longevidade do trabalho executado. Os processos de migração constantes dessa documentação eletrônica podem ameaçar a autenticidade dos documentos, além de encarecer o processo de guarda e disponibilização. Alguns entrevistados creem que o meio virtual é suscetível a problemas como, por exemplo, o acesso indevido aos acervos para nesses documentos realizarem uso ou alterações mal-intencionadas.

O receio é alimentado pela percepção de que ainda não se conseguiu resolver essas questões de forma definitiva. Essa tecnologia ainda não permitiu que as pessoas tenham acesso garantido aos documentos, diante da dependência dos aparatos tecnológicos e até mesmo da energia elétrica. Exige-se, ainda, uma manutenção delicada diante da fragilidade das mídias de armazenamento.

Apesar de ser muito dito que a preservação digital seria de menor custo, diante da documentação física, por, principalmente, ocupar menos espaço, um alto custo financeiro é uma realidade nesse processo de virtualização. Esse alto custo se deve à necessidade constante de reformatação e migração para mídias atualizadas, atualização de *softwares*, *hardwares* e dos formatos digitais

(tipologia de arquivos eletrônicos). Este último fator acontece, na maioria das vezes, com os *softwares* proprietários como a mudança de formato dos arquivos do editor de textos MS Word de “.doc” para “.docx”, citando aqui apenas um exemplo. Além desses fatores, a preservação física do acervo, que possui seus custos próprios, deve ser mantida.

A disponibilidade de acesso aos documentos estará diretamente ligada à acessibilidade por meio dos equipamentos adequados, Intranet e Internet. Dificuldades encontradas para se conectar ao servidor de hospedagem dos acervos impedirão ler ou fazer o *download* dos documentos. E, saindo agora um pouco do condicionamento tecnológico, há o fato de com uma menor frequência das pessoas indo aos arquivos físicos, tal fato poderá acarretar em menor destino de verbas para as instituições de guarda.

6.3 - Considerações obtidas com os profissionais da História: Brasil e Espanha

Da mesma forma que com os profissionais da Arquivologia e documentação, realizamos uma pesquisa qualitativa com amostra não probabilística e intencional com profissionais do Brasil e da Espanha. O objetivo dessa consulta foi identificar a opinião de profissionais que possuem o documento arquivístico como fonte de informação para suas pesquisas. Buscamos elucidar limites e ganhos encontrados no processo de consulta, análise, acesso e escrita histórica a partir do documento digitalizado. Entendemos que somente quem atua nessa prática poderia nos informar com propriedade sobre o assunto pautado. Esse perfil de entrevistados foi identificado pela sigla HB01 a HB06 e HE01 a HE05¹⁰⁵.

As informações fornecidas foram gravadas digitalmente e analisadas buscando-se obter, a partir dos relatos, padrões de informações que contemplariam impactos que pudéssemos classificar como positivos e negativos para o fazer historiográfico contemporâneo. Além disso, nossa atenção focou nas preocupações desses profissionais a respeito do processo de digitalização dos acervos permanentes, os quais são comumente entendidos pelos historiadores como acervos de valor histórico. O importante para a pesquisa foi que se conseguisse captar, a partir das *práxis* desses profissionais, versões de situações dos fatos por nós a serem analisados. Buscamos identificar opiniões, concepções, percepções, avaliações e descrições sobre fatos internos e externos à atuação profissional dos historiadores.

Em relação ao problema colocado, as informações obtidas nos possibilitaram inferir graus de

¹⁰⁵ As letras HB, das siglas escolhidas, significam “Historiador Brasileiro” e HE “Historiador Espanhol”.

concordância maior do que de discordância entre esses profissionais, da mesma forma que com os arquivistas e documentalistas. Mesmo apresentando informações as mais variadas, vindo do total dos onze entrevistados, conseguimos captar padrões de pensamento em relação à reflexão proposta.

Assim, no tema “Digitalização e virtualização do documento arquivístico”, buscamos conhecer sobre mudanças que fossem entendidas como positivas e / ou negativas sem realizar perguntas de forma antagônica, ou seja: quais impactos positivos? ou quais impactos negativos? Previamente, adotamos perguntas cujas respostas nos permitiriam inferir as considerações sobre vantagens e desvantagens que o entrevistado forneceria, de acordo com o seu grau de satisfação e aceitação do processo em pauta. Ainda, pesquisamos temas que suscitassem discussões. Do montante das entrevistas, escolhemos destacar categorias mais evidentes ou mais recorrentes e eminentes, no sentido do que gera maiores preocupações para esses profissionais.

6.3.1 - Digitalização e virtualização do documento de “valor histórico”: historiadores

O resultado dessa reflexão foi que 100% dos entrevistados relataram a existência de considerações acerca de ganhos. No entanto, cinco dos 11 entrevistados declararam, espontaneamente, sobre a geração de problemas provenientes desse processo (ver Tabelas 12 e 13). Demais considerações negativas, por nós assim entendidas, foram inferidas do todo das entrevistas.

Professores historiadores Brasil	
Digitalização e virtualização do documento histórico	
Mudanças positivas	6/6
Mudanças negativas	2/6

Tabela 12 - Professores historiadores Brasil

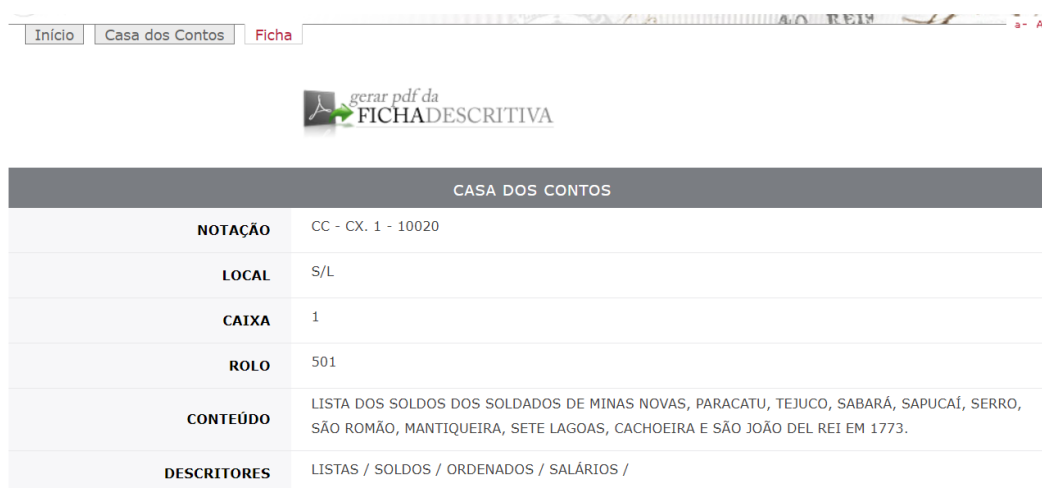
Professores historiadores Espanha	
Digitalização e virtualização do documento histórico	
Mudanças positivas	5/5
Mudanças negativas	3/5

Tabela 13 - Professores historiadores Espanha

Constatamos o surgimento de preocupações a respeito da influência desse processo de virtualização, de forma geral, em alterações metodológicas no campo da História. Há uma consideração de que essa virtualidade nos coloca diante de uma necessária reflexão a respeito do que é a própria realidade histórica e o tempo na História, ou seja, como analisaremos essa nova

realidade no futuro. Há preocupação relativa ao quanto a virtualidade agita os fundamentos essenciais do ofício historiográfico.

Houve certa desconfiança situada em se, realmente, os procedimentos são organizados de maneira ideal para atender ao usuário. Tal apontamento surgiu da constatação de uma “falta de padronização” declarada pelo entrevistado HB03. Esse pesquisador “desconfia” que faltaria conhecimentos básicos da área de ciência da informação que abordem essa questão. Para esse historiador, esse fator alimentaria uma falta de padrão. Veja, nas imagens 18 e 19, exemplos da falta de padronização na unidade descritiva. Em *sites* que trabalham com módulos, há módulos com descrição analítica (documento a documento) e módulos com descrições sumárias (apenas a série). Entendemos como resultado disso, que o usuário poderá ser induzido mais ao primeiro módulo, por conter mais informações que o segundo.

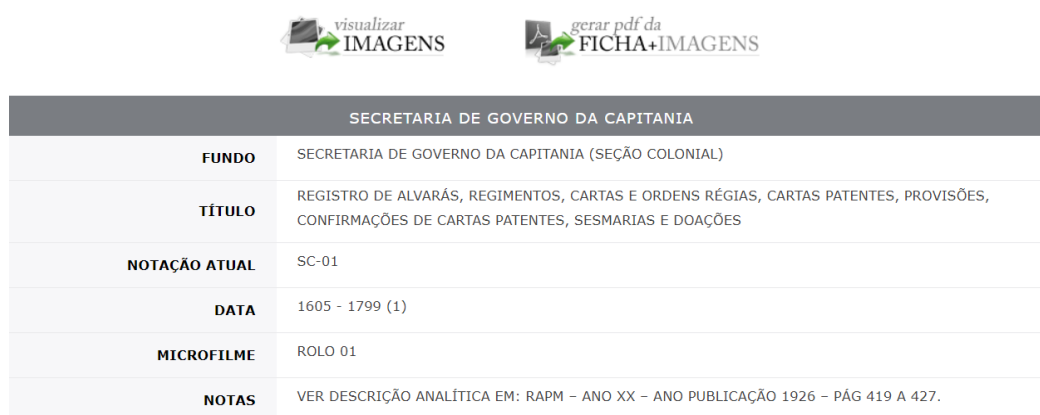


The screenshot shows a web interface with a navigation bar at the top containing 'Início', 'Casa dos Contos', and 'Ficha'. Below the navigation bar is a button labeled 'gerar pdf da FICHA DESCRITIVA'. The main content is a table with the following data:

CASA DOS CONTOS	
NOTAÇÃO	CC - CX. 1 - 10020
LOCAL	S/L
CAIXA	1
ROLO	501
CONTEÚDO	LISTA DOS SOLDOS DOS SOLDADOS DE MINAS NOVAS, PARACATU, TEJUCO, SABARÁ, SAPUCAÍ, SERRO, SÃO ROMÃO, MANTIQUEIRA, SETE LAGOAS, CACHOEIRA E SÃO JOÃO DEL REI EM 1773.
DESCRITORES	LISTAS / SOLDOS / ORDENADOS / SALÁRIOS /

Figura 12 - Exemplo de descrição analítica.

Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=6185>



The screenshot shows a web interface with two buttons at the top: 'visualizar IMAGENS' and 'gerar pdf da FICHA+IMAGENS'. The main content is a table with the following data:

SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA	
FUNDO	SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA (SEÇÃO COLONIAL)
TÍTULO	REGISTRO DE ALVARÁS, REGIMENTOS, CARTAS E ORDENS RÉGIAS, CARTAS PATENTES, PROVISÕES, CONFIRMAÇÕES DE CARTAS PATENTES, SESMARIAS E DOAÇÕES
NOTAÇÃO ATUAL	SC-01
DATA	1605 - 1799 (1)
MICROFILME	ROLO 01
NOTAS	VER DESCRIÇÃO ANALÍTICA EM: RAPM - ANO XX - ANO PUBLICAÇÃO 1926 - PÁG 419 A 427.

Figura 13 - Exemplo de descrição sumária.

Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=1>

Outra preocupação estaria na constatação de uma tendência “de o arquivista fechar a

documentação e deduzir que, para preservar, é necessário deixar esta intocável” (HB04) e “vejo um grande problema, é que nesses casos não deixam ver o original” (HE05). Usando esses dois pesquisadores como exemplo, o caso seria que o profissional responsável pela documentação consideraria que não seria mais necessário o contato com o original pelo fato de o documento estar representado no computador (algo que apontamos anteriormente quando da consulta aos arquivistas, no capítulo 6). Essa experiência, o próprio autor desta tese vivenciou durante a sua pesquisa para o mestrado em História da Educação.

6.3.2 – Impactos considerados positivos para o fazer historiográfico

HB01 considera que o campo da História se altera profundamente. A concepção do que é História altera-se metodologicamente: “o virtual passou a ser componente da própria realidade, este não paira sobre uma realidade, ele é a realidade”. Assim, essa virtualidade coloca os profissionais diante de uma reflexão necessária sobre o que é a própria realidade histórica e o tempo na História. Esse entrevistado entende que isso altera fundamentos essenciais do ofício, pois incide nos objetos de interesse dos historiadores.

Sou de um período que, costumo falar com meus alunos e eles morrem de rir disso, mas é a pura verdade [...] Fui fazer uma parte do meu doutorado em Paris no final de 1997, passei o ano de 1998 e voltei no início de 1999. Levei a minha pesquisa para Paris. Minha pesquisa estava feita, fui mais para seguir os seminários do Serge Gruzinski. Levei minha pesquisa pronta em uma mala que tinha um metro e meio, paguei excesso de bagagem porque o peso era enorme. A pesquisa era em cartolinas escritas. Era a pesquisa da minha vida inteira que estava ali. Corri o risco, inclusive, de a mala se extraviar e a perder, porque não tinha *backup*, não tinha fotocópia, não podia fazer fotocópia porque tudo era caro e muito mais difícil. Ora, não tem condições de pensar numa aventura como esta nos dias de hoje (HB01).

Mas o mais importante, considera HB01, é que essa tecnologia o permitiu refletir sobre uma nova possibilidade de se comparar a História: “definitivamente, poder fazer uma história numa perspectiva comparada, acredito, é o grande ponto metodológico que esta nova realidade arquivística virtual nos coloca”. Em 2012, HB01 saiu do Brasil para fazer um segundo pós-doutoramento, passando uma temporada grande fora do país. O entrevistado relatou que, nesse período, preparou uma tese para concorrer ao concurso de professor titular. Durante seis meses, “sem sair de casa”, realizou a pesquisa, veio ao Brasil e depositou a tese. Dois dias depois voltou ao exterior para cumprir mais oito meses e, nesse ínterim, veio ao Brasil para prestar o concurso: “ora, escrevi um livro”. Essa tese para professor titular se tornou um livro, uma história comparada entre América portuguesa e América espanhola, o qual HB01 escreveu em seis

meses: “sem sair da minha casa, com base em uma grossa documentação encontrada na Internet”. Esse pesquisador entende que sem tal tecnologia não poderia ter escrito a tese de titular da maneira como o fez, e que contém documentação acessada em arquivos do México, do Peru, da Argentina, dos Estados Unidos, de Portugal, Espanha, França, Inglaterra e da Itália.

Note-se que a oportunidade de realizar um trabalho amplo, como o descrito, anteriormente às possibilidades que a tecnologia atual nos oferece, estaria limitado a um necessário e longo deslocamento territorial. Passamos a ter à disposição, a partir dessa tecnologia, suas ferramentas e sistemas de busca, poder copiar os documentos, organizando uma série documental. Como salientado pelo entrevistado HB01, “movimentos que você pode fazer tranquilamente, usando uma roupa leve; se está frio você pode se aquecer, estar dentro da sua casa”.

Da mesma forma entende o entrevistado HE02, que declarou considerar positivo entrar em contato com um arquivo por meio da Rede, pois é uma maneira de economizar muito tempo, sem se deslocar, “mas sem descartar a necessidade de entrar em contato materialmente com estes documentos”. HE02 considera que ter as fontes digitalizadas e disponíveis pela Internet o permite consultá-las de qualquer lugar, o que para esse profissional é o mais impactante. Também para HE03 um fator positivo está em poder ter o documento de imediato: “se você está buscando um livro ou uma coleção de fontes, automaticamente o consegue, claro que não tudo [...] É algo imediato porque não tem que se dirigir a uma biblioteca ou arquivo”.

Podemos notar que essa é uma tarefa que grandes historiadores, ao longo do tempo, tentaram realizar em nome de uma história que chamavam de global, uma história das civilizações, de uma história total. Esses grandes nomes – grandes por terem se destacado no campo que atuaram –, sabiam que o que realizariam seria a parte possível daquele esforço objetivado. O que podemos considerar para o presente é que esse esforço se potencializou a partir dos instrumentos e aparatos criados. O conjunto dessa tecnologia – computadores, sistemas informacionais, Internet e a digitalização –, permite acesso em menor tempo a arquivos a que grandes pesquisadores jamais tiveram acesso. Documentos que também jamais pensaram em ter disponíveis com a relativa facilidade e a rapidez com que contamos atualmente.

“Avalio como excelente, não avalio nem como boa, não. Avalio como excelente podermos, cada vez mais, ter acesso a uma documentação que nos permite a realização de pesquisas que antigamente poderiam ser vistas como mais difíceis”: esta foi a opinião emitida pelo entrevistado HB05. O pesquisador fundamentou essa empolgação com vantagens no evitar-se determinados deslocamentos e na economia financeira. Para o entrevistado, houve um aumento grande do espectro documental que essa virtualização permite encontrar nos processos de busca.

Os historiadores da arte – como informou o entrevistado HE04 – seguem utilizando as mesmas técnicas, que é ir presencialmente aos arquivos e explorar os documentos. O entrevistado disse que nos últimos 10 anos não necessitou ir à Biblioteca Nacional Espanhola, pois, a partir de alguns programas da UNESCO, que têm o objetivo de dotar variados países de ferramentas para digitalização, o entrevistado informou que foi desenvolvido o programa que muito utiliza, o Europeia. Por esse programa, é possível ter acesso a diversas bibliotecas de humanidades, onde costuma encontrar documentação de muitas bibliotecas nacionais. HE04 considera que no princípio havia muito pouco material para o acesso, mas já funciona muito bem. Permite acesso a todas as bibliotecas e arquivos que lhe interessa utilizar em suas pesquisas, assim “não preciso viajar tanto, até porque tenho uma boa comunicação com arquivos pelo mundo e na Comunidade Europeia”. O mesmo entrevistado declarou entender que para muitos pesquisadores é importante ir e tocar para avaliar o documento original, presencialmente. Mas para o seu perfil de pesquisa isso não é mais substancial: “o que necessito é o acesso o mais rápido possível à informação [...] Isso, para mim, demonstra uma mudança incontestável. Utilizo constantemente e tenho acesso a tudo de que necessito”.

O entrevistado HE04 forneceu um exemplo relativo a alguns trabalhos dos seus alunos, que consistem em acessar essas bases de documentação, informação e dados virtuais. Em uma disciplina sobre as fortificações e desenho urbano espanhol, o trabalho consistia em encontrar alguma obra por meio dessas pesquisas. Seus alunos utilizam, basicamente, “*una herramienta creada por el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, El Portal de Archivos Españoles (PARES)*”. Relatou que, por meio da ferramenta, os alunos encontram obras sobre o assunto pautado, e considera ser uma pesquisa similar a encontrar o mesmo material por meio de uma visita ao arquivo Histórico Nacional. Para HE04, esse fator é básico, inclusive defende que seria necessário remodelar algumas disciplinas de historiografia implantando, por exemplo, uma historiografia digital: “É algo que pode nos eliminar meses de trabalho em determinados momentos. Por exemplo, venho fazendo comparações entre seis a sete países de uma só vez. Preciso revisar as obras de estenografia de uma determinada época e faço isso em nível internacional”.

A economia de tempo é um fator citado por vários dos entrevistados brasileiros e espanhóis. É o caso de HE05, que considera como “vantagem, pois antes eu teria que ir à hemeroteca ou à biblioteca e passar muitas horas lá, mas a facilidade da digitalização está na economia de tempo, por poder fazer um trabalho prévio em qualquer lugar”. E, de forma similar, declarou HE04: “apesar de alguns problemas, em meu caso, vejo vantagens na rapidez da consulta à documentação”. O problema citado pelo entrevistado HE04 foi relatado:

Vejo uma desvantagem em algumas instituições, na hora de fazer a digitalização, como agora a Biblioteca Nacional da Espanha. Fizeram uma descoberta que estava sem catalogar [...] assim necessitei pedir uma cópia desta, pois não havia antes um exemplar digitalizado. Precisaram fazer, ante a minha solicitação, e assim estão demorando, no caso desses documentos, algo em torno de 40 dias¹⁰⁶ (HE04).

Nota-se que, a Internet, de certa forma, estimularia um processo de busca que o arquivo físico limita. HB05 relatou ter recentemente desenvolvido um trabalho, considerado pelo próprio como muito produtivo, com documentos virtuais na biblioteca da França. Mesmo estando em Paris, podendo acessar a biblioteca fisicamente, realizou, inicialmente, um acesso virtual e o contato posterior com a documentação física. Tal procedimento lhe possibilitou o encontro de muitos outros documentos que não conhecia. O saldo foi o enriquecimento do levantamento documental que objetivava: “a Internet permite uma série de possibilidades que facilitam nosso trabalho. São grandes vantagens, sem contar a principal, que é o acesso fácil ao acervo documental” (HB05).

Na carreira acadêmica brasileira é fato haver a redução da ida aos arquivos pelos pesquisadores que estão há mais tempo de universidade, em função dos variados compromissos profissionais que vão acumulando, como a participação em bancas de defesa e qualificação de pós-graduação, bancas de concurso de professores, coordenação de grupos de pesquisa e departamentos, além de outras instâncias universitárias. Hoje, diante desse fato, HB02 diz se beneficiar muito pois, “acabo não indo muito ao arquivo”. E, cada vez mais, esse entrevistado busca suas fontes de pesquisa pela Internet. Em suas pesquisas mais recentes diz ter encontrado, *on-line*, registros paroquiais de terras, uma documentação dos anos 1950: “está tudo disponível na Internet. Pretendo trabalhar muito com esses registros”. Frisamos que há uma discussão, aqui mesmo neste trabalho, relativa a se considerar que determinados acervos estão integralmente disponíveis para acesso virtual. Acreditamos ser necessário desconfiar dessa totalidade.

HB02 considera como mudança radical não se ter que estar necessariamente presente no local onde se encontra o arquivo: “temos duas dimensões: uma dimensão extremamente facilitadora de você não ter de ir ao Rio de Janeiro, e a outra dimensão é a comodidade de você não precisar estar todo o tempo no Arquivo Público Mineiro, por exemplo” (HB02).

Este último entrevistado, ilustrando novas possibilidades e objetos de pesquisa, relatou a existência de um artigo dos anos 1960, de autoria do pesquisador estadunidense Dauril Alden, um brasileiro que foi a Portugal e veio ao Rio de Janeiro levantando informações. HB02 considerou que o artigo possuía várias lacunas e resolveu trabalhar a partir dele, entendendo que

¹⁰⁶ Como constatamos e informamos, anteriormente, no subcapítulo sobre o Portal PARES, os documentos que ainda não estavam disponíveis no portal passam a constar nele após pedidos como o mencionado. Pois, após entregar a cópia digitalizada ao solicitante, ela passará a fazer parte do acervo virtual do projeto.

poderia preencher algumas informações que considerou faltosas. Assim, resolveu elaborar um “*paper*” com a estimativa da população brasileira do século XVIII. Realizando uma pesquisa, com outros objetivos além desse, “sem sair de casa”. Relatou ter conseguido fazer a investigação que o autor citado pode ter levado anos indo a Portugal e ao Rio de Janeiro¹⁰⁷. Ainda, HB02 disse ter descoberto informações que o autor do artigo original não levantou ou não encontrou, como em livros que as pessoas usavam no século XIX para fazer estimativas naquela época: “livros que antes não sabíamos bem de onde eram, mas hoje você consegue rastrear por conta das bibliotecas digitais”.

Da mesma forma, HB04 entende que a Internet se tornou uma ferramenta essencial para o trabalho do historiador. Citou como um momento chave o surgimento da ferramenta digital Projeto Resgate¹⁰⁸. Esse projeto compreendeu a digitalização do acervo brasileiro que está localizado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Abarcou todas as capitanias do Brasil e significa imensa colaboração para a área de pesquisas sobre o Brasil Colonial. Demandou, para a sua realização, todo o exercício que é prévio à atuação do historiador, como a classificação, catalogação e a organização dos instrumentos de pesquisa. Inicialmente, CDs foram disponibilizados para algumas instituições brasileiras. O entrevistado HB04 considera que no caso da área em que atua, esse foi o primeiro exemplo de disponibilização de uma documentação manuscrita em meio digital e que representou um impacto significativo na transformação dos estudos históricos: “esse Arquivo Histórico Ultramarino, não tenho a dimensão do volume que significou, mas é algo gigantesco e só tem como paralelo a digitalização do Acervo do Vaticano, que está sendo realizada ainda hoje” (HB04).

O entrevistado nos forneceu um exemplo muito interessante, informando que os arquivos nacionais da Torre do Tombo em Portugal, especialmente, o acervo da Inquisição, “está todo *online* e você tem hoje todos os processos inquisitoriais disponíveis”. HB04 compreende que tal disponibilização permite um trabalho com o uso de fontes primárias inimaginável, sem ter de ir àquele país, e, dependendo do escopo da pesquisa e da sua abrangência, o processo de consulta demoraria em torno de um ano inteiro para ser feito.

HB04 acrescentou, ainda, outro fator que considera muito positivo: “quando imagino, por exemplo, a minha dissertação de mestrado, que pesquisei durante três anos dentro do Arquivo Público Mineiro [...] hoje, poderia fazer tudo de casa sem a necessidade de ir ao arquivo”

¹⁰⁷ Como nos informado por HB02, esse artigo foi aceito e será publicado por uma revista científica portuguesa.

¹⁰⁸ O Projeto Resgate é uma realização do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília (CMD). A partir de 2004, temos disponível um banco de dados com cerca de 1,5 milhões de imagens de documentos históricos provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, um substancial acervo de documentação sobre o Brasil, de sua história colonial e imperial.

(HB04). Pode-se perceber que esse entrevistado utiliza largamente acervos virtualizados, relatando a existência, conhecimento e uso de muitos documentos do arquivo da Torre do Tombo *on-line*, mas cita ainda que “nós temos O Arquivo Público Mineiro, o Arquivo do Exército e a Biblioteca Nacional, por exemplo” (HB04), não se restringindo, assim, apenas aos casos portugueses.

HB04 citou a época em que precisou pesquisar em microfimes. Algo que com apenas 20 minutos de utilização lhe causa enjoos, atribuindo isso ao fato de ter que rodar a tela, o que lhe causa ânsia de vômito. O computador, segundo HB04, não lhe causa algo parecido: “até porque temos hoje em dia telas preparadas para gerar um estresse menor no usuário”. O entrevistado HB04 reclamou que, frequentemente, dirigiu-se a arquivos que possuem documentação que lhe era importante, mas não era permitido consultar, sob a alegação de estar disponível em microfilme. Como possui a dificuldade anteriormente descrita, geralmente pede para ter acesso ao original, mas nem sempre obtém permissão.

O microfilme é bom por um lado, porque quando você não precisa pesquisar um livro inteiro e se a leitora de microfimes faz cópia, você tira uma cópia e leva para casa, mas realmente tenho mais dificuldade com esta leitora de microfimes do que com o computador. E tem a vantagem do que está no computador pode estar disponível na Internet. Você trabalha em casa com a sua Internet, com a sua tela (HB04).

HB06 entende que existem impactos positivos para o historiador, principalmente, na facilitação do acesso e na possibilidade de consultar uma documentação que em outra situação talvez fosse impossível. Hoje, “nós conseguimos trabalhar dentro de casa. Isto ajuda porque você não tem o limite de horários para que o acervo esteja disponível. Você consegue trabalhar de forma a melhor poder organizar a sua pesquisa e com mais facilidade”. HB06 considera positiva a própria manipulação dos documentos e dos acervos, por se ter esse material digitalizado. Entende que isso acarretará na manutenção do original de forma mais adequada, preservando-o por mais tempo, pois os danos para o documento original serão atenuados.

Sobre uma melhor preservação dos documentos originais, opinaram positivamente, também, os entrevistados espanhóis. Para HE01, a mudança mais importante seria poder acessar as fontes e possuí-las de forma virtual, “uma maneira de facilitar o trabalho de pesquisa”. Além de “ser uma maneira de conservação mais segura para as fontes originais”. HE02 disse que “é muito útil para a preservação dos documentos originais, devido à redução de sua manipulação física, de fotocopiar os documentos por várias vezes”, fato que também foi declarado por HE05.

O entrevistado HB06 entende que as perguntas que se pode fazer a partir da maior quantidade de dados disponíveis pode sugerir muitas outras: “hoje, lidamos com um volume de dados muito

maior para desenvolver os tipos de pesquisas que fazíamos anteriormente”. Esse maior volume de dados disponível, “de forma mais dinâmica, ajuda a dar uma segurança maior naquilo que apresentamos como hipóteses, nas avaliações que fazemos, pois temos um conjunto maior de dados para fazer inferências”.

Constatamos, assim, uma melhoria significativa na capacidade de levantamento documental. HB02, durante a sua entrevista, lançou uma outra perspectiva relativa à digitalização de acervos históricos, a possibilidade de se obter de alguns arquivos, principalmente os pequenos e os privados, a documentação a ser analisada e tê-la em sua posse:

Uma coisa é sobre os acervos que sofreram processo formal de digitalização, uma instituição arquivística que investe no processo de digitalização e faz isso para nós. Mas tem uma outra coisa, trabalho muito com arquivos locais e esses não costumam digitalizar, mas uma grande facilidade é nós mesmos podermos digitalizar os nossos documentos [por meio de fotografias e escâneres de mão] (HB02).

Abordando essa mesma perspectiva de digitalização, HB06 comenta que a digitalização pessoal, possível hoje, facilita muito o trabalho em campo: “você digitaliza ou fotografa o material e não fica preso aos limites do local. Pode fazer um trabalho em um acervo que está no interior em uma semana e trabalhar durante seis meses no seu gabinete”.

Acreditamos em poder realçar que a virtualização proporcionaria uma nova gama de possibilidades de atuação, de reflexão, de conhecimento e de diálogo, não existentes anteriormente. Podemos considerar que, para os historiadores, essa tecnologia se apresenta como uma ferramenta importante na disseminação de uma quantidade de informações sem precedentes. Temos facilidade de acesso, redução da distância, as quais geram novas possibilidades de pesquisa e o contato com maiores volumes documentais.

A possibilidade de uma exploração antecipada ampliaria o aspecto, por exemplo, dos problemas históricos, possibilitando perspectivas novas e aumentando quantitativamente o número de objetos de pesquisas de modo geral. Além disso, um grande avanço para as pesquisas estaria na possibilidade de configurar investigações antes inibidas pela dificuldade de se chegar a tão variados acervos.

Contamos com a minoração de problemas que o documento físico traz, até em relação às questões de saúde. Melhora, em alguns casos, a leitura diante de problemas os quais não se tem quando se está consultando virtualmente – proporcionado pelo fato de se poder ampliar e melhorar o foco de visualização por meio de algumas ferramentas e *softwares*. No entanto, alertamos, que este último benefício apenas será efetivo diante de uma correta aplicação dos

procedimentos de escaneamento e de disponibilização virtual dos documentos, como os recomendados por órgãos como o CONARQ (2010).

De maneira geral, foi possível apreender, pelos relatos dos historiadores, que as mudanças que podemos considerar como impactos positivos são em relação a um acesso mais facilitado, a possibilidade de uma consulta documental maior, quando é o caso. No entanto, no geral, os arquivos pelo mundo, podendo ser que algum fuja à regra, na média, têm uma porcentagem muito pequena do seu acervo físico disponibilizado virtualmente.

Vemos que, ao longo dos últimos 30 anos, passamos a ter a possibilidade de estabelecer redes que podem ser acessadas de qualquer parte do planeta. De forma síncrona ou assíncrona, podemos acessar e intercambiar informações com outros pesquisadores de áreas distintas, contribuindo para o enriquecimento das narrativas históricas. Temos, agora, e gratuitamente, arquivos colocados à disposição para quem quer que seja.

Novidades sugeriram de forma enriquecedora, como a ampliação das formas de pesquisas, uma maior possibilidade de acesso aos documentos e redução nas despesas de deslocamento. Além disso, expande a capacidade da pesquisa, na medida em que essa oferta, ampliada e facilitada, pode estimular a construção de novos objetos de pesquisa. Surgem novos estímulos pois se pode navegar e percorrer páginas ligadas a um determinado documento, permitindo encontrar outros de grande relevância. Já que, consultando presencialmente nos arquivos, geralmente, solicita-se um documento ou outro, mais especificamente, propiciando uma varredura limitada, por motivos que variam de tempo limite à consulta, problemas de saúde, desconhecimento de outras possibilidades e etc.

Um fator que haveria se alterado no ofício do historiador, do ponto de vista do cotidiano e da organização da pesquisa, seria a questão da dimensão do tempo e do deslocamento para obter as fontes de informação. Diminuiu o tempo de busca, uma experiência anteriormente mais morosa. Estando em qualquer lugar pode-se produzir uma dissertação ou uma tese com significativo aporte documental internacional. Mas é importante destacar a consciência de que, metodologicamente, somente um acervo virtual dificilmente suprirá um tema a ser pesquisado, mas também acreditamos que a partir do emprego de uma severa metodologia problematizadora, que é inerente ao rigor historiográfico, podemos apresentar trabalhos consistentes a partir de aportes documentais obtidos virtualmente.

6.3.3 – Impactos considerados negativos para o fazer historiográfico

Notamos que as tecnologias do meio digital trouxeram muitas vantagens, mas da mesma maneira desafios. Por exemplo, um documento em papel adequadamente conservado permite que daqui a 100 anos tenhamos contato com sua materialidade, facilmente decodificando o que está diante de nós ou em nossas mãos. A documentação digitalizada precisa de *software* e *hardware* para ser decodificada. Grande parte das pessoas se depara com documentação, no sentido mais amplo do termo, que foram digitalizadas em anos anteriores e que não são reconhecidas, ou lidas, por *software* e *hardware* atuais. Além disso, os instrumentos de pesquisa podem ter se tornado incompatíveis, deixando de atuar como deveriam. Apesar de que, o fato de não conseguir pesquisar pelos documentos, usando o mecanismo de busca de uma coleção gravada em CD, por exemplo, seria o menor dos problemas. Pois, se tivermos acesso aos arquivos digitalizados, poderemos revisá-los e reorganizá-los.

São os desafios diante do “bom e velho papel”, mesmo com os seus problemas, mas temos essa virtude, principalmente tendo em mãos um bom índice. Temos as vantagens que a documentação digitalizada, ou digital, permite, mas há o desafio da preservação e do resgate dessas informações no futuro.

Para HB04, a consulta documental em meio digital, como é o exemplo da Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais, é extremamente cansativa. E podemos reforçar essa afirmação com conhecimento de causa, pois o autor desta tese a comprovou na prática durante a sua pesquisa para o mestrado em História da Educação. Por esse mesmo ponto de vista, o que seria mais negativo, para HE03, estaria em algo geracional, “[...] sou incapaz de ler um tomo de 800 páginas de fontes da História antiga diante de um computador”. Relatou que, com umas 20 páginas de leitura, sua atenção não é mais a mesma, sua visão se cansa, começa a se esquecer do que já leu: “compreendo que isso é um problema de geração, pois não me formei dessa maneira, assim me surgem esses problemas. E vejo que para os historiadores da minha geração acontece algo similar”. O entrevistado aproveita o tema para fazer um contraste entre as habilidades geracionais lançando a pergunta: “as novas gerações que estão acostumadas com a virtualidade são capazes de fazer isto?” Explicando a partir do seu ponto de vista de docente, entende que quando faz perguntas sobre os conteúdos lidos para seus alunos, a partir de suporte eletrônico, eles não sabem responder. Para HE03 “algo falha, pois é uma questão de aproximação via suas próprias mãos e olhos à história e não apenas pelos olhos”. Entre as práticas que submete seus

alunos está a leitura de livros “e isto é um fracasso”: “*entre las prácticas que someto a mis alumnos está la lectura de libros y esto es un fracaso!*”. Isto, porque costumam ler por meio do virtual e para o entrevistado parte dos alunos não consegue entender o que está lendo: “para mim é uma questão de aproximação ao objeto, de sentir prazer em fazer aquela leitura” (HE03).

Enfaticamente, HB04 considerou contarmos com um lado muito bom desse processo, “mas, às vezes, tem um lado perverso”. Conforme sua vivência profissional em arquivos, esse entrevistado relatou haver uma tendência grande de os arquivistas “fecharem” a documentação por inferirem que, para preservá-la, é necessário “deixá-la intocável”: “muitas vezes, a gente esbarra com uma resistência maior do arquivista, que considera que [acessar o documento fisicamente] não é mais necessário porque está na Internet”. Algo que anteriormente o mesmo entrevistado citou a respeito dos acervos microfilmados.

Essas últimas colocações do entrevistado HB04 são coerentes com uma das principais preocupações desta pesquisa, que é tentar esclarecer, utilizando os relatos de quem atua na prática acadêmica, sobre a importância do contato físico com os documentos para alguns historiadores. Constantemente, o historiador precisa ir ao documento porque a digitalização nem sempre é bem-feita. Podem haver detalhes em termos da materialidade do documento, da letra, da grafia que precisam ser examinados pessoalmente, além de outros fatores anteriormente descritos.

Um “lado perverso”, como classifica HB04, está em impedir ao historiador o contato com o original: “porque, muitas vezes, nesta área que estou trabalhando, que é a história da cartografia, não é possível fazer sem olhar o original”. A cartografia é uma linha de atuação histórica que HB04 tem trabalhado mais recentemente. Considera que é uma área na qual a disponibilização em meio digital e na Internet tem avançado enormemente.

Com os mapas, por exemplo, faço grandes estudos via Internet, pois você tem imagens em alta resolução, mas antes de publicar aquilo, dou uma olhada no original. Principalmente, na cartografia, a sutileza da cor, da pigmentação, da letra, tudo isto interfere no resultado final da análise (HB04).

Esse pesquisador informou que, frequentemente, é necessário verificar uma pigmentação para distinguir se uma determinada parte do documento foi posteriormente complementada, o que só é possível examinando-se o original. HB04 enfatiza: “é uma coisa perigosa, que não pode ser levada às últimas consequências, por se achar que está tudo ali no virtual, e que isto dispensa o historiador de ter contato com o original”.

Como sabemos, às vezes, a letra é a mesma, mas foi usada uma caneta diferente, indicando dois momentos distintos de inscrição no mesmo documento. De tal modo, isso causaria um certo

afastamento do historiador à materialidade de seus objetos de pesquisa. Determinado tipo de documento exige que o historiador vá ao original, que possa vistoriar e ver se houve uma falsificação. Ainda, conhecer o tipo de papel, o tipo de ferramenta de escrita, o tipo de tinta que foi utilizada. É importante para o historiador saber exatamente do que se trata, o que este está manipulando.

Tais proposições podemos ilustrar, também, com o relato do entrevistado HB05, que nos informou que sua mais recente pesquisa envolveu o contato com a materialidade dos documentos: “essa materialidade era importante para mim, então eu tinha de acessar, como acessei facilmente, sem problemas, também o documento físico”. Além de ler o material, foi necessário medir, sentir a qualidade do papel proveniente do século XVIII, examinar as técnicas utilizadas na materialização documental, pois tudo isso era parte fundamental daquela pesquisa. Esses documentos foram lidos previamente, via representação digitalizada, disponibilizada remotamente. A perspectiva da cultura material e da materialidade daqueles livros foi parte fundamental da pesquisa, que almejou analisar uma certa migração de técnicas e possibilidades de edições portuguesas para o Brasil, a partir de exemplares que circulavam também na Europa central, como por exemplo na França. Sem o contato com os originais, essa pesquisa não teria sido realizada.

Da mesma forma, HE05 pondera se constituir em um grande problema a impossibilidade de ver o original: “neste caso preferiria que não houvessem digitalizado, para que pudesse ver o original”. O entrevistado avalia que quando a digitalização não permite que se informem, por exemplo, as medidas de uma revista ou um jornal, a gramatura do papel, e que às vezes, ou frequentemente isso ocorre; se é uma impressão colorida ou em preto e branco, pois alguns tipos de digitalização são apresentados em preto e branco ou escala de cinza. Nesse caso, “para os historiadores, estão fazendo perder muitas informações que são importantes. Claro que existem historiadores que buscarão pelo conteúdo informacional, mas a mim, por exemplo, interessa muito poder analisar o tipo de papel, o tipo de fonte empregada na impressão”.

HE05 trabalha muito com fotografias, e considera ser “um grande problema não poder acessar, principalmente, as fotografias que foram digitalizadas”:

A fotografia antiga carrega um fato histórico, é necessário ter contato com a sua dimensão [...] buscar por informações que estejam anotadas no verso¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Entendemos ser importante relembrar aqui um comentário por nós anteriormente realizado. O documento do CONARQ (2010) recomenda a “digitalização das capas, contracapas e envoltórios, bem como de páginas sem impressão (frente e verso) especialmente quando contiverem sinalização gráfica de numeração e outras informações” (CONARQ, 2010, p. 07), além de agregar ao documento eletrônico informações como as dimensões do objeto. No entanto, tais informações, que são importantes em muitas pesquisas, não podem ser obtidas com o

Compreendo que essas fotografias geralmente estão muito bem digitalizadas, porque existe todo um protocolo para que isso seja realizado. Mas, infelizmente, outras informações que este mesmo objeto possa conter nós acabamos não tendo acesso. Os arquivos privados não têm digitalizado as fotografias, porque é algo que é caro e também a digitalização não é para sempre. Percebo que, com o passar dos anos, muitas informações digitalizadas também se perdem (HE05).

O entrevistado HB03, também a partir de experiências práticas, questiona se, por exemplo, o “Arquivo Nacional, mesmo diante de um excelente trabalho que vem sendo feito, de modo geral, pensaria no usuário”, seja no profissional da História ou no público em geral:

Eu, pessoalmente, por ter me envolvido em muitos projetos de arquivos, não tenho tanta confiança de que as coisas são feitas da maneira ideal para o usuário [...] o que se tem feito no Arquivo Nacional, acredito que quase nada. Não sei se vai se extrair alguma coisa de mais valor e como vai ficar. Falta padronização, creio que falta ensinamentos da Ciência da Informação que abordem essa questão. Estou falando, posso estar errado, mas tenho impressão que não. Isto vai alimentando uma falta de padrão. Não sei, ao final das contas, o quanto a gente andou para a frente. Se você for pensar há 25 anos atrás, no nível nacional, qual era o arquivo do setor público mais bem organizado do Brasil? Era o Arquivo Público Mineiro (APM). E qual que é hoje? Continua sendo o APM.

Outro problema, identificado a partir de considerações apresentadas por HB02 e da fala de HB04, seria a possibilidade de os consulentes concluírem que o acervo disponibilizado virtualmente é o existente. Não haveria, nesses casos, o questionamento da existência de outros documentos.

Isto porque tendemos a achar que porque digitalizou-se algo, tudo foi digitalizado. Mas nem sempre isso acontece. Muitas vezes você vai ao arquivo e determinada documentação não foi digitalizada, porque se considerou que é uma duplicata, assim não se precisaria digitalizar. Mas, no olhar do historiador, esta outra documentação, que aparentemente seria uma duplicata, pode ter uma informação importante, que não está no outro documento (HB04).

Esse fator ilustra uma das nossas preocupações, a de se confiar nos acervos disponíveis, tomando-os como únicos e confiáveis, sem problematizações mais detalhadas. Nesse mesmo sentido, HB02, espontaneamente, relatou sua participação em uma banca de pós-graduação – infelizmente, não especificou se mestrado ou doutorado. Naquela pesquisa, o entrevistado estranhou algumas colocações e o orientador esclareceu que, praticamente, o pós-graduando não consultou documentos primários, mas, sim, transcrições e bases de dados. A nossa percepção, fruto da experiência prática, considera que ir a campo tem algo a mais, acarreta em provocações diferentes das formulações iniciais. Geralmente, historiadores não confiam em transcrições e base de dados sem o cruzamento dessas informações com outras fontes, principalmente as

primárias.

HB03 atuou na virtualização de acervos camarários de cidades mineiras como Caeté, Tiradentes, São José, Sabará, São João Del-Rei e outras câmaras. Foi um projeto realizado pela UFMG e pela Universidade Federal de Juiz de Fora. O resultado final foi destinado a CDs. Segundo o entrevistado, “algo muito mal engendrado para quem entende que a organização de arquivos tem que seguir a proveniência”. O entrevistado considera que o trabalho não foi útil, pois os técnicos envolvidos nada entendiam de arquivos, do como se consulta acervos documentais arquivísticos e, por isso, alocaram tudo em numérico sequencial, dificultando encontrar o que se buscava mais especificamente: “quando muito a gente tem uma organização cronológica, não dá para esperar mais do que isto”.

HB02, HB03 e HB04 citaram a disponibilização de arquivos virtuais empreendido pelos Mórmons. Em alguma medida, criticaram como essa digitalização e disponibilização foi realizada. São, principalmente, registros de batismo, nascimento e óbitos que permitem pesquisas genealógicas, documentação que HB02 disse usar muito. Os Mórmons começaram com microfilmes, depois procederam na digitalização dos registros. Inicialmente, o acesso era mediante senha, mas depois foi liberado para acesso amplo. A sede desse trabalho está fora do Brasil, e pode ser encontrada no *site* Family Search¹¹⁰.

Em termos, tratou-se de um trabalho importante para os historiadores, porque propiciou acesso a uma documentação de variadas localidades, o que costuma não ser privilegiado. Geralmente, o trabalho realizado pelos Mórmons provém de arquivos diocesanos que foram recolhidos nas paróquias. No entanto, essa documentação não mantém seus vínculos de origem. Tem-se à disposição uma pesquisa por tipo documental, por país, estado, cidades, paróquias. Um fator impactante é o de não se saber que determinada documentação foi digitalizada a partir de contextos mais específicos, o que vai influenciar as análises de determinadas pesquisas e suas abordagens. São informações muito importantes, que não estão à disposição e que dificilmente serão recuperadas pelo trabalho prévio ter sido feito sem tal preocupação, no momento do recolhimento para a digitalização. Essa documentação, provavelmente, foi deslocada de sua ordem de produção e contexto de origem mais específico durante a realização da captação de suas imagens.

HB04 faz a seguinte consideração: “falo com meus alunos, dependendo do que você for trabalhar, basta você ir ali nos Mórmons. Por exemplo, se pretende fazer um banco de dados. Mas, se vou estudar uma família específica cujas sutilezas me interessam, não dá para ficar muito na documentação dos

¹¹⁰ Disponível em: <<https://familysearch.org>>.

Mórmons”.

A documentação que ficou nas paróquias não foi digitalizada. HB02 informa que alguns bispos não permitiram contato com essa documentação, como é o caso da cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Assim, consideramos ser oportuno lembrarmos da discussão anteriormente introduzida sobre as Narrativas Tácitas (ver subcapítulo 6.1.5, página 193), como uma história passível de ser construída, mas que não a temos por não se ter acesso aos documentos que permitiriam construí-la. Documentos que existem, mas aos quais não se permite, de alguma maneira, o acesso.

Para HB02, há outras perdas significativas a partir da redução da experiência de se ir ao arquivo pessoalmente, por entender ser um fator que possibilita perceber o processo que deu origem àquela documentação, o processo administrativo que cristalizou o testemunho de uma época em um documento que foi transformado em histórico (assunto mais amplamente trabalhado no subcapítulo 4.3, página 110).

Referendando uma das preocupações da nossa pesquisa, constatamos que, além de refletirmos a partir da nossa experiência prática durante o mestrado, também para os historiadores, brasileiros e espanhóis consultados, há uma tendência de muitos arquivos restringirem acesso à documentação original. Os profissionais justificam tal fator com o entendimento de não ser mais necessário, pelo fato de essa documentação estar representada virtualmente. Como já descrito, em alguns momentos anteriores na presente tese, existem elementos e detalhes em termos da materialidade do documento que precisam ser examinados pessoalmente. Como classificado por um dos entrevistados (HB04), impedir ao historiador o contato com o documento original seria o “lado perverso”, dos tantos benefícios que esse processo tecnológico fornece. Para HE05, “posso ter contato [a distância], por exemplo, com manuscritos que estão no Museu do Louvre em Paris, mas perdemos informações muito importantes em alguns momentos, como conhecer a textura desse material”.

A partir dos relatos dos entrevistados e da nossa constatação prática, podemos afirmar a existência de muitos trabalhos de digitalização nem sempre bem concretizados (considerações a esse respeito foram mais amplamente tratadas no capítulo a seguir). Exemplo disso é o resultado do processo de digitalização descrito por HB03, o qual foi disponibilizado em CDs. Foi um trabalho extenso, que apresentou um resultado ineficiente do ponto de vista da organização de documentos arquivísticos. O trabalho não foi útil, por falta de conhecimento técnico dos envolvidos, em relação aos procedimentos de consulta a acervos documentais arquivísticos. Isso gerou uma documentação que não manteve seus vínculos de origem e organicidade. Esse

trabalho, conforme inferimos a partir do relato do entrevistado HB03, valeu-se das recomendações do CONARQ (2010)¹¹¹, no tocante a se recorrer a serviços de terceiros, mas não foi frutífero.

Outro exemplo, constatado por nós de forma prática, vem do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, onde há documentos que não são legíveis *on-line* e demandam a ida ao original. Assim, podemos ver que uma digitalização documental realizada, tecnicamente, fora dos padrões recomendados, acabará por fornecer um efeito inverso aos benefícios que poderíamos obter com esse processo. Encontramos no acervo virtualizado por aquele arquivo determinada documentação que, apesar de possuir digitalização com resolução de 300 dpi (valor recomendado para a geração das matrizes digitais no documento do CONARQ, 2010), o conteúdo textual é ilegível. E continua ilegível mesmo se valendo do recurso de ampliação da imagem, seja *on-line* ou em nosso próprio computador. A utilização de um editor profissional de imagens, como o Photoshop, não nos permitiu a leitura das informações textuais do documento analisado¹¹².

Outro exemplo similar ao supracitado, está em vários exemplares do jornal *São João del-Rei* disponíveis no *site* da Biblioteca Online da Universidade Federal de São João del-Rei, em seu “Arquivos Históricos & Documentais de São João del-Rei”¹¹³. Vários representantes digitais encontram-se ilegíveis na visualização da imagem derivada em 100% de seu tamanho, sendo que com o uso da ferramenta de ampliação, o *zoom*, a impressão que se tem é de que continua impossível a leitura ser feita (Figura 14).



Figura 14 - Jornal S. João del-Rei.

Fonte: <http://www.dibib.ufsj.edu.br/jornais/cd2/SJoao4.pdf>

¹¹¹ Referimo-nos à recomendação de se recorrer ao serviço de terceiros, quando a instituição “não pode realizar por seus próprios meios, [procedimentos] tais como: captura de imagens, produção de matrizes digitais e formatos derivados, armazenamento e serviços de acesso remoto a usuários finais” (CONARQ, 2010, p. 23).

¹¹² “Mapa de Delimitação da Fronteira Sul do Zambeze: Mapa do Distrito de Tete – Trabalhos de 1904”. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD27789>>. Acesso em: 10 maio 2016.

¹¹³ Disponível em: <<http://www.dibib.ufsj.edu.br/site/>>.

Outro impacto preocupante está na possibilidade de falhas metodológicas. Diagnosticamos e entendemos que existe a possibilidade dos consulentes, de maneira geral, concluírem que o acervo disponibilizado virtualmente é o único existente, não se questionando a existência de outros documentos relacionados aos que se teve contato. Esse fato ilustra a nossa preocupação de que pesquisadores iniciantes, principalmente diante da relativa facilidade de acesso à documentação virtualizada, assumam esses acervos como únicos e confiáveis, sem problematizações mais detalhadas. Além disso, pensamos nas possibilidades de certo prejuízo para a pesquisa histórica, em função de um descuido metodológico, por se considerar satisfatório o exame da documentação representada eletronicamente. Ou seja, a não percepção de algum traço existente no documento original, que poderia alterar ou limitar a captação dos indícios materiais contidos no documento.

Nesse quadro, entendemos, ainda, que variadas pressões do mundo acadêmico podem conduzir os pesquisadores iniciantes a elegerem, como acervos de suas pesquisas, a documentação que mais facilmente se terá acesso. É o caso dos acervos parcialmente disponibilizados pela Internet, uma vez que a porcentagem dos acervos digitalizados, atualmente, diante do montante físico existente, é muito pequena.

Dessa maneira, de forma extremamente relativa, não podemos deixar de frisar a discussão sobre as Narrativas Tácitas (ver subcapítulo 6.1.5, final da página 193), as quais não podem ser construídas pelo fato de não se ter acesso a determinados documentos, que existem, mas aos quais não se tem acesso, por vários motivos. Conjugando essa questão com a digitalização, já foi apontada, pelos arquivistas, uma frequente necessidade de eleger os acervos mais procurados fisicamente, para serem estes os digitalizados. Algo que deixa os documentos menos procurados fora de evidência ou praticamente esquecidos. Entendemos ser essa uma dificuldade que faz com que os profissionais arquivistas fiquem impossibilitados de agir de forma diferente, em função das decisões políticas que pautam as concessões públicas de verbas.

De forma controversa, os benefícios aferidos com os acervos virtualizados podem impactar perdas pedagógicas na ausência da experiência de se ir ao arquivo. Um contato presencial, que possibilita entender o processo de origem dos acervos, fundos, séries documentais e a dinâmica da instituição que produziu determinada documentação (assunto mais amplamente trabalhado no subcapítulo 4.3, página 110).

7 – Considerações sobre acervos digitalizados que não fornecem as referências possíveis e necessárias

Nossa consideração a respeito do fato de não se ter acesso às referências possíveis e necessárias se refere aos acervos virtualizados – os disponíveis nas páginas Web das instituições arquivísticas que possuem e oferecem aos consulentes a digitalização de parte de seus acervos permanentes –, situando-se no fato de que muitos costumam disponibilizar o representante digital do documento original sem oferecer, juntamente a essa imagem, as informações técnicas relativas aos documentos, como recomendado por manuais que orientam a digitalização dos acervos permanentes. No caso brasileiro, referimo-nos às Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do CONARQ, documento que pauta a presente discussão em vários de seus assuntos.

O CONARQ (2010, p. 07) determina, nos requisitos contidos em seu documento de recomendações, que se deve garantir que o projeto de digitalização de documentos arquivísticos de valor permanente verse sobre conjuntos documentais integrais, como fundos / coleções ou séries. A migração do documento original para sua correspondente imagem digital deve ser realizada objetivando “garantir o máximo de fidelidade entre o representante digital gerado e o documento original, levando em consideração suas características físicas, estado de conservação e finalidade de uso do representante digital”. Ainda, recomenda a digitalização de capas, contracapas e envoltórios, de páginas sem impressão (frente e verso). Considera a inserção de sinaléticas básicas, que são: escala de cinza, escala de cores, além de escalas e sinalização de dimensões. No entanto, o que alertamos, principalmente, é que não temos acesso à maioria dessas informações, acessando-se remotamente muitos acervos virtualizados. Além dessa necessidade, empiricamente embasada nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, especialmente com os historiadores brasileiros e espanhóis, encontramos muitos erros e dados incompletos nesses tipos de acervos virtualizados.

1 - ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO - **BR RJANRIO AA8.0.DSO.14 - Dôssie** Última Atualização: 08/04/2010

1.1 - Código de Referência: BR RJANRIO AA8.0.DSO.14

1.2 - Título

1.2.1 Indicação do título
Programa Música e Informação: A História de 1976

1.2.2 - Indicação de Responsabilidade

Pessoa	Titulação	Cargo/Função	Instituição	Responsabilidade
Rádio				autor(a)
Jornal				
do				
Brasil				

1.2.3 - Edição

Revisada: Não
Aumentada: Não

1.2.4 - Local de Produção

Localidade	Cidade/Município	Unidade política-administrativa	País
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Unidade de Federação-	Brasil

1.2.5 - Editora:

1.3 - Datas

1.3.1 - Data de Produção

Inicial : 1977 Definição: Atribuída e Incerta

1.5 - Dimensão e suporte

Gênero: Sonoro(s)	Espécie:disco(s)	Quantif./Mens.:1
Unidade: item(ns)	Forma Apresentação:	
Som:	Apresentação Gráfica:	
Formato: analógico	Constituição do Material:vinil	
Padrão Cor:	Velocidade:33 rpm	
Tipo Escala:	Escala:	
Lado:	Pista:	
Contador inicial:	Contador Final:	
Duração:		

Dimensões Específicas:

Conteúdo:	12	Dimensão:diâmetro
Descrição dimensão:	polegada(s)	
Observação:		

Figura 15 - Exemplo do não preenchimento da maioria dos campos descritivos.
<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa Livre Painel Resultado.asp?v CodReferencia id=1019907&v aba=1>, acesso mediante login e senha.

Essas informações, como orienta o CONARQ, devem constar nos metadados técnicos que expõem as características do representante digital, denominado por Matriz Digital, descrevendo e registrando “o ambiente tecnológico (*software* e *hardware*), bem como algumas das características físicas do documento, tais como tipo e dimensão”. Os metadados são, preferencialmente, inseridos no representante Matriz Digital e também descritos e registrados em planilhas de banco de dados. Dessa maneira, buscamos advertir para o fato de que consideramos ser útil que essas informações pudessem ser disponibilizadas para os consulentes que acessam os acervos digitalizados por via remota, ou seja, pelo contato com as Derivadas.

ARQUIVO
Público do Estado da Bahia

Item 03 - Termo de registro de assentamento e exercicio das funções de Deputado integrante do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia do Padre Theodozio Dias de Castro, Procurador da Vila do Santissimo Coração de Jesus da Nova Valença da Comarca dos Ilhéus

Independência do Brasil na Bahia > Instalação > Instalação do Conselho Interino de Gov... > Termo de registro de assentamento e e...

Other languages available

Holdings | Quick search

- Collection CIBB - Independência do Bra...
- Series INS - Instalação
- Part 032 - Instalação do Conselho Interi...
- Item 01 - Termo de reunião dos deputa...
- Item 02 - Termo de registro do juramen...
- Item 03 - Termo de registro de assenta...
- Item 04 - Termo de registro de assenta...
- Item 05 - Ata de registro de assentame...
- Item 06 - Ata de registro de assentame...
- Item 07 - Ata de registro de assentame...
- 5 more...

Clipboard

- Add
- Reports
- Browse as list
- Browse digital objects

Export

- Dublin Core 1.1 XML
- EAD 2002 XML

Related people and organizations

Conselho Interino de Governo (Creator)

Identity area

Reference code	BR BAAPES CIBB-INS-032-03
Title	Termo de registro de assentamento e exercicio das funções de Deputado integrante do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia do Padre Theodozio Dias de Castro, Procurador da Vila do Santissimo Coração de Jesus da Nova Valença da Comarca dos Ilhéus
Date(s)	18 de setembro de 1822 (Creation)
Level of description	Item
Extent and medium	2f; 2p; original; manuscrito; em papel

Figura 16 - Exemplo de confusão entre as dimensões do documento com o seu quantitativo. No campo descritivo *Extent and médium*, faz-se referência a apenas duas folhas, mas, como se pode notar na imagem, o documento “instalação do Conselho Interino de Governo e instrução para deputados” é composto por 12 folhas. Fonte: <http://www.icaatom.apeb.fpc.ba.gov.br/index.php/instalacao-do-conselho-interino-de-governo-e-instrucao-para-deputados>

Compreendemos que tal disponibilização colaboraria ainda mais com determinados tipos de pesquisas para as quais esses dados são fundamentais. Esse fato já foi fundamentado nesta tese em momentos anteriores e posteriores a este trecho e pode ser percebido nos relatos dos entrevistados que valorizam o contato com os atributos físicos dos documentos, geralmente os historiadores que depositam seus esforços de pesquisa na análise da materialidade como fontes de pesquisa histórica.

Um exemplo desses relatos é o entendimento de AB04, de que uma digitalização bem-feita deve apresentar, na lista de seus metadados, elementos que permitam ao pesquisador considerar questões de conservação e identificação: “isto é fundamental, porque o principal argumento das instituições para digitalização é promover o acesso e ajudar na preservação”. Das variadas declarações desse entrevistado foi possível entender sua concordância com o fato de que, para o historiador de determinados tipos de pesquisas, mais especificamente as que dependem dos atributos físicos do objeto / documento, se o pesquisador não obtiver acesso a essas informações,

encontrará problemas para realizar a sua pesquisa. Ainda, afirmou que “se não houver uma preocupação dos arquivistas, acarretaremos em tais problemas”, concordando com a nossa proposição.

A seguir, vejamos as considerações e relatos dos demais entrevistados.

7.1 – Considerações dos arquivistas e documentalistas: Brasil e Espanha

O pesquisador espanhol DE01 informou que, devido as suas linhas de pesquisa atuais, está muito afastado dos arquivos físicos: “nem mesmo tenho utilizado literatura em formato físico, já faz alguns anos”. DE01 trabalha com o conteúdo das fontes: “o suporte e a materialidade dos documentos já faz muitos anos que não me interessa cientificamente”. Contudo, disse compreender e concordar que para alguns pesquisadores, poderá acarretar em um problema o não poder ter contato com a materialidade do documento.

AB01 entende que o historiador é quem define os elementos que precisará analisar em um fundo documental: “mas, o nosso grande guia é a proveniência administrativa”. Esse entrevistado compreendeu bem a questão por nós apresentada e, pensando a partir dos acervos digitalizados dos quais tem conhecimento, considera que essa falta teria a ver com a tecnologia que foi usada na época para a sua digitalização: “hoje, temos processos de digitalização que buscam privilegiar até a marca-d’água do papel [...], que é um dos elementos de autenticidade [do documento] [...] então, quando feita [digitalizações] lá em 1998, isto não era possível”. Complementando, o entrevistado salientou que se a tinta era de um determinado tipo, ou se era uma iluminura, nada disso era possível capturar.

AB01, conjugando a impossibilidade da presença das características físicas do documento de arquivo em função da técnica de digitalização que foi aplicada, com a necessidade de o pesquisador ter contato com esses elementos, declarou:

Neste sentido, neste aspecto, é que sabemos ser difícil. A instrução que recebemos é que primeiro se vai oferecer a ele [ao consulente], em função da preservação e da conservação, o digitalizado, levando em consideração que nós já temos muita coisa digitalizada. Mas tem muita coisa que a gente ainda não conseguiu levar para a Internet ou para o virtual.

AB01 informou que os arquivistas fazem todo esforço para disponibilizar um original virtualmente. Asseverou que a carta de preservação digital lançada pelo APM alcançou uma aceitação muito grande: “mas não adianta você ter tudo digitalizado, o conceito de original

continua sendo aquilo que está lá no arquivo. Como fazer se você tem um Van Gogh original? Então, o conceito de original continua sendo muito caro”. O entrevistado relatou que participou de uma discussão “com o pessoal que trabalha com arte”, que estaria muito interessado na ideia de originalidade. Existem questões como tipo de obra, de pinturas, óleo sobre tela, textura da tela etc. Os profissionais das Artes, presentes no referido debate, estariam em busca de refletir sobre possuir a propriedade intelectual do que está no computador e entender melhor o que seria original ou cópia. Com isso, a partir da nossa explicação sobre a ampliação do conceito de documento histórico, realizada durante a entrevista, AB01 pronunciou:

Creio que, neste caso, a partir da sua explicação [Escola dos *Annales*], isso me dá elementos de como vou trabalhar com essas questões, a partir dos pontos de vista dos historiadores e dos arquivistas. Me fez pensar mais um pouco o entendimento, de um lado e de outro, do que pode ser feito. Neste caso, é o contato com o original que fornece a condição da interpretação. Então a gente tem de conversar, porque a tecnologia [atual] apresenta possibilidades para isto. É um diálogo que a gente tem de ter. Podemos não ter a solução para isto no momento, mas podemos nos aprofundar no problema. Temos muita sensibilidade para isto.

Notamos que o entrevistado AB02 compreende e valoriza a diferença entre olhar para um documento digitalizado e para o original, visto que há perda na materialidade e das características do documento físico quando digitalizado, há perdas para a interpretação do ponto de vista de quem observa, “pois, se retirou ele [documento] do seu *locus*, com seus significados. Creio que este deslocamento é um complicador [...] Isto não pode ser desconsiderado, porque está deslocado da materialidade” (AB02). Para o entrevistado, trata-se de uma interpretação possível e que, provavelmente, tendo acesso à materialidade, no manuseio, no confronto, “eu veria coisas que não vou ter no documento digitalizado”.

Igualmente, AB02 considera como desafio para o campo da Arquivologia avaliar o que se perde e qual é o ganho de contribuição para a ciência, para o conhecimento e para o avanço da reflexão das novas gerações: “entendo que estas coisas, *a priori*, a gente não sabe muito e também não trabalho neste campo, mas penso que temos perdas, sim”. Conforme o entrevistado, considerar a totalidade de informações que o documento oferece enquanto objeto, amplia, sim, as possibilidades de interpretação: “podem ser mais ricas, e compreendo que, quando a Escola dos *Annales* percebe esta necessidade de ampliação tipológica, traz um avanço no sentido de que a verdade não está só na opinião de quem a escreveu. Gosto muito disto”. Mediante toda essa discussão, AB02 considera os acervos digitais que não fornecem as referências possíveis e necessárias um fator restritivo, que oferece limitações para as análises históricas que demandam observar essas características.

Pensando nas informações que as digitalizações não fornecem para os pesquisadores, mesmo que

tenham sido bem-feitas, DE02 entende que, para um historiador, o fato de consultar um documento que esteja em um pergaminho é importante para obter todas as informações da materialidade do período, como quando esse documento foi criado, como está atualmente conservado e outras características que podem lhe fornecer informações que se perdem quando se tem contato via digitalização: “as tintas utilizadas no documento, pois existem documentos, sobretudo manuscritos, que eram muito individuais, mesmo que fosse uma cópia de um texto, cada um deles é um documento único”. Mesmo que tenham sido “copistas que os fizeram, a questão do papel utilizado, se possui alguma marca que possa indicar o fabricante, como foi escrito, se contém ilustrações ou algo muito particular daquele momento”. O entrevistado DE02 acredita que “todas as informações que se referem à materialidade, como onde esteve conservado ou está conservado e etc.”, podem ser de grande importância para alguns pesquisadores.

Para AB03, o usuário da informação precisa ser atendido de acordo com as suas necessidades. A documentação e sua disponibilização devem ser desenhadas para as necessidades dos seus consulentes, “por isto falo que a organização e o tratamento da informação passam pelo atendimento ao usuário da instituição”. O entrevistado concorda que esses elementos, os da materialidade do documento, quando são eliminados pela digitalização do original, geram um problema para o consulente, mais especificamente para o historiador.

DE03 acredita que há uma perda de informação grande, dependendo de quem disponibiliza essas informações virtualmente. Se esse acervo foi “corretamente catalogado, bem descrito e organizado, anteriormente, haverá uma grande perda, e se necessitará voltar a fazer esse serviço, que posteriormente foi mal feito, diante de um trabalho prévio que foi bem-feito”. DE03 também considerou a possibilidade inversa, pois “por outro lado, se um trabalho foi previamente mal feito, como uma má descrição inicial, teremos a oportunidade de fazer um trabalho melhor desta vez, e até abrindo a mente para novos elementos”. O entrevistado apresentou um exemplo de documentos que foram descritos em bloco e a estes documentos atribuídos descritores muito genéricos, “descritores que acabam por não atribuírem informações úteis. Os documentos digitais poderão ser muito úteis e proporcionar novas informações. Assim, se estes passam pelas mãos de alguém que pode adicionar novas informações, isto será muito útil” (DE03).

Na mesma linha de pensamento dos entrevistados anteriores, DE03 e AB04, AB05 – que atua no curso de Arquivologia e possui graduação em História – entende que do ponto de vista da pesquisa histórica, quando o pesquisador utiliza uma determinada fonte, ele precisa situá-la. Precisa ser uma fonte autêntica e confiável. Não é o caso de ser “verdadeira”, e, sim, confiável. O entrevistado concorda que a falta de tais informações a respeito dos objetos pode inviabilizar determinados tipos de abordagens, principalmente se não temos informações do que seja

autêntico ou informações seguras sobre a origem e a localização do material que foi digitalizado.

Seguindo a mesma linha de considerações, segundo AB06, o usuário quer ver o documento e a maneira como foi redigido, além de alguma informação mais técnica: “o usuário quer independência [...] e oferecer essa possibilidade é interessante. Entendo que muitas vezes é necessário ter indícios e evidências de como aquele documento é de fato”. Possibilidade, que como constatamos, os acervos virtualizados, existentes hoje, não oferecem. Ainda conforme o entrevistado, o propósito da instituição que disponibiliza a documentação ser objetivo e o propósito do pesquisador, subjetivo, acarreta em elementos que podem entrar em choque.

E, exatamente pelo motivo de que parte considerável das digitalizações existentes hoje não traz consigo a maioria dos elementos que poderia descrever, DE05 prefere ir ao arquivo e examinar pessoalmente os documentos. Esse pesquisador também se dedica a trabalhar a materialidade dos documentos – como por exemplo, a escrita dos documentos e não somente o conteúdo informacional, analisando o documento como objeto de cultura. Analisa os símbolos, a forma de escrever, as alterações de tintas e interpolações. Declarou: “necessito ver também a autenticidade do documento, e tudo isto, através da tela do computador, não me permite analisar bem”. E ainda pontuou:

Costumo fazer um primeiro acesso via digitalização, o que permite elaborar as incógnitas e organizar os pontos que vou trabalhar sobre o original. Deste modo, vejo duas faces do trabalho: uma muito fácil, muito rápido, muito ágil e uma segunda, necessária e obrigatória, a de se consultar o documento original para coisas mais pontuais (DE05).

Com base na nossa explicação a respeito dos pressupostos da Escola dos *Annales*, AB07 balizou sua fala, introduzindo a seguinte pergunta: “como consigo mostrar a história das minorias a partir de um documento arquivístico?”. Segundo ele, seria possível oferecendo acesso aos documentos, dar acesso à pessoa ligada ao documento e ao seu contexto e à função executada no seu contexto: “quando associo o documento à pessoa e ao seu contexto, aí aparece a verdadeira história, entre aspas, ou, conseguimos ter uma melhor presunção da realidade”. O entrevistado considera que o documento permite presumir a realidade, testemunhar sobre determinada pessoa em determinado contexto e evidenciar o ato dessa pessoa em determinado contexto. A organização é extremamente necessária, pois fornecer o documento sem prover-lhe a relação orgânica acarretará em inconsistência:

Vejo arquivos mal organizados, que, por exemplo, consideram um documento enquanto peça única fora do seu contexto sem ligá-lo à pessoa que o produziu. Isto é essencial, porque quando você vai fazer um processo de organização é importante saber o que carrega o documento, o que não está nele ali registrado. Cria-se, então, um papel importante de relação entre arquivista e historiadores no sentido de, juntos, tentarem entender que pessoa é aquela, em que contexto

era executada uma determinada função e o que aquele documento representa naquele conjunto (AB07).

O entrevistado AB07 defende que a essência do documento arquivístico está exatamente no entendimento do seu significado em termos de pessoa, contexto e funções. Além disso, chamou a atenção para a importância do trabalho de descrição arquivística, o qual, costumeiramente, muitos profissionais associam à catalogação bibliográfica. A descrição arquivística, hoje, se constituiria da seguinte forma: “é importante, ao se disponibilizar informações sobre determinados documentos, ou a imagem de um documento, expressar as características extrínsecas ou materiais do documento” (AB07). Assim, pode-se fornecer as características chamadas como materiais, ou concretas, que são objetivas do próprio documento e expressam a sua materialidade ou o suporte que contém a informação. Mas, o entrevistado ainda explicita:

[...] vejo um monte de gente não fazendo isto. Se digitaliza, joga na Internet sem informação nenhuma, ou então se descreve somente algumas coisas. Quando você vai descrever o documento, deve considerar as características concretas ou extrínsecas dessa materialidade. Descrever o documento considerando suas características implícitas ou essenciais, relacionado à sua contextualização e lógica de produção, em relação à sua organização. Se vai descrever a pessoa que está relacionada a este documento e o seu contexto, a função que esta pessoa executa em relação a este documento e o seu contexto. Assim, te darei tudo aquilo que você vai precisar. Infelizmente, nem todos fazem isto. Nem todas as instituições entendem desta forma (AB07).

Note-se que a digitalização é um procedimento que oferece grandes benefícios, mas não elimina a necessidade de se entender amplamente o documento arquivístico. Dos relatos de AB07, que possui considerável experiência prática e teórica com os métodos arquivísticos, infere-se a existência de pessoas que trabalham com o documento arquivístico sem compreendê-lo a partir dos seus fundamentos. E esse descuido, como o entrevistado asseverou, acarretaria a geração de trabalhos superficiais, o que faz com que AB07 se sinta profundamente incomodado: “o historiador, por exemplo, chega até a pensar que estou escondendo algum documento dele [...] Me dá essa sensação”.

7.2 – Considerações dos historiadores: Brasil e Espanha

HB01 entende que “não seria a perda de um documento ou do indício, por não ter sido digitalizado corretamente, que impede uma narrativa histórica bem-feita”. Concordamos com essa proposição, pois o saber que proporciona o labor historiográfico colabora para não deter a capacidade de interpretação do historiador, o qual lhe prepara para extrair importantes informações inclusive das ausências por ele constatadas. Para esse entrevistado, o não acesso a

determinada documentação é que limitará entendimentos mais amplos, menos fragmentados, referindo-se ao pequeno número de documentos digitalizados e disponibilizados remotamente que existem, até o presente momento.

A opinião do entrevistado HB01 quanto à pequena porcentagem disponibilizada para acesso remoto é que deve gerar problema para os historiadores que buscam trabalhar quantitativamente, em uma perspectiva histórica que demandará um número grande de documentos. Por exemplo, em uma “demografia, se temos acesso a três mapas ou três censos populacionais, temos um corte de uma realidade. Se, para esta mesma realidade se possa contar com 20 desses documentos, a mudança só pode ser extraordinária”. Existem perspectivas históricas que dependem de uma quantidade grande de dados, portanto, isso pode ser um problema para esses pesquisadores. Entendemos ser importante frisar que a situação mencionada pelo entrevistado tem como pano de fundo a recorrência aos documentos disponíveis via Internet.

No entanto, o entrevistado também concorda que poderá gerar limitações para o historiador o não acesso aos atributos físicos do conjunto documental, que não conseguirá escrever dentro dos seus objetivos de pesquisa. De tal modo, HB01 colabora para fortalecer nossa hipótese de que o não contato com elementos físicos de determinadas documentações consistirá em um problema para alguns historiadores: “o não contato com a origem do documento, a materialidade do documento e o estado de conservação vai interferir no trabalho do historiador que dependerá destes [atributos] para responder às perguntas que fará para o objeto estudado” (HB01).

Para melhor situar a presente discussão, consideramos importante lembrar que o CONARQ (2010) recomenda que, no processo de digitalização documental, a imagem deverá ser captada de forma a garantir o máximo de

[...] fidelidade entre o representante digital gerado e o documento original, levando em consideração suas características físicas, estado de conservação e finalidade de uso do representante digital. Recomenda-se a digitalização das capas, contracapas e envoltórios, bem como de páginas sem impressão (frente e verso) especialmente quando contiverem sinalização gráfica de numeração e outras informações (CONARQ, 2010, p. 07).

No entanto, essas informações que, como aponta HB01, de forma similar ao documento do CONARQ (2010), são importantes em muitos casos e não podem ser obtidas com o acesso aos representantes digitais dos originais por via das páginas Web, que servem aos usuários dos acervos arquivísticos digitalizados. Se tal informação sempre é agregada às matrizes digitais em todos os processos de digitalização de acervos permanentes, o pesquisador que as necessitar terá que contatar os responsáveis pelo arquivo para obtê-las. Deverá fazer contato caso esteja distante do local de guarda dos originais ou ir pessoalmente ao arquivo para buscar essas informações no

original que gerou a representação digital. Movimento esse que poderia ser amenizado, caso houvesse a disponibilização dessas informações juntamente à imagem derivada, que está disponível nos *websites* dos arquivos, como alertamos no início deste capítulo.

HB01 relata ter participado de debates entre historiadores e arquivistas no Arquivo Público Mineiro (APM) sobre o seguinte tema principal: “tenho uma documentação que precisa ser descartada”:

A grande briga do dia, muito interessante, jamais vou esquecer disto, era o descarte de um pedaço de papel do século XVIII, em branco. Se dizia: “está em branco, tem que ser descartado, o arquivo não pode ter isto, não é documento, isto não é fonte...”. Nós falávamos, pode não ser agora, mas não será uma fonte para mim. Por que eu iria estudar o papel? Aí está a materialidade, saber de onde vem o papel, olhar contra a luz para ver se tem alguma marca-d'água, a sua composição química, o desgaste, um pingote de tinta. Tudo isto pode ser muito importante para a pesquisa do historiador que queira trabalhar, por exemplo, a história do papel, a configuração do papel, a produção do papel como um suporte para ser escrito. Então, neste sentido, acredito que a digitalização coloca muitos limites a esse pesquisador que não vai ter a possibilidade de pegar aquele papel e sentir a sua textura e comparar com outros papéis, medir a sua espessura, sentir as fibras, a tonalidade, se tem acidez, se o processo de acidez continua, etc. Neste sentido, há uma grande perda (HB01).

HB01 disse enfrentar problemas com a eliminação de documentos, justamente por conta desse tipo de considerações, o que significa dizer que, “se estivesse hoje em uma comissão de descarte de documentos dentro de um arquivo, eu, como historiador, talvez colocasse as mesmas questões que coloquei há 30 anos, quando era estudante”. Para o entrevistado, refletindo sobre possibilidades futuras, assim como também entendemos e defendemos, a disponibilização virtual não poderá significar eliminar o documento original, nem mesmo o fim dos arquivos físicos.

Prontamente, o entrevistado HB02 sentiu estar diante de uma pergunta difícil de responder: “nunca tive acesso a uma documentação virtual, que eu não tivesse acesso físico. No caso dos Mórmons¹¹⁴, hoje, consulto os registros paroquiais de qualquer lugar do Brasil, mas tenho experiência com essa tipologia, inclusive os problemas para se chegar a ela”. Contudo, pensando nas necessidades do historiador que escolhe se enveredar pelo estudo da materialidade documental, o entrevistado concorda que é importante, ou até definidor, ter contato com os atributos físicos e contextuais da documentação. O entrevistado exemplificou tal entendimento com base no trabalho¹¹⁵ de uma colega, defendido no programa de pós-graduação em História, no qual atua. O trabalho focou elementos que vão além da escrita nos documentos, como assinaturas desenhadas, o uso da cor, a relação daquilo com o papel. Nesse tipo de trabalho, a

¹¹⁴ Assunto descrito no subcapítulo 6.3.3, página 221.

¹¹⁵ Trata-se de um exemplo muito ilustrativo dentro dos propósitos da presente tese, no entanto, o entrevistado não conseguiu fornecer a referência bibliográfica dessa pesquisa.

pesquisa virtual colaboraria apenas para uma seleção prévia: “seria impossível para ela fazer uma pesquisa que não fosse com acesso ao próprio material” (HB02).

HB02 é um pesquisador que trabalha muito com uma história seriada, conseqüentemente necessitando de muitos documentos, algo em torno de 1 000 a 5 000 registros. Algumas vezes se depara com um documento único, e, nesses casos, busca ter o acesso físico. Por exemplo, “lembro de uma lista de habitantes de Januária [em Minas Gerais] que tem uma singularidade, tem um mapa, tem uma poesia, tem uma informação que o documento digital, estando em preto e branco, não me dá”. O entrevistado divide esse fator em duas dimensões, e afirma que nisso está “a maravilha de terem colocado tudo isto na Internet, porque posso ter um acesso maior e mais facilitado a um tipo documental que já conheço fisicamente”. Por outro lado, “vai ter o momento que vou esbarrar com algo singular, que precisarei examinar pessoalmente, diante do seu ineditismo no escopo das minhas fontes” (HB02).

HB03, diante do fato colocado em discussão, usou como exemplo o projeto Family Search, organizado pelos Mórmons (anteriormente descrito no subcapítulo 6.3.3, página 221). Para o entrevistado, “eles nunca se preocuparam em mais que copiar o tema de abertura e a capa [...] pelo menos dos registros paroquiais que estou pesquisando”. O principal incômodo metodológico, para o entrevistado, é constatar que a referência específica desses documentos compreende citar o *site* Family Search como um todo. Veja que, bem ou mal preservada, essa documentação existe em algum lugar, mas não há informações da proveniência específica dos documentos originais nesse acervo virtualizado. Portanto, nesse caso, o entrevistado considera que “não há uma vantagem, nesse sentido, até pelo contrário, perde-se muita informação”.

HB03 ainda salientou que os responsáveis possuem os dados, mas não sabem ligá-los ao que têm digitalizado: “quando não se tem esse cuidado, considero algo terrível, do ponto de vista tanto dos arquivistas como para os historiadores”. Além disso, em tom de esclarecimento, o entrevistado enfatizou a importância atribuída a tais elementos, uma vez que “não é porque a gente gosta de ficar brincando com isto, é porque no final das contas é só isso que vai assegurar a sobrevivência deste conteúdo de informação histórica”.

O entrevistado HB04 trabalhou, recentemente, em uma transcrição e publicou um livro sobre um documento raro existente na biblioteca da UFMG: o testamento de Martim Afonso de Sousa. Trata-se de um documento do século XVI, cuja grafia é muito diferente da grafia contemporânea: “sempre estive muito habituado a fazer leitura paleográfica do século XVIII, mas a grafia do XVI é muito diferente”. No trabalho citado foi realizado uma transcrição literal

do documento, uma transcrição diplomática¹¹⁶, na qual se atualizou alguns termos. Utilizou-se o original o observando com a luz natural, assim como com luz branca: “neste [documento] original vi elementos que a gente só conseguiu ler com esta luz branca, pois não era possível decifrar com a luz natural”.

A experiência de HB04 com documentos digitalizados demonstrou que a impressão que temos do “preto e branco do documento digitalizado” não permite visualizar claramente se determinado documento possui dois momentos diferentes de escrita. O entrevistado destacou a importância de se tomar esse cuidado e não se deixar seduzir pela facilidade que a Internet, por exemplo, oferece. Assim como os entrevistados HB01 e HB03, também HB04 referiu-se ao elemento quantitativo, considerando que se o trabalho com um tipo de documentação for quantitativo, talvez não seja necessário obter informações tão detalhadas, pelo fato de o mais importante ser o número de ocorrências do conteúdo textual do documento. Assim sendo, usando como exemplo uma de suas fontes mais comuns, o entrevistado deixou a entender que na descrição de um testamento costuma trabalhar com o conteúdo e com a materialidade de tal tipologia, “nesse caso, é muito importante todo o tipo e detalhes de informação”.

Além disso, HB04 forneceu outro exemplo: “um colega trabalhou com um documento célebre, o discurso do Conde de Assumar, ex-governador de Minas Gerais, em 1720, e que foi escrito após a revolta de Vila Rica”. Esse documento foi transcrito em alguns momentos diferentes e mais recentemente na Coleção Mineiriana, da Fundação João Pinheiro. A historiadora Laura de Mello e Souza realizou um estudo crítico sobre esse discurso. Recentemente, foi localizada, no Arquivo Público Mineiro, outra cópia que parece ser o original, porque, além do texto básico, o documento localizado possui várias anotações às margens da folha. Assim, “esse é um tipo de estudo que o historiador precisa realizar, como por exemplo, localizar todas as variações do mesmo documento buscando por diferenciações, até para tentar definir qual é a versão original”. O entrevistado HB04, com esse exemplo, buscou introduzir o comentário, ressaltando que “muitas vezes os profissionais de arquivo não preservam alguns documentos, por já existirem em outro arquivo. Mas pode se tratar de uma variação do mesmo documento”. E “justamente, o porquê deste estar ali, por que este foi parar ali e como foi parar ali é o que o historiador estará examinando”.

HB04 defende que esses são elementos aos quais o historiador tem de estar atento e gostaria que o arquivista, ao organizar uma documentação, procedesse em uma descrição a mais minuciosa possível. Principalmente, sobre a proveniência do documento, o porquê de estar em um conjunto

¹¹⁶ Pouco codificada e fiel à paginação (BIASI, 2010).

e etc. Para o entrevistado, a desmembração de documentos em um arquivo, por exemplo, quando um mapa vai para um setor do arquivo e um texto que originalmente o acompanhava segue para outro, “dificulta para o historiador colocar as duas coisas juntas e na Internet este risco é muito maior”. Assim, apesar das recomendações técnicas orientarem que se deve proceder na “digitalização de conjuntos documentais integrais, como fundos / coleções ou séries” (CONARQ, 2010, p. 06), nem sempre essa orientação é seguida. As recomendações do CONARQ informam que é possível “digitalizar itens documentais isolados, devido frequência de uso, estado de conservação ou alto valor intrínseco com necessidade de incremento de sua segurança”, mas frisa que esse procedimento pode acontecer “sem, entretanto, descontextualizá-los do conjunto a que pertencem”. E não é difícil encontrar acervos virtualizados, que não seguem aquela recomendação.

A questão dos acervos digitais que não fornecem todas as referências possíveis se constitui em fator interveniente para HB05, porque em suas pesquisas o artefato é que narra, tanto quanto o conteúdo textual do documento. O entrevistado concebe o documento como memória social e construção dessa memória. Analisa-o como a concretização do desejo do homem em certos exercícios mentais e manuais. De tal modo, as técnicas, tipos de papel, tipo de consistência e uma série de outros elementos sobre aquela memória social é o exame da materialidade do objeto que informará.

A historiografia, de modo geral, tem tratado o objeto com base em sua materialidade, para diagnosticar consumos, produções, técnicas e outros diagnósticos. O objeto pode informar sobre evoluções tecnológicas e sobre o gestual humano que pode denotar, permitindo captar a materialidade maior do homem: seu próprio corpo, o uso do corpo como instrumento de construção de memória.

Em uma de suas pesquisas, HB05 buscou compreender as opções e formas de leitura do século XVIII, a partir do contato com a materialidade dos livros. Como relatou,

[...] essas possibilidades só são vistas quando se manuseia o livro, quando sabe se a pessoa o escondia no bolso, se a pessoa só podia ler em casa ou apenas em um determinado lugar, devido ao seu tamanho. Um certo tipo de papel diz se a publicação de alguma editora é clandestina ou não. Um livro proibido na França poderia ser impresso na Suíça e ser comercializado na própria França. Isto pode ser descoberto pelas especificidades da técnica e do tipo de papel, principalmente, em um momento em que o papel era escasso (HB05).

HB06 também declarou ser muito importante que o historiador tenha contato com as propriedades físicas do documento:

Prefiro poder manipular. Essa materialidade, para a gente, é importante porque

diz muita coisa. Constatar o estado que o documento está permite inferir muitas coisas. Entendo que isso é sério, pois dados que o documento pode dizer, a partir da sua materialidade, vão se perder no processo de digitalização [...] O contato com a história do objeto é diferente, por mais que a tecnologia possa apresentar novidades e possibilidades hoje. Não poder localizar o objeto no espaço, no entorno, no seu contexto, é trabalhar com uma fonte deslocada. É o mesmo que essa fonte estar descontextualizada. Essa contextualização é algo fundamental (HB06).

Das declarações dos pesquisadores espanhóis, temos considerações que se aproximam dos fundamentos utilizados pelos brasileiros, mesmo que a partir de relatos de certa maneira distintos. HE01 declarou que a conservação do documento original é uma função que compete aos arquivistas e documentalistas. Sua única preocupação, nesse caso, é que a fonte não se deteriore. A origem e estado físico dos documentos lhe desperta pouco interesse. O que lhe interessa é a fonte de informação e não se o seu suporte é um papiro ou de outro tipo, porque isso não é relevante para o seu trabalho de pesquisa. No entanto, em sua opinião a respeito dos historiadores que necessitam, basicamente, analisar a materialidade das fontes de informação – ou as fontes de informação a partir de sua materialidade, como é o caso dos historiadores da cultura material –, HE01 acredita ser importante, nesses perfis de pesquisa, que o pesquisador tenha contato com a materialidade das fontes: “se me interessa o livro e não o conteúdo do livro, neste caso o objeto é necessário. Mas, no meu caso, como este não é o meu foco de pesquisa, ainda não havia parado para pensar sobre tal fator”.

HE02 considera a materialidade muito importante, uma completude que seja possível de informações para o exame de determinados documentos. Por exemplo, para um filólogo¹¹⁷, que necessita examinar tipos de tintas, tipos de papéis e letras. Esse entrevistado, que possui graduação e doutorado em História da Arte, disse saber de um especialista de cerâmicas sumérias – sem citar o seu nome –, “que classificava as cerâmicas com o toque da língua, pelo tato e pelo odor, e se equivocava muito pouco em suas classificações”, ponderando que esse é um caso extremo, mas acredita ser importante e elucidativo.

HE03 oferece considerações e relatos que demonstram a importância de se ter em mãos todas as informações necessárias e exemplificou com um caso que demonstra que se pode disponibilizar informação digitalizada de maneira ideal.

Neste sentido existem coisas muito boas. Por exemplo, nós temos no departamento de História antiga um centro de pesquisa em epigrafia¹¹⁸. É um

¹¹⁷ A Filologia é o estudo rigoroso de documentos manuscritos antigos e de sua disseminação, além do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, baseado nesses tipos de documentos. Ainda, envolve estudar cientificamente esses textos buscando estabelecer sua autenticidade.

¹¹⁸ Epigrafia é o estudo da composição de epígrafes ou inscrições lapidares dos monumentos antigos.

arquivo epigráfico¹¹⁹ que recolhe toda a epigrafia da península ibérica. Então, depende de como se trabalha, pois nós temos a digitalização dessas epígrafes, temos as epígrafes, temos as matérias onde foram escritas, temos as fotografias, assim, seria muito bom se tudo fosse assim. Se se consegue trabalhar assim, é muito bom, porque entendo que existe a possibilidade de se ter tudo na Rede, mas, na maioria das vezes, simplesmente não se faz. Existem exemplos de que isto é possível de se fazer, como é o caso deste arquivo epigráfico (HE03).

O entrevistado relatou ainda que, se um historiador se interessa em trabalhar com o arquivo epigráfico, faz o *download* das fichas e poderá avaliar o que é importante, ou não, para o seu trabalho. Considera que algo importante no ato da digitalização é o filtro do que deve ou não ser digitalizado e disponibilizado, pois “podem passar um filtro e deixar de fora coisas que me interessam e pensam que não interessaria”. *“Así, la materia tenemos que manejarla, siempre”*. Para o entrevistado, o digital é importante para realizar um primeiro contato, uma primeira leitura, mas é importante ter contato com a materialidade do objeto: “poder perceber a forma como foram deixadas as folhas, como foram elaborados os capítulos, isto tudo não se consegue analisar com a mesma percepção”.

Um contraste é o que fez o entrevistado HE04 em sua resposta, pois acredita haver, diante das grandes vantagens, algumas perdas. Disse que ainda é necessário um melhor trabalho, melhores formas de digitalização oferecendo mais detalhes a respeito do documento:

Tenho consciência de que para nós é uma nova ferramenta, mas ainda é necessário que em alguns casos se vá e tenha contato físico com a documentação. Nesta técnica de reprodução posso perder alguns detalhes importantes como as escalas referentes ao documento original, compreender, por exemplo, se um livro é de bolso ou se possui uma dimensão maior. Mas talvez isto seja uma parte mínima, porque com a digitalização sabemos que o documento original estará lá. Entendo que não se pode suprimir o original a partir do momento que se realiza a digitalização (HE04).

O entrevistado HE04 relatou que, na Biblioteca Nacional da Espanha, em Madrid, há um códice de Leonardo Da Vinci. O acesso a um dos cadernos fisicamente é praticamente impossível, pois para uma conservação melhor, trata-se de uma obra que dificilmente se pode ter acesso: “a questão é que, mesmo que esteja digitalizado, queremos vê-lo [...] sua cor, a tinta com que foi escrito, as marcas-d’água ou o que seja que se possa perceber. Ter acesso direto ao material composto pelo artista”. O entrevistado comentou que se trata de uma obra que o acesso, antes da era do microfilme, era possível somente mediante acompanhamento policial: “mas, apesar de todo o avanço [tecnológico] não existe ainda uma ferramenta que seja capaz de nos permitir ter contato com uma obra desta magnitude, de maneira similar ao se estar presente diante do original”. Com essa proposição o entrevistado defende que, “de maneira alguma uma digitalização deve substituir o [contato com o] original. O que se pode e se deve fazer é, com o

¹¹⁹ <https://www.ucm.es/anticuarius/epigrafia>

tempo, gerar melhoras na qualidade do material que teremos contato virtual”.

Como pontuado anteriormente, sobre uma diferença no perfil de respostas entre historiadores brasileiros e espanhóis, HE05 apresentou o que considera como sua percepção, alguns problemas:

Eu comentava que às vezes se pode economizar muito tempo ou não ter que se deslocar a um outro município para poder ter acesso a uma documentação, mas para nos aprofundar em determinadas questões é necessário ter contato com o original e existem coleções que nos permitem ter mais informações, mas existem coleções que não (HE05).

Um problema que esse entrevistado declarou é que nem sempre as pessoas que estão cuidando de determinados acervos são as pessoas mais preparadas para essa função:

Em muitos casos, nós historiadores, quando vamos às fontes originais tomamos todo um cuidado para que não se deteriorem, usamos luvas, usamos máscaras, mas às vezes vemos, em determinados locais, que as pessoas que estão ali, para cuidar deste material, não tomam os mesmos cuidados [...] Então, neste caso, é um duplo problema quando vemos pessoas não habilitadas operando na conservação desse material. Outro exemplo interessante é que às vezes, em determinados locais, você consulta o material original e se você necessita de uma cópia, dizem para pegar o material, levar até uma fotocopadora, mas não permitem fazer uma fotografia com o seu celular, por exemplo. Isto leva ao maior desgaste da fonte de informação, devido à manipulação (HE05).

Historiadores, muitas vezes, necessitam entender o significado do documento, não apenas com base no assunto ou do conteúdo textual que contém. Acreditamos que a indexação poderá ajudar nisso, mas não apenas esta resolverá. Nesse caso, entendemos que seria indexar, mostrando o significado desses documentos, por considerarmos que essas preocupações colaboram para um acesso mais amplo às possibilidades de interpretação que o documento tem para oferecer.

Ficou claro que, quando se trata de um documento, por exemplo, para uma história da leitura, nesse tipo de temática o objeto é fundamentalmente importante. Interessará saber se existe uma rasura, como é feita uma sobreposição de informação, se o documento foi escrito em uma única época ou em temporalidades diferentes. São elementos que variam na natureza da pesquisa e alguns historiadores necessitarão estar atentos a esse tipo de evidências. Contudo, algo interessante pode acontecer diante dessas tecnologias, as quais podem seduzir os pesquisadores, pelo fato de o acesso à documentação ser fácil, por ser encontrada na Internet. O que pode fazer com que alguns pesquisadores deixem de problematizar tais elementos.

Para ilustrar sobre o trabalho historiográfico a partir da materialidade dos objetos, como documentos, citamos o artigo de Maria Aparecida de Menezes Borrego (2016). Estudando alguns móveis e bens de inventários de habitantes da cidade de São Paulo, a pesquisadora analisou a

dimensão material da vida social dos séculos XVIII e XIX. Por meio de uma série de dados técnicos observados nesses bens, construiu uma narrativa sobre o manuseio, as formas de se assentar, sobre questões de gênero e de organização familiar. A materialidade dos artefatos propiciou a leitura de memórias que apenas a imagem dos objetos não forneceria.

A materialidade é uma informação primordial para se compreender a memória guardada pelos objetos. Uma memória que ficou guardada na leitura das cidades antigas pode ser utilizada como mais um exemplo disso. Quando se observa o arruamento, a disposição e construção dos serviços públicos das cidades antigas, faz-se um exercício que só a materialidade permite, pois a imagem digital dessa mesma paisagem limitará as percepções possíveis.

No caso de pinturas, é possível medir a força de uma pincelada, os pigmentos e determinar o estilo da obra e até confirmar a sua autoria examinando tais elementos. Ou seja, a materialidade tem o valor de denotar memórias construídas socialmente. O que pretendemos demonstrar é que esses são tipos de abordagens e análises passíveis de se aplicar sobre o papel dos documentos de arquivo, sobre uma imagem de arquivo, fotografias em um arquivo e em livros, quando são documentos arquivísticos. Apesar de escolhermos trabalhar especificamente focados no documento de arquivo, queremos, com esse objeto, apresentar elementos para pensarmos também os ambientes e objetos preservados por museus e bibliotecas. Todos de relevante interesse para historiadores.

8 – Documentos: quais preservar?

A preservação de documentos arquivísticos é realizada por meio de um processo de avaliação, seleção e eliminação. Esse procedimento é fundamental para a racionalização e eficiência administrativa dos arquivos, da mesma forma que para a preservação do patrimônio documental.

A eliminação dos documentos produzidos por instituições públicas, e as de caráter público, é realizada após autorização pela instituição arquivística. Na esfera do Poder Executivo Federal, é o Arquivo Nacional o órgão que autoriza a eliminação. Os órgãos e entidades elaboram listas de eliminação que serão analisadas e aprovadas, ou não, pelo Arquivo Nacional. A partir da aprovação da lista, procede-se a publicação de um Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, detalhando o conteúdo e um prazo para se contestar algum item, antes da sua eliminação definitiva. Os procedimentos seguem a Resolução CONARQ nº 40, de 9 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2015).

O referido processo passa por outros diversos, muito bem definidos. Os documentos serão avaliados a fim de se identificar valores de acordo com o seu “ciclo de vida”. Esse procedimento visará estabelecer prazos para a guarda ou a eliminação, ou seja, a destruição dos documentos que na avaliação foram considerados sem valor de guarda permanente. A avaliação de quais documentos serão classificados para serem eliminados, obedece a uma Tabela de Temporalidade de Documentos. Essa tabela é um instrumento regulamentado pelo Arquivo Nacional, no âmbito da administração pública federal, o qual estabelece prazos e condições de guarda, levando em consideração a transferência, o recolhimento ou a eliminação da documentação em análise (BRASIL, 2015). No âmbito das administrações estaduais e municipais, as tabelas são reguladas pela autoridade arquivística local, ou seja, os arquivos estaduais e municipais.

8.1 – Considerações de arquivistas e documentalistas: Brasil e Espanha

Para AB01, a questão de o que preservar diante das possibilidades oferecidas pela digitalização de acervos arquivísticos possui duas considerações: “a gente sempre soube, cientificamente e comprovadamente, estatisticamente falando [...] desde a virada do século XIX, em termos de arquivo, ser impossível preservar todos os documentos”, conseqüentemente, “este é um entendimento que gerou uma renovação substancial na Arquivologia”. O entrevistado defende que não há como preservar todos os documentos, até porque “coisas serão jogadas fora, acontecerão perdas, acontecerão enchentes, incêndios...”. E, da mesma forma que AB01, segundo as considerações de DE06: “pensar em guardar tudo é uma pretensão utópica que não creio que seria bom. Acredito que se deve fazer um trabalho com o tempo pelo qual se eleja o que é realmente importante”.

Os avanços tecnológicos do século XX ampliaram a produção e a reprodução documental. Diante desse avanço surgiu uma complexidade administrativa maior. A produção de documentos aumentou e passou a incidir na vida cotidiana, “então, não é possível preservar todos os documentos e a tecnologia acabou piorando essa situação” (AB01). Para o entrevistado AB01, considerando os documentos nativos digitais, estaria-se produzindo muito mais documentos hoje a partir da concepção de que esses documentos não são físicos. E, do mesmo modo, “considerando-se que haverá espaço para preservar tais dados e que estes não precisarão ser organizados”.

Isto é um sonho da humanidade, de talvez algum dia ser possível preservar tudo, mas aqui e agora não acredito. A tecnologia não resolveu isto. Acredito em milhões de benefícios que as tecnologias nos trazem, inclusive este, mas uma

preservação total dos arquivos permanentes é algo utópico, não me iludo com isto. Também gostaria de preservar tudo, mas vejo que não há como (AB01).

Estaríamos produzindo cada vez mais documentos e, conseqüentemente, preservando menos? O entrevistado AB01 entende isto como uma questão dialética que precisa ser trabalhada em suas contradições. O arquivista gostaria de preservar tudo, “faz mil contornos para tentar preservar tudo, mas, na verdade, o arquivista seleciona pela vontade de guardar”.

Como AB01, pensando nos documentos nativos digitais e acreditando que estamos produzindo mais documentos ao acreditar que esses não são físicos, DE06 afirmou o seguinte:

Diante das possibilidades tecnológicas atuais, acredito que estamos guardando mais documentos devido à facilidade [...] Um documento como o de um editor de textos é tão simples de guardar dentro do computador, que estamos mantendo muitos arquivos desnecessários (DE06).

Esse último entrevistado defende ser necessária uma boa gestão, pois corremos o risco de entrar em colapso e que, ao final, haja tanta documentação eletrônica preservada, que seja difícil ou até impossível manejá-la. O entrevistado infere que se tivéssemos de guardar todos esses documentos em um local físico, já teríamos sido levados a encontrar uma solução melhor. Um elemento que ajudaria a caminharmos para o quadro apontado pelo entrevistado DE06 estaria no fato de que haveríamos desenvolvido algumas técnicas que nos levou a consumir mais tempo buscando pelos documentos do que os organizando. E, citando o Google, apresentou o exemplo de que essa ferramenta “nos acostumou a buscar um documento e encontrar em meio a esta pesquisa dezenas ou centenas de documentos que não interessam, mas não nos preocupamos com este ruído informacional”.

DE05 entende que tal possibilidade não deve mudar a perspectiva arquivística, mesmo que tenhamos probabilidade de economizar espaço, e, assim, também fundamentou sua opinião e resposta à pergunta nos mesmos termos utilizados por AB01 e DE06: “não devemos ceder à tentação de digitalizar tudo. Seria um erro e levaria a este termo que se usa tanto em documentação e arquivística, que é o ruído. Isso geraria tal volume de documentos digitalizados, que ficaria muito difícil resgatar toda essa informação” (DE05). Esse entrevistado entende que mesmo que haja uma plataforma eletrônica que abarque toda a documentação, não devemos pensar que todos os documentos deveremos conservar agora, digitalizando-os.

Um dos fundamentos utilizados por DE05, baseando-se em sua opinião profissional, está no fato de que quando o arquivista determina que a eliminação de uma série documental “muito grande, de milhares de documentos”, é realizada, houve um estudo prévio que levou à conclusão de que essa informação pode estar em outra série documental. Assim, manter essa documentação seria

algo duplicado ou até triplicado. Deve-se preservar a informação que de alguma maneira se mereça conservar, a partir do ponto de vista institucional e da memória histórica e do campo da memória coletiva.

AB02 considera que os documentos não são eternos e depende de como se cuida desse material. O que seria possível fazer é aumentar sua vida útil e a digitalização pode ser um instrumento positivo, “mas, pensar que por ter digitalizado não se deve abrir mão dos cuidados? São duas coisas que têm de andar em paralelo”. Uma das maiores preocupações, para esse entrevistado, é que ainda não temos formas de garantir a perenidade dos materiais tecnológicos e se vamos conseguir fazer as migrações de um suporte para outro sem haver perdas. Uma observação que nos leva a continuar a insistir na manutenção permanente dos originais.

AB02 defende que, no âmbito das instituições, é necessário fazer essa reflexão e que não deveria ser uma definição atribuída a um funcionário. Trata-se de uma função de equipe, de forma dialogada e registrada: “quando falo de preservação, falo a respeito de algo ideal. O ideal seria que se reunissem para discutir e que houvesse maior clareza. Tomou-se tal decisão não porque esse documento é melhor do que outro”. Segundo o entrevistado, são desafios e dificuldades muito presentes, algo ainda difícil de lidar, mas “vivemos uma onda de pessoas que acham que a tecnologia vai resolver tudo”. Note-se que, nesse depoimento, apesar de o entrevistado não ter declarado explicitamente, ele denota ter conhecimento de momentos em que a tomada de decisão quanto a documentos que serão preservados ou não aconteceria sem uma análise coletiva por um grupo conhecedor da matéria.

Na opinião de AB03,

Apesar de qualquer objeto poder ser documento de valor histórico para os historiadores, eu, à frente de uma instituição de guarda, não vou poder guardar tudo. Não teria nem como exigir. São áreas distintas, se não houver uma norma, alguma recomendação, esse tipo documental não será organizado” (AB03).

O entrevistado AB03 ponderou que “realmente serão necessários o esclarecimento e o entendimento para ambas as partes sobre os limites, demandas e possibilidades para um e outro profissional”. Ponderação essa emitida mediante o entendimento de que um dos principais objetivos desta pesquisa se concentrou em chamar a atenção de historiadores e arquivistas para essas percepções.

No mesmo âmbito com relação a alertar historiadores e arquivistas para tais percepções, AB04 acredita que um elemento fundamental para o historiador é conhecer a história administrativa. As normas ISAD-G e Nobrade tratam da descrição arquivística. Essa norma prevê um campo de história administrativa, ou seja, o percurso histórico dos conjuntos documentais. Esse campo

descritivo pode apresentar subjetividade.

Nenhum trabalho é neutro, nós fazemos avaliação o tempo inteiro, desde a concepção do documento até a guarda ou o descarte. Então, o que temos que tornar cada vez mais explícito para a comunidade dos historiadores é que nós nunca pararemos de descartar e também não vamos preservar tudo. Creio que o caminho é sermos cada vez mais criteriosos com a digitalização, com a descrição do que se tem, tanto no físico como no meio digital, pois não há como deixar de descartar ainda (AB04).

AB05 considera que nessa relação, com as possibilidades tecnológicas de digitalização, não muda em nada o quadro do documento que é produzido em papel ou em suporte analógico. Defende que esse tipo documental deverá ser sempre preservado naquele suporte. Pensando o documento que é produzido fisicamente em meio analógico, quais devem ser preservados? O entrevistado buscou responder a essa questão lembrando de transformações ocorridas desde a década de 1940, quando surgiram as definições do que é permanente e o que não é permanente. A produção documental aumentou bastante naquele período. Manter salas e mobiliários para armazenar tais documentos ganhou novos custos, “e os estadunidenses pensam: precisamos gerenciar a produção e racionalizar a guarda. Naquele momento, discutiu-se essa racionalização e chegou-se à ideia de que é preciso ter critérios para uma chamada avaliação documental” (AB05).

Para AB05, o que será preservado continua sendo o que a partir de um processo de avaliação e de vários outros critérios representará a instituição da qual provém aquela documentação: “assim, ninguém discorda que relatórios e atas são bem representativos pelo tipo de informação que carregam”. Ainda, mesmo pensando no que virá a ter “valor histórico”, focando aqui uma historiografia renovada, qualquer documento teria esse valor: “mas, a Arquivologia trabalhará com critérios e princípios bem definidos”, referindo-se ao fato de que tais critérios não são concebidos pelas necessidades dos historiadores. Algo da mesma forma destacado por AB06, para quem no que tange aos documentos de “valor histórico”, “esse [documento de arquivo] não foi criado para servir à História. Se fosse, teríamos de ter mais cuidado e desconfiança”.

O entrevistado AB05 considera que preservar documentos em meio digital seria mais “barato”, mas entende que não significa que se deva acumular documentos de forma indefinida. O princípio deve ser o mesmo, avaliar o que é mais relevante, uma função arquivística que é bastante complexa: “é impossível preservar tudo, principalmente em função do grande volume de produção documental atual”. AB05 tem conhecimento de “muitos historiadores que pensam que você não tem de eliminar documentos. Mas não é bem assim, porque é totalmente inviável”.

De maneira simples e objetiva, DE04 nos respondeu: “considero que o corpo de arquivistas já

tem isto muito bem definido”. AB06, da mesma forma que DE06, alega que se deve preservar de acordo com uma boa gestão documental e entende como uma boa gestão o desejo de que se levasse em consideração a não produção excessiva de documentos. Da mesma maneira, AB07 chamou a atenção para a importância da gestão de documentos e a necessidade de se discutir melhor se determinados conjuntos têm relevância para serem preservados. Pensando de forma similar a AB06 e DE06, AB07 declarou:

[...] precisamos ir para um outro caminho a respeito daquilo que vamos começar a produzir. Noto que se produzem documentos demais, sem necessidade, acaba-se burocratizando as coisas. Aí surgiria um outro papel nosso [arquivistas], que seria exatamente este, o de orientar no sentido de registrar de fato aquilo que merece ser registrado e oficializar aquilo que realmente merece ser oficializado. Não dá para guardar tudo, apesar das novas possibilidades tecnológicas (AB07).

Opinando sobre a gestão documental, assim como os entrevistados AB06, AB07 e DE06, o entrevistado espanhol DE07 disse que isso significa que os documentos devem ser verificados, mesmo antes do “nascimento”, para que seu ciclo possa ser derivado para os arquivos que correspondam, até que seu valor, transferência ou descarte possa ser corroborado, se necessário. Baseando-se no caso espanhol, informou que isso ajudaria a evitar duplicações documentais quando a documentação fosse transferida para o Arquivo Central, e, acima de tudo, reduziria o volume de documentação, que em muitos casos não é cumulativa. Ainda, DE07 sugeriu:

Isso significa que talvez o modelo mais conveniente para o gerenciamento da documentação arquivística seja uma síntese da tradição alemã, americana e espanhola. O método alemão, devido à capacidade de prever a documentação que será gerada no processo administrativo e para a organização nos arquivos. O método americano, pelo seu pragmatismo e eficácia no discernimento de documentos históricos e documentos essenciais para o funcionamento do governo [...] O modelo espanhol, para a diferenciação correta das idades do documento arquivístico e seu processo de maturação razoável (DE07).

DE03 acredita que sempre que possível, deve-se digitalizar. É uma espécie de seguro, se acontece algo com uma documentação, é sempre melhor ter as duas formas de registro. Esse entrevistado ponderou: “acontece que se pensa que os recursos digitais são infinitos, mas são limitados também”. Ainda, defende a metodologia de avaliação e eliminação documental, pensando, por exemplo, no caso de documentos repetidos e “alguns que não sabemos se terá um valor ou não até que haja uma análise histórica sobre. Entendo que agora se pode preservar mais do que antes e é mais fácil construir espaços, apesar de haver os custos dessa manutenção”.

Mas também acredito que não se tem que preservar por preservar, se tem que preservar para dar valor [...] Se tem que proteger o documento, sobretudo, aquele que testemunha fatos importantes. Acredito que os arquivos têm de estar à disposição de todos e que as pessoas possam explorar seus variados valores (DE03).

Já DE02, que possui graduação em Filologia Hispânica e doutorado em Ciência da Informação¹²⁰, atuando como professor e pesquisador na Facultad de Ciencias de la Documentación (Universidad Complutense de Madrid), destoou consideravelmente dos demais entrevistados, declarando: “particularmente, posso dizer que sou uma pessoa que guarda absolutamente tudo em casa. Quero dizer que, neste sentido, nunca soube me dar muito bem com o que eliminar e o que não”. Dessa maneira, “acredito que o critério fundamental seja que se deve conservar, em princípio, até que não se possa fazer mais, assim, seria guardar tudo”. DE02 justificou sua defesa no fato de que “esta documentação pode ajudar a conhecer os fatos. Talvez colocando um critério se poderia dar prioridade a documentos com risco de desaparecimento, como aqueles que já estejam se deteriorando e dos quais possamos ter ainda algum registro” (DE02). Além disso, esse entrevistado disse acreditar que “deve-se guardar a partir do ponto de vista do historiador, mas o problema é como fazer, porque cada vez temos mais documentos sendo produzidos e cada vez mais rápido”.

8.2 – Historiadores brasileiros e espanhóis

Alguns dos historiadores entrevistados, brasileiros ou espanhóis, declararam a vontade ou o desejo de que se preservassem todos os indícios possíveis das atividades humanas através dos tempos, levando em consideração as possibilidades tecnológicas atuais, como é o caso de HE02, que declarou o desejo de manter todos os documentos, pois “é preciso preservar as obras de arte. Hoje em dia, é possível se reproduzir as obras de arte. Cópias idênticas são feitas, em todos os sentidos. Também se pode preservar estes documentos fazendo cópias digitais de todos”.

Tivemos, de maneira similar a HE02, a consideração do entrevistado HE04, que, ao responder à questão, declarou que devemos preservar todos os produtos de nossa cultura material: “tudo que se possa preservar [...] precisamos conservar a cultura material em todos os níveis. A digitalização de todos esses fundos documentais não é o mesmo do que ter contato com o original, apesar de que colabora muito para sua conservação e longevidade”.

As tabelas de temporalidade, a respeito de fotografias, sejam analógicas ou digitais, além dos seus negativos fotográficos, determinam que esse tipo documental possui valor de recordação e valor de informação, sendo assim, todas devem ser consideradas de preservação permanente. No

¹²⁰ Importante esclarecer que na Espanha, ou, ao menos especificamente, na Comunidade Autónoma de Madrid, a Ciência da Informação compreende os cursos de Comunicação Audiovisual, Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas.

entanto, almejando uma preservação ampliada, HE05 declarou ser esse um problema que os historiadores das fotografias, ao menos na Espanha, possuem, pois, segundo ele, “não podemos conservar todas as fotografias e todas as coleções, porque é impossível”. Diante desse fato, costumam selecionar tais documentos, atribuindo critérios de qualidade e importância documental e testemunhal. Conservam aquelas que por suas circunstâncias podem desaparecer. Mas, “na verdade, se pudéssemos conservá-las tudo, é muito difícil dizer que não conservá-las tudo, pois se desaparece uma peça, desaparece um pedaço da nossa cultura, da nossa história, da nossa antiguidade”. Conforme HE05, seria importante custodiar esse material acima de qualquer interesse, principalmente o financeiro.

A mesma linha de pensamento seguiram HE03 e HE01, no entanto, depositando confiança no trabalho dos arquivistas e documentalistas, pois apesar de HE03 entender que “o âmbito acadêmico já tem essa questão muito bem definida [...] na verdade preferiria não eliminar nada, pois tudo é histórico e há espaço para termos tudo”. Segundo HE01:

Desde o meu ponto de vista de historiador, qualquer documento gerado é de grande interesse histórico para o futuro. Te responderia que tudo, mas sabendo que esta é uma resposta utópica, pois não há como conservar tudo. Então, diria que toda a documentação que os arquivistas, documentalistas e diplomáticos considerem que interessem às necessidades históricas e a partir disso. Digamos que, o historiador deixa de observar tudo por haver os critérios desenvolvidos pelos arquivistas e documentalistas (HE01).

Para HB01, seria necessário preservar tudo, embora saiba que é impossível, “mas, isto vai além do documento. Isto vale para todo tipo de vestígio”. Esse entrevistado procurou exemplificar sua preocupação com os estudos de um tema, provavelmente, o mais delicado para toda a humanidade através de toda a sua história: a morte. E relacionou esse tema com a questão da cremação em detrimento do sepultamento, uma prática crescentemente adotada na atualidade: “Então, o historiador e o sociólogo dos cemitérios como vão fazer, não vai ter mais [indícios culturais para se estudar] a morte?”. E, ainda indagou, “qual é o papel que nós vamos definir para a morte daqui a 200 anos? Como será o final do corpo morto, não será mais um problema humano?”.

Entendemos que o tema “morte” sempre foi um divisor de águas, sempre teve esse tom delicado para toda a humanidade em sua história. Um controle maior ou menor sobre a morte, natural ou provocada, é algo polêmico em momentos cruciais na história humana. Um tema que continua sendo um grande problema para o ser humano e continua marcando as perspectivas da história e do historiador. Assim, HB01 procurou demonstrar preocupação com a existência de indícios que permitam pensar as sociedades do passado a partir de suas manifestações culturais. Entendemos que a própria opção de cremar ou sepultar, apresenta tais formas de organização e imaginário,

mas entendemos também a preocupação do entrevistado com a preservação dos locais de memória.

HB02 declarou: “sou um historiador que não tem muito drama com isso. Acredito que, desde que se aplique um bom tratamento arquivístico, uma boa tabela de temporalidade [...] e, sei que é impossível preservar que seja 5% da documentação produzida hoje”. O entrevistado disse ter conhecimento de que nem todo historiador concordará, porque “alguns vão achar que qualquer bilheteinho deve ser preservado”.

HB03 disse que não existe uma única resposta para essa questão, mas “em se tratando de uma produção muito repetida, não faz sentido guardar tudo. Para mim, não tem de guardar tudo, pois não há como”. Essa declaração, a nosso ver, choca-se com algumas preocupações de historiadores e arquivistas, já abordadas neste trabalho. Pois há que se lembrar a questão da originalidade e autenticidade de documentos duplicados, vista na fala do entrevistado HB03: “uma produção muito repetida”. Porém, documentos pertencentes a contextos diferentes, mesmo sendo duplicatas, geralmente assumem novos significados em outros locais.

HB04 considera ser esse “um grande drama” para o historiador, pois para esse profissional tudo deveria ser preservado, uma vez que todo e qualquer objeto pode ser considerado como fonte de informação histórica para o historiador. Concorda que a era virtual trouxe benefícios quanto a isso, “mas, mesmo o papel, você também tem de conservar, não é apenas guardá-lo. Se não houver boas condições de armazenamento, este também não vai durar”. O entrevistado avalia que, de certa forma, a era da digitalização trouxe alguma solução para vários tipos de instituições que produzem volumes muito grandes de documentação.

HB04 presenciou no Arquivo Público Mineiro (APM) discussões sobre se determinado tipo de documento, recolhido por, ou enviado a esse arquivo, seria ou não considerado dentro do perfil daquela instituição: “foi uma grande briga quando o arquivo resolveu eliminar os jornais” (episódio que será descrito a seguir). A solução foi fazer uma enorme mobilização e a criação, em 1996, de uma hemeroteca, “mas, a proposta inicial do arquivo era simplesmente descartar, porque não havia espaço para preservar tudo e achavam que preservar essa tipologia não seria uma função social do arquivo [APM]”. No entanto, há um equívoco nos relatos de alguns entrevistados no tocante a essa problemática, pois os arquivos públicos estariam infringindo leis se resolvessem eliminar parte de seus acervos.

Em resumo, HB04 considera que há grandes vantagens nessas tecnologias, como evitar a eliminação de muita coisa. Revelou “sofrer” toda vez que vê alguém eliminando um documento. Para o entrevistado, seria bom que se guardasse tudo o que temos de indícios para o estudo do

passado e a tecnologia poderia ajudar muito nisso. HB04 disse entender que temos possibilidade de preservar mais e mais documentos do que na era do papel.

HB05 acredita que temos de lidar com o que guardar e com o que não guardar, além de respeitar as escolhas sociais de guarda e eliminação: “essa pergunta é muito difícil de responder e me fez lembrar uma coisa, que é a guarda dos jornais”, referindo-se exatamente ao episódio relatado anteriormente pelo entrevistado HB04:

Na discussão da guarda dos jornais mineiros feita pelo APM, havia pessoas que defendiam que aquilo deveria ser descartado e pessoas que não se deveria descartar. A diretora do arquivo, na época, disse que não guardaria aquilo, que não teria espaço para guardar. Então, chegou-se a essa discussão de o que guardar e o que não guardar. Entendo que tudo que foi memorizado socialmente, como jornais do século XIX e que ficou guardado até um certo momento, merece ter a continuidade da sua guarda. Penso que o documento é a mesma coisa, temos de respeitar o que a sociedade guardou e julgar a todo momento na História o que guardar e o que descartar (HB05).

O entrevistado entende esse processo como um “exercício de temporalidade”, o qual determina historicamente o que se deve preservar. Para HB05, no caso dos jornais, a discussão levou a se construir uma hemeroteca e a preservar os jornais, porque o movimento de discussão deu sentido a essa preservação. Acarretou um exercício de memória a partir de um problema arquivístico com a junção dos saberes do historiador e do arquivista. Sem essa discussão aprofundada, não existiriam mais aqueles jornais”. E é evidente, para muitos historiadores mineiros, que após a hemeroteca ser organizada com o acervo que estava no APM, houve grande quantidade de pesquisas baseadas nesses jornais, e muito provavelmente pelo estímulo que a própria discussão promoveu.

Na problemática em torno dos jornais, entendemos que não houve intenção de eliminá-los, como apontado pelos entrevistados HB04 e HB05, o que ocorreu há 23 anos. O assunto encontra-se debatido no Relatório da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, destinada à discussão das políticas relativas aos Arquivos Mineiros¹²¹, no dia 10 de dezembro de 1995. Reunião destinada a debater assuntos variados na presença de autoridades e setores interessados da sociedade sobre políticas relativas aos arquivos públicos mineiros. Mais especificamente, a assembleia discutiu duas questões principais: a destinação desses jornais e o retorno do fundo da câmara de Ouro Preto para o arquivo público local¹²².

¹²¹ Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/arquivo_diario_legislativo/pdfs/1995/12/L19951223.pdf>.

Acesso em: 06 nov. 2017.

¹²² Outra discussão, naquela mesma reunião, consistiu na demanda do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, que na mesma época, solicitou a devolução, do fundo arquivístico da câmara municipal de Ouro Preto para o arquivo público local.

Como consta na ata,

[...] o Sr. Ézio Bodel Mançu, Vereador à Câmara Municipal de Ouro Preto, informou a criação do arquivo municipal e questionou a conveniência de a documentação relativa ao período 1711-1897, que hoje se encontra no APM, retornar a Ouro Preto. A Sra. Ana Maria Camargo respondeu afirmativamente à questão levantada, mas foi interpelada pela Prof^a. Norma, que mostrou ter sido essa documentação, que originou o Arquivo Público Mineiro, guardada por Xavier da Veiga, porque ninguém, na época, tinha interesse naquele material. Transferir tal documentação para o Arquivo de Ouro Preto significa, em sua opinião, acabar com o Arquivo Público Mineiro.

Com a presença dos deputados Irani Barbosa, João Leite e Almir Cardoso, a mesa foi composta, como expositoras, pela Secretária de Estado da Cultura, Berenice Menegale; a Prof^a. Norma de Góes Monteiro, Diretora do Arquivo Público Mineiro; Marilene Leite Pais, Assessora do Diretor-Geral do Arquivo Nacional para a Coordenação do Sistema Nacional de Arquivos e do CONARQ, do Rio de Janeiro e a professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- USP, Ana Maria Camargo. Esta última ocupava ainda o cargo de Diretora da Associação dos Arquivistas Brasileiros do Núcleo Regional de São Paulo.

Roberto Martins, Presidente da Fundação João Pinheiro, discorreu sobre o assunto dos jornais, considerando que seria de grande interesse da comunidade presente na assembleia, pois carecia de definição. Roberto Martins discordou da posição da diretora Norma de Góes Monteiro, por esta afirmar que “a um arquivo público compete unicamente a guarda e a preservação de registros administrativos e documentos de natureza governamental”.

Enfatizando que estaria se manifestando como pesquisador assíduo do APM e não como presidente daquela Fundação, Roberto Martins discordou da posição da diretora, apresentando considerações sobre a importância de jornais e revistas para os pesquisadores, enfatizando que “devemos discutir se deve ou não o Arquivo Público Mineiro conservar e tornar disponíveis para a pesquisa do público em geral esses acervos de jornais e revistas”. Sua fala foi fundamentada na alegação de que, ao se manter tal orientação, não competiria, também, ao arquivo, “manter sua preciosa coleção de obras raras, sua pinacoteca, a coleção de material iconográfico e todos os documentos não governamentais lá existentes”, pois não se deveria confundir público com estatal. Segundo Roberto Martins, “há documentos que, apesar de não serem oriundos de órgãos governamentais, são de interesse público e, como tais, devem ser preservados e arquivados”. Sua posição foi a de discordar da criação de um “órgão específico para cuidar do acervo de jornais e revistas do Arquivo Público Mineiro”, pois este não apresentaria “o peso, a tradição, a capacidade e a confiabilidade do Arquivo Público Mineiro para preservar documentos”.

Roberto Martins declarou que se o Arquivo, naquele momento, vivia problemas de espaço e falta

de recursos humanos, como foi apontado durante a reunião, essa questão deveria ser resolvida com urgência. Defendeu que a criação de uma hemeroteca só teria sentido, conforme entendia, se fosse vinculada ao APM. Com relação à hemeroteca, a diretora enfatizou que não possuía espaço físico em condições de abrigar os cerca de 1 500 m de jornais e revistas.

O prédio está em péssimas condições, com rachaduras. E, principalmente, discordou da inversão de valores. Para 1 500 m de jornais e revistas, o Arquivo conserva apenas 500 m de documentos. Mostrou que a história do século XX, em Minas, está perdida em termos documentais, porque, do que já foi destruído – e até agora apenas sete secretarias foram examinadas –, dá para ver os buracos, o que eles já eliminaram. Considerou, portanto, primordial recolher a documentação ainda existente, e sábia a decisão da secretária de criar a hemeroteca¹²³.

A então Secretária da Cultura, Berenice Menegale, buscou explicar a existência de precárias condições de trabalho e de adequação para a guarda dos documentos, “garantindo que [...] os jornais e as revistas serão transferidos para novo endereço, a casa que hoje é ocupada pela TV Minas, na Av. Assis Chateaubriand”. Naquele momento solicitou que a questão da vinculação dessa documentação à Biblioteca ou ao Arquivo deveria ser adiada, por entender se tratar de uma questão polêmica que necessitaria ser melhor discutida. Para a secretária, o tema era muito recente e seria tratado com toda seriedade.

Reginaldo Pereira, assessor do Deputado Almir Cardoso e usuário do APM, lembrando que em 1997 seria o ano de comemoração dos 100 anos da cidade de Belo Horizonte, e que “vários pesquisadores, necessitando concluir seus trabalhos, estão na dependência da consulta aos jornais e às revistas do Arquivo”, buscava saber se estaria previsto no orçamento do estado recursos mínimos para executar a ideia de criação da hemeroteca. Jérson Apenzeli, advogado, perguntou à diretora do APM, por que os periódicos não poderiam ficar sob guarda da Biblioteca Pública Estadual? Ela “reafirmou que, tecnicamente, a guarda dos periódicos deve ser da Biblioteca Pública, e que esse é um problema mais político do que técnico”.

É importante identificar que esses jornais não eram documentos de arquivo, mas, sim, documentos de biblioteca. Seriam documento de arquivo se constituíssem o fundo das empresas jornalísticas. Tais jornais compreendiam uma coleção e não por acaso, a referida hemeroteca foi vinculada à Biblioteca Pública Estadual.

Inferimos do pensamento de HB05, e concordamos, que a guarda documental tem de ser pensada socialmente. O que a sociedade atribui como valor de guarda merece ser guardado. Para o pesquisador, “temos a discussão do medo da perda como uma característica ocidental e até

¹²³ Relatório da 7ª reunião extraordinária, p. 12.

entendo que o medo da perda não explica todo o processo. Não guardamos apenas por ter medo de perder, guardamos mais pelo valor que isto tem para nós, um valor de identidade”.

Do mesmo modo que HB04, HB06 considera essa uma dificuldade: “é ser senhor da memória e do esquecimento [...] Incide no interesse de pesquisa o ato de estabelecer hierarquias”. Para o entrevistado, os historiadores têm consciência da dificuldade, ou impossibilidade, de uma preservação mais ampla, porque,

[...] como trabalhamos com a memória do esquecimento, é inviável querermos preservar tudo. Eu gostaria de viver no mundo onde a gente saberia o quanto de acervo temos, de uma memória que precisa ser recuperada. Mas creio que o que se pode fazer é trabalhar de uma forma conjunta. É necessário trabalhar com este tipo de discussão no momento da organização de determinado arquivo. E temos que entender, também, que esse grupo vai fazer escolhas e você terá de trabalhar com essas escolhas. É tentar lidar com essas ausências (HB06).

Diante da presente discussão, entendemos que aquilo que decidimos guardar em um determinado momento histórico está muito ligado à visão daquele momento, com as percepções e códigos nos quais acreditamos. Essas decisões, que o homem tomou, foi pensando no que era relevante e significativo dentro de parâmetros previamente estabelecidos. Concordamos que é melhor, conscientemente, registrar o que foi eliminado, de tal forma que se tenha essa referência, ao invés de provocar uma seleção por mero entendimento prioritário.

A impressão que fica é que a tecnologia não trouxe, ainda, a solução para tal problema, até porque apresenta contradições. Essa tecnologia informática que operamos hoje produz muito mais documentos, mas tem limites para preservar o que produz. Parece que algumas pessoas entendem de forma diferente, mas alocar documentos eletrônicos nos serviços de nuvem gera materialidade, depende de espaço físico para existir e inclusive é, em termos tecnológicos, mais frágil do que o papel. Agora o papel, que poderia durar dezenas de anos sem a necessidade tecnológica de migração de suporte, poderia realizar cópias idênticas? Acreditamos não ser o caso, porque passaríamos a lidar com o conceito do que é ou não original.

Ao estabelecer a pergunta que deu corpo ao presente capítulo, entendíamos que prevaleceria, das partes entrevistadas, respostas em direções contrárias. Historiadores, partindo dos *Annales* e preconizando que das ações do homem qualquer objeto tem potencial de documento, pensariam que tudo é importante como fonte de pesquisa histórica. Mas, como visto, não se colocaram tão radicais. Os arquivistas, por terem seus métodos de avaliação e seleção, diriam que seria de acordo com suas regras e definições, como em suma o disseram. De qualquer forma, entendemos que colabora muito para o trabalho consciente do historiador o fato de que algo foi eliminado de acordo com critérios bem definidos.

9 - Proposta preliminar para descrição e indexação complementar

Esta pesquisa versou, dentre outros importantes objetivos, em apresentar ideias, fatos e acontecimentos práticos e teóricos para esclarecer nossa hipótese inicial. Buscamos fundamentar algumas necessidades inerentes ao perfil das pesquisas histórico-culturais. Partimos do formato eletrônico e a revolução que provocou no conceito de documento, almejando entender um pouco mais como essa mudança estrutural e cultural interfere na construção historiográfica e nos procedimentos da Organização da Informação. Além do documento de arquivo digitalizado, estamos incluindo aqui a digitalização de livros, coleções e objetos tridimensionais de idade permanente. Lembrando que nosso foco no documento o opera em um sentido bastante alargado desse conceito.

Ajuda-nos a pensar em tais questões, o que informa Yeo (2016), ao considerar a descrição como “necessariamente de seu tempo e lugar” (p. 148). Citando teses anteriores, “segundo as quais os princípios arquivísticos ou os modelos descritivos podem assegurar representações precisas e definitivas”, os arquivistas estariam cada vez mais cientes de que a representação nunca será perfeita e concessões devem acontecer. Ainda, “que as normas não são universais, mas produtos localizados de sociedades específicas” (p. 149). E variados autores já afirmaram que “as descrições simplesmente impõem nossas próprias percepções culturais a fenômenos que jamais podem ser descritos objetivamente” (YEO, 2016, p. 149).

Diante dos entendimentos e demandas apontados pelos entrevistados, vimos a oportunidade de formular e apresentar uma proposta de descrição e indexação complementar para a digitalização de documentos de acervos permanentes. A nossa proposta busca sugerir um ajuste das ferramentas e dos métodos digitais de acordo com questões historiográficas antigas e novas, adequando-as à forma de investigação histórica atual. Frequentemente, as informações históricas estão incompletas, distorcidas, e mal adequadas frente a métodos que operam em uma presunção de certeza científica. Carece-se do cuidado e consciência de que as propriedades de representação da mídia digital podem fornecer uma falsa sensação de objetividade, negando dados a uma adequada contextualização. O contexto da criação das fontes de informação é fundamental para a compreensão dos problemas que podem ser inerentes a esse tipo de informação, e o pesquisador deve levá-lo sempre em consideração.

Para a proposta apresentada, é de suma importância lembrar os propósitos do movimento dos *Annales*, considerando o quanto esse movimento, ao ampliar o conceito de documento de valor

histórico, poderia se chocar direta ou indiretamente com os campos da Documentação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia¹²⁴. Todos esses, fornecedores de fontes de informação importantes para a pesquisa histórica.

9.1 - Problematização e fundamentação teórica

Lembramos que consideramos as mudanças estruturais no processo informacional causadas pela digitalização dos documentos e pela comunicação eletrônica como geradoras de impactos definitivos na configuração dos documentos, inclusive em sua estrutura interna e lógica de funcionamento.

O interesse de obter informação tem papel fundamental para se considerar um objeto como Documento ou se constituir em fonte de informações para a pesquisa histórica. A partir dos anos 1930, surgiu a metodologia historiográfica, que passou a considerar como fonte de informações qualquer traço ou indício da produção cultural humana. Como anteriormente informado, lembramos que a concepção social atribuída por Meyriat (1981) é percebida quando o autor justifica que a função informativa de um objeto se manifestará num dado sistema informacional, ao ser incorporado e organizado, e essa função informativa será responsável por transformar o objeto em documento. A vontade do produtor do objeto de transmitir informação dependerá da interpretação do receptor da informação, consulente ou usuário da unidade de informação. A perspectiva social de Meyriat (1981) é considerada, por nós, como um dos fundamentos do método historiográfico contemporâneo desenvolvido a partir da primeira metade do século XX, apesar de não aparecer ligada a tal método.

Elegemos uma linha de condução que abarca a transposição ou a migração da documentação de idade permanente para o meio digital, normalmente nomeado de reformatação de acervos. Compreende, essa documentação, qualquer material que assumiu a terceira idade dentro do ciclo documental, destinando-se à guarda permanente. Sejam documentos oficiais provenientes do suporte papel, documentos não oficiais também provenientes do suporte papel; além de fotografias, livros e objetos tridimensionais depois de digitalizados, e, no caso específico dos objetos tridimensionais, a digitalização compreende o seu registro fotográfico.

Essa amplitude se conjuga com a noção de abordagem ampliada do documento de valor histórico preconizada pelo movimento dos *Annales*. Ainda, mais especificamente, essa noção

¹²⁴ No caso dos museus a nossa relação está focada nos acervos virtualizados.

ampliada das fontes de pesquisa se relaciona com os subsídios que permitem a construção da narrativa histórica da memória cultural-material. De extrema importância é relembrar que não estamos nos referindo às características ou aos atributos documentais de fixidez, autenticidade, imparcialidade, naturalidade, organicidade e unicidade (ver sobre em SANTOS, 2011). A partir dessa proposição, a preocupação está na necessária presença dos atributos intrínsecos da natureza físico-química do objeto: poder ter acesso à sua forma geométrica, cor, dimensões e matéria-prima dentre outras fundamentais características, além do contexto de sua proveniência, mesmo após a sua digitalização e disponibilização virtual. Tratam-se de fatores básicos para o historiador da cultura material, mais especificamente.

Tentemos demonstrar melhor o que queremos, recorrendo a Pesez (1996), quando informa que nos tempos em que raramente se escrevia, em que a escrita era privilégio de uma minoria, os fatos por ela registrados não são aqueles que alimentarão a história da cultura material. Ainda, de acordo com Bucaille & Pesez (1989), os objetos de estudo da cultura material são, por exemplo,

[...] as casas de madeira urbanas rodeadas por bastiões de terra e madeira, as cabanas térreas dos aldeamentos rurais, as louças de mesa e de cozinha, os utensílios da vida rural e do artesanato, sem esquecer nem os vestígios do consumo nem os homens, presentes através das ossadas e dos seus túmulos (BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 32).

Assim, em uma análise e síntese imprescindíveis para melhor se conhecer e descrever essa materialidade, é preciso saber sobre “as suas dimensões, formas, matérias e, indiretamente, os seus modos de fabrico – e a sua proveniência exata, de modo a reconstruir ou explicar o ambiente que os originou” (BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 24). Esse fragmento ilustra bem a contribuição interdisciplinar da Arqueologia para o fazer historiográfico. Por isso, salientamos que as características do suporte material oferecem os mais diversos elementos indiciários como fontes de pesquisa para a História da Cultura Material (HCM).

9.2 – Nossa proposta para uma indexação e descrição complementar

Anteriormente, e em vários momentos nesta tese, apresentamos a linha teórica na qual nos apoiamos para chegar às reflexões e inquietações aqui expostas. Discorremos sobre as mudanças metodológicas que nos trouxeram ao modo como fazemos História nos dias atuais: o movimento que revolucionou a historiografia do século XX, denominado por Escola dos *Annales*. Esse movimento evidenciou a importância da Entidade Documento, no seu sentido mais amplo,

compreendendo-o como “qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra” (ROBINSON apud BURKE, 1997, p. 20). Essa historiografia ocidental do século XX carrega um dos fenômenos mais significativos: a crescente especialização do historiador moderno. Assim, temos o historiador que estuda os fatos da cultura abordando-os a partir de suas características físicas, pois os objetos informam a respeito da sua relação com os sujeitos históricos que estiveram envolvidos com a sua produção e uso.

Também nos motivou a essas discussões e proposições as mudanças estruturais no processo informacional causadas pela digitalização dos documentos e sua difusão eletrônica, as quais trouxeram impactos na configuração dos documentos e nas maneiras de abordá-los cientificamente. Além disso, o momento presente nos permite a construção de ferramentas que colaboram na manipulação de novas formas de representações.

Podemos dizer que, a partir da difusão dos documentos digitais, a comunidade arquivística internacional, ampliou seu interesse em se focar nos estudos da gestão de documentos de arquivo. Recentemente, “projetos desenvolvidos nos Estados Unidos, Canadá, Europa e Austrália resultaram na revisão de conceitos arquivísticos, na definição de diretrizes de gestão e na especificação de requisitos funcionais e metadados para sistemas de gestão arquivística de documentos” (CONARQ, 2011, p. 16).

Sabemos, ainda, que a perspectiva científica e metodológica informacional não estabelece fundamentos preocupados com os processos da organização e disponibilização para acesso à documentação especificamente pautados pela noção ampliada de documentos que interessa aos historiadores. Diante dessa configuração é que apresentamos a presente proposta e de forma preliminar. Com essa, buscamos colaborar com a historiografia e sua indissociável e benéfica relação com as tecnologias digitais. Por considerar como ganhos, estamos propondo que informações sobre os atributos físicos dos objetos em análise estejam de fácil acesso para os consulentes nos sistemas de acervos virtuais que disponibilizam a representação digitalizada da documentação original, seja por acesso remoto ou local.

De constatações obtidas no desenvolvimento da presente pesquisa, podemos afirmar que a ausência do contato com tais elementos impacta o ofício histórico da atualidade, mais especificamente, para os pesquisadores cujo perfil de pesquisa se ocupa de analisar a cultura material. Na relação historiador / documento, o contato com tais informações poderá ampliar as possibilidades de análise no fazer interpretativo com relação aos indícios históricos materiais dos objetos disponibilizados virtualmente.

Assim, propomos, a partir do fato constituído metodologicamente, que as características do

suporte material que determinam diversos elementos das fontes de pesquisa para a história da cultura material sejam agregados aos sistemas de informação que permitem sua recuperação e acesso, e, em conjunto, seja disponibilizada uma descrição textual, a mais detalhada possível, desses objetos junto ao representante digital disponível nas páginas Web, aos quais possibilitam acesso.

Semelhante aos documentos nativos digitais, as imagens digitalizadas, geralmente, ordenam quantidades maiores de metadados do que em suporte papel, seja para informações técnicas de uma descrição detalhada ou mesmo no nível do item individual (MALIN, 2002). Desse modo, uma parte da presente proposta significa sugerir que, por meio de esquemas, extensões e perfis de metadados (assunto já revisado no subcapítulo 5.2.2, página 130), essas digitalizações permitam serem recuperadas via sistemas de informação a partir da busca por suas dimensões, do tipo de matéria-prima, tipo de escrita (desenho, pintura, impresso ou manuscrito, por exemplo).

Inicialmente, os atributos descritos podem ser, no caso de livros digitalizados: suas cores, estado de conservação, suas três dimensões, peso, número de páginas, qualidade do papel utilizado, tipo de tinta empregada na impressão ou escrita, tipo de capa da obra (capa dura, brochura) etc. No caso das pinturas, geralmente disponibilizadas por museus virtuais, suas três dimensões, peso, técnica de pintura, matéria-prima da tela e da moldura, qualidade e tipo de tinta empregada, etc. E, no caso dos documentos de arquivo, os atributos seriam similares ao dos livros digitalizados: suas cores, estado de conservação, dimensões, qualidade do papel utilizado, tipo de tinta empregada na impressão ou escrita, em complemento aos elementos da tradicional descrição documental já praticada. Acreditamos que esse seria um trabalho complementar ao que já é sugerido pelo CONARQ (2010), cuja recomendação é de que, no processo de digitalização documental, a imagem deverá ser captada de forma a garantir o máximo de “fidelidade entre o representante digital gerado e o documento original, levando em consideração suas características físicas” (CONARQ, 2010, p. 07).

Ainda, sobre os metadados, o documento do CONARQ (2010) orienta que,

[...] os metadados técnicos a respeito do ambiente tecnológico (do documento original, da captura digital, do formato de arquivo digital gerado) e as características físicas dos documentos originais devem ser registrados em planilha e sempre que possível, **devem ser encapsulados ao próprio objeto digital** ou armazenados em um banco de dados (CONARQ, 2010, p. 07). [grifo nosso]

No documento do CONARQ (2010) há o alerta de que “esta recomendação explicita um esquema mínimo de metadados técnicos referentes à captura digital, e não abrange aqueles referentes a recursos de catalogação, indexação, descrição ou de busca e pesquisa” (CONARQ,

2010, p. 18). Sendo, então, exatamente os que aqui propomos serem incluídos, por entender que colaboram para que o consulente tenha condições de pesquisar pelos representantes digitais dos documentos originais, inserindo, no sistema, informações de recuperação como dimensões, tipo de suporte, matéria-prima e até a técnica empregada na confecção do objeto / documento, além de outros atributos físicos possíveis.

Note-se que a evolução das tecnologias de informação tem permitido, por meio de sistemas de busca, encontrar um documento específico dentro do imenso repositório, que é a Internet, por exemplo, com buscas por grau de relevância e não apenas por grau de ocorrência. Para que isso impacte positivamente no fazer historiográfico, acreditamos ser possível descrever e indexar esses documentos para além da utilização das palavras-chave básicas. Em meio às atividades de tratamento técnico dos acervos permanentes, duas são capitais para o processo de recuperação da informação: a descrição¹²⁵ e a indexação¹²⁶. Por meio dessas os usuários se beneficiam da existência de instrumentos de pesquisa que facilitam o acesso à documentação.

Assim, estamos sugerindo que haja um processo que não desconsidere os indícios investigativos que a materialidade do documento original, em sua concepção mais ampliada dentro da cultura material pode fornecer ao profissional da História. Algo como se se pudesse contar com um tratamento arqueológico na disponibilização de uma matriz digital.

Nossa pesquisa, de forma geral, pretende colaborar para um diálogo sintonizado entre as tradições científicas da História e da Arquivologia, perante a inovação tecnológica informacional, que congrega a virtualização documental. O ensaio, no presente capítulo, tem como objetivo expor alicerces teóricos para fundamentar a proposta do desenvolvimento de uma metodologia complementar. Pretendemos alertar os profissionais da informação como um todo: bibliotecários, arquivistas, museólogos e documentalistas, que lidam com a digitalização dos objetos por eles trabalhados.

Temos ciência de que o exercício por ora apresentado precisa ser melhor desenvolvido, estudado, repensado e analisado pelos profissionais e cientistas os quais envolve: historiadores, documentalistas, arquivistas, bibliotecários, museólogos, profissionais da informação, além de técnicos. Entendemos ser este um bom momento para colocar nossa ideia a público para

¹²⁵ “Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas [...] além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas [...] As normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante à informação” (BRASIL, 2006, p. 10).

¹²⁶ Indexar é um processo subjetivo. Da mesma maneira que informando sobre suporte, escrita, espécie e gênero, a indexação representa pontos de acesso, ou, um “elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos” (BRASIL, 2006, p. 17).

despertar a atenção e, futuramente, contarmos com o apoio nessa discussão por esses mesmos profissionais. Entendemos que a fundamentação apresentada é consistente e acolhe os requisitos mínimos de uma análise científica. A respeito dessa ressalva, temos razões para acreditar que as proposições ora apresentadas são importantes, pois as entrevistas que compõem a presente pesquisa embasam a necessidade discutida, constatada pela importância atribuída pelos historiadores (brasileiros e espanhóis) em se ter contato com os elementos e atributos físicos dos documentos para determinados perfis de pesquisa histórica. Além dos historiadores, tais necessidades foram apresentadas aos profissionais da Arquivologia e da Documentação (brasileiros e espanhóis, respectivamente), os quais a compreenderam claramente e concordam que tal contato é importante para determinados historiadores.

Estamos refletindo com cautela, pois a análise feita ainda é preliminar. Para conclusões mais robustas será necessário um refinamento analítico maior, o qual só poderá ser obtido a partir do diálogo com os profissionais anteriormente citados. Assim, como um primeiro exercício, também exigirá críticas para o seu desenvolvimento, as quais esperamos que sejam elaboradas, pois serão muito bem-vindas pelos colegas estudiosos das temáticas interdisciplinares que a envolvem.

Considerações Finais

Na presente pesquisa, à medida que avançamos nas leituras do tema, foram se construindo algumas indagações básicas, que surgiram da análise da seguinte questão: após a aplicação dos processos descritos, teremos, ainda, a mesma entidade documental? Será que o resultado da redocumentarização dá origem a um novo documento? Por ter migrado para outro suporte, seria um documento completamente diferente do original? Sintetizamos essas questões partindo da consideração de que as mudanças estruturais no processo informacional (causadas pela digitalização dos documentos, assim como por uma nova maneira, inerente, de comunicação eletrônica) traz impactos definitivos na configuração dos documentos. Será que diante da mutabilidade constante experimentada pela entidade documento, ainda se deveriam alocar esforços na tentativa de encerrá-lo em si mesmo? Observamos que até o momento, e especialmente, em função da fluidez oferecida pelas tecnologias digitais, não seria possível manter uma definição dessa entidade dentro de uma acepção hermética, pois tem se esvaído cada vez mais rápido por, facilmente, incorporar novos elementos influenciados pela dinamicidade do universo digital.

De tal modo, empreendemos uma captação empírica de dados em conjunto com um aprofundado estudo teórico reflexivo, como forma de apoiar a identificação de impactos do processo de virtualização do documento de arquivo, especificamente o de idade permanente, no fazer historiográfico e na prática arquivística. Com o presente estudo interdisciplinar buscamos elucidar impactos encontrados no processo de consulta, organização do documento, com foco centrado no arquivístico de idade permanente e digitalizado, no intento de compreender um pouco mais a sua incidência no fazer historiográfico.

Objetivamos sistematizar questões debatidas no campo da redocumentarização e colaborar com novas reflexões para ambas as áreas principais enfocadas: Arquivologia e História. Note-se que, no século XIX, História e Arquivologia foram áreas analisadas como próximas, mas, no século XX, em função de refinamentos metodológicos, ambas começaram a se afastar, com a Arquivologia deixando seu atrelamento de acessória dos procedimentos e métodos da historiografia. O campo da Arquivologia assumiu configurações muito próprias, atualmente alinhadas ao campo da teoria da administração (por exemplo, a gestão de documentos) ou ao campo da Ciência da Informação.

Nossas preocupações foram pautadas pela especificidade do método historiográfico que, no começo do século XX, passou a ser baseado em uma noção documental ampliada, ao se questionarem os tipos de informação intrínseca que esses artefatos culturais podem conter. Note-se que, durante as entrevistas, explicamos, para os profissionais do documento, a metodologia preconizada pelos *Annales*. Esses profissionais a entenderam claramente e a consideraram interessante e pertinente. No entanto, foi perceptível que a área da Arquivologia não se conjuga com o significado de uma História Total, como preconizado pela Escola dos *Annales* e seu inerente impacto na ampliação da noção de documento. Noção essa que passou a considerar, para o fazer historiográfico, que qualquer objeto pode ser um documento que serve aos objetivos da pesquisa histórica. Tal situação, em parte, se explica pelo fato de que os documentos de arquivos não nascem para servir aos interesses dos historiadores, mas, sim, para servir de prova das funções e atividades das instituições. Portanto, nesse caso, a metodologia arquivística volta-se para produção, organização e acesso não a todo e qualquer documento, mas, sim, aos oficiais, aos finais, aos que documentam as instituições.

Por outro lado, notamos que os historiadores não conseguiram acompanhar o desenvolvimento das funções arquivísticas contemporâneas, em particular a função avaliação, compreendendo-a, constantemente, como um procedimento intuitivo, passível de eliminar aleatoriamente importantes fontes primárias. Com esse quadro, entendemos que seria importante que em ambas as formações acadêmicas, Arquivologia e História, houvesse disciplinas que contemplassem tais

lacunas.

Um dos pontos, dentre vários outros, que buscamos compreender com esta pesquisa foi: qual a concepção do documento de acervo permanente digitalizado, geralmente referido por muitos profissionais como de “valor histórico”, quando pensado sob o espectro disciplinar da Arquivologia? A esse respeito, houve o entendimento que para o historiador, praticamente fruto de um consenso inconsciente, todo documento arquivístico tem potencial valor de histórico, ou seja, de fonte de pesquisa histórica. Na mesma linha de abordagem do objeto, deduzimos que, quando os arquivistas ou documentalistas trabalham com os acervos que assumiram a idade permanente, esses não estão trabalhando, automaticamente, com um documento de “valor histórico”. Dessa maneira, com essa discussão, registramos esse como um exemplo da existência de olhares diferentes gerados a partir de uma mesma documentação.

Diante disso, cremos poder frisar a seguinte diferença: o profissional de arquivo manipula uma massa documental de idade permanente e valor secundário. Todavia, da mesma forma, diversos pesquisadores que trabalham e estudam os documentos de arquivo, a partir da perspectiva da Arquivologia e da Documentação, empregam o termo “documento de valor histórico” para se referirem ao valor secundário dessa documentação. Esse termo é utilizado por muitos profissionais ou pesquisadores, como encontrado em vários textos de referência que servem objetivamente aos estudos sobre Arquivologia e Documentação. Tais profissionais possuem conhecimento sobre valores permanente e / ou secundário, mas também utilizam o termo “documento de valor histórico”. Assim, para o historiador, o documento de arquivo é uma fonte de informação para a sua narrativa histórica e, para o arquivista, esse mesmo documento registra as funções e atividades de uma organização. O arquivista não possui o objetivo de transformar um documento em fonte de informação histórica. Quem o faz é o historiador, ao considerá-lo como um objeto passível para tal função, pois dentro dos seus procedimentos metodológicos será considerado suficiente para construir suas narrativas.

Dessa maneira, o historiador trabalhará com fonte de informações para pesquisas históricas, algo concebido por ele para a construção do conhecimento. O arquivista e o documentalista não lidam com fontes, lidam com documentos, documentação. Assim, não cabe ao arquivista transformar o documento em fonte de pesquisas históricas, ou em um documento para atender exclusivamente aos fins históricos.

Outro fator importante que surgiu no desenrolar do presente estudo, colaborando para nossa defesa em relação à importância do contato direto com o documento original, foi a presença ou não dos pesquisadores nos arquivos. O que queremos dizer aqui é que, diante da virtualização e

acesso remoto dos acervos, pode-se sugerir um esvaziamento dos arquivos. Mas também salientamos que tal elemento não busca colocar de lado todas as benesses que constatamos decorrer da existência dos acervos digitalizados. De forma controversa, os benefícios aferidos com os acervos virtualizados podem impactar em perdas pedagógicas na ausência da experiência de se ir ao arquivo. Pois, o contato presencial com os documentos possibilita entender o processo de origem dos acervos, fundos, séries documentais e a dinâmica da instituição que produziu tal documentação.

Consideramos fundamental que exista a mediação entre o profissional de arquivo, o qual conhece a ampla gama de documentos sobre os mais variados temas, e o pesquisador. Uma vez que, quando o pesquisador vai ao arquivo, encontrará no arquivista ou no profissional que desempenhe a função, um interlocutor privilegiado. O profissional de arquivo, geralmente, conhece a evolução da estrutura administrativa de um organismo, por exemplo, e pode indicar outro que já exerceu tal função, ampliando possibilidades de pesquisa. Há, ainda, outro fator, o de que se cada vez mais as pessoas, de modo geral, deixarem de ir aos arquivos físicos, isso poderá acarretar em menor destino de verbas para tais instituições, em função da redução significativa do fluxo de consultas presenciais.

No presente estudo trabalhamos, também, na defesa de que o não contato com os documentos originais, de maneira presencial e física, em alguns momentos, poderá impedir o desenvolvimento de algumas narrativas históricas. Partimos do pensamento hipotético, de que, o não contato com a materialidade de determinados documentos, pelo fato de estarem disponibilizados virtualmente, acarretaria em uma limitação ou até em um empecilho para que determinados tipos de pesquisas históricas sejam realizadas em sua plenitude. Com isso, estaria-se cogitando privilegiar apenas a consulta ao conteúdo textual dos documentos, uma vez que estão virtualizados. Sabemos que muitas instituições arquivísticas estão cientes disso, pois é possível obter autorizações para a consulta aos documentos originais. Mas, como apontado por vários dos entrevistados, ainda existem locais de guarda que não possuem esse hábito.

Para nós, o contato com a materialidade estimula pensar sobre as escolhas documentais, uma vez que, a presença física, pode estimular novos olhares. Não poder perceber outras dimensões, além do conteúdo textual do documento, geralmente altera o exame historiográfico. Defendemos, com isso, os benefícios que se pode obter a partir de um procedimento híbrido, com a pesquisa virtual facilitando a posterior busca física pelos documentos, um procedimento que já vem sendo utilizado por alguns dos entrevistados por este estudo.

Outro elemento pensado neste trabalho surgiu da constatação de que a revolução digital gerou

uma circulação de informações muito maior. O que nos colocou à disposição um *corpus* de dados e informações sem precedentes na História. Buscamos captar, junto aos profissionais entrevistados, suas opiniões a esse respeito. Constatamos o surgimento de preocupações ligadas à importância de se associar o gerenciamento das informações às funções arquivísticas. Além disso, preocupações em torno de algumas consequências negativas de se trabalhar a informação sem uma reflexão prévia. Ainda, a geração de uma complexidade maior na organização de grandes volumes de informação e dúvidas de como melhor sistematizar tal montante de informações para oferecer aos usuários. Também, foi apontada uma inerente necessidade de formação da população para lidar com a circulação crescente de informação, diante da ampliação de uma democratização do acesso. Perante esse quadro, no tocante à organização da informação arquivística como um todo, concluímos que uma função importante para o arquivista seria a de orientar o que de fato precisa ser registrado para não haver geração desnecessária de documentação.

Dentro do mesmo tema, ou seja, da circulação de informações muito maior, junto aos historiadores brasileiros e espanhóis, constatamos o surgimento de preocupações com relação a considerar que o centro da análise não seria condicionado pelo que é analisado, em sua quantidade maior ou menor. Parte dos pesquisadores entrevistados entende que o cuidado com a metodologia, hoje, diante de um corpo documental maior, devido à maior facilidade e possibilidades de acesso, intensificou-se. Haveria, assim, surgido uma pressão maior para os historiadores se cercarem de tipos documentais os mais variados. Mas o principal, do ponto de vista da pesquisa histórica, é que a ampliação de acesso a informações não muda a metodologia de pesquisa empregada pelo historiador. Persevera, ainda, a importância do trabalho historiográfico com a correta aplicação dos preceitos da pesquisa histórica. A ampliação da quantidade de informações disponíveis seria um elemento que colabora, mas não determinaria a qualidade das narrativas. Acarretaria, então, mais no estabelecimento de algumas mudanças significativas na busca de fontes, diante de novas possibilidades e uma série de novos desafios interpretativos para o historiador.

No caso historiográfico, entendemos que, anteriormente, havendo menor acesso, como hoje com maior acesso documental, a diferença ainda é mais individual, pois bons trabalhos existirão hoje, como ontem foram desenvolvidos frente a um menor número de informações e documentação circulante. A quantidade de informação não vai determinar a qualidade do trabalho, essa quantidade passou a empregar novos desafios. O fato de hoje termos acesso a um número maior de fontes, ou mais facilitado, não representa termos melhores trabalhos, porque a metodologia e o rigor inerente ao trabalho historiográfico continuam a determinar a qualidade do trabalho.

Será que ainda temos com bastante frequência os historiadores mineiros fazendo história de Minas Gerais, os da Bahia, a história da Bahia e do Ceará, a história do Ceará? A amplitude do acesso nos levou a perceber que se facilitou imensamente a perspectiva da história comparada. Se, por exemplo, o Ultramarino e o PARES estão disponíveis, temos uma grande oportunidade de empreender mais pesquisas comparativas e ver o que aconteceu em Portugal e Espanha em uma mesma época, em comparação com o Brasil e outros países. Podemos extrair desse novo olhar, dessa nova oportunidade, novas questões.

Outro tema discutido se refere ao fato de a necessidade dos arquivos duplicarem, por meio digital, uma parte dos seus acervos, apresentando como consequência novos desafios. Nesses termos, salientamos que os acervos serão relativamente duplicados, devido ao fato de que os procedimentos serão duplicados frente à impossibilidade metodológica e legal de se descartar os documentos originais que foram ou serão digitalizados. Uma severa defesa pela preservação dos documentos originais, com a digitalização, apareceu recorrentemente na fala de grande parte dos entrevistados brasileiros e espanhóis. Para esses profissionais, assim como defendemos, é primordial que no universo da tecnologia digital os princípios arquivísticos sejam preservados, e aqui nos vemos diante da correta aplicação do processo de Redocumentarização.

Dessa maneira, das preocupações dos entrevistados, emanou também a defesa do documento autêntico, demonstrado por meio do entendimento de ser aquele encontrado da mesma forma como foi produzido desde o momento de sua produção, o que representará o grau de confiabilidade. Ou seja, a estabilidade das características comuns do documento de arquivo virtualizado, respeitando o contexto, a estrutura e o seu conteúdo, serão garantidos pelo exame do documento original contextualizado, legando tranquilidade ao pesquisador que acesse o documento redocumentarizado.

De forma transversal, em parte das temáticas lançadas por nós, pôde-se perceber o surgimento de questões políticas inerentes ao trato geral com os acervos. Percebemos a existência de um tema que mereceria uma discussão aprofundada. Colaboraria muito compreender as políticas no âmbito das instituições, ao constatarmos que, no geral, algumas têm sido instigadas a privilegiar o que, como e quando devem ou podem digitalizar. Foi apontada, por alguns arquivistas, a frequente prática de se selecionar os acervos mais procurados fisicamente, para serem os que serão digitalizados, o que deixa os documentos menos procurados fora de evidência ou, praticamente, esquecidos. Esse é um fator que perpassa o tema da digitalização e disponibilização virtual de acervos arquivísticos, mas crê-se que de forma um pouco velada, logo, nada discutido. Ao tentarem refletir sobre o que os arquivos poderiam fazer para dispor de novas possibilidades na escolha dos acervos a serem digitalizados, entendemos ser essa uma

proposição que vai exigir da Arquivologia um exercício de reflexão amplo, frente a existência de condicionamentos políticos e econômicos.

Entre os objetivos principais desta pesquisa, podemos dizer que são gerados, por meio da digitalização, além de grandes benefícios, problemas e questões que merecem reflexões aprofundadas. Em termos mais práticos, apreendemos que, para os profissionais da informação entrevistados, existem problemas relativos à digitalização dos acervos arquivísticos, mais diretamente ligados à fragilidade e vulnerabilidade do meio eletrônico. Fatores, esses, que ameaçam a manutenção de uma correta organização dos acervos e a longevidade do trabalho elaborado. Podemos apontar como exemplo das preocupações os processos, agora frequentemente necessários, de migração periódica de suporte, após a primeira reformatação da documentação física para o meio eletrônico. Tal procedimento pode ameaçar a autenticidade dos documentos nativo digitais, além de encarecer o processo de guarda e disponibilização. Frisamos que esse exemplo apresenta risco maior para os documentos nativo digitais, uma vez que, possuindo os originais físicos, pode-se recorrer a uma nova digitalização. Mas, o nativo digital é documento autêntico e único como arquivo digital, de tal modo que sua perda pode ocorrer durante migrações malsucedidas.

Outro indicativo, advindo de certo número de entrevistados, demonstrou a crença e o temor de que o meio virtual seja muito suscetível a problemas como o acesso indevido aos acervos virtuais para, nesses documentos, realizarem uso ou alterações mal-intencionadas. Por isso a importância da preservação dos metadados originais do documento nato digital, pois por meio dele é que se identifica o documento digital original.

Dos relatos dos historiadores, queremos destacar alguns fatores que classificamos como impactos positivos. Dentre variadas possibilidades, verificamos ganhos por um acesso mais facilitado, na possibilidade de uma consulta documental maior, quando é o caso. Uma vez que, no geral, os arquivos pelo mundo, considerando que algum possa esquivar-se a essa regra, na média, ainda possuem uma porcentagem muito reduzida do seu acervo físico disponibilizado virtualmente.

O documento digitalizado facilita acesso e consulta. Além de preservar o original, possibilita o contato com as suas informações via rede de computadores, como a Internet, permitindo maior acesso e agilidade às solicitações de conteúdo pelo público em geral. Trata-se de algo de fundamental importância para o processo de universalização dos documentos e ao incremento das pesquisas. Ainda, os acervos digitalizados trazem novos significados para a pesquisa histórica. A tecnologia digital colabora para a possibilidade de pesquisas antes inexistentes. Os

documentos são os mesmos, mas a tecnologia digital traz novas possibilidades.

Vemos que essa tecnologia traz a possibilidade de se estabelecer redes que podem ser acessadas de qualquer parte do planeta. Seja de maneira síncrona ou assíncrona, podemos acessar e intercambiar documentações e informações com outros pesquisadores de áreas distintas, cooperando para enriquecer as narrativas históricas. Diversos arquivos, onde quer que estejam localizados fisicamente, estão à disposição de quem quer que os necessite, gratuitamente, 24 horas por dia, durante todo o ano.

Novidades enriquecedoras surgiram a partir da ampliação das possibilidades de pesquisas. Contamos com maiores possibilidades de acesso aos documentos, com redução no tempo e despesas de deslocamento. Além disso, contamos com a possibilidade de expandir a capacidade da pesquisa, na medida em que essa oferta, ampliada e facilitada, possibilita estimular a elaboração de novos objetos de pesquisa. Suscitam-se novos estímulos, ao se poder explorar e percorrer por páginas ligadas a um determinado documento – em acervos virtualizados, que disponibilizam tais indicações, como é o caso do Portal PARES –, o que permite encontrar outros de grande relevância. Isso é dito diante do fato de que, consultando presencialmente nos arquivos, geralmente, solicita-se um documento ou outro, especificamente, o que leva a uma “varredura” limitada. Fator determinado por motivos que podem compreender a existência do tempo limite para a consulta, até a geração de problemas de saúde, devido ao contato com documentos muito antigos, citando aqui apenas dois exemplos. Muitos outros, o leitor pôde encontrar por quase todo o presente trabalho.

Nossa tentativa foi, ainda, a de categorizar alguns fatores entendidos como impactos negativos e preocupantes que incidam na pesquisa histórica, proveniente do processo de digitalização e virtualização dos documentos arquivísticos. Desse modo, citamos aqui o entendimento de que, a tática de consulta documental por via virtual, pode causar afastamento do historiador da materialidade dos seus objetos de pesquisa. Julgando-se, futuramente, ser essa uma prática a ser adotada nos locais de guarda que possuem o procedimento de virtualização de parte dos seus acervos, teremos perdas para várias possibilidades analíticas. Além disso, a partir de relatos de alguns entrevistados, em conjunto com a nossa constatação prática, podemos afirmar, a propósito da existência de muitos trabalhos de digitalização, inclusive de instituições arquivísticas de grande expressão, que nem sempre foram bem concretizados.

Frequentemente, uma empresa comercial de digitalização é contratada para entregar o trabalho técnico de reformatação e virtualização de acervos. Nesses casos, o tratamento interdisciplinar poderá melhor atender aos objetivos dessa virtualização. Esse é um diálogo merecido, que

ajudará muito a aperfeiçoar técnicas diante de necessidades. Antes de organizar um documento, é necessário estudar seu conjunto documental.

Outro impacto que consideramos preocupante, que mereceria uma pesquisa específica, é a possibilidade da suscitação de falhas metodológicas. Diagnosticamos, e entendemos, que existe a possibilidade dos consulentes, de maneira geral, concluírem que o acervo disponibilizado virtualmente é o único existente. Pode haver falta de questionamento sobre a existência de outros documentos relacionados aos que já se obteve contato, considerando-os suficientes. Pensamos nas possibilidades de certo prejuízo para a pesquisa histórica, em função de um descuido metodológico como esse, ao se considerar satisfatório o exame apenas da documentação representada eletronicamente.

Acreditamos ser importante destacar que um dos objetivos deste trabalho de pesquisa foi o de levantar provocações sobre as questões investigadas e colaborar com novas reflexões para ambas as áreas trabalhadas: Arquivologia e História. Notamos que não saber o significado que um documento assume, como evidência de ações executadas e registradas, colabora para a existência de lacunas e dificulta interpretações mais amplas. Portanto, percebemos que deveria ser discutida, mais especificamente, a diferença entre os três documentos que circulam pela área da Ciência da Informação, ou seja, o arquivístico, o bibliográfico e o museológico, além do que assume o “valor histórico”, uma vez que este perpassa as três disciplinas citadas.

No ambiente digital, constatamos ser frequente o fato de não haver referências amplas sobre o documento original, afetando a garantia de validade dessa fonte de informação, a qual poderá ter comprometida suas possibilidades de análise. Ao lidar com acervos digitais ou documentos digitalizados e informações digitais em uma pesquisa histórica, o rigor que orienta o trabalho do historiador não poderá ser negligenciado. Pelo contrário, verificamos o surgimento de novos elementos a serem considerados. Será imperativo ter o cuidado de checar as informações em relação a esses documentos digitais, como: estão realmente reproduzindo as informações dos documentos originais? Até o momento, essa informação só pode ser relativamente garantida pelo próprio documento original que propiciou a digitalização.

Apesar de o meio acadêmico, principalmente em relação aos profissionais que trabalham com o documento como seu objeto de pesquisas e trabalhos práticos, terem já claramente a ideia de que não é possível preservar todo objeto como documento em potencial, temos alguns dos historiadores entrevistados, brasileiros e espanhóis, revelando um desejo contrário. Para eles, seria importante preservar todos os indícios possíveis das atividades humanas através dos tempos, principalmente diante das possibilidades tecnológicas atuais.

Perante toda a discussão que nos foi possível empreender no presente trabalho, entendemos que temos de continuar preservando os acervos, garantindo sua viabilidade e a manutenção, sobretudo, ainda precisaremos que a tecnologia encontre soluções mais amplas e perenes. Por enquanto, precisamos nos preocupar com a manutenção e os desafios das condições adequadas de armazenamento e a sensibilização das pessoas, porque do ponto de vista tecnológico pode-se vir a pensar que os procedimentos e ferramentas tecnológicas são suficientes, mas e se não conseguirmos ler esses documentos no futuro?

Por mais que já existam, e muito bem definidas, legislações e outros elementos que guiam a preservação documental, seja em suporte físico ou digital, cremos estar diante de uma avaliação que é histórica. Trata-se da clara historicidade do processo arquivístico no procedimento de guarda da memória. É histórico selecionar, é histórico preservar, é histórico guardar de determinada maneira, influenciados pelos valores sociais que se alteram com o tempo. De tal modo, entendemos ser também importante discutir e dimensionar melhor as questões políticas que incidem na guarda e na eliminação de documentos, até como forma de valorizar a ação e a responsabilidade que esse fator tem no processo de preservação da memória e de uma identidade histórica.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, Dauril. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study. **Hispanic American Historical Review**. Vol. 43, No. 2 (May, 1963), pp. 173-205.
- AL-HAWAMDEH, Suliman. Knowledge management: re-thinking information management and facing the challenge of managing tacit knowledge. **Information Research**, 2002.
- ALMEIDA, J. F.; PINTO, J. M. Da teoria à investigação empírica: problemas metodológicos gerais. In: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Org.). **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 2005.
- ALMEIDA, Rosa Lidia Vega. Influencia del paradigma tecnológico en la organización de la información. **Acimed**, 2007.
- ALONSO, Enrique. Cuando el documento aprendió a hablar. **BAJO PALABRA. Revista de Filosofía**. II Época, N° 7, 2012.
- ALONSO, Vicenta Cortés. Los documentos y su tratamiento archivístico. **Boletín de la ANABAD**, Tomo 31, N° 3, 1981.
- ALVARENGA, L. A Teoria do Conceito Revisitada em Conexão com Ontologias e Metadados no Contexto das Bibliotecas Tradicionais e Digitais. **DataGramZero**, 2001.
- ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**, 2003.

- APM. **Arquivo Público de Minas Gerais**. 2015. Disponível em <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>. Acesso em 18 set. 2015.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- ARLETTAZ, Gérald. Pour une démarche historique et scientifique des archives. **Archives, Quebec**, v. 35, n. 1-2, 2003.
- ARNAUD, Michel; MERZEAU, Louise (org.). Traçabilidade et Réseaux Hermès, n.53, Paris, **CNRS Éditions**, avril 2009.
- ARQUIVO NACIONAL. **Arquivos e Documentos - Conceitos e Características**. s/d. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em 19 set. 2015.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1974b.
- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 7, Rio de Janeiro, jul/1974a.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, abr; 1973.
- BARROS, José D'Assunção. **História da Cultura Material**: notas sobre um campo histórico em suas relações intradisciplinares e interdisciplinares. 2009. Disponível em <http://www.uss.br/web/hotsites/revista_marica/artigo1.pdf>. Acesso em 27 jan. 2015.
- BERGER, Guy. Opinions e réalités. In: **CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT**. L'interdisciplinarité: problemes de l'enseignement et recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972.
- BERKELEY. **The Making of America II**, 2001. Disponível em: <<http://sunsite.berkeley.edu/moa2/>>. Acesso em 02 abr. 2015.
- BERNERS-LEE, Tim; HENDLER, James; LASSILA, Ora. The Semantic Web: A new form of Web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. **Scientific American**, May, 2001.
- BLANQUET, M. F. La fonction documentaire: etude dans une perspective historique. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v.30, n.4-5, 1993.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Ed. rev. aum. e criticada por Étienne Bloch. [S.l.]: Forum da História/Publicações Europa-América, 1997.
- BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Artefatos e práticas sociais em torno das refeições (São Paulo, séculos XVIII e XIX). **Varia hist.** [on-line]. 2016, vol.32, n.58, pp.101-137.

- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. **Cartilha procedimentos para eliminação de documentos públicos**. 2. ed. Brasília, 2015.
- BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2014.
- BRITTO, Maria Teresa Salles Navarro de. **La formation universitaire en Archivistique au Brésil**. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Especialização em Arquivística) – Université de Montréal, Montreal, 1995.
- BROTHMAN, B. Orders of value: Probing the theoretical terms of archival practice. **Archivaria**, v.32, 1991.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. Trad. Rui Santana Brito. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. v.16.
- BÜCK, J. **Gestión del conocimiento**. Madrid: AENOR, 2000.
- BUCKLAND, M. K. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, 42(5), 1991a.
- BUCKLAND, M. K. What is a “document”? **Journal of the American Society for Information Science**, 48(9), 1997.
- BUCKLAND, M. K.; LUND, N. W. Boyd Rayward, Documentation, and Information Science. **Library Trends**, Volume 62, Number 2, Fall, 2013.
- BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.
- CACALY, S. et al. **Diccionario de la información**. 2ª ed., París, Armand Colin, 2004.
- CALDER, Judith. Survey research methods. **Medical Education**, 32, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.
- CARVALHO, Wallace Pires de Carvalho. **Arquivos universitários de instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CDWA. **Categories for the Descriptions of Works of Art**. Disponível em

<http://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/cdwa/categories.htm>.

Acessado em 29 mar. 2015

CHARTIER, Roger. História positivista. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978.

CHOO, C. **La organización inteligente**. México: Oxford University Press, 1999.

CHOWDHURY, G. G. Knowledge Organization or Information Organization? A Key Component of Knowledge Management Activities. **Conference on Digital Libraries**, 2004.

CODINA, Lluís. **El libro digital y la www**, Madrid, Taurus, 2000.

CODINA, Lluís. **El llibre digital**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1996.

COHEN, Daniel; ROSENZWEIG, Roy. **Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web**. University of Pennsylvania Press, 2005.

COMTE, Auguste. **Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828**. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972.

CONARQ. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**. 1.1. Versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CONARQ. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. **Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014**. Disponível em <<http://www.conarq.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/281-resolucao-n-39,-de-29-de-abril-de-2014>>. Acesso em 04 nov. 2017.

CONARQ. Orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos. **Orientação Técnica n.º 1**, Abril / 2011a. Disponível em

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Orientacoes/Orientacao_tecnica_1.pdf> Acesso em 04 nov. 2017.

CONARQ. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. CONARQ, 2010.

COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción políticosocial sobre el gobierno. **Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León**. Salamanca, n. 6, 2003.

COOK, Terry. What is past is prologue: a History of Archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Toronto, n. 43, 1997. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cook-t-pastprologue-ar43fnl.htm>>. Acesso em 22 jun. 2016.

CORNELIUS, Ian. Theorizing information for information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, p. 393-425, 2002.

CORNELLÀ, A. **Infonomia.com: la gestión inteligente de la información en las organizaciones**. Bilbao: Deusto, 2002.

COTTE, D. A La rencontre des objets “du numérique”, l’occasion d’un nouveau paradigme pour les études de communication en organisation? **Sciences de la Société**, n.75, Oct. 2008.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel; ROUSSEAU, Jean-Yves. L'Archivistique a-t-elle trouvé son identité? **Argus**, Quebec, v. 17, n. 2, juin 1988.

CRANE, Gregory *et al.* **ePhilology**: when the books talk to their readers. Blackwell Companion to Digital Literary Studies, R. Siemens; S. Schreibman (eds). Oxford: Blackwell, 2008.

CRUZ-MUNDET, J.R. y DÍEZ-CARRERA, C. El cálculo de costes de la preservación digital: un análisis de modelos. **Anales de Documentación**, 2015, vol. 18, nº 2.

CTDE - Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário**. 2009. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2009glossario_v5.0_final.pdf>. Acessado em 07 mar. 2018.

CUMMINGS, James. How do you define Humanities Computing/Digital Humanities? **Wiki, Universidade de Alberta**, 2015. Disponível em <http://tapor.ualberta.ca/taporwiki/index.php/How_do_you_define_Humanities_Computing/_Digital_Humanities%3F>. Acesso em 30 abr. 2015.

DCMI. **Dublin Core Metadata Initiative**. 2015. Disponível em <<http://dublincore.org/resources/>>. Acesso em 29 mar. 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DESANTES Guanter, J.M. **Teoría y régimen jurídico de la Documentación**. Madrid, 1987.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr./2011.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DREYFUS, H. L. **On the Internet**. Londres: Routledge, 2001.

DUCHEIN, Michel. Archives, archivistes, Archivistique: définitions et problématique. In: FAVIER, Jean. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993.

DUCHEIN, Michel. The history of European Archives and the development of the Archival Profession in Europe. **American Archivist**, Chicago, v. 55, winter, 1992.

DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **The Preservation of the Integrity of Electronic Records**. Vancouver: University of British Columbia. [s.d. a]. Disponível em <<http://www.interpares.org/UBCProject/index.htm>>. Acesso em 17 nov. 2014.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. **The protection of the integrity of electronic records**: an overview of the UBC-MAS research project. [s.d. b]. Disponível em: <journals.sfu.ca/archivar>. Acesso em 18 nov. 2014.

EASTWOOD, Terry. Introduction. In: DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather. **Preservation of the integrity of electronic records**. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002.

EDWARDS, C. **Fundamento de sistemas de Información**. (2º ed.). Madrid: Prentice Hall, 1998.

- FAVIER, Jean. **Les archives. Paris.** Presses Universitaires de France, 2001.
- FAYET-SCRIBE, S. **Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937.** Paris: CNRS Editions, 2001.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** 2a. ed. Tradução de Leonardo Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.
- FGDC. **Content Standard for Digital Geospatial Metadata, Part 1: Biological Data Profile, 1999.** Disponível em: <<https://www.fgdc.gov/standards/projects/FGDC-standards-projects/metadata/biometadata>>. Acesso em 03 abr. 2015.
- FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- FOLLARI, Roberto. **Interdisciplinarietà: los avatares de la ideología.** Cidade do México: Casa abierta al tiempo, 1982.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares.** 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G. de (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** SP: Cultura Acadêmica; Marília; Fundepe, 2008. p. 19-34.
- FROHMANN, Bernd. Reference, representation, and the materiality of documents. In: **Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI.** 2011. Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.
- FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document?” **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, 2009.
- FROTA, Maria G. da Cunha. A delimitação das unidades de análise em ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, set. 1998.
- GAGNON-ARGUIN, Louise. **L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960.** Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.
- GATES, Bill. **Camino al futuro.** Madrid: McGraw-Hill, 1997.
- GAY, Peter. **O Estilo na História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, José Ernesto Lima. As empresas são grandes coleções de processos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 1, p.6-19, mar. 2000.
- GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A documentação e o neodocumentalismo. In: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Orgs.). **Ciência da Informação e Documentação.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

GRONROOS, Christian. Um modelo de qualidade de serviços e suas implicações para o marketing. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 89-95, out./dez. 2006.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e da documentação**. Brasília: MCT: CNPq: Ibiict, 1994.

GUY, M.; TONKIN, E. Folksonomies: tidying up tags? **D-Lib Magazine**, v. 2, n. 1, 2006.

HAMPL, Jeffrey S. *et all*. PCs or paper-and-pencil: On-line surveys for data collection. **Beyond The Headlines**, Volume 103 Number 11, November, 2003.

HAYLES, K.H. Translating media: why we should rethink textuality. **The Yale Journal of Criticism**, Baltimore, v. 16, n. 2, p.263-290, 2003.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016, p. 237-259.

HERENCIA, Ing. Juan José. Gestión de documentos electrónicos en Archivos Virtuales: Servicios en la Nube. Anais do 4th International Convention of Archivists (**COINDEAR**). San Bernardo (Chile), abr. 2012.

HERNÁNDEZ DE FRUTOS, Teodoro. **Cambio social y nuevas tecnologías de la información**: Un enfoque psicosocial. Madrid: Universidad Complutense, 1991.

JACOB, E. Classification and Categorization: A difference that makes a difference. **Library Trends**. 52(3), 2004.

JANTSCH, Erich. Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In: **CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT**. L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.12, 1995.

JARDIM, J. M. O inferno das boas atenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E (Org.). **Acesso à Informação e Políticas de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

JOHNS, Nick. What is this thing called service? **European Journal of Marketing**, London, v. 33, n. 9/10, p. 958-973, 1999.

KAKALI, Constantia. A Utilization Model of Users' Metadata in Libraries. **The Journal of Academic Librarianship** 40, 2014.

KAPOUN, Jim. Teaching undergrads WEB evaluation: A guide for library instruction. **C&RL News**, July/August, 1998.

KETELAAR, Eric. Tacit Narratives: The Meanings of Archives. **Archival Science** 1: 131-141, 2001.

LAMARCA LAPUENTE, M. J. **Hipertexto**: el nuevo concepto de documento en la cultura de la imagen. 2009. Tese de doutorado (Fundamentos, Metodología y Aplicaciones de las

Tecnologías Documentales y Procesamiento de la Información – Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid). Disponível em <<http://www.hipertexto.info/>> Acesso em 01 jan. 2013.

LAMO DE ESPINOSA, Emilio. **Sociedades de cultura, sociedades de ciência**: Ensayos sobre la condición moderna. Oviedo: Ediciones Nobel, 1996.

LANDOW, G. P. **Hipertexto**: la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Tradução de Patrick Ducher. Barcelona: Paidós, 1992.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. IN: FREITAS, Ligia Silva de (org.) **Documento**: Gênese e contextos de uso. Niterói: Ed. UFF, 2010.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Linguística documentária**: seleção de conceitos. 178 f. Tese (Livre-docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. De Figueiras Gomes. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios).

LEÃO, L. **O labirinto da hipermídia**: arquitetura e navegação no ciberespaço. 3. ed. São Paulo: FAPESP: Iluminuras, 2005.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2003.

LIBRARY OF CONGRESS. **MARC Standards**. 1999. Disponível em <<http://lcweb.loc.gov/marc/>>. Acesso em 27 mar. 2015.

LOPES, Luís Carlos. Vers une archivistique internationale à l'ère de l'information. **Archives**, v. 29, n. 2, 1997.

LOPEZ, André Porto Ancona. **COMO DESCRIVER DOCUMENTOS DE ARQUIVO**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: ARQUIVO DO ESTADO, IMPRENSA OFICIAL, 2002.

LÓPEZ-YEPES, José. Hombre y documento: Del homo sapiens al homo documentator (2000). “**Scire**”, 4, 2, julio-diciembre de 1998.

LÓPEZ-YEPES, José. **La documentación como disciplina**: Teoría e historia. Pamplona, 1995.

LÓPEZ-YEPES, José. **Los caminos de la información**: Cómo buscar, seleccionar y organizar las fuentes de nuestra documentación personal. Madrid: Fragua, 1997a.

LÓPEZ-YEPES, José. **Notas acerca del concepto y evolución del documento contemporáneo**. [s.d.] Disponível em, <<http://www.ucm.es/data/cont/docs/446-2013-08-22-9%20notas.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2014.

LÓPEZ-YEPES, José. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: ¿Un nuevo profesional del documento? **Scire**. Enero-junio, 1997.

LÓPEZ-YEPES, José. **Reflexiones sobre la función de la prensa y la documentación en la historia**. Las Palmas, UNED, 1981.

- LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 5, n. 2, jul./dez, 2012.
- LUCCA, N. de. Títulos e contratos eletrônicos: O advento da informática e seu impacto no mundo jurídico. In: LUCCA, N; SIMÃO FILHO, A. (Org.). **Direito & Internet: aspectos jurídicos relevantes**. Bauru: Edipro, 2001.
- LUND, N. W. Document Theory. **ARIST**, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.
- LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 5, p. 734-749, 2010.
- LYNCH, C. Searching the Internet: Organizing Material on the Internet. **Scientific American**, 276, March, 52-56, 1997.
- MAJÓ, Joan. **Chips, cables y poder: La clase dominante en el siglo XXI**. Barcelona: Planeta, 1997.
- MALIN, G. Digitize this! The impact of digital collections on Archival Description. **Journal of Archival Organization**, n. 1, 2002.
- MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS**, 2, A pesquisa qualitativa em debate. Anais. Bauru: SIPEQ, 2004.
- MARTÍNEZ-COMECHÉ, Juan Antonio. El documento. In LÓPEZ-YEPES, J. (org.) **Manual de Ciencias de la Documentación**, 2ª ed. Madrid, 2006.
- MARTÍNEZ-COMECHÉ, Juan Antonio. **Teoría de la información documental y de las instituciones documentales**. Madrid: Síntesis, 1995.
- MARTÍNEZ-DÁVILA, Roger L. Forum: Spanish Online Resources for Spanish and Latin American History. **Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies: Vol. 41 : Iss. 1** , Article 6, 2016.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. Hacia la formalización de la teoría archivística: el Principio de Procedência en España. In: GENERELO, Juan José; MORENO LÓPEZ, Angeles. **Historia de los archivos y de la Archivística en España**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998.
- MARZAL, Miguel Ángel; GONZALES, Audilio. Del documento al hiperdocumento Una visión “funcional” de un concepto en evolución. **Signo y Pensamiento 57**. Volumen XXIX · julio - diciembre 2010.
- MATTELART, Armand. **Los nuevos escenarios de la comunicación internacional**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1994.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos materiais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89-103, 1998.
- MERRIAN, S. **Qualitative research and case study applis in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MERZEAU, Louise. Du signe à la trace: l'information sur mesure. In : ARNAUD, Michel; MERZEAU, Louise (coords.), **Hermès**, n.53, Traçabilité et Réseaux, Paris, CNRS Éditions, avril 2009.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation: revue de l'Association Internationale de Bibliologie**, Noyers-sur-Serein, n. 14, p. 51-63, 2. trim., 1981.

MICHEL, J., L'information et documentation. Un domaine d'activité professionnelle en mutation. **Les Cahiers du Numérique**, volume 1, n° 3, 2000, p. 47-64.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, A. et al. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 89-98, 2007.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORRISON, P. J. Tagging and searching: search retrieval effectiveness of folksonomies on the World Wide Web. **Information Processing and Management**, v. 44, p. 1562-1579, 2008.

MORVILLE, P. Ambient findability: What we find changes who we become. **Sebastopol, Calif. O'Reilly**, 2005.

MUELLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960.

MURGUIA, Eduardo Ismael. A produção social do documento: valor, informação e instituição. Um lugar de reflexão para as Ciências Humanas. In: HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; FURNIVAL, Chloe. (Org.). **Olhar: ciência, tecnologia e sociedade**. São Carlos: Centro de CECHUFSCar, 2008.

NEGROPONTE, N.; TELLAROLI, S. **A vida digital**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NESMITH, Tom. What is a Postmodern Archivist? **Annual meeting of the Association of Canadian Archivists**. Halifax, May 1998.

NICKELS, William G.; WOOD, Mirian Burk. **Marketing: relacionamentos, qualidade, valor**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

NISO. **Understanding Metadata**. Bethesda: National Information Standards Organization Press, 2001.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NÚÑEZ-FERNÁNDEZ, Eduardo. **Organización y gestión de archivos**. Astúrias: Trea, 1999.

O'DONELL, Paris. How do you define Humanities Computing/Digital Humanities? **Wiki, Universidade de Alberta**, 2015. Disponível em <http://tapor.ualberta.ca/taporwiki/index.php/How_do_you_define_Humanities_Computing/_Digital_Humanities%3F>. Acesso em 30 abr. 2015.

OCA, Jorge Bossio Montes de. Documento electrónico... ¿final del documento impreso? **Alexandri@**, año 111, n. 5, jul-dic. 2006.

OCLC. **All about Crosswalks**, 2015. Disponível em

- <http://www.oclc.org/research/activities/mswitch/1_crosswalks.html?urlm=159791>. Acesso em 02 abr. 2015.
- OCLC. **Dublin Core Metadata Initiative**, 1999. Disponível em <<http://www.oclc.org/oclc/research/projects/core/index.htm>>. Acesso em 27 mar. 2015.
- OCLC. **Internet Cataloging Project Call for Participation: Building a Catalog of Internet-Accessible Materials**, 1996. Disponível em <<http://www.oclc.org/oclc/man/catproj/catcall.htm>>. Acesso em 27 mar. 2015.
- ORTEGA, C. D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n. especial, p.59-79, 2009.
- ORTEGA, C. LARA, M. L. G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**. v.11, n.2, abr, 2010.
- OTLET, P. **El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica**. Murcia: Universidad de Murcia, 1997.
- OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- PARES. **Portal de Archivos Españoles**. 2015. Disponível em < <http://pares.mcu.es> >. Acesso em 19 jul. 2015.
- PECCATTE, Patrick. Une plate-forme sociale pour la redocumentarisation d'un fonds iconographique. Traitements et pratiques documentaires: vers un changement de paradigme? **Actes de la deuxième conférence Document numérique et Société**, 2008.
- PÉDAUQUE, R. **Le document à la lumière du numérique**. Caen, Fr: C&F, 2006.
- PÉDAUQUE, R. Document: forme, signe et medium, le reformulations de numériques. **STIC-CNRS**, 8 jui., 2003. Disponível em: <http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00000511.html> Acesso em 05 fev. 2013.
- PÉDAUQUE, R. **La redocumentarisation du monde** (introduction: Comprendre et maîtriser la redocumentarisation). Toulouse, Cépaduès Eds, 2007.
- PÉDAUQUE, R. **Le document à la lumière du numérique** (Forme, texte, médium: comprendre le rôle du document numérique dans l'émergence d'une nouvelle modernité). In C&F Eds, 2006.
- PESEZ, Jean-Marie. Historia de la cultura material. In MORENO, Luis M. de las Traviesas; GONZÁLEZ, Gladys Alonso (Editores). **La Historia y el oficio de historiador: Colectivo de autores franceses y cubanos**. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1996.
- PIAGET, Jean. L'epistemologie des relations interdisciplinaires. In: **CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT**. L'interdisciplinarité: problemes de l'enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999.

POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Texto, 1994.

POSNER, Ernst. **Archives in the Ancient World**. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

QIN, Jian. Folksonomies and taxonomies where the two can meet. School of Information Studies, Syracuse University, **NKOS Workshop**, September 2008. Disponível em: <<http://nkos.slis.kent.edu/2008workshop/JianQin.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2015.

QIN, Jian. Representation and Organization of Information in the Web Space: From MARC to XML. **Informing Science**. Volume 3, nº 2, 2000.

RABELLO, Rodrigo. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011.

RAMYA, J.; PARVATHAVARTHINI, B. An efficient binarization technique for historical document images. **Journal of Theoretical and Applied Information Technology**. Vol. 65 No.2, 20th July 2014.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.4 p.265-82 jan./dez. 1996.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2.ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.9, n.4, ago. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm>. Acesso em 04 fev. 2013.

RIESCO-TERRERO, A. La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de Documentación. In: **Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación. Teoría, Historia y Metodología de las Ciencias De La Ciencias de la Documentación (1975-2000)**. Anais. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. p. 129-152.

RIVERO, D. **La gestión del conocimiento y los sistemas de información**. Trabajo de ascenso para optar al grado de asociado en el escalafón del personal docente y de investigación. Universidad Centroccidental Lisandro Alvarado, 2000. Disponível em: <http://bibcyt.ucla.edu.ve/edocs_bciucla/Repositorio/TAHD58.8R642000.pdf>. Acesso em 25 mar. 2015.

ROCCO, Brenda Couto de Brito. **Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

RODRÍGUEZ-BRAVO, Blanca. **El documento: entre la tradición y la renovación**. Granada: Ediciones Trea, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Salamanca: Nova Enciclopédia, 1998.

RUIPÉREZ, Mariano García. La denominación de tipos, series y unidades documentales: modelos. In ARDAILLON, Danielle (org.). **Dar nome aos documentos: da teoria à prática**.

Seminário “Dar nome aos documentos: da teoria à prática” (2013: São Paulo). São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. pp. 67-157.

SAGREDO-FERNÁNDEZ, F.; IZQUIERDO-ARROYO, J. M. Reflexiones sobre “documento”: palabra/objeto. **Boletín Millares Carlo**, n. 5, 1982.

SALAÛN, Jean-Michel. Introduction: Comprendre et maîtriser la redocumentarisation du monde. In **La redocumentarisation du monde**, sous la dir. de Roger T. Pédaque, 15-25. Toulouse: Cepadues Édition, 2007a.

SALAÛN, Jean-Michel. La redocumentarisation, un défi pour les sciences de l’information. **Études de Communication n° 30, Entre information et communication, Les nouveaux espaces du document**, Université de Lille 3, décembre 2007b.

SALAÛN, Jean-Michel. La redocumentarisation, un défi pour les sciences de l’information. **Études de Communication**, 30 [En ligne], mis en ligne le 01 octobre 2009. Disponível em <<http://edc.revues.org/index428.html>>. Acesso em 05 fev. 2013.

SALAÛN, Jean-Michel. S’inspirer de Roger T. Pédaque. In **Le document à la lumière du numérique**, 17-23. C&F Éditions, 2006.

SALAÛN, Jean-Michel. Web, texte, conversation et redocumentarisation. **9es Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles**. JADT, 2008.

SALDANHA, Gustavo. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun., 2013.

SALOMONI, Antonella. O saber histórico de estado: os arquivos soviéticos. In SALOMON, Marlon. **Saber dos arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

SÁNCHEZ-MAIRENA, A. Acercando los archivos a los ciudadanos. Una experiencia desde el Portal de Archivos Españoles (PARES) del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. **Arbor**, 190 (765): a103, 2014.

SAN-ISIDORO. **Antología**. Ed. de Fray Justo Pérez de Urbel y Fray Timoteo Ortega. Barcelona, Ediciones FE, 1940.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. **Católicos e protestantes: escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros**, Belo Horizonte - MG (1900-1950). 2010. 206 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. Etiquetagem e folksonomia: o usuário e sua motivação para organizar e compartilhar informação na Web 2.0. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, June 2013.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. Modelo CIDOC CRM: interoperabilidade semântica de informações culturais. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. 10:1, 2016.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2011.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **JASIST**, 2000.

- SARTORI, Giovanni. **Homo videns. La sociedad teledirigida**. Taurus, Madrid, 1998.
- SCHAMBER, Linda. What is a document? Rethinking the Concept in Uneasy Times. **Journal of the American Society for Information Science**. 47: 9, 1996.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2002.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- SELLTIZ, Claire et all. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Trad. Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a ed. São Paulo: EPU, 1987.
- SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.
- SILVA, Armando Malheiro da. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.
- SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- SMIT, J. W.; GUIMARÃES, J.A.C. Análise documentária. In: SMIT, J. W.; LIMA, Y. D. **Organização de arquivos: XV Curso de especialização**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2001.
- SMITH, Barry. Ontology. in L. Floridi (ed.), **Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information**. Oxford: Blackwell, 2003.
- SOARES, Ana Paula Alves. **Avaliação da qualidade em serviços de arquivos**. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- SOERGEL, Dagobert. Information Organization. **Berkshire Encyclopedia of Human-Computer Interaction**, 2004.
- SOUSA, Maria Clara Paixão. **Grupo de Pesquisas Humanidades Digitais - Relatório de atividades**. 2013. Disponível em <https://humanidadesdigitais.files.wordpress.com/2013/09/grupohumanidadesdigitais_relatoriocompleto_2011-2013.pdf>. Acesso em 30 abr. 2015.
- SOUZA, Kátia Isabelli de B. Melo de. **Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil: el Poder Legislativo Federal en escena**. 2010 Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidad Carlos III de Madrid, Madri, 2010.
- STEAD, Stephen. The CIDOC CRM, a Standard for the Integration of Cultural Information. **ICS-FORTH**, Crete, Greece November, 2008. Disponível em <<http://139.91.183.3:8080/CIDOC/>>. Acesso em 21 mai. 2014.
- STERNFELD, Joshua. Archival Theory and Digital Historiography: Selection, Search, and Metadata as Archival Processes for Assessing Historical Contextualization. **The American Archivist**, 74, Fall/Winter, 2011.
- STERNFELD, Joshua. Historical Understanding in the Quantum Age. **Journal of Digital Humanities**. Vol. 3, Nº 2 Summer 2014.

STREHL, L. As folksonomias entre os conceitos e os pontos de acesso: as funções de descritores, citações e marcadores nos sistemas de recuperação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n. 2, p.101-114, abr./jun. 2011.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.

TERCEIRO, José B. **Sociedad digital: Del homo sapiens al homo digitalis**. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio: Zahar, 1981.

TOURAINÉ, Alain. **Los Mass Media: ¿Nuevo foro político o destrucción de la opinión pública?** Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1996.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURNER, Deborah; ALLEN, Warren. Documents, dialogue and the emergence of tertiary orality. **Information Research**. VOL. 18 no. 3, september, 2013.

UCL. Information behaviour of the researcher of the future. Rapport commandé par la British Library et JISC, 2008.

VERGUEIRO, Waldomiro; CARVALHO, Telma de. Definição de indicadores de qualidade: a visão dos administradores e clientes de bibliotecas universitárias. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p.27-40, jan./jun. 2001.

VIZCAYA, D. **Información: Procesamiento de contenido**. Rosario: Parhadigma, 1997.

VRA CORE. **VRA Core Schemas and Documentation**. 2015. Disponível em: <<http://www.loc.gov/standards/vracore/schemas.html>>. Acesso em 29 mar. 2015.

WACHOWICZ, Marcos. O documento telemático como meio de prova, segundo as disposições do CPC e CC brasileiros. **Revista Seqüência**, no 52, p. 105-144, jul. 2006.

WAL, T. V. **From tags to the future**. 2005. Disponível em: <<http://www.vanderwal.net/random/category.php?cat=153>>. Acesso em 27 mar. 2015.

WICHOWSKI, A. Survival of the fittest tag: Folksonomies, findability, and the evolution of information organization. **First Monday**, v. 14, n. 5, 2009, p. 1-11.

WILSON, T. D. The nonsense of 'knowledge management'. **Information Research**, 2002.

YAHIAOUI, Leila; PRIÉ, Yannick; BOUFAIDA, Zizette. Redocumentation des traces d'activité médiée informatiquement dans le cadre des transactions communicationnelles. Dans 19eme Journées francophones d'Ingénierie des Connaissances, **IC'2008**, Nancy, France, juin 18-20, 2008. pp. 197-209.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In.: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (orgs). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

ZACKLAD M. **Transactions communicationnelles symboliques et communauté d'action: réflexions préliminaires**. 2003. Disponível em, <http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00001122>. Acesso em 12 dez. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas versão português

PREÂMBULO:

Este estudo tem como objetivo identificar a opinião de profissionais que possuem o documento de valor histórico como objeto de trabalho. Queremos elucidar dificuldades e vantagens encontradas no processo de consulta, organização e tratamento do documento histórico digitalizado. A sua colaboração no presente estudo é de vital importância, pois somente quem atua nesta prática diariamente pode nos informar com propriedade sobre o assunto pautado. Para que esta entrevista seja fiel às informações as quais você me informará, necessitarei efetuar a gravação das respostas às minhas perguntas.

Para algumas perguntas serem respondidas, entendo ser necessário o esclarecimento conceitual de algumas práticas e disciplinas ligadas ao tratamento documental (historiadores) e à metodologia historiográfica de pesquisa (arquivistas). O importante será captar, a partir de sua *práxis*, versões de determinadas situações dos fatos por mim estudados. Busco identificar opiniões, concepções, percepções, avaliações e descrições sobre fatos internos e externos à sua atuação profissional.

1) [INTRODUÇÃO] De acordo com a sua formação para atuar como HISTORIADOR/ARQUIVISTA, como você avalia as transformações no seu campo profissional, diante de uma virtualização dos acervos documentais históricos [INTRODUÇÃO].

- a. O que de fato mudou nesse ofício do ponto de vista do cotidiano e da organização da pesquisa?
- b. Qual(is) a(s) mudança(s) mais significativa(s)?

2) Com a revolução digital contamos com uma circulação de informações muito maior do que havia há vinte ou trinta anos atrás. Isso nos coloca à disposição, a princípio, um *corpus* de dados e informações sem precedentes. Na sua opinião, até que ponto isso é benéfico para a sua prática? Ou, isso pode acarretar em problemas para a PESQUISA HISTÓRICA/ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL?

3) Qual a sua consideração em relação a lidar com acervos digitais, que em grande parte, não fornecem todas as referências possíveis sobre o documento original (origem, materialidade, estado de conservação atual etc.)?

4) Percebemos o surgimento de uma tendência, para as gerações futuras de historiadores, de que o arquivo se torne algo cada vez mais distante fisicamente. Isso, por já contarmos com muita coisa disponível via internet, o que nos leva a entender que cada vez mais os acervos clássicos estarão sendo assim disponibilizados. Diante desse quadro, precisaríamos ir até o arquivo físico?

- a. Quando?
- b. Porque?

5) Para você, o que caracteriza um documento de valor histórico?

6) Em função de uma eventual impossibilidade de se preservar a totalidade de documentos produzidos por organizações e indivíduos hoje, quais e como os documentos devem ser

preservados para a posteridade?

7) Intentamos indagar os historiadores e os profissionais do documento sobre as mutações que incidiram no seu objeto de estudos e trabalho, principalmente em função da “perda de sua materialidade física” (explicar). Você compreende e concorda com esta subjetivação?

8) Gostaria de fazer mais algum comentário? (livre)

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas versão espanhol

PREÁMBULO:

Este estudio tiene como objetivo identificar la opinión de los profesionales que tienen el documento archivístico como objeto de trabajo. Queremos aclarar las dificultades y ventajas que se encuentran en el proceso de consulta, organización y gestión de los documentos edad permanente digitalizados. Su colaboración en este estudio es de vital importancia, porque sólo los que trabajan en esta práctica diaria nos puede informar adecuadamente sobre el tema. Para esta entrevista necesitare realizar la grabación de las respuestas a mis preguntas.

Para que algunas de las preguntas sean mejor contestadas, considero que es necesario aclarar lo conceptual de algunas prácticas y disciplinas relacionadas con el tratamiento documental (para los historiadores) y la metodología de investigación histórica de los *Annales* (Archiveros). Lo más importante es que yo conozca versiones de ciertas situaciones de los hechos estudiados. Estoy buscando identificar las opiniones, ideas, percepciones, evaluaciones y descripciones de hechos internos y externos de su práctica profesional.

1) [Introducción] De acuerdo con su formación para actuar como Historiador/Archivista, ¿cómo valoráis los cambios en su campo profesional, a partir de la virtualización de las colecciones de documentos archivísticos de la edad permanente? [Introducción].

- a. ¿Qué ha cambiado en esta práctica desde el punto de vista de la organización de la investigación/tratamiento documental?
- b. ¿Cuáles son los cambios más impactantes?

2) A partir de la revolución digital tenemos un movimiento de mucho más información en circulación que había hace veinte o treinta años. Tenemos a nuestra disposición, en un primer momento, un corpus de datos e informaciones sin precedentes. En su opinión, ¿en qué medida esto es beneficioso para su práctica? O bien, ¿tal hecho puede resultar en problemas para la búsqueda/organización de los documentos de la edad permanente?

3) ¿Cuál es su consideración acerca de trabajar con las colecciones digitales, que en gran medida no proporcionan todas las referencias posibles sobre el documento original (origen, materialidad, actual estado de conservación, etc.)?

4) Nos dimos cuenta de la aparición de una tendencia para las futuras generaciones de historiadores, de que el archivo venga a sí convertir en algo cada vez más distante físicamente. Pues, por ahora, hay una gran cantidad de documentos disponibles a través de Internet. Tal hecho nos lleva a entender que cada vez más los archivos clásicos estarán siendo puestos a disposición en la red. Ante esta situación, ¿tenderíamos que ir al archivo físico?

- a. ¿Cuándo?
- b. ¿Por qué?

5) Para usted, ¿cuáles son las características de un documento de valor histórico?

6) Debido a una imposibilidad de preservar todos los documentos producidos por las organizaciones e individuos hoy en día, ¿cuáles y cómo los documentos deberían ser preservados para la posteridad? Tome en cuenta la posibilidad tecnológica actual.

7) En esta investigación intentamos poner para historiadores y profesionales de la documentación cuestiones sobre los cambios que se centraron en su objeto de estudio y trabajo, ante, principalmente, la "pérdida de su materialidad física" (será hecha la debida explicación). ¿Usted entiende y está de acuerdo con esta subjetividad?

8) ¿Le gustaría hacer algún otro comentario? (respuesta libre)

APÊNDICE C – Quadro referência / análise geral das entrevistas - Arquivistas Brasil

Professores / Arquivistas Brasil							
ENTREVISTADOS >>	AB01	AB02	AB03	AB04	AB05	AB06	AB07
PERGUNTA 01							
Mudanças positivas							
Mudanças negativas							
PERGUNTA 02							
Apresenta problemas?							
Sim							
Não							
PERGUNTA 03							
Não impede a narrativa histórica							
Impede/dificulta (tipos de pesquisas)							
PERGUNTA 04							
Sim							
Não							
PERGUNTA 05							
É atribuído pelo consulente							
Comprovação							
Possibilita localização contextual							
Outras características							
PERGUNTA 06							
Todos os documentos							
De acordo com tabelas de temporalidade							
De acordo com os princípios arquivísticos							

APÊNDICE D – Quadro referência / análise geral das entrevistas - Historiadores Brasil

Professores historiadores Brasil						
ENTREVISTADOS >>	HB01	HB02	HB03	HB04	HB05	HB06
PERGUNTA 01						
Mudanças positivas						
Mudanças negativas						
PERGUNTA 02						
Apresenta problemas?						
Sim						
Não						
PERGUNTA 03						
Não impede a narrativa histórica						
Impede/dificulta (tipos de pesquisas)						
PERGUNTA 04						
Sim						
Não						
PERGUNTA 05						
É atribuído pelo consulente						
Comprovação/relato sobre tempos passados						
Possibilita localização contextual						
Outras características						
PERGUNTA 06						
Todos os documentos						
De acordo com tabelas de temporalidade						
De acordo com os princípios arquivísticos						

APÊNDICE E – Quadro referência / análise geral das entrevistas - Documentalistas Espanha

Professores / pesquisadores Documentalistas Espanha							
ENTREVISTADOS >>	DE01	DE02	DE03	DE04	DE05	DE06	DE07
PERGUNTA 01							
Mudanças positivas							
Mudanças negativas							
PERGUNTA 02							
Apresenta problemas?							
Sim							
Não							
PERGUNTA 03							
Não impede a narrativa histórica							Resposta não atendeu a pergunta
Impede/dificulta (tipos de pesquisas)							
PERGUNTA 04							
Sim							
Não							
PERGUNTA 05							
É atribuído pelo consulente							
Comprovação							
Possibilita localização contextual							
Outras características							
PERGUNTA 06							
Todos os documentos							
De acordo com tabelas de temporalidade							
De acordo com os princípios arquivísticos							

APÊNDICE F – Quadro referência / análise geral das entrevistas - Historiadores Espanha

Professores historiadores Espanha					
ENTREVISTADOS >>	HE01	HE02	HE03	HE04	HE05
PERGUNTA 01					
Mudanças positivas					
Mudanças negativas				Inferido da pergunta 3	
PERGUNTA 02					
Apresenta problemas?					
Sim					
Não					
PERGUNTA 03					
Não impede a narrativa histórica					
Impede/dificulta (tipos de pesquisas)					
PERGUNTA 04					
Sim					
Não					
PERGUNTA 05					
É atribuído pelo consulente					
Comprovação/relato sobre tempos passados					
Possibilita localização contextual					
Outras características					
PERGUNTA 06					
Todos os documentos					
De acordo com tabelas de temporalidade					
De acordo com os princípios arquivísticos					